

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA

2000-2001



INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA

SÍNTESE ANUAL
DA
AGRICULTURA
DE
SANTA CATARINA
2000-2001

ESTADO DE SANTA CATARINA

Governador do Estado de Santa Catarina

Esperidião Amin Helou Filho

Vice-Governador

Paulo Roberto Bauer

Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura

Odacir Zonta

EXPEDIENTE

Secretário Executivo do Instituto Cepa/SC

Djalma Rogério Guimarães

Gerente Técnico

Walter A. Casagrande

Gerente de Desenvolvimento Organizacional

José Eláudio Della Giustina

COORDENAÇÃO

ELABORAÇÃO

Eng. Agr. Admir Tadeo de Souza
Eng. Agr. Cesar A. Freyesleben Silva
Econ. Francisco Assis de Brito
Eng. Agr. Guido Boeing
Econ. José Souza Filho
Méd. Vet. Jurandi Soares Machado
Eng. Agr. Luiz Carlos Madruga da Silva
Econ. Luiz Marcelino Vieira
Eng. Agr. Luiz Toresan
Econ. Paulo Zoldan
Eng. Agr. Simão Brugnago Neto
Eng. Agr. Tabajara Marcondes
Eng. Agr. José Maria Paul

APOIO

Bibliotecária - Telmelita Senna Ronsoni
Copidesque - Joares A. Segalin
Digitação - Neusa Maria dos Santos
Editoração - Zélia Alves Silvestrini
Mapas - José Osório Ortiz
Preços - João Manoel Anderson
Econ. Márcia Janice Cunha Varaschin
Revisão Técnica - Eng. Agr. José Maria Paul

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. - v.1- 1976-
Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 1976-
Anual
Título anterior: Síntese Informativa sobre a Agricultura
Catarinense, 1976-1981.
Publicada em 2 volumes de 1984 a 1991.
Publicação interrompida em 1992.

1. Agropecuária - Brasil-SC - Periódico. I. Instituto de
Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

CDU 631/636(816.4)(05)

APRESENTAÇÃO

O estado de Santa Catarina tem suas atividades agropecuárias assentadas predominantemente sobre a agricultura familiar diversificada. Com efeito, mais de 90% das propriedades agrícolas estaduais apresentam estas características, ou seja, possuem até 50 hectares de área, são exploradas diretamente pelo proprietário e sua família, dedicam-se à produção de no mínimo três atividades agropecuárias e seus produtos apresentam pequeno poder de barganha em razão de sua modesta participação individual no mercado.

Se, de um lado, estas características representaram, por muitos anos, fator de estabilidade, dando origem ao reconhecido modelo catarinense de pequena propriedade familiar, de outro, mais recentemente, passaram a determinar uma maior vulnerabilidade ao sistema, como decorrência do aumento da competitividade, determinada principalmente pela globalização da economia.

Neste panorama, existe hoje, praticamente um consenso ao redor de algumas alternativas, com vistas à recuperação e ao desenvolvimento do pequeno agronegócio, cabendo destacar, entre outras: a) o desenvolvimento de atividades e de práticas que permitem elevar a sua renda; b) a busca de escala e do poder de barganha, através do associativismo e das parcerias; e c) a geração e disseminação de informações sobre a produção e o mercado que, em tempo hábil, permitem servir como base às tomadas de decisão.

Ciente do papel que lhe cabe neste contexto, o Instituto Cepa/SC, que tem na informação uma de suas principais atribuições, vem procurando desenvolver e aperfeiçoar uma série de atividades relacionadas a esta área, em consonância com as prioridades estabelecidas pela Secretaria do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. Entre elas, destacam-se o acompanhamento e a análise periódica de preços agrícolas e de safras e mercado, que têm sua versão mais expressiva representada na Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, editada anualmente.

Além de contemplar informações conjunturais sobre a produção e o mercado dos principais produtos agropecuários de Santa Catarina, esta edição apresenta também informações estruturais relativas a território, clima, população, mão-de-obra, bem como da estrutura econômica e social da agricultura catarinense. Face à importância que a pesca, a aqüicultura, a silvicultura e a floricultura passaram a assumir como alternativa de renda para o produtor rural e o pescador de nosso estado, estas atividades serão consideradas de forma mais abrangente e detalhada.

Ao agradecer as colaborações que tornaram possível a presente edição, esperamos que este documento informativo cumpra a tarefa que se propõe, ou seja, a de subsidiar o desenvolvimento rural sustentável de Santa Catarina, especialmente da pequena e média propriedade familiar, que representa, no momento, o principal desafio a ser vencido por todos aqueles que estão efetivamente comprometidos com esta tarefa.

Djalma Rogério Guimarães
Secretário Executivo do Instituto Cepa/SC

verso apresentação

SUMÁRIO

PARTE I

1.1 - A AGRICULTURA BRASILEIRA E A CONJUNTURA EM 2000	11
- DESEMPENHO DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE NA SAFRA 99/00	13
- DESEMPENHO DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE NA SAFRA 00/01	16
O PLANO SAFRA 2001/2002	18
1.2 - DESEMPENHO DA PRODUÇÃO VEGETAL	22
- ALHO	22
- ARROZ	25
- BANANA	33
- BATATA	37
- CEBOLA	40
- FEIJÃO	44
- FUMO	57
- MAÇÃ	65
- MANDIOCA	68
- MILHO	74
- PÊSSEGO	81
- SOJA	83
- TOMATE	88
- TRIGO	92
- UVA	99
- FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	103
1.3 - DESEMPENHO DA PRODUÇÃO ANIMAL	112
- AVES	112
- BOVINOS	115
- LEITE	118
- MEL	129
- SUÍNOS	135
1.4 - DESEMPENHO DA PESCA E DA AQUICULTURA	140
- PESCA	140
- AQUICULTURA	144
- PEIXES DE ÁGUA DOCE	145
- CAMARÃO MARINHO	150
- MOLUSCOS BIVALVES (Mexilhão, Ostra e Vieira)	154
1.5 - DESEMPENHO DA PRODUÇÃO FLORESTAL	157

PARTE II

2.1 - DIVISÃO POLÍTICA DO TERRITÓRIO E INFORMAÇÕES CLIMÁTICAS	185
2.2 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA	191

2.3 - ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	199
2.4 - INFORMAÇÕES ECONÔMICAS DA AGROPECUÁRIA	203
2.5 - PREÇOS AGRÍCOLAS	207

PARTE III

ANEXO I - Divisão territorial do estado de Santa Catarina, com indicação das mesorregiões, microrregiões geográficas e municípios - 1997	217
ANEXO II - Associações de municípios do estado de Santa Catarina	221
ANEXO III - Divisão territorial do estado de Santa Catarina, com indicação das regiões hidrográficas e municípios	225
ANEXO IV - Conceitos	231
LISTA DE FONTES	233
LISTA DE GRÁFICOS	235
LISTA DE MAPAS	238
LISTA DE QUADROS	238
LISTA DE TABELAS	239
ÍNDICE REMISSIVO	247

CONVENÇÕES

= números entre parênteses em tabela, tão somente, não em texto, significam números negativos.
... o dado é desconhecido, podendo o fenômeno existir ou não existir.
- o fenômeno não existe.
0; 0,0; 0,00: o dado existe, mas seu valor é inferior à metade da unidade adotada na tabela.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

SIGLAS UTILIZADAS

ABCC – Associação de Criadores de Camarão
Abef – Associação Brasileira de Exportadores de Frango
ABPM – Associação Nacional de Produtores de Maçã
Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil
Anapa – Associação Nacional de Produtores de Alho
Aincadesc - Associação das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina
Anda - Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas
Anfavea - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
Apinco - Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte
BCB - Banco Central do Brasil
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
Ceagesp – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo
Cidasc - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Epagri/Climerh - Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina/Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos
Epagri/Cepea - Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina/Centro de Referência em Pesquisa e Extensão Apícola
FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations
Ibraflor – Instituto Brasileiro de Floricultura
Ibama/Cepsul - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira das Regiões Sudeste e Sul
IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAA/DFA/SC - Ministério da Agricultura e do Abastecimento/Delegacia Federal da Agricultura
Ocesc - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
SBS – Sociedade Brasileira de Silvicultura
SDA/Gedef – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura/Gerência de Desenvolvimento Florestal
SDE - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul
Secex/Decex – Secretaria de Comércio Exterior/Departamento de Operações de Comércio Exterior
Usda - United States Department of Agriculture

NOTA EXPLICATIVA

- Os números entre parênteses na fonte das tabelas correspondem aos números da lista de fontes à página 233.

Verso folha de notas

PARTE 1

Verso

1.1 - A AGRICULTURA BRASILEIRA E A CONJUNTURA EM 2000

O Produto Interno Bruto (PIB) do País chegou a R\$ 1,089 trilhão, após ter crescido 4,5% no ano 2000. A renda per cápita do brasileiro atingiu R\$ 6.560,00. O crescimento foi estimado em 3,02% para a agropecuária, em 5,01% para a indústria e em 3,85% para o setor de serviços, segundo dados do IBGE. A participação da agropecuária no Valor Adicionado Básico ficou em 7,47%, a da indústria em 35,8% e a dos serviços em 56,73%.

O IPCA e o IGP-DI, referências da variação dos preços no País, encerram o ano respectivamente em 5,9% e 9,8%. Já a taxa Selic média, que orienta a taxa de juros praticada no mercado, fechou o ano em 17,6%, com forte expectativa de redução ao longo de 2001. Em relação ao setor externo, o saldo da balança comercial não confirmou as expectativas do começo do ano passado, em que projeções otimistas chegavam a apontar superávits de bilhões de dólares, o que acabou não acontecendo. No final do ano, o déficit acumulado chegou a US\$ 697 milhões.

Apesar dos problemas na balança comercial, o ano de 2000 se encerrou com boas perspectivas no cenário macroeconômico para o País, pelo menos no que respeitava ao crescimento econômico, às taxas de juros e de câmbio e à inflação. No entanto, o rápido desenvolvimento de forças contrárias no ambiente externo e interno acabaram alterando tais perspectivas.

A desaceleração da economia americana e japonesa e a crise político-econômica na Argentina repercutiram negativamente nas variáveis relacionadas ao setor externo. Diante desses fatos, as projeções iniciais relacionadas ao câmbio não se confirmaram e o real vem sofrendo forte desvalorização, a qual já está em curso desde o início de 1999. Por conseguinte, o descontrole cambial tem gerado crescentes pressões inflacionárias, que resultaram em aumento na taxa de juros. A balança comercial, ao contrário do previsto, continua deficitária, principalmente devido ao desaquecimento da economia mundial.

Essa desvalorização, no entanto, está tornando os produtos brasileiros mais competitivos no exterior e menos competitivas as importações, com isso reduzindo o déficit da balança comercial. Esforços para aumentar a participação brasileira no comércio internacional estão fazendo com que as exportações nacionais cresçam num ritmo maior do que o das mundiais.

No mercado interno, a piora no panorama mundial, associada à alta dos juros e à crise energética, está desacelerando a economia. As projeções relativas ao PIB estão caindo e já se situam entre 2,4% e 3,6% para 2001, quando antes superavam os 4%. As projeções do Banco Central para a variação dos principais índices de preços sobem em relação às expectativas iniciais.

Na safra agrícola 99/00, a produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas (algodão, amendoim, arroz, feijão, mamona, milho, soja, aveia, centeio, cevada, sorgo e trigo) bateu novo recorde, atingindo cerca de 83,25 milhões de toneladas. Favoreceram tal desempenho o aumento da produtividade média no País, obtido

graças às boas condições climáticas, e a crescente utilização de máquinas e insumos modernos. Também contribuíram para isso o crescimento do mercado interno e as oportunidades comerciais abertas no segmento de carnes na União Européia.

O setor de carnes vive um momento favorável para expandir mercados, pois tem capacidade de investimento e vive a inesperada oportunidade estratégica deflagrada na União Européia pela doença da vaca louca e a febre aftosa. Este fator tem estimulado os preços recebidos. A demanda interna por carnes também está crescendo nos últimos anos, embora menos que a produção.

No caso da soja, a cultura vem crescendo sobretudo no Centro-Oeste e Norte, onde o setor passa por crescente modernização. A maior facilidade de venda antecipada e, portanto, de financiamento em relação ao milho, confirma a preferência por esse grão naquelas regiões. A desvalorização cambial tem atenuado, em parte, o efeito dos subsídios nos EUA (que estimulam a cultura naquele país e prejudicam o produtor brasileiro). A proibição do uso de farinhas de carne e de osso na União Européia também aumentou a demanda por grãos substitutos. As receitas cambiais acabaram crescendo 11%, devido ao forte incremento da venda do grão e a seus preços mais altos.

No caso do arroz, o produto está passando por ajustes importantes. O excedente produzido no Mercosul e o crescente aumento de produção e produtividade da cultura no Norte e Centro do País estão levando a uma queda de preços. A desvalorização do real dificultou a entrada do produto do Mercosul no Brasil. Por estas razões, a área destinada à cultura deverá cair na Argentina, Uruguai e também no Rio Grande do Sul, principal estado produtor.

A cultura do milho foi compensada por preços elevados devido à perda de produtividade, resultante de problemas climáticos em 2000, principalmente no Paraná, maior produtor nacional. Os baixos estoques do produto sustentaram os preços no mercado interno, em níveis satisfatórios até meados do segundo semestre, quando o produto importado e seus substitutos começaram a entrar.

Com respeito à safra 00/01, segundo estimativa divulgada pelo IBGE, a produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas poderá alcançar 97.265 milhões de toneladas. O resultado é 16,8% maior que o do ano passado. Desse total, a Região Sul deve produzir 48,498 milhões de toneladas (49,9%); a Região Centro-Oeste, 8,126 milhões de toneladas; a Região Sudeste, 11,653 milhões de toneladas; a Região Nordeste, 6,817 milhões de toneladas e a Região Norte, 2,171 milhões de toneladas.

O quadro atual da safra de verão mostra-se favorável e está repetindo um bom desempenho da produção agrícola nacional. A safra está praticamente consolidada, mas reavaliações nos dados finais de colheita podem levar a alterações. De agora em diante, os números definitivos da produção dependerão da quantificação dos prejuízos causados pela seca na Região Nordeste e da performance do milho-safrinha e das culturas de inverno.

O novo recorde de produção resultou de uma conjunção de aspectos positivos que impactaram nos resultados, tais como as medidas de apoio ao plantio e à comercialização anunciadas em tempo para que os produtores planejassem o plantio, os fatores climáticos favoráveis e os estímulos de preços da safra anterior, que permitiram expansão da área e da produtividade. O volume de recursos disponibilizados para a safra foi cerca de 25% superior ao aprovado no ano anterior e os contratos foram concedidos com juros fixos. Os recursos alocados para comercialização concentraram-se nas culturas de milho, arroz e trigo. No caso do milho, o ministério lançou os contratos de opção de venda como instrumento para recomposição dos estoques oficiais. Além deste instrumento, também foram utilizados os tradicionais Empréstimos do Governo Federal - EGF -, as aquisições diretas - AGF - e a Nota Promissória Rural - NPR.

A situação de estabilidade no período de plantio da safra atual, somada à perspectiva de crescimento sustentado que se configurava, permitiu traçar um cenário positivo para a agricultura, que acabou se confirmando pelo menos até o primeiro semestre.

A evolução para uma maior instabilidade no mercado, neste ano, torna o cenário menos favorável, e isto deverá ter impacto nas decisões de plantio da próxima safra. A magnitude de tal impacto dependerá da rapidez com que a crise interna e a externa sejam equacionadas. As previsões para 2002 são de inflação, juros e câmbio com projeções revistas para cima. A do crescimento do PIB, para baixo, estimando-se atualmente em apenas 2,8%. Os investimentos diretos externos, em decorrência desses fatores, estão em queda. Restam os atenuantes do estímulo cambial, que continuarão beneficiando produtos de exportação e dificultando as importações de produtos que concorrem com a safra nacional, além dos estímulos ao setor dados pelo plano-safra 2002, recentemente divulgados, cujos recursos crescem em cerca de 30%.

1.1.1 – DESEMPENHO DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE NA SAFRA 99/00

O crescimento da agricultura estadual reflete a evolução da conjuntura nacional e internacional. Além do crescimento do mercado interno, têm-se registrado constantes ganhos de produtividade média, obtidos graças à adoção, pelos produtores, de tecnologias mais modernas e eficientes. A maior conscientização quanto aos aspectos relacionados a classificação, padronização e beneficiamento tem agregado maior valor à produção, principalmente de frutas e hortaliças. Fatores climáticos também favoreceram a atual safra. Por último, as oportunidades de exportação levantadas pela crise sanitária na Europa e a maior competitividade dos produtos estaduais no exterior, devido à depreciação do real, favoreceram importantes produtos da agropecuária estadual, como as carnes, a soja, o fumo e a maçã. Santa Catarina, consideradas as suas dimensões, ocupa importante posição na agricultura brasileira (Tabela 1).

Em 2000, o PIB do setor foi estimado em R\$ 3,9 bilhões, valor 10,8% superior ao do ano anterior. Este valor foi resultado da subtração do VBP, estimado em R\$ 5,6 bilhões (14% superior), pelo consumo intermediário do setor, de R\$ 1,7 bilhão

(22% superior). Embora tenha havido um crescimento expressivo do PIB, observou-se que houve uma relação de troca desfavorável aos produtores, já que as despesas com bens e serviços dos demais setores da economia cresceram num ritmo maior que o do valor da produção primária. Esta tendência vem-se confirmando nos últimos anos. Em 2000, a taxa de agregação de valor do setor era de 69,4%, contra 71,3% em 1999 (uma redução de 2,7%).

TABELA 1 - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E POSIÇÃO DO ESTADO NO BRASIL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - SANTA CATARINA - SAFRA 99/00

PRODUTO	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO (t)		POSIÇÃO DE SANTA CATARINA
	Santa Catarina	Santa Catarina/Brasil (%)	Santa Catarina	Santa Catarina/Brasil (%)	
Alho	2.375	19,6	16.421	23,5	2a
Arroz	135.412	3,7	799.931	7,2	3a
Banana	25.996	4,9	422.097	10,0	3a
Batata	10.492	6,9	119.227	4,6	5a
Cebola	24.241	36,5	456.036	39,9	1a
Feijão	215.071	4,8	227.923	7,5	5a
Fumo	95.488	30,8	187.143	32,3	2a
Maçã	14.603 (1)	48,6	500.142	51,7	1a
Mandioca	38.544	2,2	691.996	2,9	10a
Milho	826.010	6,5	3.403.265	10,7	5a
Soja	212.412	1,5	524.688	1,6	9a
Tomate	2.520	4,5	115.402	3,9	6a
Trigo	24.861	1,9	45.440	1,8	4a

FONTE: IBGE (14).

(1) Área destinada à colheita.

O VBP das lavouras cresceu 6,21%; o da pecuária, 19,9%; o da silvicultura, 7% e o da extração vegetal, 12%. Entre os principais itens do consumo intermediário do setor, destacam-se o crescimento do valor despendido com medicamentos e a alimentação para animais (que cresceu 20,3%), ovos fertilizados de pintos de 1 dia (15,8%); combustíveis e lubrificantes (39,6%); adubos e fertilizantes (5,9%); energia elétrica (21,4%); sementes e mudas (43,4%) e transporte da produção (46%).

Na análise dos 17 principais produtos da agropecuária estadual na safra 99/00, que representaram cerca de 90% deste subsetor, a evolução da produção, dos preços recebidos no estado e do valor da produção comportou-se conforme segue. No agregado, a evolução da agropecuária foi de 7,3%, quando comparada com a do ano anterior, como resultado do crescimento na produção agrícola (de 9,4%) e na produção pecuária (5,6%).

Dentre os produtos que mais contribuíram para este resultado, agrupados na tabela 2, destaca-se o crescimento de 16% na produção de grãos (principalmente devido ao crescimento da produção de milho, que foi de 26%), de 18% na horticultura (a cebola, 31%, e o alho, 16%, compensam a queda da produção de tomate em 14%) e 7,7% na fruticultura (o crescimento de 34,6% na cultura da maçã compensa a queda da produção de banana, de 15,5%).

TABELA 2 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) E VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO E DOS PREÇOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE ENTRE AS SAFRAS 98/99 E 99/00

GRUPOS DE PRODUTOS	VBP (mil/R\$)		2000 (%)	VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO (1)	VARIAÇÃO DE PREÇOS (2)
	1999	2000			
Grãos	884.263	1.088.449	25,5	16,2	5,9
Hortaliças	135.937	195.472	4,5	18,3	21,5
Frutas	136.333	205.129	4,8	7,7	39,7
Raízes e tubérculos	64.941	73.477	1,7	8,0	4,8
Fumo	384.798	376.157	8,7	(8,6)	6,9
Carnes (3)	1.748.723	2.032.355	47,6	5,9	9,7
Leite	235.672	294.851	6,9	3,5	20,8
AGRICULTURA	1606.272	1.938.684	45,4	9,4	10,3
PECUÁRIA	1.984.394	2.327.206	54,5	5,6	11,0
TOTAL	3.590.666	4.265.890	100,00	7,3	10,7

FONTE: Instituto Cepa/SC.

(1) Indica o crescimento da produção entre as safras 98/99 e 99/00.

(2) Indica a variação nominal dos preços recebidos pelo produtor catarinense entre 1999 e 2000.

(3) Refere-se ao resultado dos abates totais no estado.

No setor pecuário, que representou 54% do VBP agropecuário, destaca-se o crescimento da avicultura (8,4%) e da suinocultura (4%). A atividade leiteira também cresceu (3,5%).

A evolução dos preços recebidos pelo produtor entre os produtos selecionados foi calculada a partir da ponderação do calendário de comercialização com os preços nominais de cada produto nas principais praças de comercialização do estado.

Verificou-se, assim, que o crescimento do índice geral de preços foi de 10,7%; de 10,3% para o dos produtos agrícolas e de 11% para os da pecuária. Entre os produtos agrícolas, os preços do grãos cresceram 5,9% (o milho 27% e a soja, 20%, o que compensou a queda de 23% nos preços do arroz e de 33% nos do feijão). As hortaliças tiveram 21,5% de majoração nos preços (cebola 27% e tomate 40%, compensando a queda de 5,3% nos preços do alho). Os preços dos produtos da fruticultura aumentaram, em média, 40%. Os preços do fumo (estufa) aumentaram 7%. Na pecuária, a média dos preços foi influenciada pelo crescimento de 8,8% nos preços das aves e de 7,8% nos dos suínos. Os preços do leite também cresceram (21%).

Entre as tendências recentes, no que respeita à área plantada, observou-se que na safra 99/00 o índice agregado para o total das culturas analisadas indica leve redução na área plantada, que fica em 1.628.025 hectares, ou 0,57% a menos que na safra anterior. Nos anos 2000/2001, observa-se nova redução de 0,67% na área plantada, ficando em 1.617.831 hectares. Tais reduções ocorreram em ambos os anos na produção de grãos (nas culturas de feijão e soja) e na cultura do fumo. Por outro lado, observou-se crescimento na área da fruticultura (maçã e banana).

1.1. 2 – DESEMPENHO DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE NA SAFRA 00/01

Na safra 00/01 houve continuidade de crescimento no setor agropecuário catarinense, porém, num ritmo menor que na safra anterior. Tomando-se por base os resultados dos quatro primeiros meses do ano, a produção agregada deverá crescer cerca de 3,8% (Tabela 3).

TABELA 3 - ESTIMATIVA DA EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E DOS PREÇOS AO PRODUTOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE -SAFRAS 99/00-00/01

GRUPOS DE PRODUTOS	VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO (1)	VARIAÇÃO DOS PREÇOS(2)
Grãos	9,16	-15,30
Hortaliças	-5,17	38,60
Raízes e tubérculos	2,40	12,30
Fumo (estufa)	-7,49	18,40
Frutas	4,69	36,10
Carnes	3,82	9,70
Leite (mil l)	4,00	0,00
AGRICULTURA	3,70	2,00
PECUÁRIA	3,80	8,50
TOTAL	3,80	5,50

FONTE: Instituto Cepa/SC.

(1) Variação percentual entre as safras 99/00 e 00/01. As estimativas para a produção pecuária em 2001 estão baseadas no desempenho do setor nos quatro primeiros meses de 2001.

(2) Variação percentual dos preços médios mensais recebidos pelo produtor de janeiro até maio de 2000 e 2001.

Na produção agrícola, o crescimento da produção de grãos está estimada em 9% (a produção de milho cresce 16%, a de arroz 10,8% e a de trigo 20%, compensando a queda na produção de feijão, de 26%, e de soja, de 0,7%).

Entre as hortaliças, crescem a produção de alho (27%) e a do tomate (8%), mas cai a de cebola (27%). Entre as principais frutas, cresce, a produção de banana (28%), enquanto cai (e poderá cair ainda mais) a de maçã (12%). A produção de fumo também cai (7%). Entre os produtos da pecuária, crescem o abate de suínos (5%) e o de frangos (3,4%). A atividade leiteira cresce 4%.

A conjuntura de mercado está beneficiando a pecuária estadual, que, por conta do incremento da exportações de carnes, ao tempo em que se mantém firme o mercado interno, ajustou os preços do setor em 8,5% (frangos, 8,4%; suínos, 7,4%).

Os preços dos produtos agrícolas crescem menos, cerca de 2%. Destaca-se a queda de 15% nos preços dos grãos (queda de 31% no do milho, que não compensa o melhor desempenho dos preços do feijão, que aumentou 81%, e o do trigo, 10%). Mantiveram-se estáveis os preços do arroz e da soja. As hortaliças estão com os preços 38% mais altos (cebola, 46%, e tomate, 65%, enquanto o alho teve queda de 0,98%). Os preços do fumo cresceram 18%.

A diversidade dos produtos agropecuários estaduais e dos aspectos que interferem em sua produção e comercialização exige que cada um deles tenha uma abordagem individual para que se possa compreender a dinâmica de cada setor dentro do contexto em que se inserem. Por esta razão, todos os produtos terão uma análise particular na seqüência deste documento.

Paulo Zoldan

Mapa 1 - Distribuição percentual do valor da agropecuária por produto, segundo as mesorregiões geográficas - Santa Catarina - 1999

O PLANO SAFRA 2001/2002

O governo publicou, em 8 de agosto, as resoluções do Banco Central do Brasil de Nº 2.879 e 2.880, relativas ao financiamento da agricultura familiar, completando, assim, o Plano Safra 01/02 com as normas divulgadas pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento na primeira semana de julho.

Os anúncios recentes, apesar da importância que ainda se dá ao montante de crédito que o governo pretende disponibilizar, são muito mais que o estabelecimento de regras para o plantio de uma nova safra; têm sido um avanço significativo no estímulo aos negócios com o setor rural e com o bem-estar da população rural.

Contudo, por estarem hoje dispostos em dois ministérios, há dois anúncios por ano, que entram em vigor a partir de 1º de julho de 2001, e é provável que o total das regras só esteja disponível ao final de agosto.

O Plano Safra anunciado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, como no ano anterior, trouxe muitas ações que vieram ao encontro das aspirações do meio rural de Santa Catarina. Os normativos anunciados, além de manterem, entre outros programas consagrados em anos anteriores, o Moderfrota, o Prosolo, o Proleite, criaram o Programa de Apoio à Floricultura e o Programa de Construção de Armazéns nas Propriedades Rurais, ambos de grande importância para o estado de Santa Catarina (Tabela 1).

Um problema observado no período anterior foi o pouco alcance ou baixa fluidez dos recursos colocados à disposição desses programas, com exceção do Propasto e do Prosolo, que aplicaram 30%, e o do Moderfrota, que atingiu quase 90% dos recursos disponíveis.

Os avanços a serem indicados para esses programas são a ampliação do montante financiável por operação, a adequação de prazos e carências, e a transformação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Tilápias, Camarões Marinhos e Moluscos (Procomol) em Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aqüicultura, com a inclusão do cultivo de carpas, pacus, trutas, surubins e camarões d'água-doce.

A principal referência para as normas de crédito é a Resolução do Banco Central do Brasil de Nº 2.852, de 4 de julho de 2001. Além dessa, foram editadas as normas referentes aos programas administrados pelo BNDES, que são as resoluções de Nº 2.855 a 2.867, todas de 3 de julho passado. Além disso, deve-se destacar que o Proger Rural, programa de investimento com recursos do Fundo de Assistência ao Trabalhador – FAT -, agora também tem taxa pré-fixada de 8,75% ao ano e no Finame foram ampliados os equipamentos financiáveis, com a inclusão de atividades como a avicultura, a suinocultura, beneficiamento de frutas e mel, entre outras. Contudo, em 26 de julho de 2001, a Resolução de Nº 2.877 alterou todas essas novidades.

O montante de crédito anunciado pelo Ministério da Agricultura é de R\$ 16,6 bilhões, dos quais R\$ 14,7 bilhões serão recursos disponibilizados no ano agrícola, com um aumento de 30% sobre os R\$ 11,3 bilhões programados para o ano agrícola que se encerra. Segundo esse ministério, são R\$ 11,45 bilhões para custeio e investimento a custos fixos de 8,75%

ao ano, contribuição muito significativa para que o País finalmente possa chegar à marca dos 100 milhões de toneladas, acalentado desde a década de 80.

Os limites de financiamento foram ampliados para os agricultores de algodão de R\$ 300 mil para R\$ 400 mil, o de amendoim de R\$ 40 mil para R\$ 150 mil, o de fruticultura de R\$ 60 mil para R\$ 150 mil, o de milho de R\$ 200 mil para R\$ 250 mil. Para o produtor de soja das Regiões Norte, Centro-Oeste e dos estados da Bahia, Piauí e Maranhão, o aumento foi de R\$ 100 mil para R\$ 200 mil e para as demais regiões foi de R\$ 60 mil para R\$ 150 mil. Foram mantidos o limite de R\$ 150 mil para as lavouras de sequeiro de arroz, feijão, mandioca, sorgo e trigo; quando irrigadas, o limite continua em R\$ 300 mil por produtor. Para os demais custeios, inclusive o pecuário, o limite foi de R\$ 40 mil para R\$ 60 mil.

Os preços mínimos de algodão, alho, milho, sisal, sorgo e soja aumentaram. Em Santa Catarina, o preço por sacco passa, para o milho, de R\$ 7,28 para R\$ 7,43, para o sorgo, de R\$ 5,51 para R\$ 5,62 e para a soja, de R\$ 9,70 para R\$ 10,18. O quilo do alho passa de R\$ 1,26 para R\$ 1,30 e o preço do arroz longo em casca tipo 3 (saco de 60 quilos) cai de R\$ 8,37 para R\$ 7,95, enquanto o preço do sacco de 50 quilos do arroz longo fino tipo 2 fica mantido em R\$ 10,92.

Para a agricultura familiar, cujos beneficiários estão enquadrados nas regras da Resolução nº 2.879, de 8 de agosto de 2001, ocorreram mudanças significativas, a começar pelo aumento dos limites de renda para o enquadramento. Os produtores do grupo C tiveram o teto de renda anual elevado de R\$ 8.500,00 para R\$ 10.000,00, enquanto que os do grupo D passam a ser aqueles com renda anual que esteja no intervalo de R\$ 10.000,00 a R\$ 30.000,00. Foi mantido o rebate de 50% na apuração da renda bruta, desde que proveniente de avicultura, aqüicultura, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, sericicultura e suinocultura.

Com a publicação da Resolução nº 2.880, de mesma data, finalmente a agricultura familiar se livrou da correção monetária em seus contratos de investimento. Para os contratos de financiamento do investimento assinados até 31/12/1997, a situação já havia sido resolvida no ano 2000; contudo, nos contratos assinados entre 2 de janeiro de 1998 e 30 de junho de 2000, a correção monetária foi metade da taxa de juros de longo prazo (TJLP) acrescida de juros de 6% ao ano. A partir de 1º de julho de 2001, todos os contratos de investimento para os beneficiários do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf - passam a ter taxas de juros pré-fixadas.

Com isso, os custos para os créditos de investimento para os beneficiários do Pronaf ficaram unificados. Os agricultores enquadrados no grupo A têm juros de 1,15% ao ano; os do grupo B, juros de 1,0% ao ano e os demais, juros de 4% ao ano, sendo mantidos os rebates de 40% para os enquadrados nos grupos A e B, e de 25% para os demais. Além disso, em caso de financiamento em grupo, será mantida uma bonificação ou rebate de R\$ 700,00 por mutuário do grupo C.

Para o custeio desses produtores, as taxas de juros mantêm-se inalteradas em 4% ao ano, ao passo que as operações realizadas com agricultores do grupo C têm um rebate de R\$ 200,00 por safra e por produtor, exceto quando o financiamento se destinar à cultura do fumo.

Os limites de financiamento para os produtores do grupo "C" são de R\$ 500,00 a R\$ 2.000,00 para custeio e de R\$ 1.500,00 a R\$ 4.000,00 para investimento, podendo os tetos ser ampliados em 50% quando aplicados em bovinocultura de leite, fruticultura ou olericultura, ou quando destinados a produtos orgânicos certificados segundo as normas do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, ou, ainda, em caso de proposta específica de crédito para jovens no último ano em escola agrotécnica, e em regime de alternância, ou quando egressos delas.

Os limites de financiamento para os produtores do grupo "D" são de R\$ 5.000,00 para o custeio e de R\$ 15.000,00 para o investimento, podendo os tetos ser ampliados em 20% quando houver proposta de crédito específica para jovens no último ano em escola agrotécnica e em regime de alternância, ou nelas tenham concluído seus cursos.

Quando se tratar de crédito de investimento grupal ou coletivo, o limite é de R\$ 40.000,00 para os produtores enquadrados no grupo C e de R\$ 90.000,00 para aqueles do grupo D. Em caso de projeto integrado, o limite é de R\$ 200.000,00; dentro do Agregar, programa operado pelo Banco do Brasil, o limite pode chegar a R\$ 600.000,00, respeitado em todos os casos o limite individual.

Outras medidas importantes foram a eliminação da obrigatoriedade do seguro para as operações de custeio e a equivalência em produto, ambas estabelecidas no ano anterior; apesar de teoricamente importantes, sabia-se de antemão que seriam operacionalmente inútuas.

Para os agricultores enquadrados no grupo A, importante no estado tanto para os produtores de assentamentos do Incra quanto para os beneficiários do Banco da Terra, o limite de crédito foi alterado: o intervalo passou de R\$ 3.000,00-R\$ 9.500,00 para R\$ 4.000,00-R\$ 12.000,00. Além disso, reduziram-se as exigências de acesso a esse crédito de implantação ou reconversão da propriedade recém-adquirida.

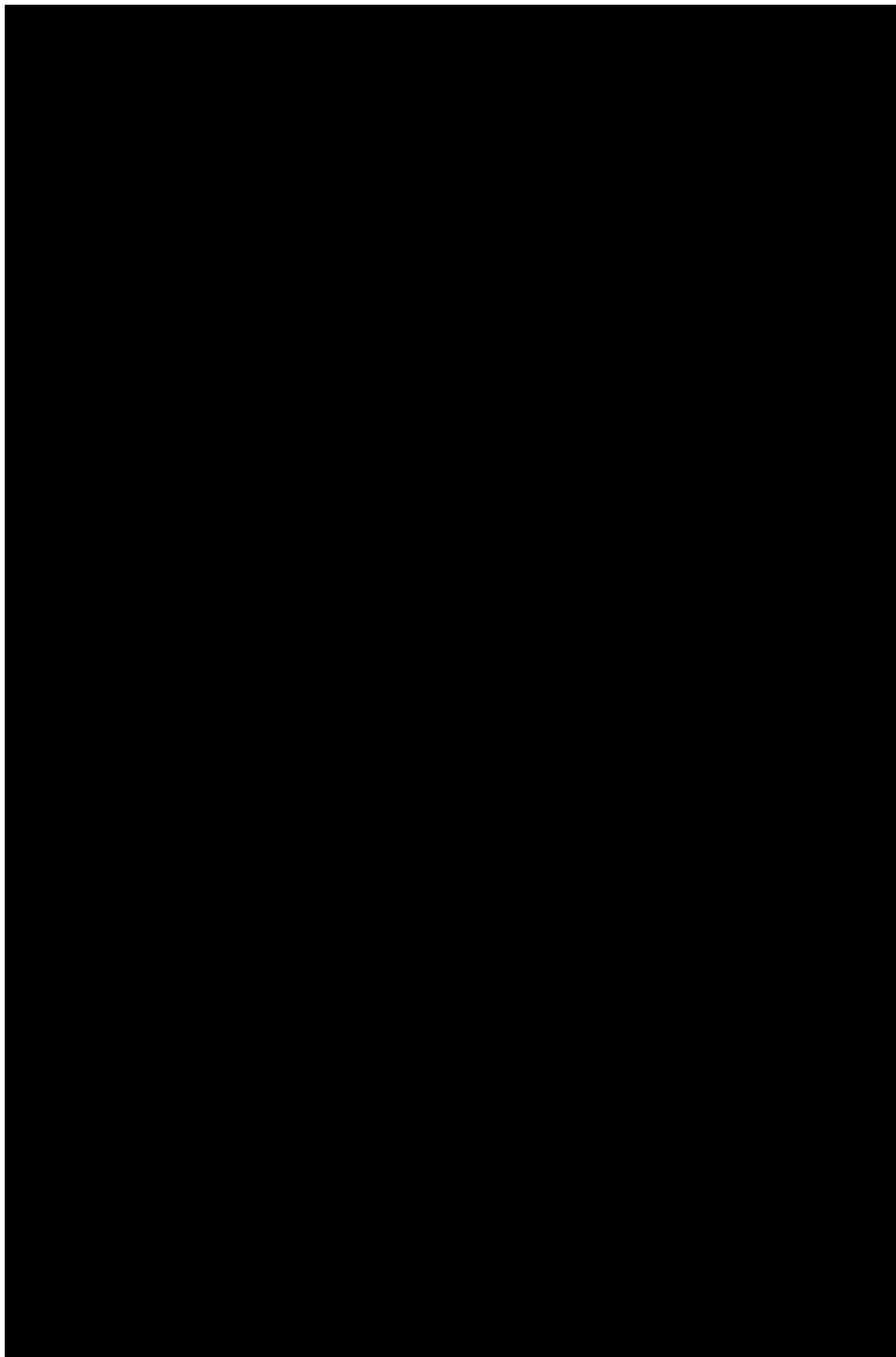
O mais importante avanço para esses agricultores foi a forma expedita para o acesso ao crédito, tanto de custeio quanto de investimento, inclusive no Agregar e no grupo de crédito integrado coletivo. Diz o normativo:

" Art. 3. ...

X – Os agricultores egressos do Grupo "A" ou do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), ainda que responsáveis por operação "em ser" naquele Grupo ou naquele Programa, são beneficiários de créditos de custeio e investimento previstos para os Grupos "C" e "D", inclusive daqueles relacionados com investimento integrado coletivo ou com a Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda a Atividade Rural (AGREGAR)."

Como se pode observar, os programas de investimentos a cargo do BNDES se ampliam e se aperfeiçoam. O limite de crédito das principais commodities se amplia e o Pronaf se aperfeiçoa. Contudo, ainda há dois desafios a vencer. O primeiro está no governo federal, que fica com o desafio de criar mecanismos de financiamento de pelo menos 75% dos recursos anunciados; o segundo é o de colher 100 milhões de toneladas de grãos e oleaginosas.

Francisco A. de Brito



1.2 - DESEMPENHO DA PRODUÇÃO VEGETAL

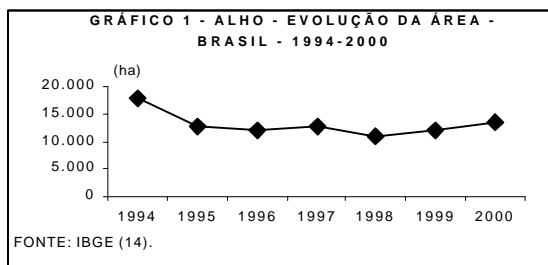
ALHO

A produção mundial de alhos nobres cresceu 56,5% na última década. A performance é bastante significativa e está alicerçada no aumento de 28,1% na área plantada e num ganho de 22,1% na produtividade média das lavouras neste período, conforme dados divulgados pela FAO no último mês de maio. Segundo o mesmo organismo, os dez principais países produtores são responsáveis por 90% desta produção e por 80,2 % da área cultivada. A China é o maior produtor do mundo, com 6.466.289 toneladas, representando 64% do total, como mostra a tabela 1.

TABELA 1/I - ALHO - PRODUÇÃO NOS PRINCIPAIS PAÍSES - 2000

PAÍS	ÁREA (ha)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	PRODUÇÃO (t)
Argentina	16.300	9.509	155000
China	482.800	13.393	6.466.289
Coréia	42.416	10.666	483.778
Egito	11.000	27.388	301.270
Espanha	24.100	7.759	187.000
Estados Unidos	18.130	18.579	336.840
Índia	114.400	4.525	517.700
Rússia	55.875	6.014	335.326
Tailândia	24.500	5.363	131.403
Turquia	14.000	7.857	110.000
TOTAL	980.510	10.256	10.056.734

FONTE: FAO (12).



A produção brasileira entrou em crise a partir de 1994, com a entrada no mercado da produção chinesa a preços bastante competitivos, inclusive com prática de dumping comprovada. No entanto, a forte desvalorização do real em janeiro de 1999,

secundada pelo incontestável crescimento da qualidade da produção das duas principais regiões produtoras (Sul e Centro-Oeste) e pela forte ação da Associação Nacional dos Produtores de Alho – Anapa - e de suas filiadas nos estados, sobretudo exigindo do governo federal a intervenção no estabelecimento de acordos necessários ao contingenciamento das importações do produto chinês, aproximou os preços de venda no mercado nacional, ou seja, foi restabelecida substancialmente a capacidade competitiva do alho brasileiro. Os gráficos 1 e 2 mostram a evolução da área e da produção nos últimos anos no Brasil e, especialmente, a recuperação da produção nacional no ano 2000.

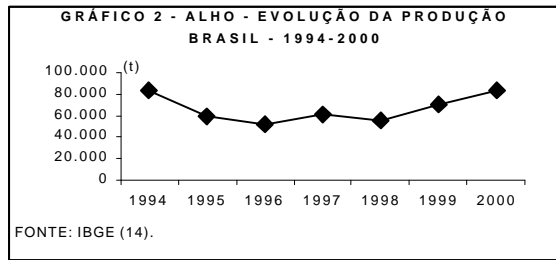


TABELA 2/I - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ALHO - 1998-2000

PAÍS	1998	1999	2000
Argentina	70.886	52.710	56.565
China	13.878	18.260	14.074
Espanha	17.501	17.354	16.520
Outros	1.694	5.100	2.398
TOTAL	103.960	93.425	89.557

(t)

Fonte: Secex/Decex (19).

TABELA 3/I - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ALHO PREÇO MÉDIO - 1998-2000

PAÍS	1998	1999	2000
Argentina	1,06	0,84	0,63
China	1,00	0,72	0,67
Espanha	1,03	0,74	0,60
Outros	1,05	0,85	0,69
TOTAL	1,05	0,80	0,63

(US\$/Kg)

Fonte: Secex/Decex (19).

Os bons resultados financeiros da última temporada entusiasmaram os produtores na maioria dos estados, permitindo que a área plantada, segundo dados divulgados pelo IBGE no último mês de maio, aumentasse de 12.093 em 1999 para 13.384 hectares no ano 2000. Com isto, a produção aumentou 20,0%, passando de 69.787 para 84.215 toneladas. Contribuiu também para o aumento da produção nacional a adoção das novas tecnologias de produção, que elevou de 5.771 kg/ha para 6.292 kg/ha a produtividade média das lavouras. Dentre as práticas adotadas, as que conferiram respostas mais positivas e imediatas foram o plantio mais adensado, sementes com maior potencial produtivo e a intensificação da irrigação das lavouras. Daí o grande sucesso com a cultura nas regiões do Cerrado. Sucesso que pode ser apontado como um desafio para mais uma tentativa nacional visando ao auto-abastecimento do produto. Na tabela 4, podem-se conferir os avanços em área, produção e rendimento médio nos principais estados da Federação.

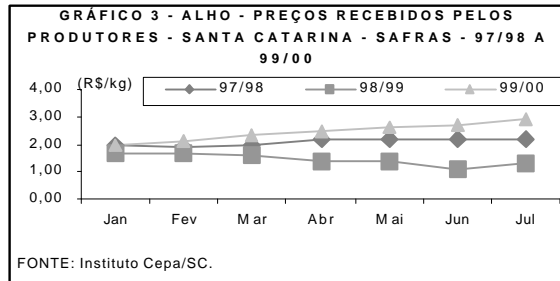
A produção catarinense na safra 99/00 foi 19,2% maior que a registrada na safra anterior. Estes números fizeram com que Santa Catarina continuasse sendo o segundo maior produtor nacional e ainda, aumentasse de 23,7% para 25,9% sua participação na oferta nacional do produto.

Além disto, o estado é destaque, no País, por obter o maior rendimento médio por hectare. A tabela 5 mostra a área plantada, a produção estadual e a produtividade das lavouras nas microrregiões geográficas do estado.

Com efeito, as importações, apesar da grande quantidade que ainda é importada, antes necessária em mais de 50% do consumo da nação, têm apresentado recuo gradativo nos volumes adquiridos dos diversos países, demonstrando o alto grau de competitividade do alho nacional (Tabela 2). Outro sintoma do ganho em quantidade e, principalmente, em qualidade da produção brasileira tem sido a expressiva redução dos preços médios do produto internalizado. Há, em alguns casos, defasagem superior a 40%, como se pode observar na tabela 3.

Os bons resultados financeiros da última temporada entusiasmaram os produtores na maioria dos estados, permitindo que a área plantada, segundo dados divulgados pelo IBGE no último mês de maio, aumentasse de 12.093 em 1999 para 13.384 hectares no ano 2000. Com isto, a produção aumentou 20,0%, passando de 69.787 para 84.215 toneladas. Contribuiu também para o aumento da produção nacional a adoção das novas

A performance do estado catarinense no cenário nacional está sendo atribuída à dedicação dos produtores, graças a uma preocupação constante dos órgãos de pesquisa estadual, da Associação Catarinense dos Produtores, da Cooperativa dos Produtores de Alho e do Serviço de Extensão Rural do estado, em incentivá-los no uso das novas tecnologias que estão à sua disposição.



Nesta temporada, foi importante também a condição climática bastante favorável. Tudo transcorreu a contento, transformando a safra numa das melhores dos últimos anos em qualidade. Este fato acabou somando na formação de preços na hora da comercialização,

refletindo-se em melhores preços para o produtor (os melhores dos últimos anos, como se pode observar no gráfico 3).

Para a próxima temporada, tendo em vista o declínio nas importações do produto, a maior qualidade de nossa produção e, em consequência, a maior competitividade para o setor, os produtores brasileiros deverão estar com mais entusiasmo e dispostos a aumentar a área plantada. A expectativa inicial é de um aumento da ordem de 5 % em todo o País. Para Santa Catarina, há uma estimativa de que a área cultivada não seja alterada, devendo, no entanto, verificar-se sensível aumento na produtividade das lavouras.

TABELA 4/I - ALHO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO NOS ESTADOS - 1998-2000

ESTADOS	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Piauí	37	36	36	125	162	162	3.378	4.500	3.935
Ceará	42	40	27	113	125	91	2.690	3.125	3.103
Paraíba	3	5	14	1	12	64	333	2.400	4.571
Bahia	635	943	1.277	2.199	4.878	8.462	3.463	5.173	5.640
Minas Gerais	1.615	1.822	1.922	8.091	10.226	11.017	5.010	5.613	5.732
Espírito Santo	367	474	684	2.361	3.162	4.550	6.433	6.671	6.652
São Paulo	290	190	193	1.455	900	1.283	5.017	4.737	6.648
Paraná	731	700	645	2.559	2.450	2.275	3.501	3.500	3.527
Sta. Catarina	2.180	2.375	2.793	14.156	16.421	19.583	6.494	6.914	7.011
Rio G. do Sul	3.676	4.009	4.142	18.848	22.622	23.114	5.127	5.643	5.580
Goiás	1.130	1.253	1.536	5.950	7.252	10.206	5.265	5.788	6.645
Distrito Federal	128	121	115	955	938	683	7.461	7.752	5.939
Brasil	10.856	12.093	13.384	56.873	69.787	84.215	5.239	5.771	6.292

FONTE : IBGE (14).

TABELA 5/I - ALHO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS - SANTA CATARINA - 1998-2000

MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Blumenau	3	2	2	9	6	6	3.000	3.000	3.000
Campos de Lages	103	103	84	660	660	562	6.408	6.408	6.690
Canoinhas	35	7	7	140	38	38	4.000	5.429	5.429
Chapecó	9	7	7	53	36	36	5.889	5.143	5.143
Concórdia	7	7	7	33	114	33	4.714	16.286	4.714
Curitibanos	1.440	1.670	2.160	10.720	12.900	17.770	7.444	7.725	8.227
Florianópolis	4	3	3	14	9	9	3.500	3.000	3.000
Ituporanga	4	4	4	8	8	8	2.000	2.000	2.000
Joaçaba	530	539	465	2.344	2.518	2.220	4.423	4.672	4.774
Rio do Sul	19	10	10	73	30	30	3.842	3.000	3.000
Tabuleiro	11	10	24	33	31	84	3.000	3.100	3.500
Tijucas	5	1	5	15	3	30	3.000	3.000	6.000
Tubarão	10	12	15	54	68	83	5.400	5.667	5.533
SANTA CATARINA	2.180	2.375	2.793	14.156	16.421	19.583	6.494	6.914	7.011

FONTE : IBGE.

Admir Tadeo de Souza

ARROZ

Mercado e produção mundial: restrição das trocas e dificuldades na produção asiática

As mudanças em andamento na economia internacional, fundadas na liberalização de mercado, tiveram como uma de suas conseqüências a substantiva redução do número de países que exercem controle interno sobre a comercialização e os preços ao consumidor.

Nesse processo, muitos países foram levados a mudar o foco das políticas públicas para a produção e distribuição de alimentos. Resumidamente, até fins dos anos 80, tinham em mira garantir um mercado com certo grau de estabilidade e preços relativamente baixos para a ampla massa de consumidores. Desde os anos 90, passaram a focalizar a garantia de renda/lucros aos segmentos predominantes da cadeia produtiva.

Em função disso, grande número de países produtores intensificou a busca de auto-suficiência, o que resultou, obviamente, em restrição às trocas internacionais de arroz.

A expressão mais recente (meados de 1999) desse processo é a redução dos preços e a perda de dinamismo das importações e exportações (Tabela 1).

TABELA 1/I - ARROZ - OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS - 96/97-01/02

(milhões de t)

SAFRA	ESTOQUE INICIAL (1)	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL (2)
1996/97	49,9	383,3	18,0	379,6	20,3	51,3
1997/98	51,3	390,5	27,7	379,9	27,7	54,9
1998/99	56,1	398,2	24,9	387,8	24,9	60
1999/00	130,0 (3)	408,2	21,3	399,0	24,1	139,2
2000/01	139,2	396,6	21,7	401,4	23,3	134,4
2001/02 (2)	134,4	396,4	23,0	404,5	24	126,3

FONTE: Usda - World Agricultural Supply and Demand Estimates.

ELABORAÇÃO: Conab/Sepla/Nupla/Gepav/Einge - Última atualização: 19/06/2001.

(1) Os estoques iniciais de um ano/safra não são necessariamente coincidentes com os estoques finais do ano/safra anterior e refletem as informações contidas na base de dados do Usda.

(2) Estimativa.

(3) Houve redimensionamento do estoque provocado pela OMC.

Por isso mesmo, os governos de países importantes produtores/consumidores, como China, Tailândia e Vietnã, passaram a favorecer a substituição de cultivos em terras marginais pela produção de arroz de alto rendimento e maior qualidade. Outros países importadores, entre os quais o Brasil, continuaram aplicando políticas estimuladoras da expansão do arroz, mas os EUA aumentaram consideravelmente os pagamentos em efetivo aos seus agricultores entre os anos fiscais de 1998 e 2000 (www.fao.org/docrep/meeting).

Há ainda outro processo (iniciado nos anos 90) que vem entravando o crescimento da imensa produção asiática (90% da área cultivada com arroz no mundo ou 137,6 milhões de hectares, e 91% da produção mundial, ou 545,5 milhões de toneladas) (FAOSTAT - www.fao.org). Este continente, que entre 1999 e 2000 perdeu 1,6% de sua área e 1,2% de sua produção de arroz, vem enfrentando sérias dificuldades para superar seus atuais patamares de produtividade, provavelmente pelo empobrecimento, pela salinização e contaminação dos solos e das águas devido às práticas de agricultura intensiva, irrigada e em bases agroquímicas.

Neste contexto, o mundo produziu em 2000 um pouco menos arroz do que em 1999. Diminuíram tanto a quantidade produzida (-1,5%, ou -9,5 milhões de toneladas) como a área cultivada (-1,7%, ou -2,7 milhões de hectares), mas mantiveram-se os níveis de rendimento (Tabela 2).

Mercado do Cone Sul: menos produção e defasagem cambial

A pressão da produção dos países do Mercosul, mais especificamente do Uruguai e da Argentina, foi substancialmente atenuada no ano-safra 00/01. Principal responsável por esta situação foi a continuada desvalorização do real frente ao dólar. Funcionou como a maior barreira para a entrada do arroz uruguaio e argentino no mercado interno brasileiro. Os números das importações brasileiras de arroz em anos recentes são eloqüentes (Tabela 3).

TABELA 2/I - ARROZ EM CASCA - ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO NO MUNDO E NOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1999 e 2000

ÁREA COLHIDA (ha)					
PAÍSES	1999	Mundo %	2000	Mundo %	% 99/00
Mundo	156.462.321	100,0	153.765.832	100,0	(1,7)
Índia	44.607.000	28,5	44.600.000	29,0	(0,02)
China	31.637.100	20,2	30.503.100	19,8	(3,6)
Indonésia	11.963.204	7,6	11.523.068	7,5	(3,7)
Bangladesh	10.708.000	6,8	10.700.000	7,0	(0,07)
Tailândia	10.080.000	6,4	10.048.000	6,5	(0,3)
Vietnã	7.648.100	4,9	7.654.900	5,0	0,09
Mianmar	6.210.787	4,0	6.000.000	3,9	(3,4)
Filipinas	3.999.839	2,6	4.037.085	2,6	0,9
Brasil	3.840.040	2,5	3.672.090	2,4	(4,4)
Japão	1.788.000	1,1	1.770.000	1,2	(1,0)
Estados Unidos	1.421.300	0,9	1.232.000	0,8	(13,3)
Coréia do Sul	1.058.600	0,7	1.072.000	0,7	1,3
PRODUÇÃO (t)					
Mundo	607.779.929	100,0	598.851.733	100,0	(1,5)
China	200.403.308	33,0	190.168.300	31,8	(5,1)
Índia	132.300.000	21,8	134.150.000	22,4	1,4
Indonésia	50.866.388	8,4	51.000.000	8,5	0,3
Bangladesh	34.426.800	5,7	35.820.800	6,0	4,0
Vietnã	31.393.800	5,2	32.554.000	5,4	3,7
Tailândia	23.313.000	3,8	23.402.900	3,9	0,4
Mianmar	20.124.708	3,3	20.000.000	3,3	(0,6)
Filipinas	11.786.600	1,9	12.415.043	2,1	5,3
Japão	11.468.800	1,9	11.863.000	2,0	3,4
Brasil	11.782.700	1,9	11.168.300	1,9	(5,2)
Estados Unidos	9.345.000	1,5	8.669.000	1,4	(7,2)
Coréia do Sul	7.270.500	1,2	7.067.000	1,2	(2,8)
RENDIMENTO (kg/ha)					
Mundo	3.884,5	100,0	3.894,6	100,0	0,3
Estados Unidos	6.575,0	169,3	7.036,5	180,7	7,0
Japão	6.414,3	165,1	6.702,3	172,1	4,5
Coréia do Sul	6.868,0	176,8	6.592,4	169,3	(4,0)
China	6.334,4	163,1	6.234,4	160,1	(1,6)
Indonésia	4.251,9	109,5	4.425,9	113,6	4,1
Vietnã	4.104,8	105,7	4.252,7	109,2	3,6
Bangladesh	3.215,1	82,8	3.347,7	86,0	4,1
Mianmar	3.240,3	83,4	3.333,3	85,6	2,9
Filipinas	2.946,8	75,9	3.075,2	79,0	4,4
Brasil	3.068,4	79,0	3.041,4	78,1	(0,9)
Índia	2.965,9	76,4	3.007,8	77,2	1,4
Tailândia	2.312,8	59,5	2.329,1	59,8	0,7

FONTE: FAO (12).

O arroz em casca - 90% dele fornecido pela Argentina -, depois da explosão de 1998 e 1999 (em torno de 600 mil toneladas a cada ano), voltou, no ano passado, ao patamar de 1997 (em torno de 200 mil toneladas), que parece estar mantido com as 73,2 mil toneladas importadas no primeiro quadrimestre do corrente ano.

O grão sem casca - provido quase que totalmente pelo Uruguai (os mesmos 90%) - vem efetuando um movimento em sentido oposto. Após recuar 10% entre 1997 e 1998, mais que dobrou as quantidades importadas daí a 2000 (alcançando 274 mil toneladas). Seu comportamento nos quatro primeiros meses deste ano aponta para a continuidade da tendência (104,8 mil toneladas).

Os grãos branqueados, comprados em mais de 85% do Uruguai, após elevarem seu volume em 43% de 1997 a 1998, vieram declinando até reduzir-se, em 2000, à metade dos valores de 1997. Os números do primeiro quadrimestre do corrente ano (94 mil toneladas) acenam com a possibilidade de manutenção desses últimos valores.

Nestas duas últimas safras, a produção do Mercosul reduziu-se 10%. As constantes desvalorizações cambiais brasileiras praticamente alijaram os produtores argentinos e uruguaios de seu principal mercado. Sem maiores chances de inserir-se imediatamente no mercado internacional do arroz - de baixa intensidade de trocas -, muitos deles deixaram de produzir arroz. No caso da Argentina, as ocorrências climáticas negativas contribuíram para reduzir à metade sua produção. O Uruguai, por seu lado, diminuiu sua safra 00/01 em 10% (Tabela 4).

Mercado brasileiro: preços melhores na colheita e mercado lento

Dois fatores foram determinantes para a redução de 12% da área de arroz colhida na presente safra:

- os resultados nada animadores da comercialização da safra brasileira 99/00 (cujo exemplo mais drástico foi o de Mato Grosso, onde o arroz recuou 35% em área e produção), e

- a estiagem prolongada verificada em parte das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste (o Piauí reduziu em 22% sua produtividade, Goiás em 15% e Minas Gerais em 9%).

Mesmo assim, o rendimento do grão em 2000/2001 foi 5% maior que o da safra precedente. Essa média, no entanto, esconde os fortes acréscimos de rendimento no Pará (22%), no Mato Grosso do Sul (18%) e em Santa Catarina (9%) (Tabela 5).

Não é difícil perceber que tais números refletem, em grande medida, a melhoria dos padrões tecnológicos das lavouras arrozeiras desses estados. Resultado de investimentos que colocaram o produtor à mercê, numa ponta, do encarecimento dos insumos e máquinas, por dependerem do instável regime cambial brasileiro (pressão altista do dólar) e, na outra ponta, de um mercado de produto francamente ofertante (portanto, com os preços em tendência baixista).

Outro importante elemento mantenedor desse quadro desfavorável ao produtor foi o fato de as grandes empresas atacadistas e varejistas terem adotado o sistema de compras em pequenas quantidades para abastecimento de curto prazo.

Um terceiro elemento a compor o triste quadro da comercialização do arroz nacional foi a intervenção do governo federal. Pautada pela política de liberalização do mercado, veio sempre em resposta (muitas vezes não-satisfatórias) às pressões dos produtores

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

TABELA 3/I - ARROZ - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR PAÍS DE ORIGEM - 1997-2001

País de Origem	1997		1998		1999		Jan/00		Jan-Abr/01	
	Quant. (t)	Valor FOB US\$1000	Quant. (t)	Valor FOB US\$1000	Quant. (t)	Valor FOB US\$1000	Quant. (t)	Valor FOB US\$1000	Quant. (t)	Valor FOB US\$1000
COM CASCA										
Argentina	89,02	18,65	126,21	32,77	316,47	47,41	175,78	21,93	66,12	8,26
Estados Unidos	4,00	16,00	317,17	76,19	218,06	51,69	74,00	149,00	-	-
Uruguai	107,74	25,94	129,50	37,62	100,23	16,45	-	-	500,00	79,00
Outros	11,08	2,12	22,35	5,07	2,82	541,00	24,36	2,87	6,59	678,00
TOTAL	207,85	46,73	595,23	151,64	637,58	116,08	200,21	24,94	73,21	9,01
SEM CASCA										
Argentina	35,57	12,24	37,65	13,99	38,72	7,77	26,75	4,51	8,65	1,53
Uruguai	103,42	35,38	80,86	32,74	147,61	32,88	246,58	45,01	95,89	16,87
Outros	564,00	511,00	5,63	2,06	217,00	147,00	364,00	281,00	248,00	111,00
TOTAL	139,55	48,13	124,14	48,78	186,55	40,80	273,69	49,80	104,79	18,51
BRANQUEADO INCLUSIVE POLIDO										
Argentina	226,52	92,09	322,61	151,23	160,81	50,90	59,06	14,31	12,88	3,17
Uruguai	260,51	108,20	300,75	142,86	185,42	56,49	171,09	39,78	79,66	17,90
Vietnã	25,30	6,28	19,81	5,43	22,48	5,66	1,32	408,00	-	-
Outros	18,62	5,88	120,01	39,32	10,80	4,49	21,95	3,55	1,40	452,00
TOTAL	530,95	212,45	763,18	338,83	379,51	117,53	253,41	58,05	93,94	21,52
PARTIDO OU QUIRERA										
Argentina	135,00	33,00	6,52	1,47	278,00	64,00	409,00	66,00	-	-
Uruguai	9,50	1,91	24,18	4,64	3,50	642,00	1,62	179,00	139,00	10,00
Outros	520,00	512,00	15,00	5,00	3,00	2,00	-	-	-	-
TOTAL	10,15	2,45	30,72	6,12	3,79	708,00	2,03	246,00	139,00	10,00

FONTE: Conab.

TABELA 4/I - ARROZ - ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO DO MERCOCUL - 1999-2000

PÁISES	ÁREA COLHIDA (ha)						
	1999	Mundo %	Mercosul %	2000	Mundo %	Mercosul %	% 99/00
Mundo	156.462.321	100,0		153.765.832	100,0		-1,7
Mercosul	4.372.736	2,8		4.094.090	2,7		(6,4)
Brasil	3.840.040	2,5	87,8	3.672.090	2,4	89,7	(4,4)
Argentina	289.000	0,2	6,6	185.000	0,1	4,5	(36,0)
Uruguai	206.000	0,1	4,7	185.000	0,1	4,5	(10,2)
Paraguai	23.000	0,01	0,5	25.000	0,02	0,6	8,7
PRODUÇÃO (t)							
Mundo	607.779.929	100,0		598.851.733	100,0		(1,5)
Mercosul	14.895.600	2,5		13.407.100	2,2		(10,0)
Brasil	11.782.700	1,9	79,1	11.168.300	1,9	83,3	(5,2)
Argentina	1.658.000	0,3	11,1	858.000	0,1	6,4	(48,3)
Uruguai	1.301.900	0,2	8,7	1.174.800	0,2	8,8	(9,8)
Paraguai	92.000	0,02	0,6	93.000	0,02	0,7	1,1
RENDIMENTO (kg/ha)							
Mundo	3.884,5	100,0		3.894,6	100,0		0,3
Mercosul	4.655,2	119,8		4.386,9	112,6		(5,8)
Brasil	3.068,4	79,0	65,9	3.041,4	78,1	69,3	(0,9)
Uruguai	6.319,9	162,7	135,8	6.350,3	163,1	144,8	0,5
Argentina	5.737,0	147,7	123,2	4.637,8	119,1	105,7	(19,2)
Paraguai	4.000,0	103,0	85,9	3.720,0	95,5	84,8	(7,0)

FONTE: FAO (12).

e dos outros segmentos da cadeia produtiva, sempre também com negociações difíceis e demoradas. A extensão dos leilões de contratos de opção para a comercialização do arroz no Rio Grande do Sul ainda acabou sendo acusada pelos produtores de favorecer o setor industrial. No último mês, o governo federal aceitou prorrogar as dívidas do setor produtivo com o objetivo de diminuir a pressão da oferta e permitir-lhe aguardar o melhor momento para comercializar seus estoques.

Toda essa situação pôs em dificuldades, além dos produtores, um número crescente de pequenas empresas e até mesmo a maior indústria do setor – Josapar -, que divulgou um prejuízo líquido de R\$ 19,9 milhões no ano de 2000.

A recuperação dos preços somente veio após nova onda de sucessivas desvalorizações cambiais, que retiraram a competitividade da produção argentina e uruguaia.

Contudo, não dinamizaram o mercado, uma vez que os produtores, individualmente ou em cooperativas, e outros segmentos da cadeia produtiva adotaram a prática de retenção do produto como meio de segurar seus preços.

Neste contexto foi colhida a presente safra - de 10,2 milhões de toneladas, portanto 8% menor que a anterior (LSPA/IBGE, maio de 2001) -, que ingressou no mercado interno brasileiro concorrendo com 2,4 milhões de toneladas de estoques de passagem e com 1,6 milhão de toneladas da produção argentina e uruguaia.

Como o consumo aparente do Brasil está em torno de 11,7 milhões de toneladas e a exportação brasileira em 230 mil toneladas, o excedente, ao se iniciar a safra 01/02, estaria situado na casa dos 2 milhões de toneladas (www.conab.gov.br, maio/2001)(1).

Santa Catarina: melhora ainda mais o rendimento

A situação do mercado nacional repercutiu de várias maneiras neste estado. Um exemplo disso foi o estreitamento do mercado do produto, pois o acirramento da concorrência por volta do fim do ano passado e início deste deu margem a que indústrias de maior porte fizessem valer essa sua condição, deslocando as de menor porte e as cooperativas.

A produção catarinense de arroz superou a do ano anterior em quantidade (em 10,8%) e em área (1,6%), confirmando o já citado crescimento de 9,1% em produtividade (Tabela 6).

Confirmou, também, o lento e progressivo deslocamento da cultura de sequeiro. Retraiu sua área em 11% e sua produção em 9%, resultante de acréscimo de produtividade de 2% (LSPA/IBGE, abril/2001) (1).

(1) A estimativa da Conab para a safra 00/01 é de 10,9 milhões de toneladas.

As sete principais microrregiões geográficas (MRG), basicamente produtoras de arroz irrigado, abrangem 96% do total estadual. Destas, a de Itajaí e a de Araranguá (a maior produtora) foram as que mais cresceram - a primeira aumentou sua produção em 16,9% e a segunda (que sofreu perdas de área por excessos climáticos), em 15,7%. Sua área cresceu somente 4%, demonstrando um crescimento de produtividade de 11% entre estas duas safras. Sua participação na produção estadual, no entanto, cresceu apenas 1,3%. No ano-safra 99/00, produziu 30,7%.

A MRG de Joinville, segunda maior produtora, produziu 11,2% mais arroz do que na safra passada em 2,3% de área a menos. É a região de maior produtividade do País, devido à prática do rebrote da planta cortada.

TABELA 5/I - ARROZ - ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO - BRASIL - 2000 e 2001

ÁREA COLHIDA (ha)					
PÁISES	2000	% BRASIL	2001	% BRASIL	CRESCIMENTO (%)
Brasil	3.655.291	100,0	3.211.068	100,0	(12,2)
Rio G. do Sul	944.828	25,8	945.398	29,4	0,1
Maranhão	478.839	13,1	459.394	14,3	(4,1)
Mato Grosso	698.518	19,1	455.155	14,2	(34,8)
Pará	282.660	7,7	244.656	7,6	(13,4)
Piauí	168.049	4,6	157.803	4,9	(6,1)
Santa Catarina	134.952	3,7	137.159	4,3	1,6
Tocantins	148.543	4,1	134.810	4,2	(9,2)
Goiás	150.334	4,1	112.661	3,5	(25,1)
Minas Gerais	130.562	3,6	103.318	3,2	(20,9)
Mato G. do Sul	66.068	1,8	52.371	1,6	(20,7)
Outros estados	451.938	12,4	408.343	12,7	(9,6)
PRODUÇÃO (t)					
Brasil	11.089.706	100,0	10.230.738	100,0	(7,7)
Rio Grande do Sul	4.986.675	45,0	5.092.502	49,8	2,1
Mato Grosso	1.851.517	16,7	1.209.168	11,8	(34,7)
Santa Catarina	799.031	7,2	885.653	8,7	10,8
Maranhão	713.276	6,4	702.735	6,9	(1,5)
Pará	376.787	3,4	399.329	3,9	6,0
Tocantins	391.037	3,5	347.724	3,4	(11,1)
Mato G. do Sul	226.649	2,0	212.747	2,1	(6,1)
Minas Gerais	262.664	2,4	188.665	1,8	(28,2)
Goiás	294.629	2,7	187.091	1,8	(36,5)
Piauí	246.981	2,2	179.990	1,8	(27,1)
Outros estados	940.460	8,5	825.134	8,1	(12,3)
RENDIMENTO (kg/ha)					
Brasil	3.033,9	100,0	3.186,1	100,0	5,0
Rio G. do Sul	5.277,9	174,0	5.386,6	169,1	2,1
Mato Grosso	2.650,6	87,4	2.656,6	83,4	0,2
Santa Catarina	5.920,9	195,2	6.457,1	202,7	9,1
Maranhão	1.489,6	49,1	1.529,7	48,0	2,7
Tocantins	2.632,5	86,8	2.579,4	81,0	(2,0)
Pará	1.333,0	43,9	1.632,2	51,2	22,4
Goiás	1.959,8	64,6	1.660,7	52,1	(15,3)
Minas Gerais	2.011,8	66,3	1.826,1	57,3	(9,2)
Mato G. do Sul	3.430,5	113,1	4.062,3	127,5	18,4
Piauí	1.469,7	48,4	1.140,6	35,8	(22,4)
Outros estados	2.080,9	68,6	2.020,7	63,4	(2,9)

FONTE: IBGE (16).

TABELA 6/i - ARROZ - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA - SANTA CATARINA - 2000 e 2001

ÁREA COLHIDA (ha)					
MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS	2000	% SANTA CATARINA	2001	% SANTA CATARINA	CRESCIMENTO %
Santa Catarina	134.952	100,0	137.159	100,0	1,6
Araranguá	42.270	31,3	43.970	32,1	4,0
Joinville	18.765	13,9	18.325	13,4	(2,3)
Tubarão	17.011	12,6	17.340	12,6	1,9
Criciúma	15.348	11,4	15.630	11,4	1,8
Rio do Sul	10.613	7,9	11.037	8,0	4,0
Blumenau	8.409	6,2	8.549	6,2	1,7
Itajaí	7.887	5,8	8.795	6,4	11,5
Chapecó	2.335	1,7	2.160	1,6	(7,5)
São Miguel do Oeste	1.968	1,5	1.815	1,3	(7,8)
Xanxerê	1.131	0,8	925	0,7	(18,2)
Concórdia	1.242	0,9	1.193	0,9	(3,9)
Canoinhas	1.663	1,2	1.392	1,0	(16,3)
Florianópolis	2.086	1,5	2.090	1,5	0,2
Joaçaba	1.343	1,0	1.283	0,9	(4,5)
Campos de Lages	1.029	0,8	892	0,7	(13,3)
Curitibanos	494	0,4	414	0,3	(16,2)
Tijucas	790	0,6	788	0,6	(0,3)
Ituporanga	304	0,2	318	0,2	4,6
Tabuleiro	174	0,1	173	0,1	(0,6)
São Bento do Sul	90	0,1	70	0,1	(22,2)
PRODUÇÃO (t)					
Santa Catarina	799.031	100,0	885.653	100,0	10,8
Araranguá	245.204	30,7	283.685	32,0	15,7
Joinville	132.632	16,6	147.429	16,6	11,2
Tubarão	100.684	12,6	110.410	12,5	9,7
Criciúma	93.677	11,7	98.758	11,2	5,4
Rio do Sul	78.142	9,8	84.689	9,6	8,4
Blumenau	60.356	7,6	63.359	7,2	5,0
Itajaí	52.295	6,5	61.153	6,9	16,9
Chapecó	3.658	0,5	3.581	0,4	(2,1)
São Miguel do Oeste	3.788	0,5	3.790	0,4	0,1
Xanxerê	1.941	0,2	1.525	0,2	(21,4)
Concórdia	1.733	0,2	1.742	0,2	0,5
Canoinhas	3.964	0,5	3.543	0,4	(10,6)
Florianópolis	8.459	1,1	8.973	1,0	6,1
Joaçaba	2.493	0,3	2.783	0,3	11,6
Campos de Lages	1.457	0,2	1.342	0,2	(7,9)
Curitibanos	986	0,1	916	0,1	(7,1)
Tijucas	4.799	0,6	4.796	0,5	(0,1)
Ituporanga	1.789	0,2	2.145	0,2	19,9
Tabuleiro	794	0,1	886	0,1	11,6
São Bento do Sul	180	0,02	148	0,02	(17,8)

(continua)

(conclusão)

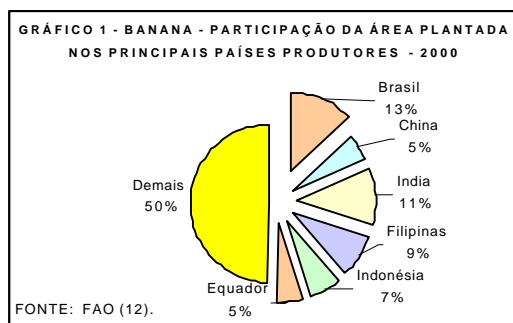
MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS	2000	% SANTA CATARINA	2001	% SANTA CATARINA	CRESCIMENTO %
RENDIMENTO (kg/ha)					
Santa Catarina	5.920,9	100,0	6.457,1	100,0	9,1
Araranguá	5.800,9	98,0	6.451,8	99,9	11,2
Joinville	7.068,1	119,4	8.045,2	124,6	13,8
Tubarão	5.918,8	100,0	6.367,4	98,6	7,6
Criciúma	6.103,5	103,1	6.318,5	97,9	3,5
Rio do Sul	7.362,9	124,4	7.673,2	118,8	4,2
Blumenau	7.177,5	121,2	7.411,3	114,8	3,3
Itajaí	6.630,5	112,0	6.953,2	107,7	4,9
Chapecó	1.566,6	26,5	1.657,9	25,7	5,8
São Miguel do Oeste	1.924,8	32,5	2.088,2	32,3	8,5
Xanxerê	1.716,2	29,0	1.648,6	25,5	(3,9)
Concórdia	1.395,3	23,6	1.460,2	22,6	4,6
Canoinhas	2.383,6	40,3	2.545,3	39,4	6,8
Florianópolis	4.055,1	68,5	4.293,3	66,5	5,9
Joaçaba	1.856,3	31,4	2.169,1	33,6	16,9
Campos de Lages	1.415,9	23,9	1.504,5	23,3	6,3
Curitibanos	1.996,0	33,7	2.212,6	34,3	10,9
Tijucas	6.074,7	102,6	6.086,3	94,3	0,2
Ituporanga	5.884,9	99,4	6.745,3	104,5	14,6
Tabuleiro	4.563,2	77,1	5.121,4	79,3	12,2
São Bento do Sul	2.000,0	33,8	2.114,3	32,7	5,7

FONTE: FAO (17).

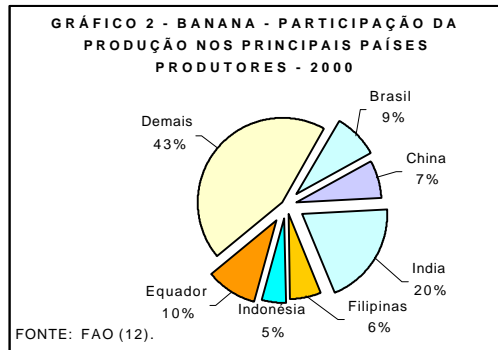
Cesar A. Freyesleben Silva

BANANA

A banana é uma das mais importantes espécies cultivadas no mundo. Sua importância se caracteriza pelo grande número de empregos gerados na atividade comercial da fruta e, mais particularmente, na alimentação humana, uma vez que ela representa para grande parte da população mundial o alimento básico na dieta diária, notadamente por seu alto valor energético.



No ano 2000 foram cultivados 3.995.034 hectares em todo o mundo e produzidas 64.627.049 toneladas. A maior produção foi obtida na Índia e a maior área plantada é a do Brasil, conforme gráficos 1 e 2, onde estão representados os mais importantes produtores do mundo.



A atividade bananeira no Brasil é importante por ser a segunda fruta em produção, superada apenas pelo volume obtido com laranjas, e ainda por ser o País o maior consumidor mundial, mesmo sendo o terceiro em produção. O consumo nacional está ao redor de 22 kg/habitante/ano.

Nos últimos anos, a atividade vem superando problemas de qualidade e apresentação da fruta no mercado graças a programas governamentais que visam aumentar as exportações, os quais, em consequência, têm contribuído para a diminuição das perdas que acontecem desde a produção até a mesa do consumidor.

A última safra brasileira foi atingida, na maioria dos estados produtores, por temperaturas muito baixas durante quase todo o inverno, estabelecendo uma queda de 10% na produção nacional. Os estados mais atingidos pelas baixas temperaturas foram os das Regiões Sul e Sudeste e, dentre eles, o Rio Grande do Sul, com produção 35% menor que na safra anterior. A redução de área em outros estados também contribuiu para a menor produção nacional nesta temporada. É o caso do estado do Pará, que, por conta da menor área plantada, apresentou redução de 46% na produção estadual, conforme tabela 1.

Em Santa Catarina, apesar do inverno longo e rigoroso, houve recuperação de grande parte das áreas atingidas, principalmente no litoral norte. Esta recuperação foi determinada pela firme intenção do bananicultor catarinense em se decidir por uma adubação mais pesada e por um controle mais rígido das pragas e doenças nos pomares. Mesmo assim, ocorreu uma pequena redução na produção estadual, como se pode observar na tabela 2.

A participação catarinense na produção nacional, entretanto, continua ao redor de 10% do volume ofertado, mas a qualificação de sua produção tem-se destacado e distanciado cada vez mais da produção de outros estados da Federação, com exceção de alguns estados nordestinos, aos quais a qualidade da fruta, aliada à maior proximidade da Europa, tem credenciado para atender àquele mercado.

Um sintoma da preferência da banana catarinense no Mercosul, em detrimento das outras nacionais, tem sido o aumento gradual e considerável dos volumes exportados nos últimos anos, conforme a tabela 3.

Outro aspecto que dá notoriedade à bananicultura catarinense tem sido o de ganhos em produtividade. Graças ao uso adequado das tecnologias de produção e do aprimoramento crescente das práticas recomendadas de pós-colheita, as lavouras superaram as dos demais estados também em produtividade. O gráfico 3 aponta a liderança da bananicultura de Santa Catarina em rendimento por hectare.

TABELA 1/I - BANANA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO - SAFRAS 98/99-00/01

ESTADOS	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	98/99	99/00	00/01	98/99	99/00	00/01	98/99	99/00	00/01
Rondônia	7.985	7.947	7.939	47.336	47.192	46.960	5.915	5.938	5.928
Acre	6.680	6.858	6.596	62.368	61.008	58.800	8.914	8.896	9.337
Amazonas	43.574	43.574	43.574	287.130	287.130	288.372	6.618	6.589	6.589
Roraima	3.500	3.500	4.000	30.800	30.800	30.800	7.700	8.800	8.800
Pará	57.356	60.019	57.159	478.788	861.816	466.720	8.165	14.359	8.348
Tocantins	5.316	5.035	5.030	32.070	30.620	30.260	6.016	6.081	6.033
Maranhão	12.052	11.678	11.725	120.690	116.940	120.370	10.266	10.014	10.014
Piauí	2.824	2.777	2.792	31.797	30.906	31.077	11.131	11.129	11.260
Ceará	42.353	42.661	42.767	346.990	368.190	370.680	8.667	8.631	8.193
Rio G. do Norte	3.715	3.792	3.811	59.916	62.316	73.452	19.274	16.434	16.128
Paraíba	16.962	16.467	17.153	206.100	247.880	246.620	14.378	15.053	12.151
Pernambuco	33.245	35.221	38.000	331.668	391.032	342.000	9.000	11.102	9.976
Alagoas	3.623	3.984	4.122	32.571	36.378	37.575	9.116	9.131	8.990
Sergipe	3.648	3.809	4.060	32.481	33.192	34.605	8.523	8.714	8.904
Bahia	47.733	49.570	46.438	518.270	568.950	556.070	11.974	11.478	10.858
Minas Gerais	41.147	41.556	41.290	414.700	460.870	439.000	10.632	11.090	10.078
Espírito Santo	22.122	20.772	19.620	166.176	156.267	142.848	7.281	7.523	7.512
Rio de Janeiro	28.978	28.859	28.859	148.050	151.461	152.109	5.271	5.248	5.109
São Paulo	52.120	51.470	56.730	896.000	892.500	821.660	14.484	17.340	17.191
Paraná	6.000	5.500	6.000	113.760	85.800	93.600	15.600	15.600	18.960
Santa Catarina	25.603	25.996	26.288	535.856	546.032	540.960	20.578	21.004	20.929
Rio G. do Sul	11.191	10.724	6.901	93.100	108.360	69.910	10.130	10.104	8.319
Mato G. do Sul	4.827	4.413	4.073	55.704	45.432	47.184	11.585	10.295	11.540
Mato Grosso	31.119	27.674	26.323	217.710	182.060	165.520	6.288	6.579	6.996
Goiás	12.581	12.640	13.411	140.470	144.250	146.550	10.928	11.412	11.165
Distrito Federal	149	145	140	1.890	1.870	1.800	12.857	12.897	12.685
TOTAL	526.403	526.641	524.783	5.402.391	5.949.252	5.355.552	10.205	11.297	10.263

FONTE: IBGE (14).

TABELA 2/I - BANANA - ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE SANTA CATARINA - 1998-2000

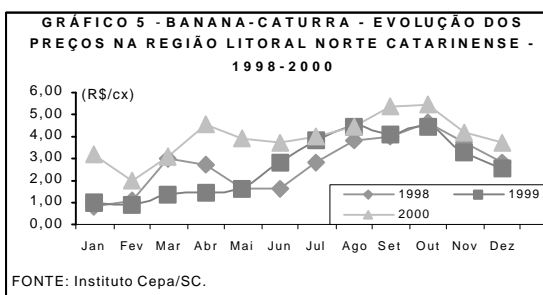
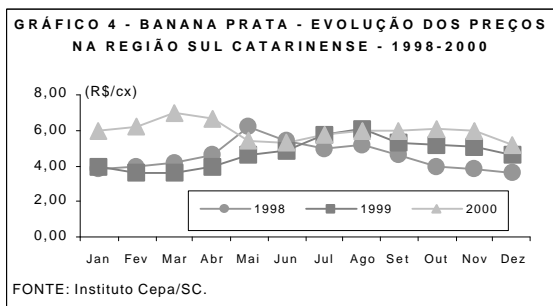
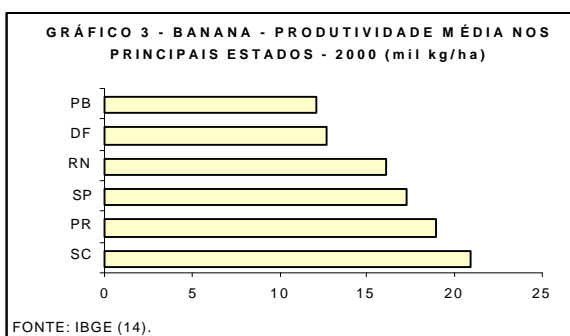
MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Araranguá	5.444	5.519	5.239	65.430	66.228	62.868
Blumenau	3.616	3.814	3.834	94.400	95.150	95.055
Canoinhas	50	50	50	650	650	650
Chapecó	13	12	17	91	84	119
Concórdia	23	10	10	138	60	60
Criciúma	2.201	2.271	2.311	26.815	27.152	27.732
Florianópolis	484	556	661	5.808	6.672	7.932
Itajaí	2200	2.345	2.458	54.600	56.280	58.992
Joinville	10.845	10.972	10.969	278.125	284.300	278.112
Sao Bento do Sul	286	286	286	4.006	4.008	4.004
Tabuleiro	29	32	29	348	384	348
Tijucas	110	120	122	1.320	1.440	1.464
Tubarão	302	302	302	3.925	3.624	3.624
TOTAL	25.603	26.289	26.288	535.656	546.032	540.960

FONTE: IBGE (14).

TABELA 3/I - BANANA - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA E PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA - 1994-2000

ANO	BRASIL	SANTA CATARINA	PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA
1994	51.865	1.047	2,02
1995	12.521	514	4,11
1996	29.957	9.950	33,21
1997	40.070	12.024	30,01
1998	68.555	26.043	37,99
1999	81.227	46.354	57,07
2000	71.812	32.090	44,69

FONTE: Secex/Decex (19).



O mercado, durante boa parte do período, se apresentou pouco ofertado. As dificuldades de abastecimento após o inverno rigoroso acabaram por determinar uma verdadeira corrida na procura por banana na zona produtora de Santa Catarina, principalmente dos compradores paulistas. Com isso, os preços aos produtores permaneceram acima dos níveis habituais, dificultando, inclusive, boa parte das exportações. Para muitos compradores da Argentina e do Uruguai, os preços apresentados dificultavam o repasse, anulando algumas transações. Na média, de janeiro a dezembro, os produtores receberam R\$ 3,98/cx de 22 a 25 quilos pela banana-caturra vendida no litoral norte e R\$ 5,97/cx de 22 a 25 quilos pela banana-prata comercializada no sul do estado. Os gráficos 4 e 5 apresentam a evolução dos preços nas duas principais

regiões produtoras do estado e mostram a supremacia dos preços no ano 2000 em relação aos dois anos anteriores.

Para a próxima safra, espera-se aumento na área plantada, na produtividade das lavouras e, principalmente, no ganho em qualidade da fruta em todo o País,

especialmente pelo prometido apoio governamental. Um desses programas tem como objetivo aumentar os resultados das exportações de frutas e derivados para a marcante cifra de 1 bilhão de dólares em 2005.

Para tanto, o ministro da Agricultura afirmou que até 2003 deverá ser implantado o sistema de rastreabilidade no setor. Ou seja, cada produto receberá um selo, certificando sua origem e o cumprimento de padrões de qualidade.

O governo também estabeleceu quais serão as culturas que receberão atenção prioritária no apoio. São justamente as frutas que lideram a pauta de exportação: manga, maçã, melão, uva, banana, pêssego, ameixa, nectarina, limão e outros citros. A meta é estabelecer sistemas de produção integrados com métodos de controle de origem e de qualidade, aliados ao monitoramento de resíduos e controle de pragas. Para apoiar este programa, o governo federal irá liberar R\$ 150 milhões neste ano.

Admir Tadeo de Souza

BATATA

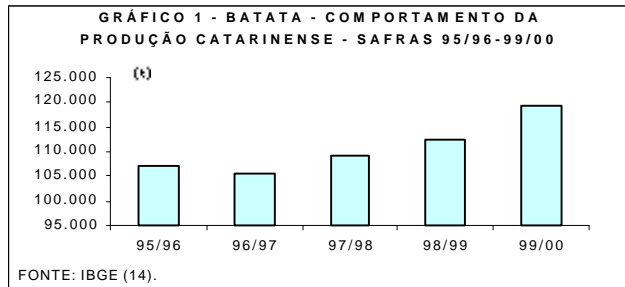
Os números oficiais da bataticultura catarinense, correspondentes ao ano agrícola 99/00, mostraram-se extremamente satisfatórios comparativamente aos resultados alcançados na safra imediatamente precedente e relativamente aos apresentados pelas demais unidades federativas do País.

Santa Catarina foi um dos poucos grandes estados produtores a registrar crescimento da atividade, numa safra em que a produção nacional apresentou forte recuo de valores, tendo em vista o desestímulo reinante no meio produtor frente aos preços de comercialização do tubérculo.

A produção estadual dessa safra, de acordo com dados do IBGE, totalizou aproximadamente 119,2 mil toneladas, revelando um modesto crescimento de 6,0% em relação ao montante colhido na safra passada.

O volume em questão não difere significativamente dos resultados alcançados nos últimos anos e pouco interferiu no abastecimento e na formação dos preços internos, mesmo porque a bataticultura catarinense é atividade de pequenos e médios produtores rurais, e a produção colhida, com algumas exceções, é direcionada ao auto-abastecimento estadual

O desempenho da produção estadual de batata nos últimos anos apresentou o seguinte comportamento, conforme demonstrado no gráfico 1.



Do montante da produção estadual desta safra, cerca de 95,0 mil toneladas corresponderam ao cultivo da primeira safra, ou das águas, e 24,2 mil toneladas foram originárias da segunda safra, ou das secas mais a de inverno.

O quantitativo da área cultivada somou 10.492 hectares (8.128 ha e 2.364 ha, no primeiro e segundo plantios, respectivamente) e foi 4,6% menor que o total implantado na safra 98/99. A produtividade média obtida, de 11.364 kg/ha, superou em 11,1% o rendimento alcançado anteriormente.

A exemplo de anos anteriores, o maior volume da produção estadual desta safra originou-se das microrregiões dos Campos de Lages, Tubarão e Canoinhas, as quais, em conjunto, responderam por mais de 55% do total da oferta interna.

No contexto do País, o resultado da safra 99/00 espelhou o descontentamento dos bataticultores em relação ao comportamento do mercado nos três últimos anos, de preços muito baixos, às vezes inferiores aos custos de produção.

À exceção do dado relativo ao índice de produtividade média (que se mostrou em ascensão face à maior adoção de novas tecnologias produtivas, determinada pela necessidade de redução de custos por parte dos produtores), os demais valores estatísticos apresentaram-se em recuo, destacando-se a diminuição de 14,8% na área de plantio da cultura.

A perda de interesse pela atividade abrangeu todos os grandes estados produtores e, conseqüentemente, interferiu no resultado final em nível nacional.

De acordo com informações do IBGE, o total da produção brasileira dessa safra totalizou aproximadamente 2.561,3 mil toneladas, ou seja, apresentou-se diminuído em 11,8%, comparativamente ao montante colhido na safra anterior.

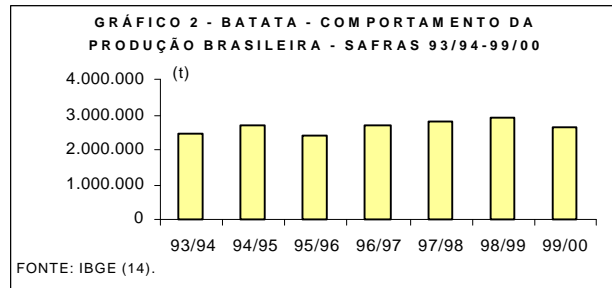
TABELA 1/I - BATATA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - BRASIL - SAFRA 99/00

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Minas Gerais	33.137	707.570	21.353
São Paulo	27.665	633.520	22,900
Paraná	36.107	631.730	17
Rio G. do Sul	39.535	391.183	9,895
Santa Catarina	10.492	119.227	11,364
Outros estados	3.710	78.088	21.048
BRASIL	150.646	2.561.318	17.002

Fonte: IBGE (14).

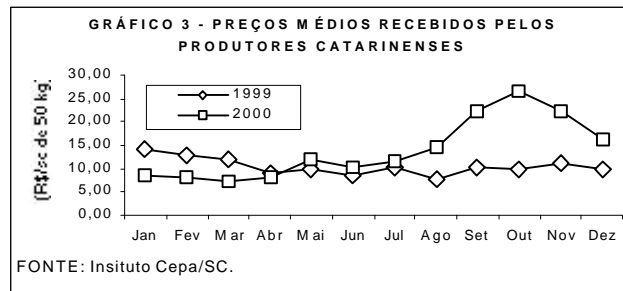
A área cultivada no País somou 150.646 hectares e a produtividade obtida, 17.002 kg/ha.

O desempenho da atividade, por estado produtor, apresentou-se conforme a tabela 1.



Com a oficialização destes dados, o nível da produção nacional cai para índices de oferta inferiores aos registrados nos três últimos anos e se assemelha aos valores obtidos em meados da década de 90, conforme demonstrado no gráfico 2.

Embora a maioria dos grandes estados produtores tenha registrado diminuição dos valores da cultura nesta safra, Minas Gerais pode ser apontado como o principal responsável pela redução verificada em nível nacional, comparativamente aos valores da safra anterior. Principal produtor brasileiro de batatas, com colheitas correspondentes a cerca de 30% da oferta interna, apresentou reduções de 23,5% no plantio e 25,3% no total da produção bruta colhida.



Convém lembrar que o fraco desempenho da atividade neste ano agrícola foi reflexo direto da colheita recorde do ano de 99 e de suas implicações sobre os preços de comercialização do produto, os quais, aliados ao baixo poder

aquisitivo da população brasileira, situaram-se em nível muito baixo (gráfico 3), aquém das expectativas dos produtores, os quais, muitas vezes, acumularam prejuízos, de vez que os valores de venda situaram-se em patamar inferior ao dos custos de produção.

Com relação à safra 00/01, as informações disponíveis para Santa Catarina revelam a possibilidade de um pequeno aumento da produção a ser colhida, creditado, particularmente, a uma maior utilização pelos produtores de melhores e mais modernas tecnologias produtivas e ao registro de condições climáticas favoráveis ao longo do ciclo da cultura.

Segundo o IBGE, a área plantada deverá situar-se ao redor de 10,4 mil hectares e o total da produção a ser colhida poderá superar 125 mil toneladas.

Em nível nacional, a expectativa é de que a atividade mostre recuperação frente aos valores da campanha passada. Os excelentes preços de comercialização registrados a partir do segundo semestre do ano passado, quando foi iniciado o plantio desta nova safra, são parâmetros que reforçam esta expectativa.

TABELA 2/I - BATATA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO - SAFRAS 97/98-99/00

ESTADOS	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	97/98	98/99	99/00	97/98	98/99	99/00	97/98	98/99	99/00
Distrito Federal	558	480	373	17.817	15.482	12.207	31,930	32,254	32,727
Goiás	1.630	1.835	-	51.000	52.150	-	31,288	28,420	-
Bahia	1.225	1.190	1.746	16.500	27.610	49.122	13,469	23,202	28,134
Ceará	3	35	-	15	189	-	5,000	5,400	-
Paraíba	1.208	809	920	2.400	4.601	6.660	1,987	5,687	7,239
Pernambuco	110	130	-	950	900	-	8,636	6,923	-
Sergipe	42	32	27	309	239	203	7,357	7,469	7,519
Espírito Santo	546	570	542	7.766	8.628	8.578	14,223	15,137	15,827
Minas Gerais	44.056	44.735	33.137	986.023	991.310	707.570	22,381	22,160	21,353
Rio de Janeiro	158	144	102	1.556	1.730	1.318	9,848	12,014	12,922
São Paulo	28.970	31.380	27.665	640.200	676.130	633.520	22,099	21,547	22,900
Paraná	43.588	41.426	36.107	588.887	612.227	631.730	13,510	14,779	17,496
Rio G. do Sul	46.785	42.975	39.535	361.432	401.303	391.183	7,725	9,338	9,895
Santa Catarina	10.577	10.997	10.492	109.326	112.451	119.227	10,336	10,226	11,364
BRASIL	179.456	176.738	150.646	2.784.181	2.904.950	2.561.318	15,515	16,436	17,002

Fonte: IBGE (14).

Guido Boeing

CEBOLA

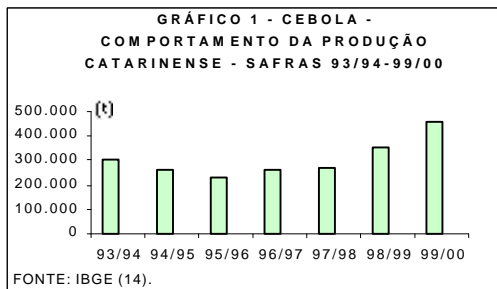
Os números revelados pela cebolicultura catarinense na safra 99/00 foram, mais uma vez, a exemplo dos verificados nas últimas safras, extraordinários e superaram as mais otimistas expectativas relacionadas à cultura.

O total da produção estadual, segundo o IBGE, totalizou aproximadamente 456,0 mil toneladas, um novo recorde na oferta estadual do produto, que se mostrou quantitativamente superior em 107,4 mil toneladas em relação à colheita da safra 98/99. Percentualmente, registrou evolução de 30,8% frente ao volume de 348,6 mil toneladas colhidas na safra anterior.

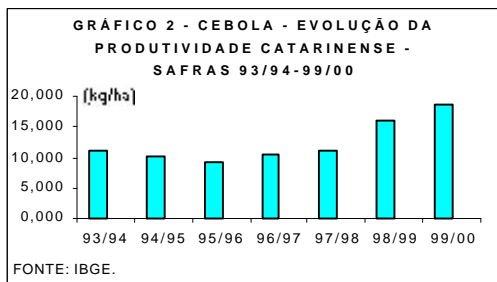
O quantitativo da área plantada somou 24.241 hectares e a produtividade obtida, 18.813 kg/ha. Comparativamente aos números da safra imediatamente anterior, os atuais valores mostram-se evoluídos em 12,1% e 17,7%, respectivamente.

Com a oficialização dessa produção estadual, Santa Catarina confirma, pelo quarto ano consecutivo, o destaque de principal produtor nacional de cebola, com a expressiva participação de 39,9% do total da produção brasileira. Esta contribuição, aliás, tem-se apresentado crescente nos últimos anos, tendo em vista o significativo aumento da oferta estadual.

O comportamento da produção catarinense apresentou-se, nos últimos anos, conforme o gráfico 1.



O extraordinário crescimento da produção estadual, conforme demonstrado no gráfico 2, tem refletido diretamente os excelentes ganhos de produtividade média (haja vista que os valores de área plantada têm-se apresentado de certa forma estabilizados), em razão da adoção, pelos produtores, de mais modernas e eficientes tecnologias produtivas.



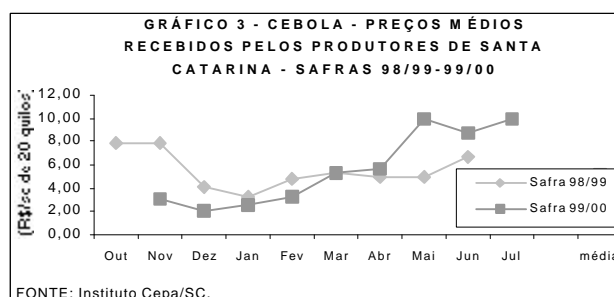
Do volume de 456,0 mil toneladas colhidas nesta safra, estima-se que 320,0 mil tenham sido direcionadas ao mercado. A produção restante se perdeu nas fases de colheita e no processo pós-colheita do produto.

Não obstante o elevado volume de oferta catarinense desta safra, a comercialização da produção transcorreu de forma excepcional, graças à excelente qualidade do produto colhido, beneficiado por condições climáticas favoráveis e por uma maior conscientização do produtor nos aspectos relacionados aos padrões de beneficiamento e classificação do bulbo.

A venda da produção realizou-se na mais completa tranquilidade, sem as preocupações vividas em anos anteriores, relacionadas com a oferta de outros estados e, sobretudo, com o produto importado da Argentina.

O preço médio ponderado, recebido pelo produtor catarinense, alcançou R\$ 5,13/sc de 20 quilos e foi 10,3% maior que o valor obtido na safra 98/99, apesar de o volume ofertado ter superado em mais de 10% o total das vendas do ano anterior. Apresentou-se evoluído em mais de 90% relativamente ao custo de produção da cultura e movimentou para o estado recursos que totalizaram o extraordinário montante de R\$ 82,1 milhões.

O comparativo dos preços recebidos pelos cebolicultores locais nas duas últimas safras em Santa Catarina é mostrado no gráfico 3.



Em nível nacional, os dados do desempenho da cebolicultura brasileira, correspondentes ao ano agrícola 99/00, revelaram, mais uma vez, a exemplo do registrado na safra anterior, crescimento do volume da produção colhida, apesar do recuo da área plantada.

De acordo com as últimas avaliações oficiais, a colheita desta safra totalizou aproximadamente 1.141,8 mil toneladas, ou seja, mostrou-se evoluída em 15,5% comparativamente ao volume alcançado na safra 98/99. O total da área plantada somou 66,4 mil hectares e a produtividade obtida, 17.192 kg/ha.

Os valores atualmente divulgados são conclusivos desta campanha ceboleira. Poderão, eventualmente, acusar pequenas alterações decorrentes de ajustes na informações estaduais.

O resultado desta safra ratifica o comportamento que se vinha verificando nos últimos anos, de recuo na área plantada e, a partir das duas últimas safras, de forte crescimento da produção brasileira, face ao extraordinário ganho de produtividade média. Apenas neste cultivo a evolução foi de 16,2% em comparação ao rendimento da safra anterior.

Além de todos os aspectos positivos decorrentes do aumento da produção nacional e, sobretudo, dos ganhos apresentados pela atividade em Santa Catarina, o reflexo mais importante se deu sobre os níveis de importação, especialmente da Argentina, cujo produto chegou a responder por quase 40% da demanda estimada para o País.

Com efeito, face ao grande volume da produção nacional, aliados à desvalorização cambial, que encareceu sobremaneira as compras externas, os volumes de importação reduziram-se substancialmente e determinaram sérios prejuízos aos produtores argentinos.

As aquisições brasileiras no corrente ano totalizaram apenas 75,1 mil toneladas, ou seja, apresentaram um recuo de 66,5% comparativamente ao volume importado no ano passado.

Com relação ao período 2000/2001, em nível nacional ainda não se dispõe de informações estatísticas oficiais, tendo em vista o prolongado calendário de implantação da cultura, o qual se estende ao longo de todos os meses do ano.

Para o estado de Santa Catarina, os dados do IBGE projetam uma colheita bruta de 375 mil toneladas e um total de área plantada estimado de 24.114 hectares.

A expectativa de uma colheita 17,8% menor que a da safra do ano 99/00 é atribuída ao registro de condições climáticas adversas ao longo de todo o ciclo vegetativo da cultura.

O Centro de Qualidade em Horticultura da Ceagesp, divulgou, recentemente, os novos padrões de classificação da cebola para a comercialização no mercado interno brasileiro.

As normas propostas são parte integrante do Programa Brasileiro para a Melhoria do Padrões Comerciais e Embalagens de Hortigranjeiros. Os novos padrões não contradizem, mas alteram ligeiramente as normas constantes da Portaria nº 529, de 18 de março de 1995, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, atualmente em vigor no Brasil e nos demais países do Mercosul, especialmente nos itens relativos a "classes ou calibres" e "tipos", assim como no aspecto relativo aos percentuais de defeitos (graves e leves) porventura encontrados nos bulbos a serem comercializados.

Pelas novas normas, a cebola passa a ser classificada em sete classes (de acordo com o maior diâmetro transversal do bulbo), conforme estabelecido na tabela 1.

TABELA 1/I - CLASSES OU CALIBRES CONFORME O MAIOR DIÂMETRO TRANSVERSAL DO BULBO

CLASSE (1)	CALIBRE	CLASSE (2)
0	Menor que 15 mm	10
1	Maior que 15 até 35 mm	15
2	Maior que 35 até 50 mm	35
3	Maior que 50 até 60 mm	50
3 cheio	Maior que 60 até 70 mm	60
4	Maior que 70 até 90 mm	70
5	Maior que 90 mm	90

FONTE: Ceagesp (CQH) (6).

(1) Designação da classe conforme portaria nº 529, de 18.3.95.

(2) Designação complementar da classe e de uso não-obrigatório, que estabelece referência ao menor calibre da cebola por classe.

Permite-se, dentro de uma mesma embalagem, a mistura de até 10% de bulbos de classe imediatamente superior ou inferior à classe indicada no rótulo da embalagem.

Com relação ao "tipo" ou "categoria" determinado pela ocorrência de defeitos graves ou leves, os novos padrões ficaram assim determinados, conforme demonstrado na tabela 2.

TABELA 2/I - LIMITES MÁXIMOS DE DEFEITOS POR TIPO

DEFEITOS/CATEGORIAS	EXTRA	CATEGORIA I	CATEGORIA II	CATEGORIA III
Talo Grosso	0	3	5	20
Brotado	0	0	3	10
Podridão	0	0	1	1
Mofado	2	3	5	5
Mancha Negra	2	3	5	5
Total Graves	2	5	10	20
Total Leves	5	10	15	100
Total Geral	5	10	15	100

FONTE: Ceagesp (CQH) (6).

Defeitos (medidos em percentual).

A adoção das novas normas pelos produtores é passo imprescindível para a utilização de métodos modernos de comercialização; é necessário para a construção de um sistema confiável de informação de mercado; é requerido para a adequada destinação do produto, cada qual para o seu nicho de mercado; é indispensável para a transparência na comercialização e para a promoção comercial do produto.

TABELA 3/I - CEBOLA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO - SAFRAS 97/98-99/00

ESTADOS	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	97/98	98/99	99/00	97/98	98/99	99/00	97/98	98/99	99/00
Pernambuco	3.863	4.350	3.163	55.000	62.351	48.573	14.238	14.334	15.357
Bahia	4.924	4.703	4.518	66.487	58.069	74.667	13.503	12.347	16.527
Minas Gerais	1.022	1.864	2.071	19.402	43.834	55.556	18.984	23.516	26.826
São Paulo	10.680	12.710	10.620	200.740	245.420	272.560	18.796	19.309	25.665
Paraná	6.243	4.543	5.200	56.239	47.882	52.800	9.008	10.540	10.154
Santa Catarina	24.600	21.806	24.241	272.700	348.630	456.036	11.085	15.988	18.813
Rio Grande do Sul	16.637	16.648	16.603	166.147	177.349	181.621	9.987	10.653	10.939
Outros	133	173	-	1.517	5.123	-	11.406	29.613	-
BRASIL	68.102	66.797	66.416	838.232	988.658	1.141.813	12.308	14.801	17.192

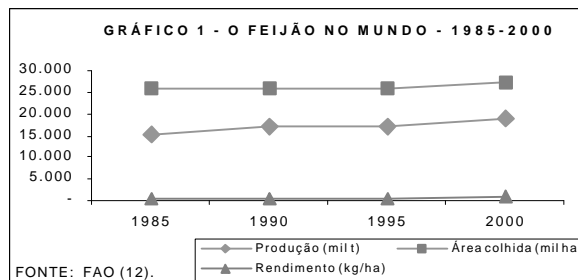
FONTE: IBGE (14).

Guido Boeing

FEIJÃO

Produção mundial em crescimento

Embora o consumo mundial de feijão, ou melhor, dos feijões, venha caindo segundo a FAO (de 27 kg/pessoa/ano em 1985 para 23 kg/pessoa/ano em 1999), embora



rendimento relativo seja baixo, haja uma imensa diversidade de tipos e variedades, a mecanização de suas colheitas ainda enfrente obstáculos de ordem técnico-científica, etc., o cultivo do feijão vem-se expandindo em âmbito mundial. Mais concretamente,

desde 1985 cresceu 4,5% em área e 25% em produção, resultando numa elevação de 19,5% no rendimento por hectare (Gráfico 1).

Os dez países que hegemonizam seu cultivo produzem 75% do total mundial. Desses, China (15,5%) e Coréia do Norte (3,5%) reduziram sua produção no período considerado. Os demais países apresentaram percentuais de incremento na produção desse grão que variaram numa amplíssima faixa, cujo ápice é o de Mianmar (264%) (Tabela 1).

Em termos de quantidade produzida de feijão no mundo, a Índia e o Brasil distinguem-se facilmente desse conjunto por participarem com 23%, a primeira, e 16% o segundo.

TABELA 1/I - FEIJÃO - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO NOS PRINCIPAIS PAÍSES - 1985-2000

PAÍSES	1985	1990	1995	2000	% sobre Total 2000	EVOLUÇÃO (%)	
						2000/1995	2000/1985
ÁREA COLHIDA (mil ha)							
Índia	9.458	9.791	8.500	9.700	35,8	14,1	2,6
Brasil	5.316	4.680	5.006	4.336	16,0	(13,4)	(18,4)
México	1.782	2.094	2.040	2.235	8,3	9,5	25,4
Mianmar	420	433	1.104	1.700	6,3	53,9	305,1
China	1.419	1.211	1.306	1.006	3,7	(23,0)	(29,1)
Uganda	334	495	600	699	2,6	16,5	109,0
Estados Unidos	600	844	767	650	2,4	(15,3)	8,4
Indonésia	386	502	510	560	2,1	9,8	45,1
Coréia do Norte	335	353	330	330	1,2	-	(1,5)
Argentina	191	207	221	276	1,0	24,9	44,2
Subtotal: 10 principais países	20.241	20.610	20.386	21.492	79,3	5,4	6,2
% principais países no mundo	78,1	79,3	79,2	79,3			
Área total	25.924	25.994	25.748	27.086	100,0		
PRODUÇÃO (mil t)							
Índia	3.128,0	4.086,0	3.400,0	4.340,0	22,9	27,6	38,7
Brasil	2.548,7	2.234,5	2.946,2	3.037,0	16,0	3,1	19,2
China	1.630,6	1.816,7	1.411,0	1.379,4	7,3	(2,2)	(15,4)
Mianmar	337,1	263,5	752,6	1.228,8	6,5	63,3	264,5
Estados Unidos	1.011,4	1.469,0	1.392,0	1.199,3	6,3	(13,8)	18,6
México	911,9	1.287,4	1.270,9	1.157,8	6,1	(8,9)	27,0
Indonésia	600,0	700,0	810,0	900,0	4,8	11,1	50,0
Uganda	266,8	396,0	390,0	420,0	2,2	7,7	57,4
Argentina	198,3	207,8	238,0	297,0	1,6	24,8	49,8
Coréia do Norte	290,0	325,0	250,0	280,0	1,5	12,0	(3,4)
Subtotal: 10 principais países	10.922,9	12.785,9	12.860,7	14.239,2	75,2	10,7	30,4
% dos principais países no mundo	71,9	75,1	74,8	75,2			
Produção total	15.196,1	17.027,6	17.185,4	18.943,5	100,0		
RENDIMENTO (kg/ha)							
Índia	330,7	417,3	400,0	447,4	64,0	11,9	35,3
Brasil	479,5	477,4	588,5	700,4	100,1	19,0	46,1
China	1.149,0	1.500,8	1.080,2	1.371,5	196,1	27,0	19,4
Mianmar	803,2	608,0	681,5	722,8	103,3	6,1	(10,0)
Estados Unidos	1.687,1	1.741,6	1.813,9	1.844,8	263,8	1,7	9,3
México	511,6	614,8	622,9	518,0	74,1	-16,8	1,3
Indonésia	1.554,4	1.393,2	1.588,2	1.607,1	229,8	1,2	3,4
Uganda	797,8	612,2	650,0	600,9	85,9	-7,6	(24,7)
Argentina	1.036,3	1.002,1	1.076,9	1.076,1	153,9	-0,1	3,8
Coréia do Norte	865,7	920,7	757,6	848,5	121,3	12,0	(2,0)
Média: 10 principais países	921,5	928,8	926,0	973,8	139,2	5,2	5,7
% principais países no mundo	63,6	70,5	72,1	71,8			
Rendimento médio	586,2	655,1	667,4	699,4	100,0	4,8	19,3

FONTE: FAO (12).

Produção do Mercosul em ritmo brasileiro

O cultivo de feijão também não passou imune à implementação do Mercosul. Basta examinar a evolução da produção argentina a partir da formação desse pequeno bloco econômico. Desde 1990, cresceu 35% em volume, 31,5% em área e 7,5% em rendimento.

Porém, as dessintonias entre as políticas econômico-financeiras das duas maiores economias do Mercosul - com reflexos no comportamento das taxas cambiais - têm acarretado a redução do nível de participação dos "porotos" negros o (feijão-preto argentino) no mercado interno brasileiro.

Assim o dizem os índices de crescimento da produção do país vizinho, que alcançaram sua mais expressiva produção na safra 98/99 (340 mil toneladas). Caiam na safra seguinte (297 mil toneladas) (Tabela 2) e subiram de novo na presente safra, alcançando patamar ligeiramente inferior ao da safra 98/99 (328 mil toneladas) (www.sagpya.mecon.gov.ar).

TABELA 2/I - FEIJÃO - VARIAÇÃO QÜINQUENAL - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - MERCOSUL - 1990-2000

PAÍSES	1990	1995	2000	% Mercosul 2000	2000/1995	2000/1990
ÁREA COLHIDA (ha)						
Mercosul	5.007,0	5.350,9	4.708,5	100,0	(12,0)	(6,0)
Brasil	4.680,1	5.006,4	4.336,3	92,1	(13,4)	(7,3)
Argentina	207,4	221,0	276,0	5,9	24,9	33,1
Chile	68,6	46,6	31,0	0,7	(33,4)	(54,8)
Paraguai	46,0	71,9	60,0	1,3	(16,6)	30,4
Uruguai	4,9	5,0	5,2	0,1	4,0	6,1
PRODUÇÃO (t)						
Mercosul	2.579,5	3.307,7	3.415,2	100,0	3,2	32,4
Brasil	2.234,5	2.946,2	3.037,0	88,9	3,1	35,9
Argentina	207,8	238,0	297,0	8,7	24,8	42,9
Chile	87,1	55,9	33,0	1,0	(41,0)	(62,1)
Paraguai	47,1	64,6	45,0	1,3	(30,4)	(4,4)
Uruguai	3,0	3,1	3,2	0,1	4,9	6,7
RENDIMENTO (kg/ha)						
Mercosul	877,1	874,7	841,3	100,0	(3,8)	(4,1)
Brasil	477,4	588,5	700,4	83,3	19,0	46,7
Argentina	1.002,1	1.076,9	1.076,1	127,9	(0,1)	7,4
Chile	1.270,2	1.200,0	1.064,5	126,5	(11,3)	(16,2)
Paraguai	1.023,5	898,1	750,0	89,1	(16,5)	(26,7)
Uruguai	612,2	610,0	615,4	73,2	0,9	0,5

FONTE: FAO (12).

Brasil: Instável mercado, instável produção

Os últimos cinco anos

Esse quadro de inconstância da produção argentina não poderia deixar de manter estreita correlação com o mercado ao qual dirige parte substantiva de sua produção. Assim, por exemplo, as importações brasileiras de feijão, depois de crescerem 19% entre os anos agrícolas 96/97 e o seguinte, reduziram-se praticamente à metade a partir do ano subsequente. Permanecem nesse patamar inclusive no corrente ano

agrícola. A boa produção do ano-safra 99/00, de 3,1 milhão de toneladas, voltou a altear os estoques de passagem do grão, que devem superar a casa das 510 mil toneladas ao final do corrente ano-safra. Para piorar um pouco mais a situação, vem-se delineando uma tendência de queda progressiva de consumo do feijão no Brasil – hoje em 2,9 milhões de toneladas, quando em 96/97 eram 3,2 milhões (www.conab.gov.br).

Em termos propriamente de produção, a de feijão vem evoluindo de modo peculiar: ao mesmo tempo em que eleva seu rendimento (aplicação de tecnologia), retrai sua área e quantidade. Entre os mesmos anos-safra (96/97 e 00/01), por exemplo, seu rendimento cresceu 9,5%, resultado de colheita menor em área (-14%) e quantidade produzida (-6%) (Tabela 3).

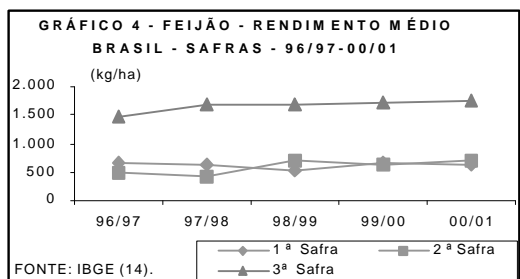
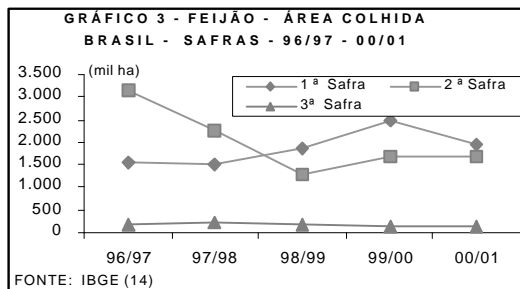
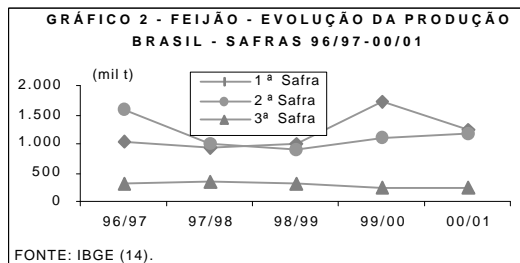
TABELA 3/I - FEIJÃO - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO NOS PRINCIPAIS ESTADOS BRASILEIROS - 1997-2001

ESTADOS	1997	1998	1999	2000	2001(1)	% Sobre Brasil 2001	% 2001/1997	% 2001/2000
ÁREA COLHIDA (ha)								
Brasil	4.401.770	3.313.621	4.154.194	4.332.314	3.786.179	100,0	(14,0)	(12,6)
Paraná	554.838	564.538	632.500	537.069	413.408	10,9	(25,5)	(23,0)
Bahia	807.578	439.777	652.154	826.693	630.649	16,7	(21,9)	(23,7)
Minas Gerais	451.806	432.595	454.444	436.329	411.637	10,9	(8,9)	(5,7)
São Paulo	212.870	208.390	261.500	211.700	205.150	5,4	(3,6)	(3,1)
Goiás	103.356	108.337	143.805	112.279	118.269	3,1	14,4	5,3
Santa Catarina	237.664	212.204	240.379	212.799	143.208	3,8	(39,7)	(32,7)
Rio Grande do Sul	186.701	181.202	197.083	181.713	148.856	3,9	(20,3)	(18,1)
Ceará	393.488	359.202	576.736	569.777	490.666	13,0	24,7	(13,9)
PRODUÇÃO (t)								
Brasil	2.840.243	2.191.153	2.830.915	3.038.238	2.673.659	100,0	(5,9)	(12,0)
Paraná	475.458	494.558	570.289	473.084	446.394	16,7	(6,1)	(5,6)
Bahia	472.929	221.125	348.873	540.125	381.105	14,3	(19,4)	(29,4)
Minas Gerais	350.762	338.966	381.215	407.097	372.146	13,9	6,1	(8,6)
São Paulo	221.100	254.430	293.600	237.776	232.683	8,7	5,2	(2,1)
Goiás	166.582	184.518	199.151	200.415	211.216	7,9	26,8	5,4
Santa Catarina	226.239	158.284	210.958	227.923	167.581	6,3	(25,9)	(26,5)
Rio Grande do Sul	139.796	119.273	158.363	146.375	143.796	5,4	2,9	(1,8)
Ceará	133.769	58.056	189.824	196.696	137.601	5,1	2,9	(30,0)
RENDIMENTO (kg/ha)								
Brasil	645,3	661,3	681,5	701,3	706,2	100,0	9,4	0,7
Paraná	856,9	876,0	901,6	880,9	1.079,8	152,9	26,0	22,6
Bahia	585,6	502,8	535,0	653,4	604,3	85,6	3,2	(7,5)
Minas Gerais	776,4	783,6	838,9	933,0	904,1	128,0	16,4	(3,1)
São Paulo	1.038,7	1.220,9	1.122,8	1.123,2	1.134,2	160,6	9,2	1,0
Goiás	1.611,7	1.703,2	1.384,9	1.785,0	1.785,9	252,9	10,8	0,1
Santa Catarina	951,9	745,9	877,6	1.071,1	1.170,2	165,7	22,9	9,3
Rio Grande do Sul	748,8	658,2	803,5	805,5	966,0	136,8	29,0	19,9
Ceará	340,0	161,6	329,1	345,2	280,4	39,7	(17,5)	(18,8)

FONTE: IBGE (14). (1) Estimativa jun/01.

Tal desempenho espelha muito mais o descenso da segunda safra do grão. Com efeito, no período afirmado, sua área ficou reduzida quase à metade dos valores da primeira safra 96/97. Como seu rendimento foi alçado em 40%, sua produção ficou um quarto menor do que a da citada safra.

A terceira safra, também de evolução irregular, vem mostrando tendência à redução. Estima-se que sua área, cuja implantação deve estar finalizada em agosto, será 23% inferior, mas sua produtividade crescerá 17% sobre os mesmos itens da safra acima



citada, o que implica uma queda de produção de 17% entre as mesmas safras.

A primeira safra de feijão – a safra das águas ou de verão – desenrolou-se de modo diferente das que lhe sucedem; no mesmo ano agrícola cresceu expressivamente em produção (21%) e em área (24,5%). O mesmo não aconteceu com sua produtividade por área; recuou 3% no período 96/97-00/01 (Gráficos 2, 3 e 4).

Dentre os principais estados produtores, apenas Goiás teve crescimento significativo no quinquênio 97/01(27%).

Os dois últimos anos agrícolas

O cultivo do feijão, nesse período, comportou-se de acordo com sua conhecida instabilidade. Estima-se

em 13% a redução da área total, em contraposição a quase 1% de ganho de produtividade na presente safra – números que deverão proporcionar uma produção 12% menor (Tabela 3).

A safra das águas reduziu-se acentuadamente nesse período: -22% de área colhida, - 27% da produção e – 7% da produtividade por área. São números que resultaram diretamente do mau desempenho da primeira safra do ano agrícola anterior, quando se entrecruzaram as ocorrências climáticas desfavoráveis e os baixos preços de um produto bastante ofertado até a entrada da segunda safra.

A safra das águas 00/01, porém, teve sua área de plantio reduzida na maioria dos estados produtores, basicamente devido à opção dos produtores pelo milho (que, na ocasião, apresentava condições mais favoráveis de mercado).

A severa estiagem, registrada na região produtora baiana nos primeiros meses do corrente ano, tornou mais drástico esse quadro (- 37% de área colhida, - 56% de produção e - 30% de rendimento por hectare).

Se a oferta foi menor, ela também foi mais bem distribuída no tempo, permitindo, em alguns momentos, dinamizar a comercialização do feijão, e, em outros, facilitando a prática da retenção da mercadoria por quem tem poderes para tal.

A subida dos preços do feijão no mercado incidiu positivamente sobre a safra da seca, ou segunda safra do feijão. Esta, cultivada quase que em igual área do ano agrícola 99/00, apresentou, em relação a ela, maior produtividade e, por decorrência, maior produção (ambas 8%).

Isto em que pesem os eventos climáticos:

- chuvas excessivas que dificultaram a continuidade do plantio no Sul do País e São Paulo;
- ausência de precipitações pluviométricas nas demais regiões do País - inclusive na Bahia, o maior produtor nacional -, que atrasou o preparo do solo e, conseqüentemente, o início do plantio.

Os preços remuneradores do produto colhido agilizaram sua comercialização.

Nesta segunda safra, o menor plantio - e produção - de feijão-preto (em níveis inferiores ao da safra anterior), parece acarretar dois tipos de conseqüências (já que a terceira, a importação, por ser suprida basicamente pela produção argentina, ainda não está na ordem do dia). A primeira, os produtores aumentarem o plantio deste tipo de feijão na terceira safra e, a segunda, os consumidores substituírem-no por outros produtos mais baratos, como o macarrão.

A terceira safra de feijão também sofreu influência do desempenho de mercado até então. Assim podem ser interpretados seus modestos aumentos de área (pouco mais de 3%) e produtividade (2%) que resultaram numa produção quase 6% maior do que na terceira safra do ano anterior (Tabela 3).

Os principais estados produtores

A produção goiana detém níveis de rendimento uma vez e meia superiores aos da média nacional e 35%-40% maiores que os da produção catarinense, paranaense e

paulista, que estão no segundo patamar. Além disso, Goiás foi o único estado produtor a ter crescimento significativo no quinquênio 97/01(27%) e a crescer entre os dois últimos anos-safra (5,5%). Santa Catarina e Minas Gerais caminharam em direção oposta, perdendo 26% e 19,5% de produção ao longo desses cinco anos. Contudo, à exceção do estado do Ceará, todos os demais mostram, no mesmo período, algum ganho de produtividade. Neste caso, a estiagem prolongada ocorrida no presente ano agrícola teve uma grande parcela de responsabilidade por esse desempenho negativo (que também atingiu Minas e Bahia). Mas há que se notar que, embora o Ceará tenha aumentado em 25% a área colhida com feijão, continua sendo o único dos grandes produtores de a não conseguir elevar seu baixíssimo rendimento por área (Tabela 3).

Santa Catarina - A produção total de feijão

No compasso da evolução da produção nacional dos feijões a deste estado também tende a aumentar em rendimento, enquanto diminui em área e produção. Nos últimos cinco anos, por exemplo, a produção total do grão em Santa Catarina caiu 40% em área, 26% em quantidade, mas cresceu 23% em rendimento. Para tanto contribuiu o comportamento de mercado dos dois últimos anos-safra, levando os produtores a plantarem - 32,7% e a produzirem - 26,5%, a despeito de terem elevado o rendimento da cultura em 9,3% (Tabela 4).

TABELA 4/I - FEIJÃO TOTAL - ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS - SANTA CATARINA - 1997-2001

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	1997	1998	1999	2000	2001(1)	% SANTA CATARINA 2001	% 2001/1997	% 2001/2000
ÁREA COLHIDA (ha)								
Santa Catarina	237.664	212.204	240.379	212.799	143.208	100,0	(39,7)	(32,7)
Curitibanos	34.280	26.333	34.147	29.767	21.220	14,8	(38,1)	(28,7)
Chapecó	83.860	65.843	74.641	61.268	31.306	21,9	(62,7)	(48,9)
Campos de Lages	27.678	27.161	27.320	23.166	19.972	13,9	(27,8)	(13,8)
Canoinhas	11.452	15.800	16.495	18.340	11.650	8,1	1,7	(36,5)
Joaçaba	13.091	12.335	11.964	12.825	12.091	8,4	(7,6)	(5,7)
Xanxerê	11.052	9.608	12.658	13.508	7.280	5,1	(34,1)	(46,1)
São M. do Oeste	17.000	14.477	14.804	13.570	10.100	7,1	(40,6)	(25,6)
Criciúma	6.995	9.160	11.525	9.635	7.840	5,5	12,1	(18,6)
Concórdia	10.510	8.288	8.628	8.860	6.190	4,3	(41,1)	(30,1)
Tubarão	6.363	6.245	7.640	6.955	5.300	3,7	(16,7)	(23,8)
Ituporanga	2.150	2.558	3.986	3.000	2.015	1,4	(6,3)	(32,8)
Rio do Sul	3.835	4.280	5.553	3.630	2.060	1,4	(46,3)	(43,3)
Tijucas	1.440	1.785	2.060	1.800	1.546	1,1	7,4	(14,1)
Araranguá	4.140	4.575	4.245	2.373	1.558	1,1	(62,4)	(34,3)
Tabuleiro	1.435	1.432	2.270	1.635	1.062	0,7	(26,0)	(35,0)
São Bento do Sul	475	568	710	690	690	0,5	45,3	0
Florianópolis	976	626	628	652	456	0,3	(53,3)	(30,1)
Itajaí	177	476	460	534	365	0,3	106,2	(31,6)
Blumenau	642	516	523	482	417	0,3	(35,0)	(13,5)
Joinville	113	138	122	109	87	0,1	(23,0)	(20,2)

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(conclusão)

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	1997	1998	1999	2000	2001(1)	% SANTA CATARINA 2001	% 2001/1997	% 2001/2000
QUANTIDADE PRODUZIDA (t)								
Santa Catarina	226.239	158.284	210.958	227.923	167.581	100,0	(25,9)	(26,5)
Curitibanos	45.585	31.904	50.327	46.782	30.126	18,0	(33,9)	(35,6)
Chapecó	69.185	25.663	40.669	46.157	27.377	16,3	(60,4)	(40,7)
Campos de Lages	27.652	22.424	26.475	22.996	24.304	14,5	(12,1)	5,7
Canoinhas	13.733	18.098	23.528	30.619	17.238	10,3	25,5	(43,7)
Joaçaba	15.433	11.288	13.163	17.156	16.856	10,1	9,2	(1,7)
Xanxerê	9.104	8.162	11.705	17.259	11.044	6,6	21,3	(36,0)
São M. do Oeste	12.893	5.389	7.373	10.453	8.742	5,2	(32,2)	(16,4)
Criciúma	5.776	10.289	10.393	9.325	7.134	4,3	23,5	(23,5)
Concórdia	8.445	4.694	4.195	5.711	6.109	3,6	(27,7)	7,0
Tubarão	4.296	5.247	6.704	6.318	5.188	3,1	20,8	(17,9)
Ituporanga	1.848	2.163	3.426	3.195	2.230	1,3	20,7	(30,2)
Rio do Sul	3.901	3.743	4.758	3.849	2.205	1,3	(43,5)	(42,7)
Tijucas	1.140	1.526	1.907	1.646	2.105	1,3	84,6	27,9
Araranguá	3.794	4.433	1.943	2.338	2.074	1,2	(45,3)	(11,3)
Tabuleiro	1.259	1.254	2.111	1.379	1.327	0,8	5,4	(3,8)
São Bento do Sul	484	433	723	1.006	1.062	0,6	119,4	5,6
Florianópolis	980	635	641	646	514	0,3	(47,6)	(20,4)
Itajaí	201	383	403	592	391	0,2	94,5	(34,0)
Blumenau	443	435	425	401	354	0,2	(20,1)	(11,7)
Joinville	87	121	89	95	76	0,05	(12,6)	(20,0)
RENDIMENTO (kg/ha)								
Santa Catarina	951,9	745,9	877,6	1.071,1	1.170,2	100,0	22,9	9,3
Curitibanos	1.329,8	1.211,6	1.473,8	1.571,6	1.419,7	121,3	6,8	(9,7)
Chapecó	825,0	389,8	544,9	753,4	874,5	74,7	6,0	16,1
Campos de Lages	999,1	825,6	969,1	992,7	1.216,9	104,0	21,8	22,6
Canoinhas	1.199,2	1.145,4	1.426,4	1.669,5	1.479,7	126,4	23,4	(11,4)
Joaçaba	1.178,9	915,1	1.100,2	1.337,7	1.394,1	119,1	18,3	4,2
Xanxerê	823,7	849,5	924,7	1.277,7	1.517,0	129,6	84,2	18,7
São M. do Oeste	758,4	372,2	498,0	770,3	865,5	74,0	14,1	12,4
Criciúma	825,7	1.123,3	901,8	967,8	909,9	77,8	10,2	(6,0)
Concórdia	803,5	566,4	486,2	644,6	986,9	84,3	22,8	53,1
Tubarão	675,2	840,2	877,5	908,4	978,9	83,7	45,0	7,8
Ituporanga	859,5	845,6	859,5	1.065,0	1.106,7	94,6	28,8	3,9
Rio do Sul	1.017,2	874,5	856,8	1.060,3	1.070,4	91,5	5,2	0,9
Tijucas	791,7	854,9	925,7	914,4	1.361,6	116,4	72,0	48,9
Araranguá	916,4	969,0	457,7	985,3	1.331,2	113,8	45,3	35,1
Tabuleiro	877,4	875,7	930,0	843,4	1.249,5	106,8	42,4	48,1
São Bento do Sul	1.018,9	762,3	1.018,3	1.458,0	1.539,1	131,5	51,1	5,6
Florianópolis	1.004,1	1.014,4	1.020,7	990,8	1.127,2	96,3	12,3	13,8
Itajaí	1.135,6	804,6	876,1	1.108,6	1.071,2	91,5	(5,7)	(3,4)
Blumenau	690,0	843,0	812,6	832,0	848,9	72,5	23,0	2,0
Joinville	769,9	876,8	729,5	871,6	873,6	74,7	13,5	0,2

FONTE: IBGE (14).

(1) Estimativa de junho/01.

Dentre as microrregiões geográficas (MRGs), as dez principais produtoras são responsáveis por pouco mais de 90% do feijão estadual. Nos últimos cinco anos, quase todas elas perderam parcelas expressivas de área – as exceções foram Criciúma e Canoinhas, que cresceram 12% e 2%, respectivamente. Entre as duas últimas safras, a retração de área só não foi total porque São Bento do Sul colheu os mesmos 690 hectares da safra passada. Em termos de quantidade produzida, cinco MRGs diminuíram-na pronunciadamente (Chapecó com 60%, Curitibanos, São Miguel d'Oeste e Concórdia aproximadamente 30%, e Campos de Lages, 12%). As outras cinco MRGs que mais produzem feijão elevaram sua produção, no mesmo quinquênio, em níveis superiores a 20% - fora Joaçaba (9%). O período compreendido pelas duas últimas safras acusou um descenso generalizado da produção nessas microrregiões - exceto Campos de Lages e Concórdia, que cresceram 6% e 7%, respectivamente.

A evolução do rendimento por área nas derradeiras cinco safras de feijão apenas se diferenciou quanto aos níveis de crescimento. Alguns foram extremamente elevados, como os de Xanxerê (84%) e Tubarão (45%).

Nos últimos dois anos agrícolas, a produtividade dos feijoads de Concórdia cresceu 53%, mas decresceu em Canoinhas (11%), Curitibanos (10%) e Criciúma (6%).

O feijão-carioca e o da safra das águas

O feijão-carioca domina o cenário mercantil e produtivo da cultura em Santa Catarina. Com efeito, embora as estatísticas oficiais ainda não contemplem o desempenho produtivo das diferentes variedades de feijão, afigura-se razoável a estimativa de que 75% do feijão produzido no estado continue a ser o carioca. Observa-se, ainda, maior participação do feijão-preto na segunda safra, devido a seu plantio cada vez maior na região Sul Catarinense.

No tocante à época de plantio, este estado também abriga, com largo predomínio, o feijão da safra das águas. No presente ano agrícola, alcançou 77% do volume da produção estadual e 73% da área colhida (sua produtividade resultou 5,6% superior à total).

Nos últimos dois anos, sua área reduziu-se 34,5%, sua produção, 27%, mas seu rendimento subiu 11,5% (Tabela 6). Embora todas as principais MRGs produtoras de feijão tenham diminuído suas áreas de colheita e, quase todas, seu volume de produção, somente Criciúma (-14%), Canoinhas (-13%) e Curitibanos (-10%) acusaram queda de rendimento. Observe-se, ainda, que Joaçaba obteve resultados próximos aos da primeira safra anterior e, Concórdia cresceu enormemente em produtividade (81%) (Tabela 6).

Além das dificuldades de mercados já mencionados, saliente-se que em várias regiões produtoras, as medidas do governo federal de estímulo ao plantio de milho provocaram o deslocamento de produtores mais tecnificados. Nas principais regiões produtoras do estado houve incidências climáticas prejudiciais:

- geadas no início do plantio, seguidas de estiagem (que deixaram os solos bastante secos), acarretando atraso na implantação da cultura, e
- excessos de chuvas e de nebulosidade, que provocaram retardo no plantio, perdas na produção e na qualidade do grão.

A safrinha

A segunda safra do feijão catarinense também perdeu espaço entre as duas últimas safras: 30% em área e 27% em produção, o que levou a um acréscimo de produtividade de 5% (Tabela 6).

Entre as principais regiões produtoras, apenas São Miguel d'Oeste e Tijucas tiveram perdas menos expressivas de área. As demais diminuíram sua área de colheita de 19% a 41%. Em termos de quantidade produzida, Araranguá a reduziu em mais da metade e Tijucas fez o movimento inverso, crescendo quase 60%. Fora Ituporanga (-8,5%), as demais regiões decresceram em produção, de 18% a 40%.

A produtividade entre as segundas safras de feijão dos dois últimos anos agrícolas teve comportamento variado; seis delas elevaram seu patamar, três diminuíram-no e uma o manteve. Tijucas elevou-o em quase 70%, Chapecó, Tubarão, Ituporanga e Rio do Sul, em torno de 10% e, Xanxerê, 4%. Decresceram Araranguá, em quase 30%, São Miguel do Oeste, em 10%, e Criciúma, em 4%.

Tal desempenho da safra da seca pode ser creditada a fatores de ordem climática – no Planalto de Canoinhas, o atraso do plantio da safra das águas provocou uma redução do plantio da safrinha; em Joaçaba e Chapecó, face ao período relativamente prolongado de vigência de excesso de umidade, que abrangeu a colheita, registrou-se queda de qualidade comercial dos grãos.

Não é difícil de se deduzir que foi o comportamento de mercado do grão que ditou o comportamento da produção, pois a entrada da safra da seca nacional desde abril – majoritariamente de feijão-carioca - derrubou seus preços e elevou os do feijão-preto. O maior ou menor estímulo aos produtores catarinenses para a primeira safra 01/02 dependerá ainda da evolução do câmbio argentino – que poderá tornar ou não competitivo o seu “poroto” no mercado nacional.

TABELA 5/I - FEIJÃO 1ª SAFRA - ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS - SANTA CATARINA - 2000-2001

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	2000	2001	% do FEIJÃO TOTAL	% DE SANTA CATARINA	% 2001/ 2000
ÁREA COLHIDA (ha)					
Santa Catarina	159.621	104.475	73,0	100,0	(34,5)
Curitibanos	29.630	21.120	99,5	20,2	(28,7)
Campos de Lages	22.860	19.972	100,0	19,1	(12,6)
Canoinhas	17.650	11.350	97,4	10,9	(35,7)
Joaçaba	11.970	11.500	95,1	11,0	(3,9)
Chapecó	40.600	17.501	55,9	16,8	(56,9)
São Miguel do Oeste	9.980	6.710	66,4	6,4	(32,8)
Xanxerê	9.090	3.812	52,4	3,6	(58,1)
Concórdia	6.520	4.270	69,0	4,1	(34,5)
Tubarão	1.745	1.460	27,5	1,4	(16,3)
Criciúma	1.700	1.430	18,2	1,4	(15,9)
Rio do Sul	2.145	1.155	56,1	1,1	(46,2)
Ituporanga	1.700	895	44,4	0,9	(47,4)
Araranguá	350	195	12,5	0,2	(44,3)
Tabuleiro	1.150	790	74,4	0,8	(31,3)
São Bento do Sul	690	690	100,0	0,7	0
Tijucas	900	706	45,7	0,7	(21,6)
Florianópolis	381	386	84,6	0,4	1,3
Blumenau	260	250	68,5	0,2	(3,8)
Itajaí	244	229	54,9	0,2	(6,1)
Joinville	56	54	62,1	0,1	(3,6)
QUANTIDADE PRODUZIDA (t)					
Santa Catarina	176.953	129.134	77,1	100,0	(27,0)
Curitibanos	46.618	29.976	99,5	23,2	(35,7)
Campos de Lages	22.780	24.304	100,0	18,8	6,7
Canoinhas	29.881	16.788	97,4	13,0	(43,8)
Joaçaba	16.323	16.354	97,0	12,7	0,2
Chapecó	27.290	14.636	53,5	11,3	(46,4)
São Miguel do Oeste	7.304	6.146	70,3	4,8	(15,9)
Xanxerê	10.531	5.782	52,4	4,5	(45,1)
Concórdia	4.018	4.769	78,1	3,7	18,7
Tubarão	1.720	1.450	27,9	1,1	(15,7)
Criciúma	1.894	1.374	19,3	1,1	(27,5)
Rio do Sul	2.514	1.346	61,0	1,0	(46,5)
Ituporanga	1.998	1.134	50,9	0,9	(43,2)
Araranguá	255	183	8,8	0,1	(28,2)
Tabuleiro	995	1.068	80,5	0,8	7,3
São Bento do Sul	1.006	1.062	100,0	0,8	5,6
Tijucas	874	891	42,3	0,7	1,9
Florianópolis	402	442	86,0	0,3	10,0
Itajaí	261	246	62,9	0,2	(5,7)
Blumenau	240	236	66,7	0,2	(1,7)
Joinville	49	48	63,2	0,04	(2,0)

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(conclusão)

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	2000	2001	% do FEIJÃO TOTAL	% DE SANTA CATARINA	% 2001/ 2000
RENDIMENTO (kg/ha)					
Santa Catarina	1.108,6	1.236,0	105,6	100,0	11,5
Curitibanos	1.573,3	1.419,3	100,0	114,8	(9,8)
Campos de Lages	996,5	1.216,9	100,0	98,5	22,1
Canoinhas	1.693,0	1.479,1	100,0	119,7	(12,6)
Joaçaba	1.363,7	1.422,1	102,0	115,1	4,3
Chapecó	672,2	836,3	95,6	67,7	24,4
São Miguel do Oeste	731,9	915,9	105,8	74,1	25,2
Xanxerê	1.158,5	1.516,8	100,0	122,7	30,9
Concórdia	616,3	1.116,9	113,2	90,4	81,2
Tubarão	985,7	993,2	101,5	80,4	0,8
Criciúma	1.114,1	960,8	105,6	77,7	(13,8)
Rio do Sul	1.172,0	1.165,4	108,9	94,3	(0,6)
Ituporanga	1.175,3	1.267,0	114,5	102,5	7,8
Araranguá	728,6	938,5	70,5	75,9	28,8
Tabuleiro	865,2	1.351,9	108,2	109,4	56,2
São Bento do Sul	1.458,0	1.539,1	100,0	124,5	5,6
Tijucas	971,1	1.262,0	92,7	102,1	30,0
Florianópolis	1.055,1	1.145,1	101,6	92,6	8,5
Blumenau	1.003,8	984,0	91,9	79,6	(2,0)
Itajaí	983,6	1.030,6	121,4	83,4	4,8
Joinville	875,0	888,9	101,8	71,9	1,6

FONTE: IBGE (14).

TABELA 6/I - FEIJÃO 2ª SAFRA - ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS - SANTA CATARINA - 2000-2001

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	2000	2001	% do FEIJÃO TOTAL	% DE SANTA CATARINA	% 2001/ 2000
ÁREA COLHIDA (ha)					
Santa Catarina	55.450	38.670	27,0	100,0	(30,3)
Chapecó	22.460	13.805	44,1	35,7	(38,5)
Criciúma	7.935	6.410	81,8	16,6	(19,2)
Xanxerê	4.613	3.468	47,6	9,0	(24,8)
Tubarão	5.210	3.840	72,5	9,9	(26,3)
São Miguel do Oeste	3.695	3.390	33,6	8,8	(8,3)
Concórdia	2.410	1.920	31,0	5,0	(20,3)
Tijucas	900	840	54,3	2,2	(6,7)
Ituporanga	1.300	1.060	52,6	2,7	(18,5)
Araranguá	2.023	1.363	87,5	3,5	(32,6)
Rio do Sul	1.545	905	43,9	2,3	(41,4)
Joaçaba	855	591	4,9	1,5	(30,9)
Canoinhas	740	300	2,6	0,8	(59,5)
Tabuleiro	485	272	25,6	0,7	(43,9)
Curitibanos	137	100	0,5	0,3	(27,0)
Itajaí	290	136	32,6	0,4	(53,1)
Blumenau	222	167	45,8	0,4	(24,8)
Florianópolis	271	70	15,4	0,2	(74,2)
Joinville	53	33	37,9	0,1	(37,7)
Campos de Lages	306	-	-	-	(100,0)
São Bento do Sul	-	-	-	-	-

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(conclusão)					
MICROREGIÃO GEOGRÁFICA	2000	2001	% do FEIJÃO TOTAL	% DE SANTA CATARINA	% 2001/ 2000
QUANTIDADE PRODUZIDA (t)					
Santa Catarina	50.970	37.322	22,3	100,0	(26,8)
Chapecó	18.867	12.741	46,5	34,1	(32,5)
Criciúma	7.431	5.760	80,7	15,4	(22,5)
Xanxerê	6.728	5.262	47,6	14,1	(21,8)
Tubarão	4.598	3.738	72,1	10,0	(18,7)
São Miguel do Oeste	3.149	2.596	29,7	7,0	(17,6)
Concórdia	1.693	1.340	21,9	3,6	(20,9)
Tijucas	772	1.214	57,7	3,3	57,3
Ituporanga	1.197	1096	49,1	2,9	(8,4)
Araranguá	2.083	992	47,8	2,7	(52,4)
Rio do Sul	1.335	859	39,0	2,3	(35,7)
Joaçaba	833	502	3,0	1,3	(39,7)
Canoinhas	738	450	2,6	1,2	(39,0)
Tabuleiro	384	259	19,5	0,7	(32,6)
Curitibanos	164	150	0,5	0,4	(8,5)
Itajaí	331	145	37,1	0,4	(56,2)
Blumenau	161	118	33,3	0,3	(26,7)
Florianópolis	244	72	14,0	0,2	(70,5)
Joinville	46	33	43,4	0,1	(28,3)
Campos de Lages	216	-	-	-	(100,0)
São Bento do Sul	-	-	-	-	-
RENDIMENTO (kg/ha)					
Santa Catarina	919,2	965,1	82,5	100,0	5,0
Chapecó	840,0	922,9	105,5	95,6	9,9
Criciúma	936,5	898,6	98,8	93,1	(4,0)
Xanxerê	1.458,5	1.517,3	100,0	157,2	4,0
Tubarão	882,5	973,4	99,4	100,9	10,3
São Miguel do Oeste	852,2	765,8	88,5	79,3	(10,1)
Concórdia	702,5	697,9	70,7	72,3	(0,7)
Tijucas	857,8	1.445,2	106,1	149,7	68,5
Ituporanga	920,8	1.034,0	93,4	107,1	12,3
Araranguá	1.029,7	727,8	54,7	75,4	(29,3)
Rio do Sul	864,1	949,2	88,7	98,3	9,8
Joaçaba	974,3	849,4	60,9	88,0	(12,8)
Canoinhas	997,3	1.500,0	101,4	155,4	50,4
Tabuleiro	791,8	952,2	76,2	98,7	20,3
Curitibanos	1.197,1	1.500,0	105,7	155,4	25,3
Itajaí	1.141,4	1.066,2	125,6	110,5	(6,6)
Blumenau	725,2	706,6	66,0	73,2	(2,6)
Florianópolis	900,4	1.028,6	91,3	106,6	14,2
Joinville	867,9	1.000,0	114,5	103,6	15,2
Campos de Lages	705,9	-	-	-	-
São Bento do Sul	-	-	-	-	-

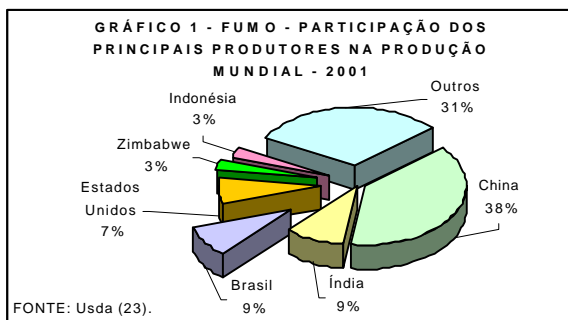
FONTE: IBGE.

Cesar A. Freyesleben Silva

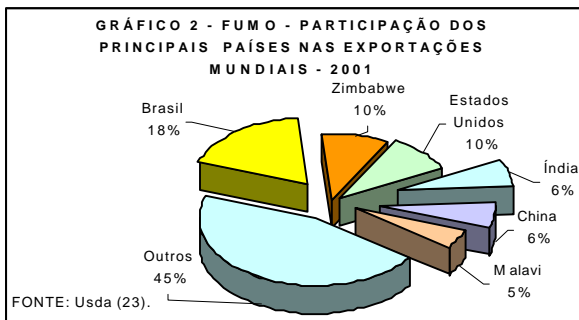
FUMO

Situação mundial

A produção mundial de fumo é bastante concentrada em alguns poucos países. Os principais produtores, China, Índia, Brasil, Estados Unidos, Zimbábue e Indonésia são responsáveis por cerca de 70% do total mundial. A tendência dos últimos anos tem sido de a produção e estoques mundiais apresentarem comportamento decrescente.

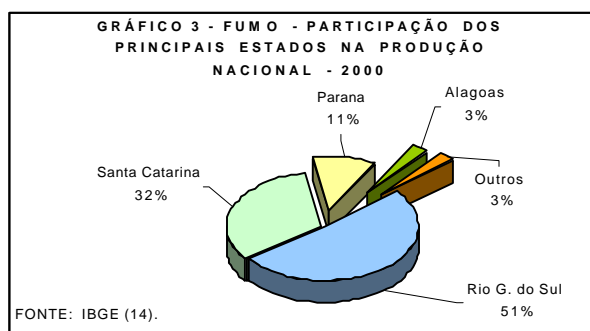


Esta concentração da produção, aliada a um consumo pulverizado, faz com que o mercado internacional seja bastante ativo e alguns países tenham como grande objetivo a exportação. Normalmente, mais de 30% da produção mundial é destinada às exportações.



A exemplo do que ocorre com a produção, a exportação mundial é dominada por poucos países. O Brasil, o Zimbábue, os Estados Unidos, a Índia, a China e Malavi respondem por cerca de 55% da quantidade exportada mundialmente.

Situação do Sul do País e de Santa Catarina



A produção brasileira de fumo praticamente se confunde com a da Região Sul do País, que responde por cerca de 95% do total nacional. Nesta região, ela se caracteriza pelo sistema de integração, no qual as indústrias, através de contrato com os produtores, buscam controlar

quase totalmente o processo produtivo e a quantidade produzida.

As indústrias atuam no sentido de que a produção fique dentro de parâmetros que não provoquem grandes problemas de comercialização. Assim, a produção nacional tem apresentado variações para mais ou menos, dependendo, sobretudo, das condições do mercado, especialmente do internacional.

Apesar deste controle por parte das indústrias, em cada safra é tradicional a existência de um processo de negociação entre as indústrias e as entidades representativas dos produtores do Sul do País, onde se discutem vários aspectos relacionados à safra.

Os últimos anos têm sido caracterizados por algumas dificuldades nesta relação. As negociações entre as partes, que normalmente culminam com a assinatura de um protocolo, passaram por alguns desgastes e alguns chegam a questionar a validade de sua continuidade.

Ainda assim, as partes estiveram reunidas, por mais de uma vez, para tentar acertar algumas questões para a safra 00/01.

O assunto mais relevante é sempre o relativo à tabela de preços aos produtores. Na primeira reunião (dia 21/11/2000), os produtores solicitaram um aumento de 23% e as indústrias ofereceram, em média, 4,5% sobre a tabela da safra 99/00. Na segunda reunião (dia 21/12/2000), os produtores reduziram o pedido para 14% (linear sobre a tabela anterior) e as indústrias ofereceram um aumento escalonado de 7%, 5% e 2%, dependendo da classe do fumo.

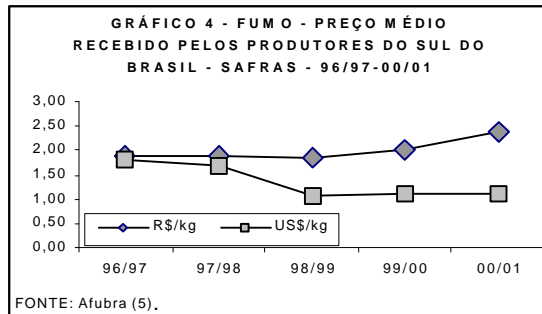
Com propostas tão distantes, não houve acordo. A comercialização foi realizada, portanto, sem assinatura de protocolo. As indústrias praticariam a tabela de preços proposta por elas.

Além disto, em função de mudanças na legislação federal acerca da classificação de produtos agropecuários, por um período da comercialização, a entrega de fumo dos produtores para as fumageiras foi realizada sem o acompanhamento das empresas responsáveis pelo controle da classificação (no caso de Santa Catarina, a Cidasc).

A falta de acordo entre indústrias e entidades de produtores e o não-acompanhamento da classificação acabaram tendo importância secundária na comercialização dos produtores dos três estados do Sul, que transcorreu bastante tranqüila.

O preço médio recebido pelos produtores deve alcançar, nominalmente, um dos melhores patamares dos últimos anos. Segundo a Afubra, o preço médio da safra dos três estados do Sul deve ficar em cerca de R\$ 2,40/Kg, 20% superior ao da safra passada (R\$2,00/Kg).

Este preço supera as projeções mais favoráveis, realizadas antes da safra e durante seu transcurso.



Além do melhor preço, a produção da safra 00/01 também deverá ser maior do que se chegou a projetar. Previa-se, inicialmente, uma produção de 500 mil toneladas; chegou-se a reduzir esta estimativa para 490 mil; ao final do primeiro semestre de 2001, considerava-se a possibilidade de 506 mil toneladas.

Esses dois aspectos, preço favorável e produção significativa, proporcionaram aos produtores um dos melhores resultados dos últimos anos. Isto não acontece com muita freqüência. Nas safras de grande produção, normalmente os preços acabam sendo reduzidos.

Os preços foram favoráveis aos produtores, sobretudo pelo comportamento das exportações brasileiras, que em 2001 apresentam uma expressiva recuperação. Nos cinco primeiros meses houve, em relação ao mesmo período do ano anterior, um crescimento de 41% na quantidade e de 32% no valor das exportações.

A sensível desvalorização do real em relação ao dólar, verificada de 2000 para 2001, ajudou a melhorar ainda mais a competitividade do produto brasileiro no mercado internacional, facilitando as vendas externas. Além disto, transformou o crescimento do valor das exportações num resultado ainda mais expressivo em moeda nacional.

Além das exportações, o melhor preço aos produtores decorre da redução da produção (em relação à safra 99/00) e da qualidade do fumo colhido. Num ano de vendas externas favoráveis, a redução amplia a concorrência por matéria-prima e a chamada comercialização clandestina, que, em geral, acaba repercutindo positivamente nos preços recebidos pelos produtores. Quanto à qualidade, segundo as indústrias, o fumo da safra 00/01 é um dos melhores dos últimos anos.

Perspectivas para 2001/2002

A safra 00/01 será lembrada positivamente pela maioria dos produtores do Sul do País, muitos dos quais, nos últimos anos, vinham tendo resultados bem inferiores aos esperados.

A se manter o atual quadro das exportações, um eventual crescimento da produção não deveria ser motivo de grandes preocupações para os produtores. Entretanto, embora o cenário do mercado internacional seja bem mais favorável que o de anos recentes, não existem garantias de que a situação continuará como a atual.

A história da fumicultura do Sul do País mostra que situações muito parecidas com a atual sofreram mudanças muito rápidas, com repercussões negativas para muitos produtores. Assim, é sempre mais prudente tentar evitar crescimento muito significativo de oferta de uma safra para outra.

O fato, entretanto, é de que com uma produção pulverizada entre milhares de produtores é muito difícil conseguir sucesso em qualquer iniciativa que tenha como objetivo evitar o excesso de oferta, sobretudo após uma safra satisfatória. Assim, é certo que, com este ótimo resultado alcançado na safra 00/01, haverá um sensível crescimento na área de plantio da safra 01/02.

TABELA 1/1 - FUMO - PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUE FINAL, MUNDIAIS E DOS PRINCIPAIS PAÍSES - 1997-2001

DISCRIMINAÇÃO	(mil t de peso seco)				
	1997	1998	1999	2000	2001(1)
Produção					
Mundial	7.722,3	5.848,5	5.934,0	5.899,2	5.719,8
China	3.613,4	2.010,3	2.098,9	2.161,7	2.199,5
Índia	561,3	572,2	587,6	599,4	530,0
Brasil	485,1	373,2	498,4	493,1	493,1
Estados Unidos	729,1	604,1	527,7	408,2	405,0
Zimbábue	165,3	192,4	170,9	210,7	172,1
Indonésia	148,8	123,7	133,4	157,4	157,4
Exportação					
Mundial	2.004,5	1.920,4	2.069,1	1.977,8	1.946,8
Brasil	319,0	300,5	343,0	350,0	350,0
Zimbábue	159,9	168,8	215,7	182,1	185,0
Estados Unidos	221,5	211,9	189,4	182,5	185,0
Índia	117,9	81,8	119,6	123,2	125,0
China	77,8	92,2	113,3	113,6	115,1
Malavi	111,4	135,3	107,6	101,3	101,3
Importação					
Mundial	1.992,9	1.907,8	2.027,4	1.971,3	1.961,6
Rússia	184,9	200,9	264,7	285,0	299,8
Alemanha	222,1	222,6	267,0	263,1	263,0
Estados Unidos	306,8	246,8	241,1	196,6	215,0
Reino Unido	157,7	149,8	137,2	108,4	104,0
Japão	90,5	101,4	98,9	93,9	92,0
Países Baixos	105,4	84,8	84,9	85,0	85,0
Consumo					
Mundial	6.511,2	6.282,7	6.374,4	6.303,8	6.318,3
China	2.289,8	2.342,2	2.410,5	2.484,9	2.523,7
Estados Unidos	772,9	616,8	575,3	436,2	472,4
Índia	476,9	483,4	478,4	474,3	470,3
Rússia	175,1	180,5	265,7	301,5	301,5
Alemanha	158,0	142,7	163,5	184,3	184,3
Japão	184,1	172,7	184,1	169,5	173,5
Estoque final					
Mundial	7.234,8	6.808,8	7.296,9	6.885,8	6.249,4
China	3.201,9	2.787,5	3.340,0	2.941,0	2.541,4
Estados Unidos	1.583,7	1.605,9	1.610,0	1.596,1	1.558,7
Turquia	293,9	311,0	329,5	351,6	334,7
Brasil	231,5	163,0	214,9	252,5	290,1
Japão	285,8	272,7	247,5	226,4	198,6
Itália	141,9	140,9	151,5	151,3	157,5

FONTE: Usda (Junho/2001), (23).

(1) Estimativa.

TABELA 2/I - FUMO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO - BRASIL - 1990-2000

ANO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1990	274.880	445.489	1621
1991	287.330	413.831	1.440
1992	346.362	575.652	1.662
1993	375.679	655.739	1.745
1994	320.237	519.541	1.622
1995	293.643	455.986	1.553
1996	317.117	472.738	1.491
1997	338.240	596.952	1.765
1998	358.155	505.353	1.411
1999	341.731	629.525	1.842
2000	310.349	578.451	1.864

FONTE: IBGE (14).

TABELA 3/I - FUMO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO, SEGUNDO OS ESTADOS E REGIÕES - BRASIL - 1998-2000

ESTADO/REGIÃO	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Rio Grande do Sul	154.958	151.765	145.452	235.519	306.393	294.425	1.520	2.019	2.024
Santa Catarina	116.761	105.523	95.488	163.768	204.675	187.143	1.403	1.940	1.960
Paraná	38.724	36.047	35.000	57.312	67.872	65.500	1.480	1.883	1.871
Região Sul	310.443	293.335	275.940	456.599	578.940	547.068	1.471	1.974	1.983
Alagoas	27.824	28.573	17.710	31.270	32.148	15.876	1.124	1.125	896
Bahia	13.597	12.300	10.399	10.508	9.491	8.419	773	772	810
Sergipe	3.400	3.941	3.411	5.024	6.417	5.364	1.478	1.628	1.573
Paraíba	27	480	573	14	387	246	519	806	429
Rio Grande do Norte	178	170	-	37	112	-	208	659	-
Ceará	145	130	125	118	105	102	814	808	816
Piauí	10	23	-	9	21	-	900	913	-
Maranhão	42	29	-	21	14	-	500	483	-
Pernambuco	12	12	-	2	3	-	167	250	-
Região Nordeste	45.235	45.658	32.218	47.003	48.698	30.007	1.039	1.067	931
Minas Gerais	1.542	1.933	2.059	1.237	1.402	1.311	802	725	637
São Paulo	210	132	132	85	65	65	405	492	492
Região Sudeste	1.752	2.065	2.191	1.322	1.467	1.376	755	710	628
Acre	202	211	-	162	168	-	802	796	-
Pará	284	273	-	143	138	-	504	505	-
Amazonas	189	189	-	101	114	-	534	603	-
Região Norte	675	673	-	406	420	-	601	624	-
Goiás	50	-	-	23	-	-	460	-	-
Região Centro-Oeste	50	-	-	23	-	-	460	-	-
TOTAL	358.155	341.731	310.349	505.353	629.525	578.451	1.411	1.842	1.864

FONTE: IBGE (14).

TABELA 4/I - FUMO - QUANTIDADE PRODUZIDA E EXPORTADA - BRASIL - 1992-2000

ANO	TONELADAS		(%) EXP./PROD.
	Produção	Exportação	
1992	575.652	276.337	48,0
1993	655.739	279.321	42,6
1994	519.541	335.567	64,6
1995	455.986	321.298	70,5
1996	472.738	365.254	77,3
1997	596.952	409.919	68,7
1998	505.353	392.875	77,7
1999	629.525	358.746	57,0
2000	578.451	353.022	61,0
MÉDIA	554.437	343.593	62,0

FONTE: IBGE (14) e Secex/Decex (19).

TABELA 5/I - FUMO - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1992 - 2000

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$ 1000)	(US\$/Kg)
1992	276.337	981.604	3,55
1993	279.321	900.782	3,22
1994	335.567	1.030.708	3,07
1995	321.298	1.174.961	3,66
1996	365.254	1.515.392	4,15
1997	409.919	1.664.806	4,06
1998	392.875	1.558.990	3,97
1999	358.746	961.237	2,68
2000	353.022	841.474	2,38

FONTE: Secex/Decex (19).

TABELA 6/I - FUMO - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1995 - 2000

ANO	VALOR (US\$ 1000)	TAXA DE CÂMBIO (1) (R\$/US\$)	VALOR (R\$ 1000)
1995	1.174.961	0,918	1.078.223
1996	1.515.392	1,005	1.523.083
1997	1.664.806	1,078	1.794.647
1998	1.558.990	1,161	1.809.233
1999	961.237	1,815	1.744.389
2000	841.474	1,830	1.540.047

FONTE: Secex/Decex (19).

(1) Média anual.

TABELA 7/I - FUMO - EXPORTAÇÕES CATARINENSES - 1992-2000

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$ 1000)	(US\$/Kg)
1992	24.641	96.075	3,90
1993	27.763	83.110	2,99
1994	33.173	84.677	2,55
1995	38.070	116.055	3,05
1996	39.452	140.674	3,57
1997	34.909	122.125	3,50
1998	38.735	127.255	3,29
1999	31.449	84.388	2,68
2000	37.882	88.697	2,34

FONTES: Secex/Decex (19).

TABELA 8/I - FUMO - COMPARATIVO DAS SAFRAS DO SUL DO PAÍS - SAFRAS - 98/99-00/01

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	98/99	99/00	00/01(1)	98/99	99/00	00/01(1)	98/99	99/00	00/01(1)
Rio G. do Sul	123.710	127.420	129.830	273.110	284.080	267.380	2.208	2.229	2.059
Santa Catarina	105.530	95.490	95.060	204.680	187.150	173.130	1.940	1.960	1.821
Paraná	36.770	34.750	34.920	68.310	67.810	65.910	1.858	1.951	1.887
TOTAL	266.010	257.660	259.810	546.100	539.040	506.420	2.053	2.092	1.949

FONTES: Afubra (Maio/01) (15).

(1) Dado preliminar.

TABELA 9/I - FUMO - PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELOS PRODUTORES DO SUL DO PAÍS, SEGUNDO OS ESTADOS - SAFRAS - 96/97-00/01

SAFRA/ESTADO	(R\$/Kg)				(US\$/Kg)			
	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Paraná	Região Sul	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Paraná	Região Sul
96/97	1,91	1,94	1,76	1,90	1,80	1,83	1,66	1,79
97/98	1,90	1,96	1,72	1,91	1,67	1,72	1,51	1,68
98/99	1,82	1,88	1,80	1,84	1,05	1,09	1,04	1,07
99/00	2,01	2,01	1,93	2,00	1,12	1,12	1,08	1,12
00/01(1)	2,43	2,38	2,33	2,40	1,13	1,11	1,08	1,11

FONTES: Afubra (5).

(1) Dado preliminar.

Conversão em dólar, realizada pelo Instituto Cepa/SC.

TABELA 10/I - FUMO - PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELOS PRODUTORES DO SUL DO PAÍS, SEGUNDO OS TIPOS - SAFRAS - 96/97-00/01

SAFRA/TIPO	(R\$/Kg)				(US\$/Kg)			
	Virgínia	Burley	Comum	Média	Virgínia	Burley	Comum	Média
96/97	1,94	1,80	1,14	1,90	1,83	1,70	1,08	1,79
97/98	1,94	1,83	1,20	1,91	1,71	1,61	1,06	1,68
98/99	1,85	1,82	1,24	1,84	1,06	1,04	0,71	1,07
99/00	2,03	1,90	1,32	2,00	1,14	1,06	0,74	1,12
00/01(1)	2,44	2,30	1,45	2,40	1,13	1,07	0,67	1,11

FONTES: Afubra (5).

(1) Dado preliminar.

Conversão em dólar, realizada pelo Instituto Cepa/SC.

TABELA 11/I - FUMO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - SANTA CATARINA - 1990-2001

ANO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1990	84.244	152.396	1.809
1991	84.940	145.048	1.708
1992	108.700	198.201	1.823
1993	126.171	226.421	1.795
1994	95.458	173.372	1.816
1995	80.997	135.732	1.676
1996	102.951	166.468	1.617
1997	104.804	200.736	1.915
1998	116.761	163.768	1.403
1999	105.523	204.675	1.940
2000	95.488	187.143	1.960
2001(1)	95.060	173.130	1.821

FONTES: IBGE (14).

(1) Estimativa

TABELA 12/I - FUMO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO ,SEGUNDO AS MESORREGIÕES - SANTA CATARINA - 1998-2000

MESORREGIÕES	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Sao Miguel do Oeste	12.434	10.351	9.569	13.819	18.356	17.245	1.111	1.773	1.802
Chapecó	10.348	10.562	10.465	12.778	18.493	18.782	1.235	1.751	1.795
Xanxerê	946	1.029	1.088	1.460	1.861	1.970	1.543	1.809	1.811
Joaçaba	2.326	835	878	3.601	1.482	1.602	1.548	1.775	1.825
Concórdia	1.077	706	649	1.594	1.293	1.201	1.480	1.831	1.851
Oeste Catarinense	27.131	23.483	22.649	33.252	41.485	40.800	1.226	1.767	1.801
Canoinhas	18.507	17.268	16.882	22.332	33.926	33.985	1.207	1.965	2.013
Sao Bento do Sul	677	460	632	818	942	1.239	1.208	2.048	1.960
Joinville	219	102	64	343	209	129	1.566	2.049	2.016
Norte Catarinense	19.403	17.830	17.578	23.493	35.077	35.353	1.211	1.967	2.011
Curitibanos	823	601	613	1.260	1.080	1.118	1.531	1.797	1.824
Campos de Lages	1.520	1.029	1.020	2.532	2.033	2.039	1.666	1.976	1.999
Serrana	2.343	1.630	1.633	3.792	3.113	3.157	1.618	1.910	1.933
Rio do Sul	20.185	16.801	14.715	29.489	33.005	28.945	1.461	1.964	1.967
Blumenau	1.994	1.117	997	3.676	2.289	2.029	1.844	2.049	2.035
Itajaí	79	22	-	140	45	-	1.772	2.045	
Ituporanga	6.880	8.288	8.056	11.061	16.720	16.142	1.608	2.017	2.004
Vale do Itajaí	29.138	26.228	23.768	44.366	52.059	47.116	1.523	1.985	1.982
Tijucas	3.608	3.087	2.677	6.717	6.192	5.366	1.862	2.006	2.004
Florianópolis	55	17	21	108	32	40	1.964	1.882	1.905
Tabuleiro	760	592	545	1.264	1.192	1.104	1.663	2.014	2.026
Grd. Florianópolis	4.423	3.696	3.243	8.089	7.416	6.510	1.829	2.006	2.007
Tubarão	10.996	9.975	8.699	16.533	19.924	17.791	1.504	1.997	2.045
Criciúma	9.035	8.185	6.677	13.266	16.611	13.575	1.468	2.029	2.033
Araranguá	14.292	14.496	11.241	20.977	28.990	22.841	1.468	2.000	2.032
Sul Catarinense	34.323	32.656	26.617	50.776	65.525	54.207	1.479	2.007	2.037
TOTAL	116.761	105.523	95.488	163.768	204.675	187.143	1.403	1.940	1.960

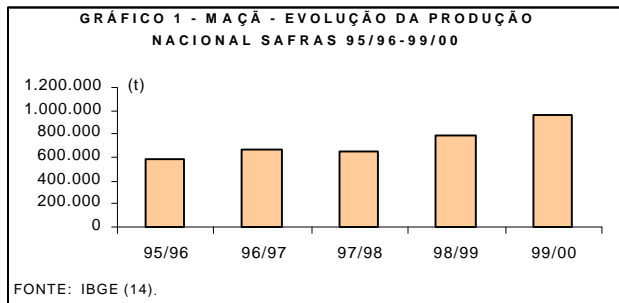
FONTES: IBGE (14).

MAÇÃ

A cultura da macieira no Brasil continua apresentando resultados altamente positivos

Embora seja repetitivo, é sempre oportuno ressaltar esta afirmativa por se tratar de atividade de certa forma recente no País, que exige pesados investimentos iniciais e de retorno somente a médio e longo prazo. Os últimos valores de colheita, porém, têm surpreendido até mesmo os setores mais diretamente ligados à atividade.

Os números da safra 99/00 não foram exceção à regra. Com efeito, de acordo com



informações divulgadas pelo IBGE, o total da produção brasileira desta safra somou aproximadamente 966,8 mil toneladas, ou seja, um volume cerca de 23,7% superior à colheita da safra do ano passado. Um novo recorde na oferta nacional, o que, aliás, tem sido uma

constante nos últimos anos, conforme bem demonstra o gráfico 1.

Este excelente resultado pode ser creditado, de modo particular, às boas condições de clima registradas ao longo do ano, à inovação tecnológica e à permanente atenção dispensada pelos empresários do setor à cultura. Também contribuiu o crescimento que se verifica na área cultivada, especialmente no número de pomares em idade produtiva, que já é de cerca de 30,0 mil hectares.

De acordo com informações do IBGE, o desempenho da cultura neste ano agrícola, por estado produtor, apresentou-se conforme a tabela 1.

TABELA 1/I - DESEMPENHO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃ - SAFRA 99/00

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO COLHIDA (1) (t)	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)
Santa Catarina	16.779	500.142	51,7
Rio G. do Sul	13.591	427.036	44,2
Paraná	1.500	35.000	3,6
São Paulo	363	4.593	0,5
BRASIL	32.233	966.771	100,0

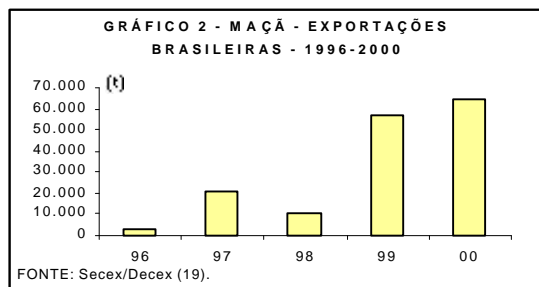
Fonte: IBGE (14).

(1) Produção colhida - convertida da fonte original (IBGE), de mil frutos para tonelada pelo multiplicador de seis frutos por quilo.

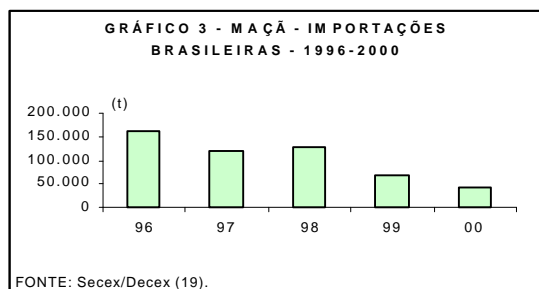
Como conseqüência do elevado volume da produção interna e dos baixos níveis salariais da população brasileira, aliado à oferta de frutos nem sempre de boa qualidade, o setor enfrentou problemas de comercialização (especialmente nos primeiros meses de colheita) e, pelo segundo ano consecutivo, registrou queda nominal dos valores de venda.

O mercado somente deu mostras de recuperação a partir de meados do mês de junho, refletindo a decisão dos filiados à Associação Nacional dos Produtores de Maçã de retirar da comercialização in natura todo fruto de categoria 3, ou seja, a fruta de menor padrão de classificação, e que determinou a remessa para a indústria de aproximadamente 20% da colheita deste ano.

A permanente evolução da produção brasileira, além de contribuir para a redução dos níveis de importação, tem permitido ao País incrementar a sua participação entre os países exportadores da fruta.



Com efeito, de acordo com informações disponibilizadas pela Secretaria de Comércio Exterior, as vendas, conforme demonstrado no gráfico 2, têm-se apresentado crescentes nos últimos anos, tendo atingido em 2000 um volume da ordem de 64,5 mil toneladas, com o ingresso de aproximadamente US\$ 30,8 milhões.



As importações, por outro lado, apresentam-se em declínio acentuado. No corrente ano (Gráfico 3), somaram apenas 43,7 mil toneladas, ou seja, mostraram-se reduzidas em 34,2% e 65,4%, respectivamente, em comparação com as aquisições realizadas nos anos de 99 e 98.

O desempenho da atividade não deverá repetir o comportamento registrado nos últimos anos, tendo em vista os sérios problemas relacionados ao comportamento climático. Com relação à nova safra, correspondente ao ano agrícola 00/01, as informações disponíveis indicam uma acentuada diminuição da produção a ser colhida.

No período de florescimento das plantas, ou seja, entre os meses de setembro e outubro do ano passado, o excesso de chuvas afetou, em todos os principais estados produtores da Região Sul, a polinização das flores e determinou redução significativa na produção colhida.

No início deste ano, ao final do período de maturação e início de colheita, em algumas regiões produtoras o clima novamente comportou-se de maneira prejudicial. O elevado índice de precipitação pluviométrica interferiu, desta vez, na coloração da fruta, afetando, conseqüentemente, sua apresentação para efeito de mercado.

Diante disso, extra-oficialmente, de vez que ainda não se dispõe de levantamentos do IBGE, admite-se uma queda no volume da oferta interna, que poderá chegar a 50% relativamente à safra 99/00.

A Associação Nacional dos Produtores de Maçã – ABPM - confirma esta tendência e estima que a produção nacional desta safra deverá oscilar por volta de 500 mil toneladas.

TABELA 2/I - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO - SAFRAS 97/98-99/00

ESTADOS	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Minas Gerais	33	33	-	91	91	-	2,758	2,758	-
São Paulo	366	414	363	7533	5718	4593	20,583	13,812	12,654
Paraná	1.508	1.400	1.500	29753	30076	35000	19,730	21,483	23,333
Santa Catarina	13.905	15.750	16.779	360656	371678	500142	25,937	23,599	29,808
Rio G. do Sul	10.526	13.032	13.591	261497	373866	427036	24,843	28,688	31,420
BRASIL	26338	30629	32233	659531	781429	966771	25,041	25,513	29,993

FONTE: IBGE (14).

Guido Boeing

MANDIOCA

Panorama Mundial

A mandioca é cultivada em mais de 90 países, exercendo forte função social, principalmente junto às famílias de baixo poder aquisitivo. Alimenta mais de 500 milhões de pessoas, com um consumo mundial per cápita de cerca de 18 kg/hab/ano.

A estrutura de consumo está basicamente voltada para a propriedade familiar, com 58% da produção destinada para o consumo humano, 27% para o animal e apenas 15% para o industrial.

Na safra 99/00, as estimativas da FAO indicavam uma produção mundial de raiz de aproximadamente 172,7 milhões de toneladas, numa área colhida de 16,1 milhões de hectares. Os maiores países produtores, por ordem de importância, são: Nigéria, Brasil, República Democrática do Congo, Tailândia e Indonésia, participando com 62% da produção total.

TABELA 1/I - MANDIOCA - ÁREA COLHIDA E NOS PRINCIPAIS PAÍSES - 1995 - 2000

ANO	(1.000 ha)					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Mundo	16.875	16.274	16.024	16.481	16.770	16.099
China	230	230	230	230	235	235
Brasil	1.946	1.509	1.552	1.579	1.571	1.722
Rep. Dem. do Congo	2.500	2.081	2.115	2.092	2.034	1.097
Gana	551	591	589	630	650	650
Índia	243	244	245	250	250	250
Indonésia	1.324	1.415	1.243	1.205	1.360	1.360
Moçambique	986	993	992	1.015	958	800
Nigéria	2.940	2.946	2.697	3.043	3.072	3.072
Tailândia	1.245	1.228	1.230	1.044	1.065	1.135
Tanzânia	585	579	564	693	700	848
Outros países	4.326	4.458	4.567	4.701	4.875	4.930

FONTE: FAO (12).

TABELA 2/I - MANDIOCA - QUANTIDADE PRODUZIDA E NOS PRINCIPAIS PAÍSES - 1995 - 2000

ANO	(1.000 t)					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Mundo	164.649	158.652	162.620	162.856	169.026	172.737
China	3.501	3.601	3.651	3.701	3.751	3.751
Brasil	26.516	19.133	21.317	20.885	22.288	23.336
Rep. Dem. do Congo	19.378	16.987	16.973	17.060	16.500	15.959
Gana	6.612	7.111	7.000	7.227	7.845	7.845
Índia	5.857	5.443	5.868	6.000	5.800	5.800
Indonésia	15.441	17.002	15.134	14.696	16.347	16.347
Moçambique	4.178	4.734	5.337	5.639	5.353	4.643
Nigéria	31.404	31.418	32.050	32.695	32.697	32.697
Tailândia	16.217	17.388	18.084	15.591	16.507	18.509
Tanzânia	5.969	5.992	5.700	6.128	7.182	5.758
Outros países	28.044	28.044	28.044	28.044	28.044	28.044

FONTE: FAO (12).

Panorama Nacional

No cenário nacional, a safra 00/01, favorecida pelas condições climáticas, registrou um incremento de 1,8% na área cultivada e de 5,2% na produção esperada, em relação à safra passada. Os estados do Pará, Paraná e Bahia continuam liderando a safra, responsáveis por mais de 45% da produção brasileira (IBGE/LSPA-maio).

Entretanto, salienta-se que os dados apresentados ainda são preliminares. Na maioria dos estados produtores, a colheita está apenas iniciando, podendo apresentar algumas mudanças à medida que forem computadas novas informações sobre a produção obtida.

A sensível diminuição da demanda de farinha nos estados produtores situados nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste pelo mercado nordestino, maior centro consumidor nacional, foi ocasionada pelas condições climáticas favoráveis (chuvas) dos últimos anos, que resultaram em aumento da produção regional, tornando-se momentaneamente auto-suficiente. Isto interferiu sobremaneira na estrutura de comercialização, principalmente nos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, obrigando os diversos segmentos do setor a buscar alternativas com vistas ao excesso de oferta existente.

As dificuldades na comercialização mobilizaram as agroindústrias de farinha dos estados supracitados e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento a buscar alternativas para pontos comuns, tais como: renegociação dos contratos de financiamento de custeio, mecanismos de sustentação de preços, abertura ou ampliação do mercado institucional (merenda escolar, cesta básica) e definição de preços mínimos compatíveis com os custos de produção, dentre outros.

O mercado brasileiro de fécula manteve os preços em patamares relativamente superiores aos da farinha no primeiro trimestre deste ano, haja vista que este segmento aumentou a demanda e houve uma melhor estruturação e organização, demonstrando maior poder de barganha. Todavia, a partir do mês de abril, sinais de dificuldades nas vendas ficaram evidenciados, em virtude do excesso de oferta, abaixando os valores de comercialização (Tabelas 3 e 4).

Panorama Estadual

Em Santa Catarina, principalmente no Litoral Sul, a adoção das tecnologias de produção, tais como: correção do solo, plantio direto, uso de adubo orgânico, adubos verdes, capina sistematizada, entre outras, antes restritas a algumas propriedades agrícolas, tem possibilitado maior renda ao produtor e sua família.

A safra 00/01, estimada em 38,2 mil hectares e em 698 mil toneladas, teve sua colheita iniciada no Litoral Sul Catarinense em abril e, no Alto Vale do Itajaí, em meados do mês de maio.

TABELA 3/I - MANDIOCA - ÁREA COLHIDA NOS PRINCIPAIS ESTADOS - BRASIL - 1996-2001

(1.000 ha)

ESTADOS/ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Brasil	1.508,9	1.552,0	1.578,9	1.571,2	1.721,7	1.753,4
Mato Grosso do Sul	21,9	27,0	27,7	33,1	32,5	49,0
Bahia	244,6	244,5	249,0	256,4	318,8	327,8
Ceará	44,3	46,4	79,5	69,6	84,0	82,5
Maranhão	106,7	113,3	132,6	124,5	134,7	140,8
Pernambuco	78,8	73,5	51,7	43,6	40,8	50,0
Piauí	37,8	38,3	39,4	31,4	35,5	41,2
Pará	289,0	285,5	262,5	281,6	296,4	262,6
Minas Gerais	71,9	74,6	72,7	71,3	69,5	67,9
São Paulo	25,5	24,5	27,3	32,2	34,3	31,1
Paraná	116,5	138,1	153,0	164,8	192,3	208,1
Rio Grande do Sul	99,5	97,3	94,3	90,1	90,4	89,0
Santa Catarina	40,2	37,5	36,6	35,2	38,5	38,2
Sergipe	39,5	38,5	36,3	30,0	30,3	32,1
Amazonas	86,8	91,2	91,4	98,4	94,9	95,5
Outros estados	206,0	221,8	225,0	209,1	228,4	237,7

FONTE: IBGE (14).

TABELA 4/I - MANDIOCA - PRODUÇÃO OBTIDA NOS PRINCIPAIS ESTADOS - BRASIL - 1996-2001

(1.000 t)

ESTADOS/ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Brasil	19.133	21.317	20.885	22.288	23.336	24.553
Bahia	2.937	3.047	2.884	3.153	4.144	4.248
Pará	3.815	3.870	3.531	4.067	4.097	4.081
Maranhão	615	674	813	829	938	1.046
Piauí	220	411	277	262	404	503
Ceará	296	324	490	518	712	770
Paraná	2.584	2.941	3.198	3.494	4.050	4.437
Rio Grande do Sul	1.024	1.385	1.317	1.306	1.297	1.298
Rondônia	125	136	199	241	245	262
Pernambuco	672	717	419	353	380	475
Minas Gerais	582	887	861	866	902	869
Santa Catarina	433	585	593	633	692	698
Mato Grosso do Sul	402	522	541	623	591	970
São Paulo	575	563	585	701	770	729
Sergipe	595	577	536	425	445	467
Amazonas	796	844	845	999	957	965
Outros estados	3.463	3.833	3.794	3.817	2.711	2.735

FONTE: IBGE (14).

Embora a colheita se encontre em pleno andamento, ainda é cedo para o fechamento dos dados da área colhida, mas o produtor espera uma possível ocorrência de queda no rendimento da lavoura como resultado da menor qualidade da maniva-semente utilizada no plantio (Tabela 5 e 6).

TABELA 5/I - MANDIOCA - ÁREA COLHIDA NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS - SANTA CATARINA - 1995-2000

ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Santa Catarina	49.979	40.161	37.522	36.563	35.211	38.544
Araranguá	5.388	3.869	3.865	3.875	2.845	3.965
Blumenau	2.325	2.881	2.795	2.670	2.289	2.582
Campos de Lages	-	90	91	70	92	92
Canoinhas	1.152	728	1.164	1.149	737	697
Chapecó	2.507	4.072	3.505	4.773	4.663	4.782
Concórdia	700	1.468	1.122	1.034	1.706	1.498
Criciúma	2.415	1.394	1.545	1.275	1.010	1.210
Curitibanos	-	65	55	54	56	106
Florianópolis	1.940	1.428	2.198	1.447	1.447	1.447
Itajaí	552	475	472	499	457	489
Ituporanga	1.540	1.342	1.610	1.400	1.700	1.225
Joaçaba	698	413	380	310	335	505
Joinville	1.617	1.275	1.423	1.403	1.406	1.433
Rio do Sul	11.082	6.058	5.445	4.570	4.175	4.715
São Bento do Sul	97	95	97	57	90	50
São M. do Oeste	3.461	5.865	2.860	2.565	2.580	2.580
Tabuleiro	715	646	665	570	570	900
Tijucas	1.340	1.186	970	980	1.055	1.270
Tubarão	11.900	6.409	6.857	7.460	7.565	8.589
Xanxerê	550	402	403	402	433	409

FONTE: IBGE (14).

TABELA 6/I - MANDIOCA - PRODUÇÃO NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS - SANTA CATARINA - 1995-2000

ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Santa Catarina	906.468	433.339	585.452	592.788	632.547	691.996
Araranguá	80.470	42.135	52.645	42.370	42.010	58.680
Blumenau	45.775	26.133	33.502	53.572	42.652	47.605
Campos de Lages	-	943	925	701	970	1.062
Canoinhas	17.235	8.123	17.365	17.705	11.605	10.755
Chapecó	35.094	44.401	47.497	68.724	72.692	81.399
Concórdia	17.500	13.108	12.768	18.242	30.294	25.859
Criciúma	44.900	16.215	22.660	18.950	17.020	20.260
Curitibanos	-	691	745	731	753	1.428
Florianópolis	32.540	11.327	37.650	21.275	21.275	24.260
Itajaí	8.344	5.036	5.386	7.036	6.825	6.986
Ituporanga	30.800	16.845	29.870	26.000	32.150	24.750
Joaçaba	12.223	4.746	4.905	4.895	5.344	8.009
Joinville	30.756	12.950	24.446	24.448	25.185	25.327
Rio do Sul	241.216	76.822	113.535	95.800	85.715	100.995
São Bento do Sul	1.500	839	1.500	880	1.395	775
São Miguel do Oeste	63.775	64.312	57.740	57.435	57.725	58.325
Tabuleiro	17.150	5.986	15.950	14.650	14.650	23.550
Tijucas	23.850	11.598	17.260	17.590	19.350	23.370
Tubarão	196.790	66.992	84.959	97.135	139.210	143.111
Xanxerê	6.550	4.137	4.144	4.649	5.727	5.490

FONTE: IBGE (14).

Se persistir o comportamento de preços aviltantes, parte expressiva de produtores, principalmente dos que não têm compromissos financeiros a saldar, poderá deixar uma parcela da colheita para o próximo ano, apostando em preços melhores. Esse procedimento deverá ser seguido por outros estados da Federação.

A maior concentração da colheita, que normalmente ocorre nos meses de junho e julho, provavelmente sofrerá atraso no seu calendário, haja vista a baixa cotação da raiz e derivados. Os preços médios da matéria-prima permanecem reduzidos, igualando-se praticamente aos custos de produção.

O mercado de farinha, no primeiro semestre deste ano, operou em ritmo bastante lento, mantendo praticamente os volumes de negócios já contratados (Tabelas 7, 8 e 9).

TABELA 7/I - RAIZ - PREÇOS MENSAIS RECEBIDOS - LITORAL SUL CATARINENSE - 1995-2001

MÊS	(R\$/t)						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Março	35,00	46,43	70,00	...	71,18	100,00	...
Abril	35,00	50,50	63,57	50	75,00	100,00	45,00
Mai	30,33	62,27	57,14	50,00	75,00	79,09	42,00
Junho	28,00	70,28	50,95	56,00	64,00	60,00	45,00
Julho	28,00	83,04	54,13	60,00	55,00	60,00	-
Agosto	28,48	90,00	57,81	63,10	63,33	68,89	-
Setembro	30,00	...	61,67	65,00	-

FONTE: Instituto Cepa/SC.

TABELA 8/I - RAIZ - PREÇOS MENSAIS RECEBIDOS - ALTO VALE - 1995-2001

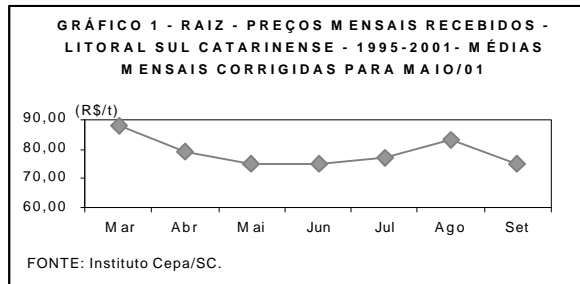
MÊS	(R\$/t)						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Abril	...	35,0	40,0	35,8	50,0	...	45,0
Mai	25,0	39,0	40,0	36,8	51,1	65,1	45,0
Junho	25,0	42,8	42,3	35,0	52,0	65,0	44,0
Julho	25,0	50,0	41,2	36,7	53,2	65,0	-
Agosto	25,0	50,0	35,0	37,0	55,7	65,0	-
Setembro	25,0	...	38,5	37,0	...	65,0	-

FONTE: Instituto Cepa/SC.

TABELA 9/I - FARINHA GROSSA - PREÇOS MENSAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR - LITORAL SUL CATARINENSE - 1995-2001

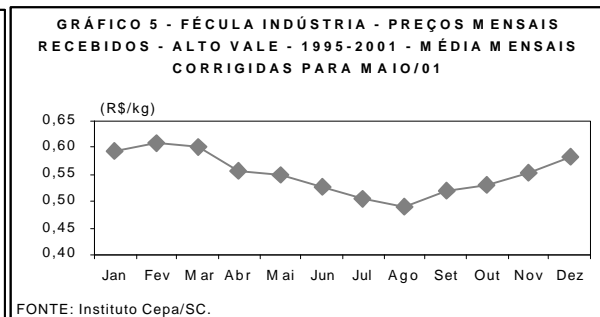
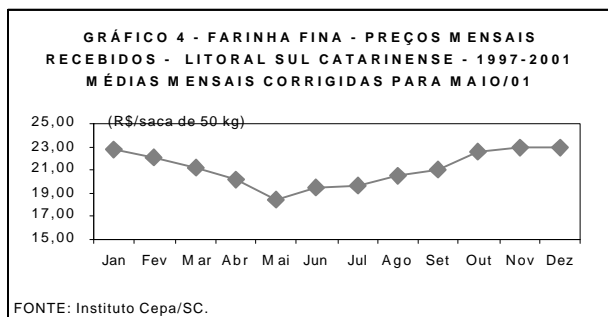
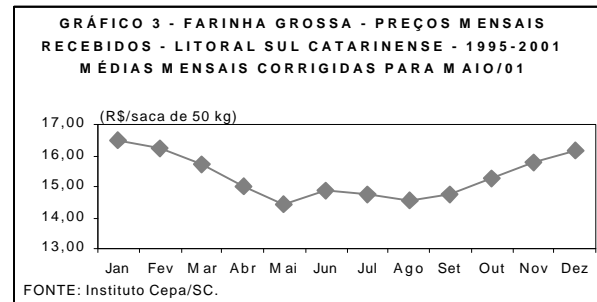
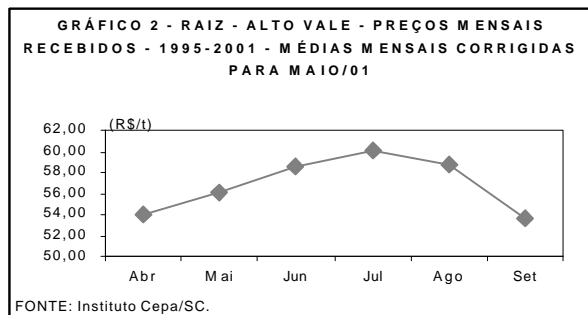
MÊS	(R\$/saca/50kg)						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Janeiro	8,00	8,50	10,00	11,70	12,47	24,00	12,50
Fevereiro	7,88	8,50	10,04	11,62	14,37	22,94	10,68
Março	7,86	9,35	10,76	10,57	16,00	18,90	9,62
Abril	7,82	10,10	10,67	10,25	15,11	16,72	8,40
Mai	7,12	11,00	10,36	10,08	14,57	13,95	9,00
Junho	6,00	12,56	10,43	11,70	12,00	12,90	-
Julho	6,44	12,50	10,15	11,50	11,83	13,20	-
Agosto	6,60	11,18	10,00	12,00	12,14	13,58	-
Setembro	7,00	10,52	10,18	11,81	13,32	14,00	-
Outubro	7,03	10,40	11,46	11,50	15,00	14,00	-
Novembro	7,50	9,38	12,00	11,50	18,42	14,00	-
Dezembro	7,93	9,50	12,00	11,50	21,35	13,16	-

FONTE: Instituto Cepa/SC.



Os preços mensais recebidos pela raiz, farinha e fécula na indústria acumulados no período de janeiro de 1995 a maio de 2001, publicados por este Instituto, corrigidos através do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação

Getúlio Vargas, tomando-se por base o mês de maio de 2001, são mostrados a seguir, conforme os gráficos de 1 a 5.



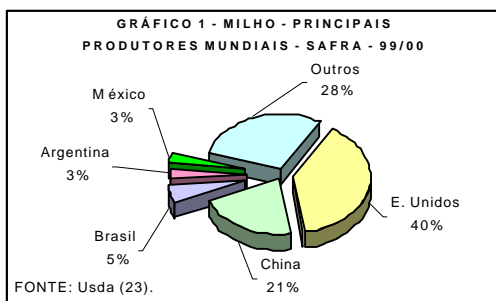
Para o ano 2002, as perspectivas do mercado nacional de raiz e derivados são uma incógnita. Num cenário pessimista, considerando-se que as condições climáticas continuem favorecendo a produção nos estados nordestinos, permanecerão as dificuldades na comercialização da farinha nos estados do Centro-Sul.

Num cenário otimista, considerando-se que as condições climáticas sejam desfavoráveis, frustrando a produção nordestina, a comercialização da farinha nos estados do Centro-Sul será retomada, provavelmente entre os meses de setembro e outubro deste ano, desovando os estoques existentes. Os preços voltarão a subir, beneficiando os demais segmentos do setor.

Em Santa Catarina, embora parte expressiva da produção de produtos e subprodutos seja consumida no mercado interno, a comercialização do excedente continuará dependendo do comportamento do mercado nacional.

MILHO

Panorama Internacional



A produção mundial de milho da safra 99/00 situou-se em 606,7 milhões de toneladas, patamar levemente superior ao colhido na anterior (605,3 milhões). Apesar do declínio da safra dos Estados Unidos (de 247,9 milhões para 239,6 milhões) e da China (de 133 milhões para 128,1 milhões), a produção foi compensada

pelo incremento da safra da Argentina, da África do Sul, do México e da Comunidade Econômica Européia. Dentre os principais países produtores, continuaram a se destacar, por ordem de importância e de forma individualizada, os Estados Unidos, a China, o Brasil, a Argentina e o México (Gráfico 1).

Para 00/01, a produção está sendo estimada em apenas 584,8 milhões de toneladas, pois à recuperação da safra dos Estados Unidos para 253,2 milhões de toneladas contrapôs-se a queda de produção na China (de 128,1 milhões para 106,0 milhões), na Argentina (de 17,2 milhões para 16,00 milhões) e na África do Sul (de 10,56 milhões para 7,50 milhões).

TABELA 1/I - MILHO - OFERTA/DEMANDA MUNDIAL E AMERICANA SAFRAS 98/99-00/01

(milhões de t)

DISCRIMINAÇÃO	MUNDIAL			NORTE-AMERICANA		
	98/99	99/00	00/01	98/99	99/00	00/01
Estoque inicial	149,03	172,43	174,15	33,22	45,39	43,63
Produção	605,52	606,72	584,78	247,88	239,55	253,21
Consumo	582,11	605,00	600,98	185,88	192,48	198,00
Exportação	75,06	85,79	77,40	50,31	49,21	46,99
Estoque final	172,43	174,15	157,95	45,39	43,63	52,02

FONTE: Usda (jun/01) (23).

A manutenção de um patamar alto de produção, mesmo com uma boa evolução da demanda, ainda gerou um leve acréscimo de estoques, os quais, em termos mundiais, evoluíram de 172,47 milhões de toneladas em 98/99 para 174,15 milhões em 99/00.

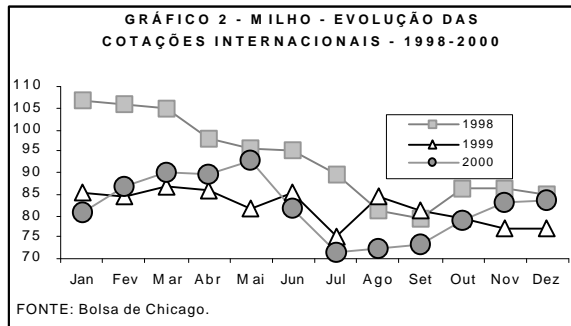
Para a temporada comercial de 2000/2001, as estimativas são de que os estoques caíam para algo próximo de 158,00 milhões de toneladas (Tabela 1).

Os estoques norte-americanos, em razão da queda da produção e do aumento do consumo interno, caíram de 45,4 milhões para 43,6 milhões de toneladas ao final da temporada 99/00 e devem voltar a crescer ao final da temporada 00/01 (Tabela 1).

A perspectiva que se vislumbrava no início de 2000 era de que os estoques tenderiam a cair, fato que repercutiu positivamente sobre o mercado até meados de junho,

especialmente em maio, quando Chicago chegou a operar em US\$ 95,40/t, o mais alto dos últimos dois anos.

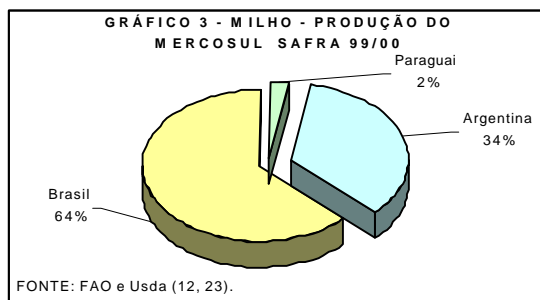
A partir de maio, a boa perspectiva que se desenhava para a nova safra dos Estados Unidos começou a pressionar as cotações internacionais, que operaram em queda até fins de agosto, quando chegaram a situar-se em US\$ 69,00/t.



Daí em diante, com os sucessivos relatos de problemas com a safra norte-americana, os preços começaram a esboçar recuperação, movimento que se estendeu até o final de 2000, quando os preços se estabilizaram ao redor dos US\$ 83,00/t (Gráfico 2).

Panorama do Mercosul

A produção de milho do Mercosul (safra 99/00) totalizou 50,0 milhões de toneladas, contra 47,1 milhões na safra anterior. O aumento decorreu principalmente da recuperação da produção argentina (de 13,5 milhões para 17,2 milhões de toneladas), a qual, por sua vez, resultou do aumento da área cultivada (de 2,61 milhões para apenas 3,10 milhões de hectares) e da melhora da produtividade.



Para a safra 00/01, as últimas projeções apontaram para uma produção regional próximo dos 56,7 milhões de toneladas, graças, especialmente, às melhores perspectivas para a safra do Brasil, que deverá avançar de 31,6 milhões para algo próximo dos 39,5 milhões de toneladas. A produção

da Argentina deverá recuar de 17,2 milhões para cerca de 16,0 milhões de toneladas. A participação dos países na produção regional da safra 99/00 pode ser visualizada no gráfico 3.

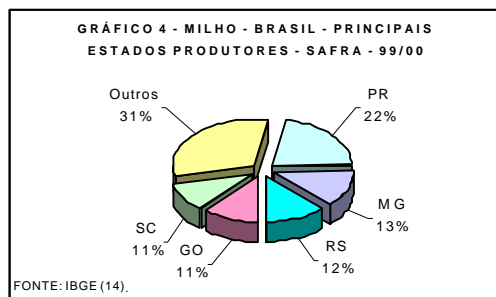
No que se refere à Argentina, o segundo país maior exportador do cereal, o aumento da produção refletiu-se num acentuado crescimento dos excedentes exportáveis. As disponibilidades para vendas ao exterior aumentaram de 7,9 milhões de toneladas para 11,9 milhões em 2000. Para a temporada 00/01, a perspectiva é de que apresente um leve declínio e se situe na casa de 10,5 milhões de toneladas (Tabela 2).

TABELA 2/I - MILHO - ARGENTINA - EVOLUÇÃO DA OFERTA/DEMANDA - SAFRAS - 98/99-00/01

DISCRIMINAÇÃO	SAFRAS		
	98/99	99/00	00/01
Estoque inicial	1,54	0,71	0,47
Produção	13,50	17,20	16,00
Uso total	6,45	5,51	5,50
Exportação	7,88	11,94	10,50
Estoque final	0,71	0,47	0,49

FONTE: Usda (mai/01) (23).

Panorama Brasileiro



A produção brasileira de 99/00 apresentou um desempenho bastante sofrível, tendo-se situado em apenas 31,6 milhões de toneladas. Este volume, 2,5% menor que o do ano anterior, se deu tanto em razão das estiagens que provocaram perdas na primeira safra, quanto das geadas, que acarretaram pesados prejuízos,

especialmente na safrinha do Paraná (o principal produtor nacional, seguido, em importância, por Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e Santa Catarina) (Gráfico 4).

TABELA 3/I - MILHO - OFERTA/DEMANDA - BRASIL - SAFRAS 97/98-00/01

DISCRIMINAÇÃO	SAFRAS			
	97/98	98/99	99/00	00/01
Estoque inicial	6.632,80	3.585,60	1.879,00	809,70
Produção	30.187,8	32.393,40	31.640,90	38.694,80
Importação	1.765,00	900,00	1.769,80	500,00
Consumo doméstico	35.000,00	35.000,00	34.480,00	36.235,50
Exportações	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Estoque final	3.585,60	1.879,00	809,70	2.269,00

FONTE: Conab (15).

A produção brasileira ficou bem abaixo do potencial de consumo, o qual, em razão da grande utilização de produtos substitutos, ficou em apenas 34,48 milhões de toneladas. Como consequência, apesar do expressivo volume de importações (tanto de milho,

quanto de sorgo), os estoques, que já haviam caído para apenas 1,88 milhão de toneladas em 98/99, finalizaram a temporada 99/00 em somente 810 mil toneladas (Tabela 3).

Panorama Catarinense

A safra catarinense, ao contrário da nacional, apresentou um excelente desempenho. O aumento de 5,7% na área cultivada, atribuído ao bom nível de preços recebidos em 99 e ao estímulo proporcionado pelo programa do governo estadual, aliado ao clima favorável, redundou numa produção de 3,4 milhões de toneladas, volume 26,5% maior que o colhido na frustrada safra do ano anterior.

Em razão disso, o déficit estadual, que em 1999 se havia situado em 1,42 milhão de toneladas, caiu para 1,08 milhão em 2000 (Tabela 4).

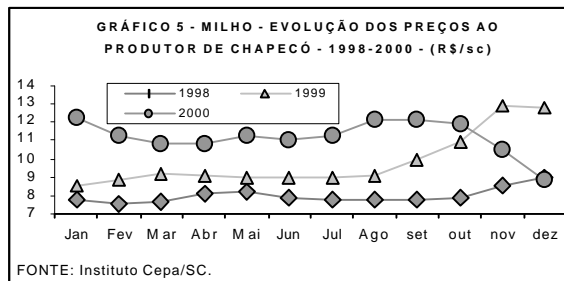
TABELA 4/I - MILHO - ESTIMATIVA DO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA - SANTA CATARINA - 1998-2000

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999	2000	2001
	(mil t)			
I - CONSUMO	3.945,20	4.056,80	4.374,60	4.604,80
1 - Humano	85,00	85,00	85,00	85,00
2 - Animal	3.806,20	3.917,80	4.235,70	4.465,80
. Suínos	1.946,20	1.928,60	1.992,00	2.093,10
. Aves	1.748,00	1.869,20	2.123,70	2.252,70
. Outros	112,00	120,00	120,00	120,00
3 - Indústrias/outros	54,00	54,00	54,00	54,00
II - PERDAS	129,00	135,00	162,00	195,00
III - NECESSIDADE TOTAL	4.074,20	4.191,80	4.536,70	4.799,80
IV - PRODUÇÃO (1)	2.700,00	2.770,00	3.455,00	4.000,00
V - DÉFICIT	1.374,20	1.421,80	1.081,70	799,80

FONTE: Instituto Cepa/SC (jun/01).

(1) Produção de milho, mais outros produtos.

O quadro de aperto do suprimento nacional, que já havia sustentado os preços internos em 99, continuou proporcionando-lhes substantiva firmeza até setembro. A partir daí, todavia, o mercado esboçou, gradativamente, sinais de enfraquecimento, atingindo em dezembro o mais baixo patamar desde o início de 99. Tal comportamento, num ano em que se esperava um forte aperto de suprimento, decorreu das significativas importações de milho no primeiro semestre e de sorgo no segundo e da substituição na formulação das rações animais de milho por trigo, triticale e sorgo da produção nacional.



FONTE: Instituto Cepa/SC.

Os preços recebidos pelos produtores de Chapecó, que no período da colheita oscilaram numa faixa entre R\$ 10,80 e R\$ 11,30/sc (contra R\$ 9,00/9,20/sc no mesmo período de 99), ganharam força a partir de então, atingindo em agosto/setembro R\$ 12,10/sc, em

média, ou seja, ainda apresentavam, em relação aos mesmos meses de 99, um incremento de aproximadamente 27%. A partir daí, ocorreu um gradativo processo de enfraquecimento, caindo em dezembro para apenas R\$ 8,85, valor 30% menor que o do mesmo período de 1999 (Gráfico 5).

Perspectivas para 2001

A nova safra brasileira apresenta excelentes perspectivas. As estimativas da Conab apontaram para a primeira safra um incremento de área de 9,9% sobre os 9,84 milhões de hectares semeados na safra 99/00.

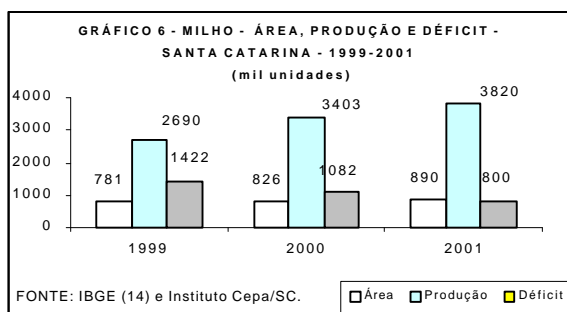
O aumento é creditado ao excelente desempenho da comercialização do cereal até setembro, à expectativa de que em 2001 seus preços ainda permaneceriam mais remuneradores que os da soja (fato que tomou alguma área da oleaginosa) e ao avanço sobre áreas anteriormente cultivadas com feijão, cujos preços desestimularam seu cultivo.

A perspectiva de forte incremento do plantio e a possibilidade de aumento da produtividade, especialmente no Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul (estados bastante afetados pelas estiagens na safra anterior), projetam uma produção para a primeira safra brasileira de 34,6 milhões de toneladas. Estes números correspondem a um incremento de 24,7% quando comparados aos 27,72 milhões de toneladas colhidos na safra 99/00.

Se a esta previsão for somado o potencial da safrinha, estimado em algo próximo de 5,0 milhões de toneladas, o volume da produção brasileira poderá beirar os 39,5 milhões de toneladas, contra apenas 31,64 milhões colhidos em 99/00.

A perspectiva, portanto, é de a produção nacional apresentar grande evolução e superar com boa margem o potencial do consumo, estimado pela Conab em aproximadamente 36,2 milhões de toneladas. Em razão disso, as importações deverão decrescer substancialmente e os estoques nacionais, mesmo com um volume expressivo de exportações, tendem a apresentar boa recuperação.

A safra catarinense 00/01 também apresentou bom comportamento. A estimativa do IBGE/GCEA/SC (junho/01) apontou um crescimento de 8,6% na área de cultivo e uma produção de 3,95 milhões de toneladas, volume que representará um incremento de 16,0% em relação ao já excelente volume colhido na última safra.



Esta boa produção repercutirá favoravelmente sobre o quadro da oferta/demanda catarinense. O déficit estadual, que já havia caído de 1,42 milhão de toneladas em 99 para 1,08 milhão em 2.000, poderá decrescer para algo próximo a 800 mil em 2001 (Gráfico 6).

O cenário para 2001, apontando para um suprimento mais folgado, não só em termos de Santa Catarina, como em nível de Brasil, refletiu-se num mercado bem mais frouxo que em 2000. Os produtores catarinenses receberam nos primeiros meses de 2001 preços significativamente inferiores aos do mesmo período do ano anterior. Permanece, todavia, a perspectiva de que com as medidas de apoio à comercialização promovidas pelo governo e com o grande volume de milho a ser exportado a oferta venha a se apresentar bem mais enxuta no segundo semestre, fato que deverá proporcionar melhor sustentação aos preços.

TABELA 5/I - MILHO - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAIS E DO MERCOSUL - SAFRAS 97/98-99/00

NÍVEL GEOGRÁFICO	ÁREA COLHIDA (milhões de ha)			PRODUÇÃO (milhões de t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	98/99	99/00	00/01	98/99	99/00	00/01	98/99	99/00	00/01
MUNDO	140,01	139,87	137,87	604,41	606,72	584,78	4.320	4.360	4.240
E. Unidos	28,55	28,53	29,43	239,72	239,55	253,21	8.400	8.400	8.600
China	25,80	25,90	24,00	128,00	128,09	106,00	4.960	4.940	4.420
Brasil	12,50	12,49	14,00	33,00	31,64	39,50	2.640	2.530	2.820
Argentina	3,10	3,10	2,80	16,00	17,20	16,00	5.160	5.550	5.710
México	7,70	7,26	7,51	19,00	19,24	17,70	2.470	2.650	2.360
França	1,76	1,76	1,83	15,63	15,64	16,47	8.870	8.890	8.980
Índia	6,30	6,43	6,50	10,50	11,47	11,50	1.670	1.780	1.770
Itália	1,03	1,03	1,10	10,00	10,06	10,27	9.700	10.060	10.270
África do Sul	3,90	3,81	3,23	9,70	10,56	7,50	2.490	2.770	2.330
Canadá	1,15	1,14	1,10	9,10	9,16	6,80	7.910	9.160	6.800
Outros	48,22	48,42	46,37	113,76	114,11	99,83	2.359	2.357	2.153
MERCOSUL	16,02	16,02	...	50,06	50,00	...	3.158	3.121	...
Brasil	12,50	12,49	14,00	33,00	31,64	39,50	2.640	2.640	2.820
Argentina	3,10	3,10	2,80	16,00	17,20	16,00	5.160	5.160	5.710
Paraguai (1)	0,36	0,37	...	0,82	0,90	...	2.400	2.432	...
Uruguai (1)	0,06	0,06	...	0,24	0,26	...	4.089	4300	...

FONTE: Usda (Jun/01) (23).

(1) Dados da FAO.

TABELA 6/I - MILHO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO - SAFRAS - 97/98-99/00

ESTADOS	ÁREA PLANTADA (1.000 ha)			PRODUÇÃO (1.000 t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	98/99	99/00(1)	00/01(2)	98/99	99/00(1)	00/01(2)	98/99	99/00(1)	00/01(2)
Rondônia	137,3	130,0	133,2	218,1	204,1	210,4	1.588	1.571	1.579
Acre	28,6	31,9	33,2	42,1	48,4	51,5	1.471	1.516	1.549
Amazonas	11,8	12,2	12,2	17,2	18,0	18,3	1.466	1.497	1.496
Roraima	15,0	15,2	15,2	19,5	19,5	19,5	1.300	1.300	1.300
Pará	418,6	419,7	371,6	589,2	496,2	544,0	1.476	1.350	1.464
Amapá	1,2	1,2	2,1	0,8	0,8	1,6	708	700	764
Tocantins	60,1	58,6	59,4	101,6	121,4	113,8	1.726	2.072	1.918
Maranhão	297,7	319,6	323,6	241,0	314,1	323,9	810	983	1.001
Piauí	276,5	275,3	278,4	234,2	229,3	324,8	847	842	1.166
Ceará	593,1	618,8	594,1	443,4	635,2	618,6	748	1.028	1.056
Rio G. do Norte	81,3	97,4	82,4	10,2	56,7	53,5	318	618	650
Paraíba	130,9	174,8	174,8	14,8	125,2	125,2	323	739	739
Pernambuco	86,4	300,9	300,0	34,8	139,4	180,0	407	583	600
Alagoas	66,6	70,9	89,4	20,9	42,5	61,1	460	745	683
Sergipe	87,0	85,8	93,1	118,6	86,9	102,8	1.488	1.108	1.104
Bahia	667,0	674,3	702,3	895,2	1.321,6	1.078,5	1.342	1.960	1.536
Minas Gerais	1.284,9	1.240,5	1.262,0	3.911,8	4.232,2	4.080,8	3.044	3.411	3.234
Espírito Santo	52,6	45,5	46,6	125,6	112,3	116,2	2.386	2.468	2.494
Rio de Janeiro	17,4	16,4	14,1	33,7	32,0	26,2	1.947	1.957	1.866
São Paulo	1.215,8	1.081,9	1.204,9	3.811,0	3.052,4	3.503,0	3.135	2.821	2.907
Paraná	2.538,0	2.667,4	2.819,5	8.650,0	6.965,0	11.855,9	3.408	2.611	4.205
Santa Catarina	781,4	826,0	897,0	2.690,3	3.403,3	3.947,0	3.484	4.122	4.400
Rio Grande do Sul	1.490,1	1.537,3	1.662,5	3.211,3	3.932,2	5.624,2	2.422	2.644	3.382
Mato G. do Sul	525,7	513,4	537,2	1.924,2	1.069,5	2.024,0	3.585	2.083	3.768
Mato Grosso	525,7	561,4	551,2	1.130,9	1.421,6	1.701,3	2.151	2.532	3.086
Goiás	845,2	845,2	897,5	3.414,6	3.659,5	4.037,7	4.040	4.330	4.499
Distrito Federal	28,4	27,1	28,2	132,5	138,7	117,5	4.661	5.116	4.167
BRASIL	12.275,4	12.648,9	13.185,6	32.037,6	31.879,4	40.861,4	2.610	2.520	3.099

FONTE: IBGE (14).

(1) Dados preliminares.

(2) Estimativa IBGE (abr/01).

TABELA 7/I - MILHO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA - SANTA CATARINA - SAFRAS 99/00-00/01

MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	98/99	99/00(1)	00/01(2)	98/99	99/00(1)	00/01(2)	98/99	99/00(1)	00/01(2)
São M. do Oeste	122.900	119.100	126.700	332.106	439.331	510.000	2.702	3.688	4.025
Chapecó	175.873	193.690	217.900	580.284	773.611	904.985	3.299	3.994	4.153
Xanxerê	71.345	82.850	96.100	296.144	403.298	530.124	4.151	4.867	5.516
Joaçaba	81.040	82.430	86.330	303.908	358.415	396.837	3.750	4.348	4.597
Concórdia	79.318	79.060	78.810	243.018	285.871	289.153	3.064	3.615	3.669
Canoinhas	64.100	70.700	80.900	289.230	384.300	444.228	4.512	5.435	5.491
São Bento do Sul	7.300	7.800	7.840	31.050	34.020	35.280	4.253	4.361	4.500
Joinville	1.643	1.638	1.581	5.600	6.279	6.093	3.408	3.833	3.854
Curitibanos	41.590	49.170	56.980	183.705	235.081	287.750	4.417	4.780	5.050
Campos de Lages	44.640	44.440	46.990	118.749	131.570	170.100	2.660	2.960	3.620
Rio do Sul	27.615	29.105	29.140	92.779	110.601	119.000	3.360	3.800	4.084
Blumenau	6.942	6.707	6.771	19.498	18.877	20.180	2.809	2.815	2.980
Itajaí	512	470	469	1.397	1.253	1.467	2.729	2.665	3.128
Ituporanga	17.550	17.750	18.200	63.630	80.850	80.080	3.626	4.554	4.400
Tijucas	4.345	4.520	4.910	15.623	15.141	17.185	3.596	3.350	3.500
Florianópolis	1.345	1.385	1.435	4.520	4.599	4.669	3.361	3.320	3.254
Tabuleiro	5.550	5.600	5.600	17.260	18.010	19.600	3.110	3.216	3.500
Tubarão	11.065	11.595	11.800	39.326	41.452	44.840	3.554	3.575	3.800
Criciúma	7.980	8.300	9.280	31.190	32.076	37,120	3.909	3864	4.000
Araranguá	8.790	9.700	9.280	21.295	28.630	28.300	2.423	2.952	3.050
SANTA CATARINA	781.443	826.010	897.016	2.690.312	3.403.265	3.947,000	3.443	4.120	4.400

FONTE: IBGE (14).

(1) (1) Dados preliminares.

(2) Estimativa IBGE/Instituto Cepa/SC (jun/00).

Simão Brugnago Neto

PÊSSEGO

A cultura de pêssegos constitui, em Santa Catarina, uma importante atividade. Das frutas de caroço, certamente é a de maior importância. Seu cultivo é realizado por mais de três mil famílias de agricultores, especialmente por agricultores familiares no Vale do Rio do Peixe, constituindo-se, juntamente com a vitivinicultura, numa atividade típica da região.

Estas características fazem com que mais de 75% da produção esteja concentrada na microrregião de Joaçaba, local onde predominam pequenas propriedades que a exploram com a mão-de-obra familiar. Segundo a Fundação IBGE, dois terços da produção se realizam em áreas de plantio inferior a dois hectares; mais de 86% do que se colhe está em área com menos de cinco hectares.

Apesar de haver sido identificada pelo último Censo Agropecuário, a existência de mais de 28 mil produtores, estima-se que a produção comercial esteja restrita a três mil produtores, uma vez que no estrato de área de colheita inferior a 1 hectare somente 46% da produção foi destinada ao mercado.

A produção brasileira representa pouco mais de 1% da produção mundial. A abertura comercial dos anos 90 e os acordos celebrados no âmbito do Mercosul permitiram uma importação recorrente e crescente de países como a Argentina e o Chile, onde, apesar da dimensão territorial do último país, a produção é o dobro da nacional.

O mercado mundial representa em torno de 9% da produção total, estimada atualmente em 12,0 milhões de toneladas entre pêssego e nectarina, mais da metade dos quais é produzida pela China (3,0), pela Itália (1,8) e pelos Estados Unidos (1,4). A Itália e a Espanha são os maiores exportadores, com receitas cambiais de quase US\$ 600 milhões por ano. O maior importador é seu vizinho, a Alemanha, que despense metade desse valor na importação de pêssegos, seguida pelo Reino Unido e pela França, cada um deles com mais de US\$ 100 milhões por ano.

No Brasil, sua produção também é concentrada, com o estado do Rio Grande do Sul respondendo por aproximadamente 50% da produção de 145 mil toneladas. Por ser fruta típica de clima temperado, encontra-se também nos demais estados da Região Sul, em São Paulo e Minas Gerais. A oferta brasileira é complementada por uma importação de mais 10% do total atualmente produzido, procedente, majoritariamente, do Cone Sul, nomeadamente do Chile.

O estado de Santa Catarina é o segundo maior produtor brasileiro, com mais de 17% da produção nacional. A colheita no estado se concentra nos meses de dezembro (16%), janeiro (73%) e fevereiro (7%), o que permite sua entrada no mercado nacional após a colheita do estado de São Paulo (terceiro produtor).

A colheita no Brasil está concentrada no mês de dezembro, com 57% da oferta nacional. Nos meses de outubro e novembro, colhem-se 8% e 17% da produção brasileira, respectivamente. Em janeiro, colhe-se apenas 15%. Trata-se de uma época a partir da qual os preços começam a ser mais atraentes, principalmente do produto armazenado e processado em câmaras frigoríficas, retardando sua colocação no mercado.

Apesar de todos os avanços em Santa Catarina, a cultura enfrenta uma concorrência inimaginada há dez anos. O Chile especializou-se na fruticultura de clima temperado, especialmente em frutas de caroço, uvas finas e vinhos finos, tendo-se tornado muito agressivo no mercado mundial, especialmente por direcionar sua produção aos mercados mais exigentes. Em função disso, após a abertura comercial dos anos 90, nosso mercado fica à mercê dos excedentes do mercado europeu e do americano.

Desde a década de 70, contudo, quando da criação do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado – Profit -, o estado de Santa Catarina acumula e dissemina conhecimentos sobre essa cultura, especialmente por ter desenvolvido tecnologias apropriadas ao controle de geadas, o que permite o cultivo em quase todo o estado. Além disso, o estoque de material e a coleção de cultivares são significativos na Epagri.

TABELA 1/I - PÊSSEGO - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO - SAFRAS 97/98-99/00

ESTADOS	ÁREA COLHIDA (ha)			PRODUÇÃO (1.000 t)			RENDIMENTO (t/ha)		
	97/98	98/99	99/00 (1)	97/98	98/99	99/00 (1)	97/98	98/99	99/00 (1)
Minas Gerais	883	710	700	6,9	5,2	5,3	7,8	7,3	7,5
São Paulo	1.954	2.024	2.100	23,6	23,3	24,8	12,1	11,5	11,8
Paraná	1.527	1.675	1.800	10,4	12,2	12,7	6,8	7,3	7,0
Santa Catarina	2.997	3.128	3.200	23,7	26,6	26,3	7,9	8,5	8,2
Rio Grande do Sul	14.346	14.957	14.950	81,3	77,6	81,2	5,7	5,2	5,4
Outros estados	16	14	50	0,1	0,1	0,2	5,9	6,4	6,1
BRASIL	21.723	22.508	22.800	146,0	145,0	150,5	6,7	6,4	6,6

FONTES: IBGE (14).

(1) Estimativa do Instituto Cepa/SC(Jun/01).

TABELA 2/I - PÊSSEGO - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA SANTA CATARINA - SAFRAS 97/98-99/00

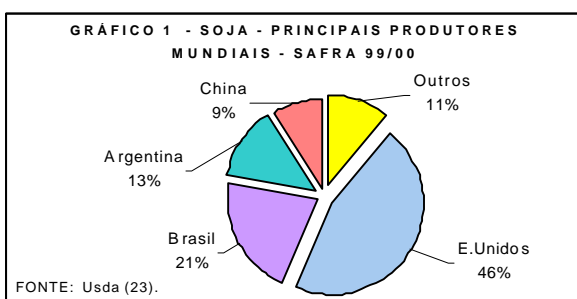
MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS	ÁREA COLHIDA (ha)			PRODUÇÃO (1.000 t)			RENDIMENTO (t/ha)		
	97/98	98/99	99/00 (1)	97/98	98/99	99/00 (1)	97/98	98/99	99/00 (1)
Joaçaba	2.352	2.325	2.350	19,00	20,30	19,70	8,10	8,70	8,40
Outras	645	803	850	4,70	6,30	6,60	7,40	7,90	7,60
SANTA CATARINA	2.997	3.128	3.200	23,70	26,60	26,30	7,90	8,50	8,20

FONTES: IBGE (14).

(1) Estimativa do Instituto Cepa/SC(Jun/01).

SOJA

Panorama Mundial



A produção mundial de soja da safra 99/00 situou-se em 159,7 milhões de toneladas, patamar levemente inferior ao da safra 98/99 (159,8 milhões). Apesar da diminuição da produção dos Estados Unidos (de 74,6 milhões para 72,2 milhões de toneladas) e da China (de 15,2

milhões para 14,3 milhões), o aumento da safra do Brasil (de 31,3 milhões para 34,2 milhões) e da Argentina (de 20 milhões para 21,2 milhões) equilibraram a oferta. A participação dos principais países produtores na produção mundial pode ser vista no gráfico 1.

Para a safra 00/01, as projeções do Usda indicam que deverá situar-se em 172,4 milhões de toneladas, patamar 7,9% maior que o da anterior. Tal incremento decorre tanto do bom comportamento apresentado pela safra dos Estados Unidos, quanto do expressivo avanço da produção sul-americana.

TABELA 1/I - SOJA-GRÃO - BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA MUNDIAL E NORTE-AMERICANA - SAFRAS 98/99-00/01

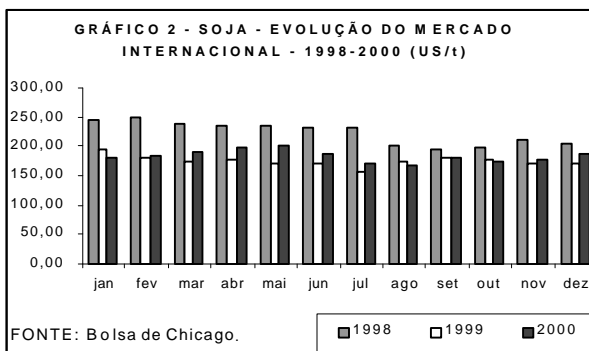
DISCRIMINAÇÃO	(milhões t)					
	MUNDIAL			NORTE-AMERICANA		
	98/99	99/00	00/01	98/99	99/00	00/01
Estoque inicial	25,08	26,66	27,15	5,44	9,48	7,90
Produção	159,81	159,71	172,43	74,60	72,22	75,38
Importação	135,72	136,48	144,81	43,26	42,97	43,95
Moagem	38,73	46,26	50,95	21,90	26,49	27,08
Exportação	159,96	160,49	170,26	48,74	47,43	48,94
Estoque final	26,66	27,15	29,20	9,48	7,90	7,34

FONTE: Usda (Jun/01) (23).

Como decorrência da estabilidade da produção em 99/00 e de uma demanda mundial também estagnada, os estoques globais finalizaram a temporada 99/00 praticamente nos mesmos níveis da temporada anterior. O quadro da oferta/demanda dos Estados Unidos, no entanto, apresentou modi-

ficações significativas. O declínio da produção e o aumento do volume exportado reduziram o "carry-over" de 9,5 milhões para 7,9 milhões de toneladas (Tabela 1).

As cotações internacionais, que haviam fechado o ano de 1999 na faixa dos US\$ 170,00/t, iniciaram 2000 em gradativa recuperação, chegando ao ponto mais alto do ano no início de maio, quando atingiram até US\$ 206,00/t. Este movimento, inicialmente, deveu-se ao fato de a safra sul-americana ter enfrentado problemas com estiagens e, posteriormente, pelas projeções de que o clima quente e seco poderia afetar seriamente a safra dos Estados Unidos.

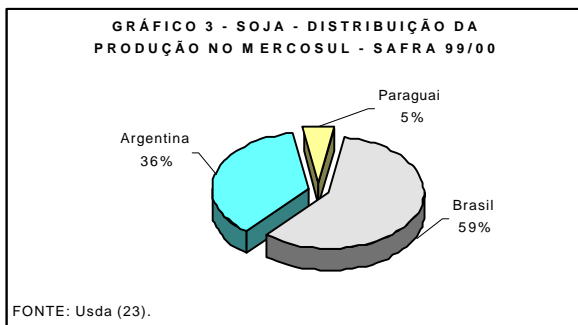


Todavia, na medida em que as condições climáticas foram melhorando e sinalizando para a possibilidade de aquele país colher uma safra recorde, o mercado voltou a oscilar em baixa até meados de novembro. A partir daí, apesar de o bom desenvolvimento da safra da América do Sul sinalizar para um quadro de

suprimento ainda folgado, o mercado voltou a reagir. A causa da melhora foi a proibição do uso de farinhas de carne e de osso na União Européia, fato que alavancou os preços do farelo e, em menor escala, os do grão, que fecharam o ano na faixa dos US\$186,00/t (Gráfico 2).

Para 2001, a tendência é de as cotações se apresentarem mais fracas que em 2000. O aumento da produção na América do Sul, o novo crescimento do plantio nos Estados Unidos e o aumento da demanda em nível inferior ao da produção sinalizam aumento dos estoques mundiais, fato que deverá pressionar negativamente o mercado internacional. A última projeção do Usda indica que os estoques mundiais de grão deverão aumentar de 27,2 milhões para 29,2 milhões de toneladas.

Panorama do Mercosul

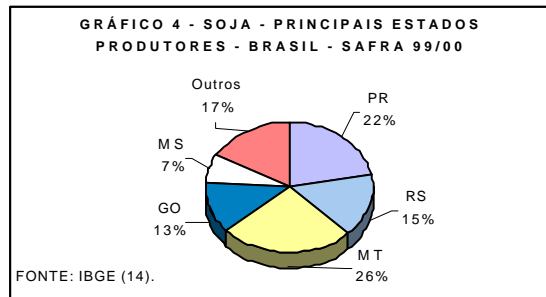


A safra 99/00 do Mercosul teve um desempenho melhor que na anterior. Apesar de as estiagens terem acarretado alguns problemas em partes do Brasil e da Argentina, a produção atingiu 58,30 milhões de toneladas, volume que representou um avanço de 7,3% em relação ao colhido em 98/99

(54,35 milhões). A participação percentual de cada país no global da produção regional pode ser visualizado no gráfico 3. Para 00/01, as previsões são de que a produção experimente avanço substantivo e venha a situar-se em torno de 66,9 milhões de toneladas.

Panorama Brasileiro

A safra brasileira, apesar das estiagens que provocaram perdas no Rio Grande do Sul, no Paraná, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul, apresentou um bom desempenho. A produção, segundo a Conab, situou-se em 32,3 milhões de toneladas, contra 30,8 milhões na anterior. O avanço decorreu não só de um leve aumento na



área semeada (2,6%), como também do excelente desempenho das lavouras em outros estados, especialmente no Mato Grosso e em Goiás. A participação dos principais estados produtores na produção nacional pode ser visto no gráfico 4.

A comercialização interna apresentou bom desempenho, especialmente no período entre fevereiro e junho, quando a melhora das cotações internacionais (evolução média de 10% em relação ao mesmo período de 99) proporcionou suporte aos preços.

As exportações do complexo avançaram, em termos globais, de 20,8 milhões para 21,8 milhões de toneladas. Este desempenho resultou do forte incremento das vendas de grão, já que as de farelo e óleo apresentaram queda (Tabela 2).

TABELA 2/I - COMPLEXO SOJA - OFERTA/DEMANDA - BRASIL - SAFRAS 98/99-99/00

(mil t)

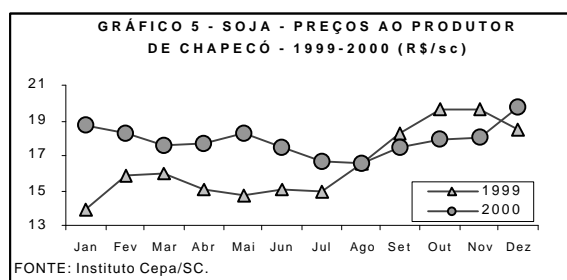
DISCRIMINAÇÃO	GRÃO		ÓLEO		FARELO	
	98/99	99/00	98/99	99/00	98/99	99/00
Estoque inicial	736,4	766,4	806,2	664,2	267,7	184,9
Produção	30.765,0	32.344,6	16.511,0	15.800,0	3.971,0	3.800,0
Importação	582,0	807,0	78,0	99,0	159,2	105,0
Consumo	22.400,0	21.500,0	6.300,0	6.900,0	2.780,0	2860
Exportação	8.917,0	11.517,0	10.431,0	9.375,0	1.433,0	931,0
Estoque final	766,4	901,0	664,2	288,2	184,9	298,9

FONTES: Conab (15).

As receitas cambiais cresceram de 3,78 bilhões para 4,2 bilhões de dólares. Este incremento de 11%, bem superior ao do volume exportado (4,8%), decorreu do melhor comportamento das cotações internacionais do grão e do farelo, uma vez que o óleo apresentou preços inferiores aos de 99.

Panorama Catarinense

Em Santa Catarina, mesmo com a queda de 4,7% na área e com a produtividade levemente afetada pelas estiagens, a produção da safra 99/00 foi de 524,7 mil toneladas, apresentando avanço de 11,3% em relação à frustrada safra 98/99.



A comercialização interna apresentou bom desempenho, especialmente no período entre fevereiro e junho, quando a melhora das cotações internacionais (evolução média de 10% em relação ao mesmo

período de 99) proporcionou suporte aos preços. Neste período, o de mais forte comercialização, os produtores de Chapecó, por exemplo, receberam, em termos médios, valores 17% mais altos que em 99 (Gráfico 5).

Perspectivas para 2001

No que tange à nova safra brasileira, as estimativas estão apontando para um incremento médio de plantio de apenas 1,0% em relação aos 13,5 milhões de hectares da safra 99/00. Tal projeção decorre, principalmente, do bom incremento de cultivo registrado no Norte/Nordeste (12,4%), no Mato Grosso (6,0%) e em Goiás (2,6%), fato que compensou, com pequena folga, o declínio previsto para a maioria dos estados do Centro-Sul.

Dentre os fatores que sustentam o plantio, destacam-se: preços médios recebidos maiores que os de 99; melhores opções de crédito para o custeio da safra e a ótima produtividade alcançada nas regiões do cerrado.

Para a produção, a Conab está estimando um volume de 35,97 milhões de toneladas, o que representa um incremento de 11,2% em relação aos 32,34 milhões colhidos na última safra.

Para tanto, contribuíram não só a maior utilização de insumos, como o bom comportamento do clima na maior parte das regiões produtoras, o que proporcionou boa produtividade, especialmente nos casos do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Mato Grosso do Sul, estados que em 99 sofreram perdas expressivas devido às estiagens.

Em Santa Catarina, a área apresentou um decréscimo de 8,2%. A queda teve como causa a transferência de parte da área da oleaginosa para o milho, fato que decorre não só do bom desempenho da produção e dos preços do cereal em 2000, como também da perspectiva de que sua comercialização permaneceria mais favorável que a da oleaginosa. Por isso é que o recuo foi mais acentuado nas microrregiões de Xanxerê e Canoinhas, justamente onde o cultivo do milho apresentou maior crescimento.

A produção está sendo estimada em 520,9 mil toneladas, patamar apenas 0,7% menor que o do ano passado. Tal projeção baseia-se no fato de as condições climáticas terem permitido um expressivo avanço da produtividade, ao contrário do ocorrido na safra anterior (quando a escassez localizada de chuvas provocou um leve decréscimo no potencial produtivo).

O montante da produção, de qualquer forma, continuará muito aquém das necessidades das indústrias instaladas no estado, cuja capacidade de moagem situa-se na faixa de 1,3 milhão de toneladas. Este fato as obriga a adquirir um expressivo volume de soja de outros estados e até mesmo do exterior.

TABELA 3/I - SOJA - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL E DO MERCOSUL - SAFRAS 98/99-00/01

NÍVEL GEOGRÁFICO	ÁREA COLHIDA (milhões de ha)			PRODUÇÃO (mil t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	98/99	99/00	00/01	98/99	99/00	00/01	98/99	99/00	00/01
MUNDO	71,15	71,75	75,03	159,81	159,51	172,43	2.250	2.220	2.300
Estados Unidos	28,51	29,32	29,43	74,60	72,22	75,38	2.620	2.460	2.560
Brasil	12,90	13,60	13,86	31,30	34,00	37,50	2.430	2.500	2.710
Argentina	8,17	8,58	10,00	20,00	21,20	26,00	2.450	2.470	2.600
China	8,50	8,00	9,30	15,15	14,29	15,70	1.780	1.790	1.690
Índia	6,35	5,65	5,80	6,00	5,20	5,25	940	920	910
Paraguai	1,20	1,15	1,25	3,05	2,90	3,40	2.540	2.520	2.720
Canadá	0,98	1,00	1,06	2,74	2,78	2,70	2.790	2.770	2.550
União Européia	0,52	0,37	0,35	1,54	1,15	1,04	2.950	3.130	3.010
Outros	4,02	4,08	3,98	5,43	5,77	5,46	1.351	1.414	1.372
MERCOSUL	22,27	23,33	25,11	54,35	58,10	66,90	2.441	2.490	2.664
Brasil	12,90	13,60	13,86	31,30	34,00	37,50	2.430	2.500	2.710
Argentina	8,17	8,58	10,00	20,00	21,20	26,00	2.450	2.470	2.600
Paraguai	1,20	1,15	1,25	3,05	2,90	3,40	2.540	2.520	2.720

FONTES: Usda (Jun/01) (23).

TABELA 4/I - SOJA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO - SAFRAS 98/99-00/01

ESTADOS	ÁREA PLANTADA (mil/ha)			PRODUÇÃO (mil/t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	98/99	99/00 (1)	00/01 (2)	98/99	99/00 (1)	00/01 (2)	98/99	99/00 (1)	00/01 (2)
Tocantins	40,3	57,9	45,3	98,8	144,4	108,4	2.454	2.492	2.396
Maranhão	166,9	178,4	213,4	409,0	439,4	542,0	2.450	2.463	2.539
Piauí	32,2	40,0	62,8	82,7	101,0	151,5	2.568	2.524	2.414
Bahia	580,0	628,4	690,0	1.150,0	1.508,1	1.573,2	1.983	2.400	2.400
Minas Gerais	575,3	600,1	646,4	1.339,2	1.438,8	1.414,3	2.328	2.398	2.188
São Paulo	520,5	535,0	506,1	1.421,0	1.190,1	1.135,7	2.730	2.224	2.244
Paraná	2.760,0	2.852,6	2.774,2	7.730,0	7.156,0	8.183,8	2.801	2.509	2.950
Santa Catarina	220,6	212,4	200,0	471,6	524,7	510,0	2.138	2.470	2.550
Rio G. do Sul	3.049,6	3.033,5	2.969,5	4.444,0	4.786,0	6.231,3	1.457	1.593	2.098
Mato G. do Sul	1.074,0	1.106,3	1.060,0	2.799,1	2.486,1	3.013,0	2.606	2.261	2.842
Mato Grosso	2.633,0	2.906,6	3.126,7	7.469,4	8.774,5	9.377,1	2.837	3.019	2.999
Goiás	1.334,7	1.491,1	1.530,6	3.420,7	4.092,9	3.996,6	2.563	2.745	2.611
Distrito Federal	28,4	33,6	35,0	65,6	92,9	72,8	2.312	2.767	2.097
BRASIL	13.015,4	13.675,9	13.859,8	30.901,1	32.735,0	36.309,8	2.374	2.400	2.620

FONTES: IBGE (14).

(1) Dados preliminares.

(2) Estimativa (abr/01).

TABELA 5/I - SOJA - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA - SANTA CATARINA - SAFRAS 98/99-00/01

MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	98/99	99/00 (1)	00/01(2)	98/99	99/00 (1)	00/01(2)	98/99	99/00 (1)	00/01(2)
São M. do Oeste	12.675	12.425	10.295	26.541	28.123	25.087	2.094	2.263	2.437
Chapecó	34.950	35.470	27.620	66.928	77.102	67.328	1.915	2.174	2.438
Xanxerê	86.123	77.323	68.230	184.327	191.204	182.132	2.140	2.473	2.669
Joaçaba	4.297	4.175	4.630	7.239	9.780	12.209	1.685	2.343	2.637
Concórdia	1.701	1.879	1.470	2.805	3.753	3.420	1.649	1.997	2.327
Canoinhas	47.200	48.400	47.800	121.780	138.720	139.650	2.580	2.866	2.922
São Bento do Sul	800	800	1.200	1.950	1.950	2.910	2.438	2.438	2.425
Curitibanos	30.260	29.340	30.810	54.537	67.929	80.580	1.802	2.315	2.615
Campos de Lages	2.567	2.600	2.810	5.512	6.127	7.430	2.147	2.357	2.644
Ituporanga	73	132	1.808
SANTA CATARINA	220.573	212.412	194.938	471.619	524.688	520.878	2.138	2.470	2.672

FONTES: IBGE (14).

(1) Dados preliminares. (2) Estimativa do IBGE/Instituto Cepa/SC (Jun/01).

TOMATE

O tomate é uma das mais importantes hortaliças cultivadas no mundo

A produção mundial no ano 2000 foi de 98.846.186 toneladas, em uma área plantada de 3.593.490 hectares. O volume obtido foi 11,7% maior que o produzido no ano passado, em uma área plantada que apresentou redução de 1,7%, conforme relatório da FAO do último mês de maio. Destaca-se, da última temporada, o aumento de 12,4% no rendimento médio das lavouras em todo o mundo.

A China é o maior produtor mundial, sendo responsável por 19,5% da produção, e é o país que detém a maior área plantada (21%). Como destaque em produtividade média das lavouras figuram os Estados Unidos, com rendimento de 66.570 kg/ha. A tabela 1 apresenta a área e a produção de tomates no mundo e nos dez maiores países produtores, além do comparativo dos anos 1999 e 2000.

TABELA 1/I - TOMATE - ÁREA E PRODUÇÃO NOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - SAFRAS 98/99-99/00

PAÍSES	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)	
	98/99	99/00	98/99	99/00
China	749.813	753.813	17.896.875	19.308.594
Estados Unidos	195.590	169.290	9.940.800	11.270.000
Itália	134.827	131.356	7.090.806	6.991.238
Turquia	187.000	160.000	6.600.000	6.800.000
Egito	170.000	180.000	5.900.000	6.354.430
Índia	365.000	365.000	5.300.000	5.500.000
Iran	128.455	140.000	3.204.076	3.700.000
Espanha	64.921	62.600	3.570.000	3.597.000
Brasil	64.545	57.636	3.146.940	3.042.603
México	83.013	80.780	2.252.700	2.400.820
Mundo	3.616.206	3.593.490	88.514.456	98.846.186

FONTES: FAO (12).

Na América do Sul, em todos os tempos, o Brasil deteve a hegemonia em área plantada e produção de tomates. No ano 2000, cerca de 37,2% da área plantada e 50,3% da produção da América do Sul foram responsabilidade dos agricultores brasileiros. A participação do País em volume de produção é o dobro da participação chilena, que, por sua vez, é o dobro da produção argentina, credenciando o Brasil como fornecedor potencial do produto in natura para os diversos mercados e, em especial, para os países do Mercosul, mesmo que seu mais tradicional concorrente seja o Chile, sabidamente com alto potencial em qualidade e rendimento médio das lavouras. A tabela 2 mostra a produção e a área cultivada nos países da América do Sul e o comparativo das safras 98/ 99 e 99/ 00

TABELA 2/I - TOMATE - ÁREA E PRODUÇÃO NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL - SAFRAS 98/99-99/00

PAÍSES	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)	
	98/99	99/00	98/99	99/00
Argentina	21.500	22.000	650.000	660.000
Bolívia	6.780	8.640	84.190	137.255
Brasil	64.545	57.636	3.242.656	3.042.603
Chile	18.968	22.000	1.243.000	1.267.100
Colômbia	18.000	18.000	390.000	390.000
Equador	6.587	6.372	62.189	70.691
Guiana Francesa	110	110	3.170	3.170
Peru	6.789	7.000	165.467	196.900
Paraguai	1.600	1.600	65.500	60.000
Suriname	120	120	1.625	1.200
Uruguai	2.200	2.000	40.000	36.000
Venezuela	9.107	9.107	170.637	187.861
TOTAL	156.606	154.885	6.139.187	6.054.030

FONTE: FAO (12).

No Brasil, a produção obtida na safra 99/00 foi 9,3% inferior à do ano anterior, mesmo que a área plantada tenha sido 14,3% menor, o que significa um ganho em produtividade média das lavouras de 5,6%. A área cultivada, nesta temporada, foi reduzida em todos os estados brasileiros, com exceção dos estados onde a cultura tem menor expressão, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Roraima. As maiores expressões individuais na tomaticultura brasileira são os estados de Goiás e São Paulo, que, juntos, plantam 38,6% da área e produzem 41,7 % do tomate nacional, com predomínio, em produção, nos últimos anos, do estado de Goiás, como se pode observar na tabela 3. O maior rendimento médio também foi conseguido no estado goiano. Nesta temporada foram obtidos, no estado, 69.841 kg/ha, ou seja, 31,4% mais que a média nacional.

TABELA 3/I - TOMATE - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO - BRASIL - 1998-2000

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Distrito Federal	258	297	268	16.446	18.605	16.503	63.744	62.643	61.578
Goiás	5.568	11.073	10.201	331.813	788.984	712.448	59.593	71.253	69.841
Mato Grosso	155	151	179	3.245	3.006	4.098	20.935	19.907	22.894
M. Grosso Sul	206	209	213	7.686	7.690	6.419	37.311	36.794	30.136
Bahia	9.147	8.045	5.145	271.402	237.622	170.653	29.671	29.537	33.169
Ceará	2.064	2.082	2.012	69.220	73.837	88.098	33.537	35.464	43.786
Maranhão	673	531	307	13.262	10.348	5.615	19.706	19.488	18.290
Paraíba	390	480	460	9.311	15.131	16.157	23.874	31.523	35.124
Pernambuco	4.670	2.873	2.002	140.047	89.324	89.283	29.989	31.091	44.597
R. G. do Norte	126	217	255	1.923	4.673	7.290	15.262	21.535	28.588
Sergipe	352	283	274	5.906	4.905	4.801	16.778	17.332	17.522
Amazonas	762	768	768	3.826	3.255	3.255	5.021	4.238	4.238
Roraima	76	100	110	560	800	800	7.368	8.000	7.273
Espírito Santo	1.659	1.619	1.499	97.588	104.776	95.289	58.823	64.716	65.568
Minas Gerais	11.659	12.174	9.682	544.282	655.026	532.380	46.683	53.805	54.987
Rio de Janeiro	3.611	3.252	3.363	205.324	180.470	193.368	56.861	55.495	57.499
São Paulo	14.340	13.040	11.480	711.500	748.600	709.060	49.616	57.408	61.765
Paraná	2.492	2.472	2.580	101.895	105.552	109.201	40.889	42.699	42.326
Rio G. Sul	2.704	2.942	2.828	89.107	100.795	102.720	32.954	34.261	36.322
Santa Catarina	2.860	2.905	2.520	136.656	134.812	115.402	47.782	46.407	45.794
BRASIL	63.772	65.513	56.146	2.760.999	3.288.211	2.982.840	43.295	50.192	53.126

FONTE: IBGE (14).

Um aspecto que vem preocupando sobremaneira o setor tem sido a pouca aceitação do tomate "longa vida" por parte do consumidor. Analistas de mercado, varejistas, atacadistas, produtores e comerciantes de sementes e insumos comentam que, depois da adesão de grande parte dos produtores ao uso destes híbridos em razão da resistência a algumas doenças e da alta produtividade alcançada pelo produto (o que lhes garante boa lucratividade), o consumo de tomates vem diminuindo no Brasil. Apesar de sua beleza na forma, na cor e no tamanho, o tomate "longa vida" deixa a desejar em sabor, perdendo dia após dia a preferência do consumidor, com sério risco de ser substituído na mesa do brasileiro. Atualmente, mais de 80% do mercado nacional é constituído por este tipo de produto, dando margem a preocupações para quem atua no setor. A busca por outras cultivares com boa produtividade e de melhor sabor já foi iniciada, sobretudo porque o mais importante é a satisfação do consumidor.

A cultura do tomateiro em Santa Catarina se destaca como a terceira ocupação hortícola; é atividade de pequenos e médios produtores rurais e envolve, segundo o Censo Agropecuário de 1995, do IBGE, cerca de 10.700 agricultores.

O estado, na safra 99/00, teve uma área plantada 14,3% menor que a anterior e apresentou uma produção de 115.402 toneladas, ou seja, os produtores catarinenses colheram 14,4 % menos que na safra passada. As baixas temperaturas registradas no inverno do ano 2000 determinaram baixa produtividade em algumas lavouras e até abandono do cultivo em outras, notadamente nas do sul do estado. Em consequência, diminuiu o volume produzido no estado. Podemos observar na tabela 4 o desempenho das diversas microrregiões do estado.

Para o próximo ano agrícola, a expectativa é de aumento da área cultivada, principalmente nas regiões de maior tradição do cultivo, como as microrregiões de Joaçaba, Florianópolis e Tabuleiro. Os bons preços verificados durante boa parte do período de comercialização sugerem este aumento e maiores investimentos, com conseqüente maior produtividade e produção.

Desde os anos 80, a produção estadual cresceu 195%, e o estado já se destaca entre os seis primeiros do País em produção e produtividade, participando com 4,5% na área plantada e 4% da oferta nacional nesta temporada.

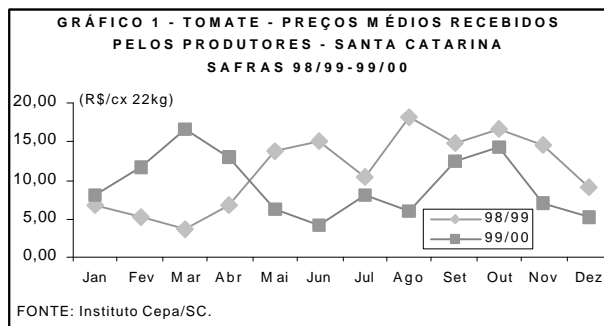
Tem contribuído significativamente para o sucesso da atividade no estado o fato de percentual expressivo da oferta catarinense se dar num período de escassez nacional, o que significa dizer que a atividade, no geral, tem sido bem-remunerada, estimulando, sem dúvida, o investimento no setor.

TABELA 4/I - TOMATE - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS - SANTA CATARINA - 1998-2000

MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Blumenau	85	87	85	3.000	2.330	2.585	35.294	26.782	30.412
C. de Lages	180	182	152	3.300	3.783	6.848	18.333	20.786	45.053
Canoinhas	49	53	55	2.440	3.175	3.315	49.796	59.906	60.273
Chapecó	10	35	34	491	1.931	1.825	49.100	55.171	53.676
Concórdia	16	12	13	330	580	571	20.625	48.333	43.923
Criciúma	47	39	35	1.742	1.475	825	37.064	37.821	23.571
Curitibanos	62	62	50	2.540	2.540	1.850	40.968	40.968	37.000
Florianópolis	512	487	536	25.265	21.015	22.802	49.346	43.152	42.541
Itajaí	15	15	18	310	430	670	20.667	28.667	37.222
Ituporanga	36	73	68	1.650	2.935	3.039	45.833	40.205	44.691
Joaçaba	959	927	624	51.640	54.922	37.515	53.848	59.247	60.120
Joinville	64	63	54	2.298	2.398	1.718	35.906	38.063	31.815
Rio do Sul	39	40	40	1.300	1.378	1.685	33.333	34.450	42.125
S. Bento Sul	10	15	17	400	600	680	40.000	40.000	40.000
Tabuleiro	550	590	510	27.250	22.450	20.780	49.545	38.051	40.745
Tijucas	73	73	93	3.210	2.860	3.660	43.973	39.178	39.355
Tubarão	148	147	135	9.140	9.781	4.970	61.757	66.537	36.815
Xanxerê	5	5	1	350	229	64	70.000	45.800	64.000
TOTAL	2.860	2.905	2.520	136.656	134.812	115.402	47.782	46.407	45.794

FONTE: IBGE (14).

Os preços, na última safra, estiveram favoráveis nos primeiros meses do ano, época em que a produção catarinense é responsável por grande parte do abastecimento



nacional do tomate, privilegiando, portanto, os tomaticultores do planalto catarinense. Na média, os produtores catarinenses receberam R\$ 9,40 por caixa, com um mínimo de R\$ 4,11 e o máximo de R\$ 16,57, conforme gráfico 1.

Admir Tadeo de Souza

TRIGO

Situação mundial no período 2000/2001

Em praticamente todo o transcorrer do período 00/01, as estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) indicaram um balanço mundial de oferta e demanda de trigo bastante apertado em relação ao que prevaleceu nos períodos anteriores.

A diminuição da produção e o aumento de consumo determinavam um dos mais baixos níveis relativos do estoque final mundial, chegando a ser estimado em apenas 18,3% do consumo mundial.

Isto mudou apenas em maio de 2001, depois de quase um ano de estimativas do período 00/01. Os números dos estoques finais mundiais, por decorrência de mudanças nos dados da China, foram substancialmente revisados para cima.

O estoque chinês ao final do período 00/01, estimado em 13,75 milhões de toneladas, passou para 54,17 milhões de toneladas. Com isto, a previsão do estoque mundial saltou, para o mesmo período, de 113,61 milhões para 158,71 milhões de toneladas, todavia sem maior relevância para o mercado internacional.

Além de as suas estimativas não gozarem de um grau de confiabilidade muito significativo (essas alterações bruscas dos dados reforçam isto), a China tem tido uma participação muito limitada no comércio internacional de trigo.

Apesar do balanço mundial bastante apertado, os preços internacionais, mesmo com algumas oscilações e com alguma tendência de elevação, mantiveram-se em patamares relativamente baixos.

Isto dificilmente aconteceria, não fossem a grande disputa que os principais exportadores mundiais têm travado pela manutenção e/ou conquista de mercado e a redução da necessidade de importação de alguns compradores.

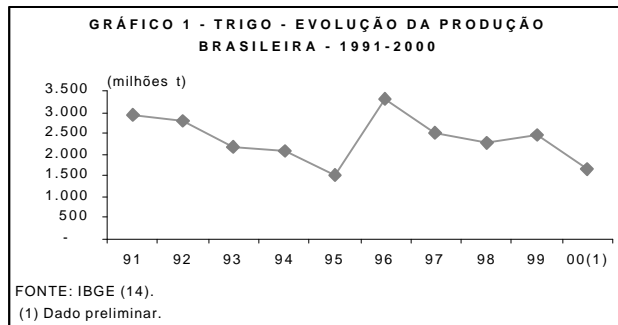
Safra Nacional e Safra Catarinense de 2000

A correção cambial brasileira, a partir do início de 1999, melhorou a competitividade da produção nacional, a qual, aliada a uma boa safra e boa comercialização no mesmo ano, à falta de alternativas de cultivo de inverno e também ao cenário otimista para a comercialização seguinte, estimulou o aumento na área nacional plantada com trigo em 2000.

No Brasil, segundo os números do IBGE, a área cresceu 21,9%, saltando de 1,25 milhão para 1,53 milhão de hectares.

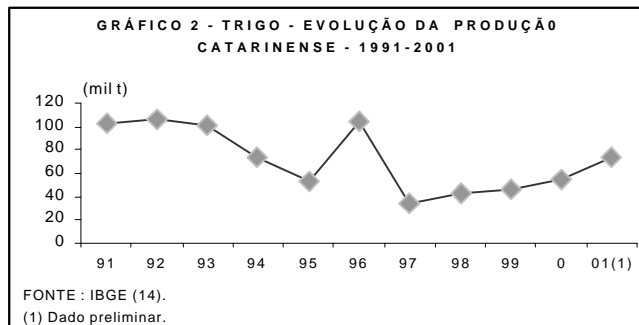
Este aumento de área era acompanhado da expectativa de que o ano 2000 poderia marcar o início de uma retomada mais consistente da produção nacional. Mais uma safra de produção e preços favoráveis poderia estimular os produtores a novamente apostarem no trigo.

O clima completamente adverso no transcorrer da safra frustrou esta esperança. A safra nacional, normalmente prejudicada por excesso de chuvas na colheita, sofreu também com estiagens e geadas.



A produção, que chegou a ser estimada em 2,6 milhões, alcançou apenas 1,66 milhão de toneladas, um dos piores resultados dos últimos anos. Além disto, houve grande comprometimento da qualidade da maior parte da produção.

Em Santa Catarina, segundo o IBGE/GCEA/SC, a expansão da área plantada em 2000, em relação a 1999, foi de 24%. A expectativa inicial era de que a produção crescesse em patamares parecidos.



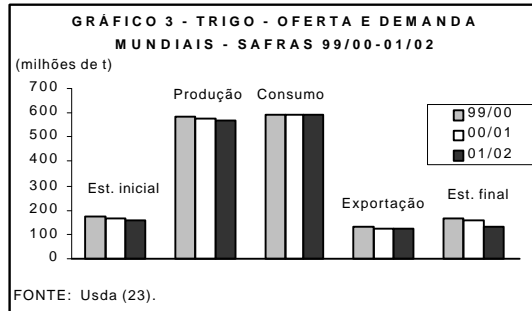
A safra catarinense tinha um andamento bastante favorável. As geadas de julho não tiveram efeito negativo para as lavouras e o clima relativamente seco favorecia um desenvolvimento satisfatório. A partir de setembro, os vários

dias de chuvas abundantes passaram a prejudicar a safra, principalmente em qualidade, que em muitos casos foi um ponto forte na safra de 1999.

A redução da oferta interna não significou, para muitos produtores, preços nos níveis inicialmente esperados.

Além da qualidade da safra, outros fatores pesaram negativamente sobre os preços recebidos: a redução nos preços do milho, o fato de parte das indústrias terem feito estoques maiores do que normalmente (para se precaver da redução da safra nacional), a grande safra argentina e um quadro de preços mundiais relativamente tranqüilo.

Perspectivas para 2001



Os primeiros números acerca do balanço mundial do período 01/02, a exemplo do que vem acontecendo nos últimos anos, indicam nova redução na produção mundial. Além disto, reforçam a tendência de alguns dos principais exportadores mundiais de diminuir sensivelmente sua produção.

Para o Brasil, esse quadro mundial apertado é, por um lado, um problema sério, pois, em face da grande dependência de produto importado, qualquer alteração dos preços internacionais se transformaria em aumento expressivo de dispêndio de dólares; por outro, com a perspectiva de melhores preços aos produtores, é uma ampliação das possibilidades de aumento da produção nacional.

Em relação à dependência externa, a situação só não é mais preocupante pelo fato de que a Argentina, que responde por mais de 95% das importações brasileiras de trigo, deverá, por mais um ano, incrementar sensivelmente sua produção.

Em relação à produção nacional de 2001, as primeiras estimativas indicam a possibilidade de que possa atingir 2,9 milhões de toneladas, um crescimento de 75% em relação à do ano de 2000.

Este expressivo crescimento é esperado pelo aumento na área plantada no País e, especialmente, pelo fato de se esperar uma produtividade bem superior à da safra de 2000, completamente prejudicada pelo clima adverso. A área de plantio seria maior, não fosse a limitada disponibilidade de semente, particularmente no Paraná.

Aspectos como: preços para importação mais elevados que o esperado; desestímulo ao plantio do milho-safrinha (cuja área concorre com a de trigo) pela substancial redução nos preços em relação às safras anteriores; comercialização favorável dos produtores que colheram produto de qualidade; preços recebidos pelos produtores que seguraram trigo para vender no primeiro semestre de 2001; interesse de muitos moinhos pela compra antecipada de trigo; boa perspectiva de preços; elevação do preço mínimo pelo governo e, finalmente, o fato de ainda faltarem outras alternativas de plantio de inverno, mantiveram o interesse de muitos produtores pelo plantio de trigo.

Em Santa Catarina também se espera crescimento na produção. As primeiras estimativas indicam, em relação a 2000, um crescimento de 29,5% na área plantada e de 36% na produção.

A ampliação de área é influenciada principalmente pelo ocorrido no meio-oeste do estado, onde praticamente não houve problema de falta de semente e os produtores comercializaram o trigo da safra passada com preços bastante favoráveis.

Ainda assim, a área será bastante inferior à de alguns anos recentes, quando um número bem maior de produtores apostava no trigo como importante opção de inverno.

As constantes frustrações com a safra e com os preços recebidos, aliadas ao crescimento da bovinocultura de leite e de corte, provocaram um substancial crescimento na área de plantio de pastagens de inverno, que passaram a ocupar boa parte daquela área destinada ao plantio de trigo.

O eventual crescimento da produção na safra deste ano não tira a boa perspectiva da próxima comercialização. Afinal, além de a produção interna ficar muito longe dos mais de 10 milhões de toneladas estimados para o consumo nacional, a forte desvalorização do real de 2000 para 2001 e a elevação dos preços internacionais tornam o preço do produto nacional muito mais atrativo do que o importado.

Assim, 2001 tem tudo para ser muito bom para a triticultura nacional.

TABELA 1/I - TRIGO - BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS - SAFRAS 99/00-01/02

(milhões de t)

DISCRIMINAÇÃO	99/00	00/01	01/02
Estoque inicial	174,70	167,42	156,66
Produção	586,98	578,68	569,35
Consumo	594,25	589,44	593,75
Exportação	135,13	123,99	127,63
Estoque final	167,42	156,66	132,27

FONTE: Usda (Junho/01).

TABELA 2/I - TRIGO - PRODUÇÃO MUNDIAL E DOS PRINCIPAIS PAÍSES - SAFRAS 99/00-01/02

(milhões de t)

PAÍS	99/00	00/01	01/02
Estados Unidos	62,57	60,51	52,83
Argentina	15,70	16,50	18,00
Austrália	25,01	21,17	23,00
Canadá	26,90	26,80	26,00
União Européia	96,80	104,95	97,95
China	113,88	99,60	96,00
Índia	70,78	75,75	68,00
Rússia	31,00	34,45	37,00
Outros	144,34	138,95	150,57
MUNDIAL	586,98	578,68	569,35

FONTE: Usda (Junho/01) (23).

TABELA 3/I - TRIGO - ESTIMATIVA DE EXPORTAÇÃO SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAL - SAFRAS 98/99-01/02

(milhões de t)

PAÍSES	98/99	99/00	00/01	01/02
União Européia	35,93	38,34	35,70	34,20
Estados Unidos	28,36	29,65	28,99	27,22
Austrália	16,47	17,84	16,00	17,50
Canadá	14,71	19,17	18,00	18,50
Argentina	8,40	11,60	11,50	13,00
MUNDIAL	122,58	135,13	123,99	127,63

FONTE: Usda (Junho/01) (23).

TABELA 4/I - TRIGO - ESTIMATIVA DE IMPORTAÇÃO SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAL - SAFRAS 98/99-01/02

(milhões de t)

PAÍSES	98/99	99/00	00/01	01/02
Brasil	7,30	7,56	7,90	7,50
China	0,83	1,01	0,50	2,00
Leste Europeu	2,13	1,89	3,03	1,78
Norte da África(1)	16,82	16,62	16,80	16,60
Paquistão	3,13	2,00	0,15	1,00
TOTAL MUNDIAL	121,52	131,18	123,66	126,00

FONTE: Usda (Junho/01) (23).

(1) Argélia, Egito, Líbia, Marrocos e Tunísia.

TABELA 5/I - TRIGO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - BRASIL - 1991-2000

ANO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1991	2.064.561	2.916.823	1.413
1992	1.973.120	2.795.598	1.417
1993	1.540.267	2.197.354	1.427
1994	1.472.083	2.096.259	1.424
1995	1.036.343	1.533.871	1.480
1996	1.825.628	3.292.759	1.804
1997	1.544.489	2.489.070	1.612
1998	1.423.789	2.269.847	1.594
1999	1.254.275	2.461.856	1.963
2000(1)	1.528.920	1.661.526	1.087

FONTE: IBGE (14).

(1) Dado preliminar.

TABELA 6/I - TRIGO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO - 1998-2000(1)

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Paraná	963.100	755.828	846.545	1.593.881	1.548.133	635.450	1.655	2.048	751
Rio G. do Sul	379.900	398.133	559.350	538.112	725.940	889.015	1.416	1.823	1.589
Mato G. do Sul	29.577	42.524	65.614	48.997	71.104	34.712	1.657	1.672	529
Santa Catarina	28.785	24.861	30.897	42.411	45.440	54.430	1.473	1.828	1.762
São Paulo	9.900	17.600	14.012	17.226	38.700	16.525	1.740	2.199	1.179
Minas Gerais	2.881	4.031	5.615	13.155	16.480	22.885	4.566	4.088	4.076
Goiás	7.973	10.288	6.887	11.757	12.840	8.509	1.475	1.248	1.236
Distrito Federal	673	580	...	2.808	2.457	...	4.172	4.236	...
Mato Grosso	1.000	430	...	1.500	762	...	1.500	1.772	...
TOTAL	1.423.789	1.254.275	1.528.920	2.269.847	2.461.856	1.661.526	1.594	1.963	1.087

FONTES: IBGE (14).

(1) Dado preliminar.

TABELA 7/I - TRIGO - OFERTA E DEMANDA BRASILEIRAS - SAFRAS 97/98-01/02

(1.000 t)

DISCRIMINAÇÃO	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02
Estoque inicial	821,1	768,4	845,4	931,7	820,1
Produção	2.402,0	2.188,0	2.403,0	1.658,4	2.764,3
Importação	6.190,3	7.071,0	7.733,3	8.400,0	7.200,0
Consumo	8.645,0	9.182,0	10.050,0	10.170,0	10170
Estoque final	768,4	845,4	931,7	820,1	614,4

FONTES: Conab (15).

TABELA 8/I - TRIGO - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE TRIGO EM GRÃO - 1997- 2000

PAÍS DE ORIGEM	QUANTIDADE (t)				VALOR FOB (US\$1.000)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Argentina	3.699.698	5.842.984	6.569.326	7.207.841	702.719	738.376	790.666	826.592
Canadá	817.309	370.275	191.613	163.075	135.945	54.769	25.820	20.930
EUA	-	-	95.078	51.685	-	-	11.208	6.226
Uruguai	86.809	24.526	34.234	36.015	14.166	3.361	4.332	4.266
Paraguai	246.174	131.222	865	64.079	29.321	14.545	87	6740
França	-	26.163	-	-	-	2.826	-	-
Outros	10	14	19	...	5	5	6	...
TOTAL	4.850.000	6.395.184	6.891.135	7.522.694	882.155	813.881	832.119	864.754

FONTES: Conab (15).

TABELA 9/I - TRIGO - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FARINHA - 1997-2000

PAÍS DE ORIGEM	QUANTIDADE (t)				VALOR FOB (US\$1.000)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Argentina	365.959	274.194	177.758	181.639	88.441	58.537	34.848	32.734
Uruguai	19.395	34.322	13.256	17.635	4.946	8.036	2.993	3.709
Venezuela	16	117	20	3.705	4	49	7	1.092
Paraguai	10.229	7.503	25	...	2.503	1.574	7	...
Outros	2.020	2.241	311	56	644	613	75	21
TOTAL	397.619	318.377	191.370	203.035	96.538	68.809	37.930	37.556

FONTES: Conab (15).

TABELA 10/I - TRIGO - PREÇOS MÍNIMOS - SAFRAS - 1999 - 2001

(R\$/t)

CLASSIFICAÇÃO/ANO	TIPO 1(Ph 78)			TIPO 2 (Ph 75)			TIPO 3 (Ph 70)		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Pão/Melhorador	185,00	205,00	225,00	175,00	194,47	213,43	161,00	178,40	195,79
Brando	161,00	178,40	195,79	153,00	169,54	186,07	137,00	151,81	166,61
Outros usos	113,00	125,22	125,22	105,00	116,35	116,35	97,00	107,49	107,49

FONTES: Conab (15).

TABELA 11/I - TRIGO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - SANTA CATARINA - 1991-2001

ANO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1991	81.084	103.521	1.277
1992	72.085	106.321	1.475
1993	79.190	100.651	1.271
1994	61.370	74.147	1.208
1995	36.825	53.875	1.463
1996	72.062	105.056	1.458
1997	36.635	34.227	934
1998	28.785	42.411	1.473
1999	24.861	45.440	1.828
2000	30.897	54.318	1.758
2001(1)	40.000	74.000	1.850

FONTES: IBGE (14).

(1) Estimativa.

TABELA 12/I - TRIGO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - SANTA CATARINA - 1998-2000

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
São Miguel	2.260	2.035	2.782	2.248	2.736	3.614	995	1.344	1299,00
Chapecó	7140	6.060	6.775	8.309	7.399	8.777	1.164	1.221	1.295
Xanxerê	7.782	5.910	6.425	10.717	8.639	9.463	1.377	1.462	1.473
Joaçaba	1.895	2.095	2.202	2.969	4.331	4.208	1.567	2.067	1.911
Concórdia	1.218	1.036	1239	1.057	1.325	1.540	868	1.279	1.243
Canoinhas	2.520	750	500	3.360	1.416	896	1.333	1.888	1.792
São Bento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Curitibanos	5.594	6.514	10.521	13.035	18.363	24.433	2.330	2.819	2.322
Campos de Lages	339	431	438	679	1.201	1.372	2.003	2.787	3.132
Rio do Sul	37	30	15	37	30	15	1.000	1.000	1.000
Tubarão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO ESTADO	28.785	24.861	30.897	42.411	45.440	54.318	1.473	1.828	1.758

FONTES: IBGE (14).

UVA

No contexto nacional, a produção de uvas se concentra nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste. A produção brasileira foi avaliada em 1999, pela Fundação IBGE, em 931.500 toneladas. O estado do Rio Grande do Sul participa com 54% da produção total. Nesse quadro, São Paulo, Pernambuco, Paraná Bahia e Santa Catarina respondem, respectivamente, por 18,9%, 9,2%, 8,0%, 5,0% e 3,3% da produção nacional, conforme tabela 1.

TABELA 1/I - ÁREA DESTINADA A COLHEITA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO - SAFRAS 97/98-99/00

ESTADOS	ÁREA DESTINADA A COLHEITA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	97/98	98/99	99/00	97/98	98/99	99/00	97/98	98/99	99/00
Bahia	2.324	2.414	1.549	67.631	70.031	46.767	29.101	29.010	30.191
Minas Gerais	671	717	733	6.460	10.585	10.750	9.627	14.763	14.666
Paraná	4.575	5.259	5.802	71.838	70.929	74.679	15.702	13.487	12.871
Pernambuco	996	2.480	2.935	21.413	49.973	85.414	21.499	20.150	29.101
Rio Gr. do Sul	35.260	34.875	34.485	456.008	348.368	502.950	12.933	9.989	14.584
Santa Catarina	2.950	3.044	2.815	35.703	35.419	30.610	12.102	11.636	10.787
São Paulo	9.520	11.530	10.639	227.140	185.230	176.190	23.859	16.065	16.561
BRASIL	56.882	60.721	59.379	890.708	774.352	931.500	15.659	12.753	15.687

FONTE: IBGE (14).

TABELA 2/I - PRODUÇÃO DE VINHOS E MOSTOS POR ESTADO - SAFRA 95/96

ESTADO	PRODUÇÃO DE VINHOS E MOSTOS (l)	PARTICIPAÇÃO (%)
Rio G. do Sul	334.586.327	94,4
Santa Catarina	16.138.863	4,6
Paraná	282.464	0,1
São Paulo	1.808.889	0,5
Minas Gerais	948.667	0,3
Pernambuco	648.200	0,2
BRASIL	354.413.410	100,0

FONTE: Embrapa Uva e Vinho.

De acordo com relatório elaborado pelo Centro Nacional de Pesquisas em Uva e Vinho, aproximadamente 50% da uva produzida destina-se ao fabrico de vinhos, sucos, destilados e outros derivados. O citado relatório Uva e Vinho divulgado pela Embrapa mostra que o estado do Rio Grande do Sul concentrava, em 1995, 94,4% da produção de vinhos e mostos. Santa Catarina aparece em segunda posição, participando com 4,6% da produção nacional. Ademais, observando os dados disponíveis, chama a atenção a evolução do desempenho do estado de Pernambuco – cuja produção de uva, localizada no Vale do São Francisco, salta de 646.200 litros em 1995 para 7.091.261 em 1999.

Com relação ao desempenho da vitivinicultura catarinense, cabe assinalar que na última safra, 00/01, para uma área colhida de 3.479 hectares, a produção obtida foi de 43.379 toneladas, alcançando um rendimento de 12.468 kg/ha, conforme se observa na tabela 3.

TABELA 3/I - ÁREA DESTINADA A COLHEITA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA - SANTA CATARINA - SAFRAS - 98/99-00/01

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	98/99	99/00	00/01	98/99	99/00	00/01	98/99	99/00	00/01
Blumenau	29	31	50	460	536	793	15.862	17.290	15.860
Campos de Lages	14	10	12	105	98	128	7.500	9.800	10.667
Canoinhas	-	-	19	-	-	190	-	-	10,000
Chapecó	177	178	378	2.329	1.706	3.769	13.158	9.584	9.971
Concórdia	125	128	149	1.113	1.151	1.474	8.904	8.992	9.893
Criciúma	151	101	102	1.213	693	1.177	8.033	6.861	11.539
Curitibanos	11	11	13	125	125	133	11.363	11.363	10.230
Florianópolis	2	8	8	40	130	130	20.000	16.250	16.250
Itajaí	1	3	17	10	30	142	10.000	10.000	8.353
Joaçaba	2.140	1.918	1934	26.153	21.718	26.482	12.221	11.323	13.693
Rio do Sul	97	92	97	889	902	932	9.165	9.804	9.608
São M. do Oeste	3	3	328	36	24	3.647	12.000	8.000	11.119
Tabuleiro	14	14	16	220	220	232	15.714	3.479	14.500
Tijucas	85	87	95	955	933	1.125	11.235	10.724	11.842
Tubarão	76	106	117	951	1.521	1.982	12.513	14.349	16.940
Xanxerê	119	125	144	820	823	1.043	6.890	6.584	7.243
SANTA CATARINA	3.044	2.815	3479	35.419	30.610	43.379	11.635	10.873	12.468

FONTES: IBGE (14).

Destaca-se, na referida tabela, a participação da MRG de Joaçaba, que inclui os municípios situados na região do Alto Vale do Rio do Peixe, detendo 60,9% da produção estadual. Vale registrar que a última safra foi prejudicada por chuvas em excesso durante os meses de maturação e colheita, favorecendo a ocorrência de doenças fúngicas. Isto resultou ainda na redução do teor de açúcar da uva. Com isto, o produto apresentou grau glucométrico menor do que o necessário para a correção máxima do mosto exigida pelo Ministério da Agricultura. Nesse ponto, o artigo 55 dos Padrões de Identidade e Qualidade contido na legislação de Vinhos e Derivados (Lei n.º 7.678 de 08.11.1988) estabelece que "o limite para correção deve corresponder a uma elevação máxima de 3º GL na graduação alcoólica do vinho". Dessa forma, o excesso de chuvas reduziu a quantidade e a qualidade da produção de vinhos nessa região, que concentra 96% da produção estadual de vinhos, avaliada, na safra 00/01, em 16.434.917 litros, assim distribuída: 69,66% de tinto; 30,27% de branco e 0,07% de vinho rosado (Tabela 4). Nesta safra, o total de uvas destinadas à industrialização no estado foi de 22.803.973 quilos. Desse total, 69,66% é de uvas tintas e 30,27%, de uvas brancas.

TABELA 4 - PRODUÇÃO DE VINHOS EM SANTA CATARINA - SAFRA 00/01

TIPO	QUANTIDADE PRODUZIDA (l)	PARTICIPAÇÃO (%)
Tinto	11.448.749	69,66
Branco	4.974.168	30,27
Rosado	12.000	0,07
TOTAL	16.434.917	100,00

FONTES: MAA/DFA/SC.

No que se refere ao comportamento dos preços, as informações disponíveis apontam para uma relativa estabilidade de preços nas últimas safras. Tais preços se colocam em níveis superiores aos do preço mínimo estabelecido para a última safra, que foi de R\$ 0,25/kg para uvas comuns com 15 °GL. É interessante ter em conta que alguns produtores têm a opção de comercializar para consumo in natura parte da produção, auferindo, geralmente, preços superiores aos alcançados na venda às cantinas. Com relação ao comportamento do mercado, o citado relatório Uva e Vinho da Embrapa afirma que *"há uma tendência de aumento no consumo de vinhos tintos e de suco de uva de boa qualidade"*.

O setor vitivinícola de Santa Catarina e o do Rio Grande do Sul mantêm um estreito relacionamento, tanto nas negociações conjuntas que os agricultores dos dois estados desenvolvem, visando à negociação do preço mínimo da uva, como também no que se refere à compra de uva e vinho a granel para atender a parte da demanda da indústria catarinense. Neste sentido, vale registrar que, além do Vale do Rio do Peixe, o estado conta com outros pólos vitivinícolas, entre os quais merece mencionar o Sul Catarinense, destacando-se algumas indústrias existentes nos municípios de Urussanga e Pedras Grandes (distrito de Azambuja), cuja demanda, apesar da pequena produção local, é satisfeita com produto oriundo da Serra Gaúcha. Na região da Grande Florianópolis, a produção de uva situa-se nos municípios de Major Gercino (localidade de Pinheiral) e Nova Trento. As indústrias localizadas neste último município se abastecem principalmente de uva oriunda do Rio Grande do Sul, uma vez que a produção regional é destinada a atender ao consumo in natura do litoral catarinense. Na região de Blumenau, cabe citar o município de Rodeio, em que predominam traços da colonização italiana e onde, graças a vínculos de cooperação com instituições de fomento e pesquisa da Itália, se desenvolve um projeto de modernização do processo de fabrico de vinhos. Também nessa região a demanda de uva é atendida com produto oriundo de outras partes do estado e do Rio Grande do Sul. A vitivinicultura está fortemente ligada à cultura trazida pelos imigrantes italianos. Assim, a produção se desenvolve em muitas propriedades de municípios do oeste catarinense, especialmente para atender ao consumo das famílias que fabricam o seu vinho colonial. Algumas cantinas buscam, inclusive, a uva de outras regiões e do Rio Grande do Sul, visando a atender a essa demanda.

Tendo em vista que este trabalho busca fazer uma síntese do comportamento da atividade, é oportuno relacionar ações direcionadas à melhoria da qualidade. Estas ações estão ainda concentradas na região do Vale do Rio do Peixe e merecem destaque as seguintes: a realização do Cadastro do Viticultor; a organização da Associação Catarinense dos Produtores de Vinho com Selo de Qualidade; a instalação, em Videira, do Laboratório de Controle de Qualidade de Vinhos e Derivados, no contexto do Programa de Fomento à Vitivinicultura Regional. São ações que apostam na melhoria da competitividade do setor. O cadastro, realizado graças a um acordo de cooperação técnica entre a Delegacia Regional do Ministério da Agricultura e Abastecimento em Santa Catarina – DFA/SC - e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri -, identificou a área ocupada com parreirais, por variedade,

bem como a idade das plantas para cada município, além de conter outras informações básicas para a formulação de políticas de incentivo do setor. Verifica-se, por exemplo, que nos municípios pesquisados (Videira, Tangará, Salto Veloso, Pinheiro Preto, Caçador, Iomerê, Rio das Antas e Fraiburgo), de uma área ocupada de 1.697,97 hectares, os parreirais com até dois anos de idade representam 9,9% do total; os que possuem entre dois e cinco anos ocupam 7,7% da área total e aqueles com mais de cinco anos de instalação perfazem 82,4% da área ocupada. Os dados confirmam as percepções de técnicos e lideranças do setor. Atividade instalada com os colonizadores, depois de um período de estagnação, apresenta nos anos mais recentes sinais de recuperação. Em sintonia com essa avaliação, está em curso o Programa da Fomento da Vitivinicultura, que, com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf - , tem como agente financeiro o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE -, o qual está financiando projetos de instalação de novos parreirais para agricultores que apresentem, junto com o projeto técnico, um contrato de integração com as agroindústrias (cantinas) que assegure a comercialização do produto. Tais agroindústrias (cooperativa e empresas privadas) participam, ainda, avaliando o financiamento dos agricultores. Nesse programa, cabe à Epagri elaborar os projetos e capacitar tecnicamente os agricultores. Na mesma linha, a organização da citada associação, da qual atualmente participam cinco indústrias da região, trabalha a idéia da produção de um vinho diferenciado, elaborado com variedades como Niágara Comum e Isabel, produzidas na região, assegurando ao consumidor um indicativo de qualidade do produto – o selo de qualidade. A propósito, de acordo com dados levantados no citado cadastro da área total dos parreirais, 50,6% e 20,3% são ocupadas com uvas das variedades Isabel e Niágara Branca, respectivamente. De outra parte, a edição da Instrução Normativa n.º 04, publicada no Diário Oficial da União em 8.2.2001, trouxe um novo alento para coibir a falsificação dos vinhos. A referida instrução estabelece a metodologia de análise da Razão Isotópica $^{13}\text{C}/^{12}\text{C}$ em produtos e subprodutos das Plantas do Ciclo Fotossintético C_3 e C_4 , permitindo identificar se o álcool existente no vinho tem origem nos açúcares da uva, da cana-de-açúcar e/ou arroz e maçã. Técnicos do setor avaliam que este novo instrumento da fiscalização, que se baseia na legislação vigente desde 1988, citada anteriormente, provocou uma redução, na última safra, das importações de uva e vinho a granel do Rio Grande do Sul.

As iniciativas em curso resultam, de certa forma, de um esforço conjunto e continuado, envolvendo instituições do setor público e organizações da sociedade civil ligadas à Câmara Setorial de Uva e Vinho. Ademais, as condições econômicas e especialmente a rentabilidade da atividade favorecem o seu desenvolvimento. Isto se comprova até mesmo pelo interesse de empreendedores urbanos em investir na atividade. Também o comprovam as experiências e testes realizados no município de São Joaquim, que indicam as possibilidades da viticultura em regiões de maior altitude e frio, onde se produzem uvas viníferas européias, com maior teor de açúcar e portanto vinhos de melhor qualidade.

Em suma, as informações trazidas sinalizam para as potencialidades da vitivinicultura catarinense. Há um processo em curso que sugere a melhoria da qualidade. Falta, no

entanto, uma política estadual que possa fomentar o desenvolvimento do setor em todos os diferentes pólos produtores e que assegure ao catarinense a opção de consumir um vinho produzido em Santa Catarina com garantia de qualidade e preço compatível.

José Carlos Madruga da Silva

FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS

A horticultura é a arte de cultivar jardins, e um dos seus ramos é a floricultura, que é a produção de flores e plantas ornamentais tanto em pleno sol como em cultivo protegido.

Os principais cultivos entendidos pela floricultura aqui analisada, por ordem de complexidade tecnológica e volume de investimentos, são, respectivamente:

- cultivo de gramas;
- flores anuais de época (forrações ou caixaria);
- plantas de jardim (em torrão ou em vaso);
- plantas ornamentais, flores em vaso e flores cortadas;
- flores cortadas cultivadas em estufa.

A floricultura, cujo cultivo intenso exige a presença constante do produtor, ocupa mão-de-obra em grande número, fixa o homem à terra e possibilita a subdivisão da gleba em pequenas propriedades altamente produtivas, elevando a padrão de vida do produtor, sem contar o envolvimento de mão-de-obra nos aspectos de comercialização, distribuição, vendas, trabalhos artísticos de decoração, projetos paisagísticos e outros serviços.

Panorama Internacional

A floricultura mundial está estruturada a partir de grandes mercados consumidores, principalmente a Europa, além dos Estados Unidos, o Japão e países claramente exportadores como a Colômbia, o Equador, a Holanda e Israel, entre outros.

O fluxo de produtos da floricultura do hemisfério sul nos períodos de entressafra do norte tem sido uma constante, ocasionando diminuição dos picos de preços, fazendo com que hoje flores e plantas ornamentais sejam cada vez mais oferecidas nos diversos mercados mundiais, a preços cada vez menores e com qualidade crescente.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibraflor), a produção mundial de flores e plantas ornamentais ocupa uma área estimada em 190 mil hectares, movimentando valores próximos a US\$ 16 bilhões/ano em nível de produtor e US\$ 44 bilhões nas atividades de comércio. Mais de US\$ 5 bilhões são movimentados nas atividades de exportação(Tabela1).

TABELA 1/I - PAÍSES EXPORTADORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS, POR PRODUTO - 1995

(milhões US\$)

PAÍS	TOTAL US\$ (mil)	FLORES	VERDE DE CORTE	PLANTAS EM VASOS
Mundo	5.376.232	3.153.142	479.240	1.743.850
Holanda	2.776.682	1.845.946	45.188	885.548
Colômbia	440.922	438.534	17.392	649
Dinamarca	224.115	2.097	22.983	199.035
Itália	194.965	78.381	65.110	51.474
Israel	177.211	146.672	11.958	18.581
Bélgica/Luxemburgo	175.583	18.436	5.451	151.697
Costa Rica	142.707	12.913	71.183	58.611
Canadá	109.766	1.922	22.670	85.174
EUA	105.474	7.962	90.246	7.266
Quênia	104.521	98.768	986	4.767
Alemanha	103.590	17.818	11.249	74.522
Tailândia	82.930	72.038	1.303	9.589
França	72.855	30.965	11.008	30.882
Equador	70.240	70.153	73	14
Espanha	62.223	44.330	3.261	14.632
Zimbábue	50.859	50.580	16	263
Guatemala	43.155	9.403	16.461	17.290
Ilhas Canárias	42.483	16.624	2.344	23.516
Nova Zelândia	35.642	33.348	241	2.079
África do Sul	31.539	11.579	15.905	4.055

FONTE: Pathfast Publishing.

Considerando o total da cadeia produtiva, o mercado mundial de flores e plantas ornamentais, hoje em plena fase de expansão, gera negócios que ultrapassam US\$ 100 bilhões ao ano.

Os principais produtos dos onze principais países produtores encontram-se no quadro 1.

A avaliação do potencial de crescimento do mercado mundial pode ser facilitada pela apresentação da tabela 2.

O mercado potencial de cada país é avaliado considerando-se sua população total. Desta forma, os Estados Unidos, pelo fato de apresentarem a maior população entre os países relacionados e um consumo per cápita relativamente baixo, podem ser considerados como um mercado promissor. O Japão, com elevada renda e baixo consumo individual, também pode ser considerado como mercado passível de expansão. O baixíssimo consumo brasileiro de flores reflete aspectos culturais e renda per cápita baixa e mal-distribuída.

QUADRO 1/I - FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS - PRINCIPAIS PRODUTOS PRODUZIDOS NOS 11 PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES

PAÍS	PRODUTOS
Holanda	Rosas, crisântemos, lírios, tulipas, alstroemeria, aster, violeta, azaléia, gérberras, gipsofila(2) folhagens, mudas e sementes
Colômbia/Equador	Crisântemos, rosas, gipsofila, e cravo
Costa Rica	Flores tropicais, folhagens e mudas de plantas verdes
Estados Unidos	Flores envasadas como crisântemos, orquídeas, bromélias, impatiens, poinsétia, ciclâmen e plantas de jardim
Israel	Aster, gipsofila, rosas, crisântemos, mudas e sementes
Japão	Crisântemos, rosas, gipsofila, orquídeas e sementes
África do Sul	Bulbos de gladiolos, amárilis e algumas flores de corte
Quênia	Rosas
Espanha	Cravo, plantas de jardim, rosas, gladiolos e plantas verdes diversas
Itália	Crisântemos, plantas de jardim, mudas diversas
Dinamarca	Begônias, violeta, azaléia, ciclâmen, poinsétia
Brasil(1)	Rosas, crisântemos, violeta, calanchoe, gipsofila, plantas de jardim, plantas tropicais

FONTE: Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais.

(1) Incluso para comparação.

(2) Normalmente conhecida como mosquitinho e, em São Paulo, como branquinha.

TABELA 2/I - FLORES - CONSUMO PER CÁPITA/ANO POR PAÍS - 1999

(US\$)

PAÍS	VALOR
Suíça	174,00
Noruega	167,00
Áustria	109,00
Alemanha	98,00
Suécia	89,00
Dinamarca	83,00
Holanda	80,00
Finlândia	69,00
Bélgica	69,00
França	69,00
Itália	63,00
Estados Unidos	58,00
Japão	45,00
Grécia	33,00
Argentina	25,00
Brasil	6,00

FONTE: Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais.

A Holanda é, mundialmente, o principal importador e exportador, fazendo papel, além de produtor, também de intermediário no comércio internacional de flores e plantas tropicais.

O mercado internacional, diversificado e sujeito a rápidas modificações (o que exige do exportador trabalho de análise de tendências de consumo), tem apresentado crescimento constante.

Nas duas últimas décadas, em diversos países europeus e no Japão, a taxa anual de crescimento foi de 3,5% para flores cortadas, 5% para plantas envasadas e redução para flores secas.

Entre as causas da expansão do consumo observa-se, além do aumento do poder aquisitivo, também o crescimento do interesse por arranjos florais modernos.

Panorama Nacional

A produção brasileira de flores e plantas ornamentais com expressão econômica ainda ocorre principalmente na Região Sudeste, com a utilização de alta tecnologia na produção em casas de vegetação.

São cultivados 5.156,6 hectares com a floricultura, conforme dados do Ministério da Agricultura.

Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul respondem por cerca de 90% da produção nacional. Outros estados produtores de importância são Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco, Goiás, Espírito Santo, Ceará, Bahia, Pará e Amazonas. Nas demais unidades da Federação, apesar dos microclimas adequados à atividade, a horticultura ornamental é pouco desenvolvida.

Em São Paulo, a floricultura evoluiu consideravelmente nas últimas três décadas, consolidando-se principalmente no cultivo de flores de corte e em vasos, envolvendo mais de 1.500 produtores familiares com área média de 2,5 hectares.

A cadeia produtiva no estado envolve aproximadamente 30.000 empregos diretos. Do total de área cultivada, 65% é de cultivo a céu aberto, 3% de cultivo telado e 32% em estufas, com predominância de crisântemos, gipsofila (mosquitinho), rosas, orquídeas, lisianto, gladiolos, lírios, gérbas, violeta africana, primula, azaléia, gloxínia, poinsétia (espírito-santo ou cardeal), além de folhagens, entre as quais predominam samambaias e aráceas.

A produção paulista concentra-se em Holambra, Atibaia, Ibiúna, Cotia, São Roque, Arujá, Mogi das Cruzes, Vale do Paraíba, Vale do Ribeira e Parapanema.

Em Minas Gerais, a floricultura se distribui praticamente por todo o estado. Há predominância de cultivos de folhagens e flores de corte, tanto a céu aberto (57% da área) como em estufas (42%), totalizando 336 hectares cultivados. Produz quase todas as espécies relacionadas para São Paulo, sobressaindo-se o cultivo de rosas. O segmento de mudas para jardim ocupa 14% da área total cultivada.

No estado do Rio de Janeiro existem 300 produtores com áreas que variam de 0,5 a 3 hectares; a grande maioria cultiva de forma artesanal, empregando mão-de-obra familiar, com concentração de produção ao redor da capital, onde sobressaem as folhagens e flores de corte de origem tropical e plantas para paisagismo. Na região serrana, predomina a produção de rosas, crisântemos, gladiolos, gipsofila, cravos, lírios, antúrios, bromélias e plantas para jardim.

O Rio Grande do Sul destaca-se como centro consumidor, com consumo (R\$25,00/cápita/ano) bastante superior ao da média nacional. São 304 hectares em 251 propriedades. Concentra-se na região da Grande Porto Alegre, nos vales dos rios Caí, Taquari, Jacuí e Planalto (Passo Fundo, Machadinho, Vacaria). A produção gaúcha corresponde a 10% da produção nacional. As empresas familiares dominam a produção, utilizando 3,7 pessoas/hectare, sendo 38% de origem familiar. Está em fase inicial de expansão, começando a exportar rosas para a Alemanha, mudas de crisântemos e gerânio para a Itália e orquídeas para o Japão.

No Paraná, a produção de planta e forrações para paisagismo concentra-se na região metropolitana de Curitiba. No norte do Paraná, produzem-se principalmente crisântemos de corte e vaso, violetas e calanchoes. Em Guarapuava se produzem as espécies relacionadas para São Paulo, além de rosas.

No Ceará está se expandindo significativamente o cultivo de rosas em estufas na região da Serra de Ibiapaba, cujas condições climáticas (insolação, temperatura, umidade) permitem mais que duplicar os rendimentos verificados no Equador e na Colômbia. Nas proximidades de Fortaleza encontra-se outro pólo produtor, na região do Maciço do Baturité, onde se desenvolve o cultivo de flores tropicais de corte e de vaso.

Os estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Goiás e Pará produzem, principalmente, plantas e flores tropicais.

O Espírito Santo dedica-se particularmente ao cultivo de orquídeas, além de plantas tropicais.

A produção nacional de flores pode ser verificada na tabela 3.

TABELA 3/I - DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE FLORES NO BRASIL, POR ESTADO/REGIÃO - 1998

ESTADO/REGIÃO	Nº DE PRODUTORES	ÁREA CULTIVADA (ha)				VENDAS	
		Campo	Estufa	Total	Part. (%)	R\$ milhões	Part. (%)
São Paulo	1.500	2.748	709	3.457	71,3	240,0	74,5
Rio de Janeiro	100	70	10	80	1,6	8,0	2,5
Minas Gerais	350	100	18	118	2,4	11,8	3,7
SUDESTE	1.950	2.918	737	3.655	75,4	259,8	80,6
Paraná	90	100	80	180	3,7	9,0	2,8
Santa Catarina	115	300	40	340	7,0	17,0	5,3
Rio G. do Sul	270	520	50	570	11,8	28,0	8,7
SUL	475	920	170	1.090	22,5	54,0	16,8
NORDESTE	80	30	30	60	1,2	5,0	1,6
CENTRO-OESTE	20	20	5	25	0,5	2,0	0,6
NORTE	20	10	10	20	0,4	1,5	0,5
BRASIL	2.545	3.898	952	4.850	100,0	322,3	100,0

FONTE: Adaptada de Augusto Aki e LL Consultores.

Quanto aos aspectos organizacionais da floricultura nacional, as ações têm sido articuladas pelo Instituto Brasileiro de Floricultura – Ibraflor -, com sede em Campinas, São Paulo.

O mercado de flores no Brasil movimentou valores superiores a US\$ 1,3 bilhão por ano. Segundo o Ibraflor, nos últimos dez anos o consumo per capita/ano subiu de US\$ 1,5 para US\$ 6,00, ainda pouco se comparado com o da Argentina, que é de US\$ 25,00, e irrisório perto do consumo dos países europeus. Um dos fatores que contribuíram para isto pode ser atribuído aos supermercados e home centers, que passaram a destinar uma área maior para jardinagem e floricultura.

O Ibraflor lançou o "Padrão Ibraflor de Qualidade", com 21 produtos, que representam 80% da comercialização brasileira de flores e plantas ornamentais.

O Ibraflor tem incentivado também a exportação de flores e pretende elevá-la de R\$23,5 para R\$ 146,3 milhões por ano. No Brasil existem dez mil varejistas, 400 atacadistas e seis centros atacadistas: Ceagesp, em São Paulo, o Veiling (leilão eletrônico) em Holambra, este envolvendo 250 atacadistas nacionais; a Ceasa de Campinas (que inaugurou seu mercado de flores em 1995 e já expandiu sua área específica em 58%, totalizando aproximadamente 30 mil metros quadrados); as ceasas de Porto Alegre e Curitiba e o Mercaflor em Joinville (Pirabeiraba).

O mercado nacional ainda é grandemente influenciado pelas datas festivas para incentivar as vendas: Natal e Ano Novo, Dia das Mães, Finados, Dia dos Namorados, Dia Internacional da Mulher e Dia da Secretária.

A tabela 4 dá uma noção da importância das datas festivas no comércio, por tipo de flores de corte e envasadas, na Ceagesp.

TABELA 4/I - FLORES - PERCENTUAL COMERCIALIZADO NA CEAGESP, CONFORME DATAS FESTIVAS - 1998

PRODUTO	DATAS FESTIVAS					
	Dia da Mulher	Dia das Mães	Namorados	Secretária	Finados	Natal
Gladiolo	-	21,1	-	14,8	31,5	32,6
Cravo	12,1	26,0	9,9	4,5	22,2	25,3
Orquídea	1,1	31,6	17,9	-	-	49,4
Rosa	12,7	26,5	9,6	5,7	15,9	29,6
Lírio	-	12,6	-	7,3	55,7	24,4
Violeta	25,1	29,0	17,5	-	-	28,4
Minivioleta	6,9	24,0	-	2,5	39,8	26,8

FONTE: Ceagesp (Informativo Ibraflor).

As exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais no ano de 2000 totalizaram US\$ 13 milhões; o Ibraflor, em suas atividades incentivadoras à exportação, determinou a meta de US\$ 80 milhões para o ano de 2004. Além de flores e plantas tropicais, de acordo com o Ibraflor, os materiais básicos exportados pelo Brasil em 1999 e respectivos destinos foram:

QUADRO 2/I - MATERIAIS BÁSICOS EXPORTADOS E RESPECTIVOS PAÍSES DE DESTINO - BRASIL - 1999

MATERIAIS BÁSICOS	PAÍSES DE DESTINO
Mudas de Crisântemos	Holanda, Itália, Inglaterra, Japão, Dinamarca, Noruega, Argentina, Paraguai, Uruguai
Bulbos de Gladiolos (palmas)	Holanda, México, Chile, Uruguai
Bulbos de Amarílis	Holanda, Estados Unidos, Argentina, México
Mudas de Begônia	Holanda
Bulbos de Lírios	Holanda
Mudas de Violetas	Holanda
Bulbos diversos	Holanda
Mudas de Marantáceas (Calatheas)	Holanda
Mudas forrações diversas	Diversos países da Europa

FONTE: Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais.

Os valores do comércio internacional de flores e plantas ornamentais envolvendo o Brasil nos últimos dois anos foram:

TABELA 5/I - BRASIL - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS - 1999-2000

ANO	(US\$ mil Fob)		
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1999	13.124	5.477	7.467
2000	11.884	6.399	5.485

FONTE: Ministério da Agricultura e Abastecimento.

Panorama Estadual

A produção catarinense de flores e plantas ornamentais foi iniciada por influência da colonização européia. Em meados da década de vinte, surgiram os primeiros "viveiros de mudas", uma forma organizada de produção de plantas ornamentais nos municípios de Blumenau e Corupá.

As condições edafoclimáticas favoráveis do estado permitem que 93% da área catarinense seja utilizada para cultivo de plantas de jardim, dispensando o uso de algumas tecnologias, como o uso de telados, estufas ou cultivos protegidos.

A produção localiza-se basicamente na região nordeste do estado, mais precisamente no polígono formado por Joinville e Garuva, ao norte, Rio do Oeste e Laurentino, a oeste, e Biguaçu, ao sul, representando mais de 65% da produção estadual. Além destas, existem outras regiões com potencial de produção e condições climáticas favoráveis, como as regiões Oeste e Planalto Sul Catarinense, na produção de coníferas e azaléias. Os municípios de Caçador, Curitibanos e Criciúma são produtores isolados, porém com crescimento expressivo.

A produção catarinense baseia-se principalmente no cultivo de plantas para jardim (65,3% da produção) e na expansão da produção de plantas anuais (forração ou caixaria) e flores tropicais para corte (helicônias, antúrios, etc.).

A produção catarinense é enviada principalmente para os mercados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

A qualidade dos produtos da floricultura catarinense é fortalecida pelo trabalho realizado pela Aproesc (Associação dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais do Estado de Santa Catarina). Na área da organização da produção existem, além da Aproesc, núcleos de produtores em nível regional. Há também a Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais do Conselho de Desenvolvimento Rural (Cederural), da Secretaria de Agricultura, e a Associação Mercaflor, localizada em Pirabeiraba, Joinville, que visa à estruturação e ao fortalecimento da comercialização através de uma central de comercialização, destacando Joinville na rota dos grandes negócios do setor.

Santa Catarina, em termos de volume produzido, ocupa a quarta posição nacional. Em 1995 havia 115 produtores cadastrados, com área média de 2,9 hectares. Atualmente, estima-se que existam aproximadamente 350 produtores.

Semanalmente, entram no estado cerca de 12 carretas com flores em vaso e flores cortadas, provenientes principalmente de São Paulo e Minas Gerais. Estima-se que número semelhante de carretas saia, semanalmente, com produtos da floricultura catarinense para outros estados.

O principal desafio para a floricultura estadual na área de produção é a falta de um órgão que detenha e concentre as informações tecnológicas e de mercado referentes às diversas etapas do sistema produtivo. Além deste, o individualismo e o baixo nível de profissionalização dos produtores, o desinteresse de lideranças empresariais, a falta de tecnologias adequadas às condições catarinenses, a deficiência de técnicos na pesquisa e na extensão dedicados à floricultura, a carência de recursos para crédito e financiamentos específicos.

Na distribuição para o mercado atacadista, falta mão-de-obra operacional qualificada e de especialistas para monitoramento/orientação; os meios de transporte e de instalações para flores são inadequados.

No comércio varejista sobressaem a inadequação das instalações, a carência de material publicitário, o desconhecimento do mercado nacional e internacional, a inexistência de ações de promoção de marketing.

As exportações catarinenses para outros países têm sido bastante tímidas, girando em torno de US\$ 400 mil/ano, compreendendo orquídeas, bromélias, folhas e flores secas, plantas adultas e sementes.

O Programa Nacional de Exportação (Apex) está incentivando a exportação também na área de floricultura e tem como meta, a médio prazo, elevar em seis vezes as exportações, inclusive de Santa Catarina.

José Maria Paul

QUANDRO 3/I - CALENDÁRIO AGRÍCOLA - PLANTIO, COLHEITA E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - SANTA CATARINA - 1999

PRODUTO	FASE	MESES											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ALHO	Plantio			////									
	Colheita							////					
	Comerc.							////					
ARROZ	Plantio	////							////				////
	Colheita			////							////		
	Comerc.							////					////
BANANA	Colheita							////					
	Comerc.							////					
BATATA	Plantio	////	////				////						////
	Colheita					////			////				////
	Comerc.					////	////		////				////
CEBOLA	Plantio						////						
	Colheita										////		
	Comerc.				////	////					////		////
FEIJÃO 1a SAFRA	Plantio											////	
	Colheita												
	Comerc.			////									
FEIJÃO 2a SAFRA	Plantio												
	Colheita						////						
	Comerc.						////						
FUMO	Plantio								////				
	Colheita	////											////
	Comerc.	////										////	////
MANDIOCA	Plantio												
	Colheita			////	////					////			
	Comerc.			////	////					////			
MILHO	Plantio	////							////				////
	Colheita	////						////					
	Comerc.	////						////					
SOJA	Plantio								////				////
	Colheita			////	////	////							
	Comerc.			////	////	////							
TRIGO	Plantio						////						
	Colheita											////	////
	Comerc.	////										////	////
TOMATE	Plantio	////	////				////		////				////
	Colheita						////		////				////
	Comerc.						////		////				////
MAÇÃ	Colheita												
	Comerc.	////	////						////				////

FONTE: Instituto Cepa/SC.

maior concentração.

menor concentração.

1.3 - DESEMPENHO DA PRODUÇÃO ANIMAL

AVES

Panorama Mundial

A produção mundial de frangos, em 2000, situou-se em 41,5 milhões de toneladas, devendo atingir 42,7 milhões de toneladas em 2001, um crescimento aproximado de 2,8%. Esta expansão se deve ao forte crescimento da produção no México, no Brasil e na Tailândia. Nos Estados Unidos e na União Européia o crescimento será inferior a 2%.

Por ordem de importância, o maior produtor são os Estados Unidos, com 32,6%; a seguir vem o Brasil, com 14,2%, e, em terceiro, a China, com 13,5%. A produção brasileira nos últimos três anos vem rapidamente ganhando participação no contexto mundial. Em 1998, detinha o quarto lugar, atrás da China e da União Européia, devendo permanecer, nos próximos anos, como o segundo maior produtor.

O consumo mundial, que vinha crescendo próximo à expansão da produção, nos anos recentes tem apresentado tendência a aumentar mais rapidamente do que a produção. A substituição das carnes vermelhas pelas brancas (seja pela maior preocupação dos consumidores com a saúde, seja pelos preços mais competitivos), que balizava a demanda, acelera-se nos últimos anos com o surgimento do problema da doença da vaca louca, pois um maior contingente de consumidores deslocou-se para o frango.

TABELA 1/I - CARNE DE FRANGO - OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS - 2000-2001

SITUAÇÃO	(milhões de t)		
	2000	2001	VAR. %
Produção	41,50	42,66	2,80
Consumo	40,45	41,64	2,94
Exportação	5,60	5,92	5,71

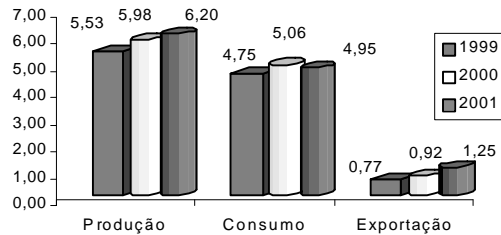
FONTE: Usda (23).

Neste contexto ampliam-se as exportações. Por força do aumento do consumo interno, a União Européia reduz suas vendas externas, abrindo espaço para a rápida evolução das vendas dos Estados Unidos e do Brasil. Estima-se que as transações internacionais, em 2001, cresçam ao redor de 6,0% (6,0 milhões de toneladas), quase 1,0 milhão de toneladas a mais do que em 1999.

Panorama Nacional

A avicultura brasileira de corte operou, em 2000, com uma capacidade de produção de aproximadamente 6,1 milhões de toneladas. Cresceu 11,0% no primeiro semestre e 5,6% no segundo. Apesar da pressão sobre os custos decorrentes da elevação substancial dos preços internos do milho e do aumento do consumo levemente superior ao crescimento da população, o setor permaneceu em expansão. Como resultado disso, a produção cresceu 8,23%. Mesmo assim, operou com capacidade ociosa e estoques relativamente altos.

GRÁFICO 1 - AVES - PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE FRANGOS - BRASIL - 1999-2001 (milhões de t)



FONTE: Instituto Cepa/SC e Apinco.

Em 2000, o principal fator do crescimento da oferta superior ao esperado foi a introdução no mercado, a partir de 99, das linhagens de conformação (aves de alta velocidade de crescimento e ganho de peso diário). Nestas linhagens, o peso médio dos frangos abatidos está em contínua evolução. São aves mais pesadas e de carcaças de alto rendimento em carne, adaptadas a uma tendência de mercado que requer frangos espostejados e pratos elaborados e prontos para consumo.

O consumo interno foi praticamente o mesmo do ano passado, situando-se ao redor de 5,0 milhões de toneladas. Muitos atores acreditam que o potencial de consumo já bateu no teto e que a tendência é de incremento apenas vegetativo. O aumento da oferta de carnes alternativas também contribuiu para esta estabilidade. Outro fator considerado foram as altas taxas de desemprego no País.

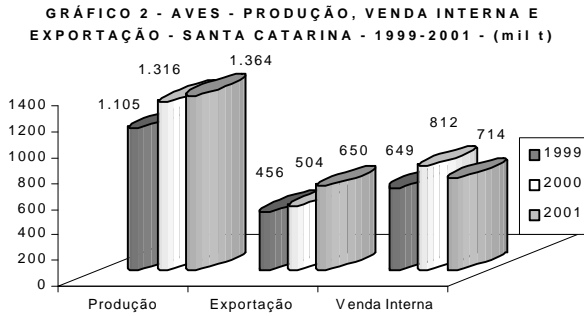
As exportações brasileiras atingiram 916 mil toneladas, sendo 51,36% constituídas por frango inteiro, 47,62% de frango em partes e 1,02% de frango industrializado. A receita cambial alcançou US\$ 828,7 milhões, com o preço médio de US\$ 770/t para o frango inteiro, US\$ 1.020/t para o frango em partes e US\$2.460/t para o frango industrializado. O custo mais baixo do frango nacional, a conquista de novos clientes, a maior agressividade dos exportadores e o recrudescimento da doença da vaca louca na Europa foram os principais fatores desta performance.

Panorama Estadual

A produção catarinense, representando 22% da produção nacional, cresceu 11,9% em 2000, uma taxa bem superior à observada no País. Parte deste crescimento deu-se pela expansão de 8,7% dos abates (624,4 milhões de aves abatidas) e parte pelo aumento do peso médio de abate. Este desempenho foi puxado pela importância da indústria local, pelos investimentos realizados, pelo aumento da produtividade, pela conquista de novas fatias no mercado interno e por sua forte inserção no mercado internacional.

A avicultura local, apesar da considerável pressão sobre os custos, sofreu bem menos com a escassez de milho do que os concorrentes de outros estados. Por outro lado, a grande diversificação do produto e a maior segmentação do mercado permitiram à

indústria catarinense aumentar sua presença na avicultura brasileira. Sua participação no mercado interno brasileiro passou de 13,7% para 16,0%. A participação nas exportações brasileiras, que em 1999 foi de 59,2, caiu para 56% em 2000, pois têm crescido significativamente as exportações do Rio Grande do Sul e do Paraná.



FONTE: Instituto Cepa/SC.

Perspectivas

As estimativas para 2001 são otimistas, com a produção devendo situar-se entre 6,2 milhões e 6,3 milhões de toneladas. O melhor desempenho das exportações, tanto em volume como em receita cambial, o aumento do peso médio de abate, os custos mais baixos, o aproveitamento da capacidade ociosa (apesar de o alojamento de matrizes estar em torno de 28,0 milhões de aves) e o amadurecimento dos investimentos realizados no Sul e no Centro-Oeste são as principais variáveis de estímulo ao aumento da produção.

O consumo interno tende a permanecer levemente abaixo de 5,0 milhões de toneladas, praticamente estável em relação aos últimos dois anos. Mas as exportações serão o carro-chefe de estímulo ao aumento da produção, seja pelo custo mais baixo em relação aos principais concorrentes, seja pela sua qualidade. A conquista do mercado russo e a ampliação das vendas para a Europa e Ásia aumentarão o leque de clientes e garantirão o aumento das receitas.

TABELA 2/I - CARNE DE AVES - OFERTA E DEMANDA - BRASIL E SANTA CATARINA - 2000-2001

(mil t)

SITUAÇÃO	BRASIL			SANTA CATARINA		
	2000	2001(1)	VAR. %	2000	2001(1)	Var. %
Produção	5.980	6.200	3,7	1.316	1.364	3,65
Exportação	916	1.300	41,9	503,8	630	25,05
Cons. Nacional	5.064	4.900	-3,2	816,8	739	-9,52

FONTE: Apinco, Abef, Instituto Cepa/SC e IBGE.

(1) Estimativa.

BOVINOS

Panorama Mundial

TABELA 1/I - CARNE BOVINA - OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS - 2000-2001

(milhões de t)

SITUAÇÃO	2000	2001	VAR. %
Produção	49,18	48,55	-1,29
Consumo	47,55	46,75	-1,66
Exportação	5,79	5,72	-1,12

FONTES: Usda (23).

A produção mundial de carne bovina deve atingir, em 2001, o volume de 48,55 milhões de toneladas, levemente inferior (-1,29%) ao de 2000. Os baixos preços recebidos pelos produtores americanos, as sucessivas crises de credibilidade do produto na Europa, a diminuição dos incentivos às exportações da União Européia e o deslocamento dos

consumidores americanos e europeus para as carnes de frango e de suíno são as principais variáveis deste panorama. Esta queda somente não é maior devido à continuidade da expansão da produção no Brasil, na China e na Nova Zelândia.

Os Estados Unidos são o maior produtor mundial, detendo 24,2% do total. A União Européia já foi a segunda maior produtora, graças aos subsídios concedidos pela Política Agrícola Comum – PAC. Com o advento da doença da vaca louca, houve uma severa queda no consumo e nos preços, fatos que, juntamente com a redução dos subsídios às exportações, provocaram uma significativa redução na produção. A segunda posição é atualmente ocupada pelo Brasil, com quase 14,0% da produção mundial. A seguir vêm a China e a Nova Zelândia, com 11,6% e 7,3% cada uma.

O consumo mundial para 2001 está sendo estimado em 46,75 milhões de toneladas, indicando uma queda ao redor de 1,7% em relação a 2000. O maior recuo se dará na União Européia. A demanda cairá também nos Estados Unidos e no Canadá.

Na União Européia, nos anos recentes, houve uma queda bastante acentuada no consumo. O indiscriminado uso de hormônios, antibióticos e outros medicamentos que deixam resíduos na carne, as acusações de maus tratos no transporte e abate dos animais, o advento da doença da vaca louca e a contaminação das rações com dioxina foram os fatores que, juntos, contribuíram para o afastamento dos exigentes consumidores europeus do consumo da carne bovina. Mas a situação de consumo está se revertendo, posto que o fornecimento está sendo feito com produção local de carne certificada e com a importação de países cujo produto é obtido de animais criados no campo. Além disso, têm sido realizadas campanhas para esclarecer os consumidores sobre as garantias da qualidade.

A diminuição do consumo na Europa Central e nos países da antiga União Soviética deve-se basicamente à queda da renda e à supressão dos subsídios à produção. Não se espera para breve reação muito consistente no consumo.

Na China, graças ao apoio governamental, produção e consumo deverão continuar em expansão em 2001. O aumento da renda e a difusão da prática de refeições

feitas fora do domicílio estão facilitando a ampliação da base de consumo do país. O mesmo se pode dizer do Japão e da Coréia do Sul. No primeiro caso, pela maior abertura comercial, e, no segundo, pelo aumento na renda registrado nos últimos anos.

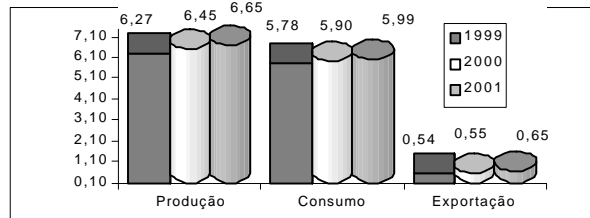
O comércio mundial de carne bovina tem sido afetado, nos anos recentes, por muitos fatores. Dentre os mais importantes, destacam-se o colapso nos mercados na Rússia, nos dos países da Europa Central, o crescimento das exigências dos consumidores americanos, europeus e japoneses e o surgimento da doença da vaca louca e da febre aftosa na União Européia. Em razão disso, o volume previsto para ser comercializado em 2001 deverá se manter praticamente estável em 5,7 milhões de toneladas, podendo apresentar um moderado recuo. Grandes alterações ocorrerão por conta das quedas nas exportações da União Européia, da Argentina e do Uruguai. Em contrapartida, haverá expansão das exportações brasileiras, da Índia e da Nova Zelândia.

Panorama Brasileiro

A produção nacional de carne bovina em 2000 foi avaliada em 6,45 milhões de toneladas, 2,9% a mais do que em 1999. Este crescimento se deu basicamente no Centro-Oeste, onde os efetivos estão em rápida expansão. Também teve peso significativo a produção na entressafra, cujo volume superou 2,0 milhões de cabeças.

As exportações tiveram forte expansão a partir de 1999. A política cambial favorável, os ganhos de qualidade, os problemas sanitários na Europa e a queda nas exportações argentinas e européias permitiram uma forte expansão das vendas. Internamente, a estabilidade do consumo e a maior concorrência do frango impediram que a situação fosse mais favorável aos pecuaristas.

GRÁFICO 1 - BOVINOS - PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA - BRASIL - 1999-2001
(milhões de t)



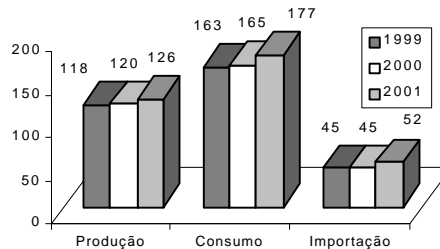
FONTE: Instituto Cepa/SC.

Panorama Catarinense

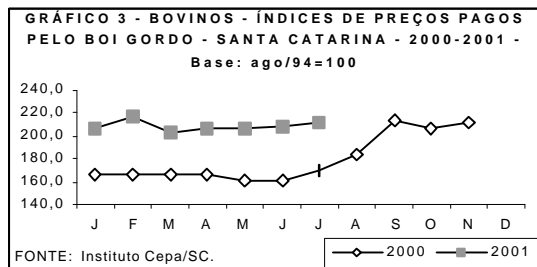
O estado de Santa Catarina não é um grande produtor de carne bovina, mas destaca-se no cenário nacional como importador de outros estados e do Mercosul. Mesmo assim, sua produção tem significativa importância econômica, seja pela ligação com a produção de leite, seja pela agregação de valor na industrialização.

A produção local teve, em 2000, um moderado incremento (1,7%), com a produção em equivalentes carcaças atingindo 126 mil toneladas, correspondendo a um abate de 531,0 mil cabeças. As importações foram avaliadas em 45 mil toneladas, o mesmo volume do ano anterior. O consumo estadual cresceu apenas 1,2%, atingindo 168 mil toneladas, contra 166 mil toneladas no ano anterior. O incremento do consumo deve-se, em grande parte, à continuidade do crescimento da demanda por carne bovina industrial. A queda no consumo per cápita de carne bovina também tem como explicação a preferência dos consumidores pela carne de frangos e suína.

GRÁFICO 2 - BOVINOS - PRODUÇÃO, CONSUMO E IMPORTAÇÃO - SANTA CATARINA - 1999-2001 - (mil t)



Comportamento dos preços



Os preços recebidos pelos pecuaristas entraram em um período de recuperação a partir de agosto do ano passado. A intensificação da entressafra, o aumento das exportações e a perda da competitividade do produto importado da Argentina foram os fatores que mais contribuíram para a sustentação dos preços. Durante

o primeiro semestre de 2001, em plena safra, os preços foram sustentados pela rápida expansão das exportações, que enxugaram os excedentes internos, pela produção de frangos mais ajustada à demanda e pela diminuição acentuada das importações da Argentina e do Uruguai.

Perspectivas

No Brasil, a melhoria das pastagens, da alimentação em geral, da sanidade e o melhoramento genético são as variáveis que sustentaram o constante crescimento da produção nacional. Para 2001, estima-se um crescimento de aproximadamente 3,0%, algo em torno de 2,64 milhões de toneladas. Este panorama está ancorado nos ganhos de produtividade, no aumento da produção de entressafra e na expectativa

de ampliação das exportações. As estimativas para o consumo interno são de que cresça 1,68%, acompanhando o crescimento da população. A carne bovina vem perdendo consumidores, em razão de o preço do frango ser mais competitivo no varejo. Já as exportações devem apresentar forte crescimento, com o produto local conquistando fatias de mercado, antes suprido pela Europa e a Argentina.

TABELA 2/I - CARNE BOVINA - OFERTA E DEMANDA - BRASIL E SANTA CATARINA - 2000-2001

SITUAÇÃO	(mil t)					
	BRASIL			SANTA CATARINA		
	2000	2001 (1)	Var. %	2000	2001 (1)	Var. %
Produção	6450	6645	3,02	120	126	5,00
Exportação	554	650	17,33
Consumo	5896	5995	1,68	165	177	7,27

FONTE: IBGE e Instituto Cepa/SC.
(1) Estimativa.

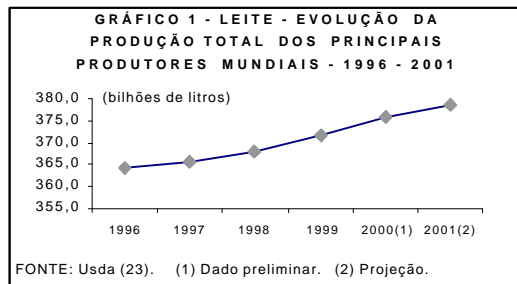
A produção catarinense deve apresentar um bom crescimento em 2001 (5,0%), devendo atingir 126 mil toneladas. Os investimentos feitos nos últimos anos em melhoramento genético, pastagens e garantia de qualidade estão se traduzindo em aumento da

produtividade e da produção. Apesar disso, a produção estadual ainda será inferior à demanda, razão pela qual as importações deverão crescer, podendo atingir o volume recorde de 50 mil toneladas. Grande parte do volume importado destinar-se-á à indústria da carne suína.

Jurandi Soares Machado

LEITE

Situação Mundial e Importações Brasileiras



Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), a exemplo do que tem ocorrido nos últimos anos, em 2001 a produção de leite dos principais produtores mundiais, que respondem por pouco menos de 80% dos 480 milhões de toneladas métricas produzidas mundialmente, deve apresentar crescimento.

Os dois principais produtores, União Européia (UE) e Estados Unidos (EUA), que respondem por 49% do total da produção destes países e regiões selecionadas, apresentam comportamento semelhante ao dos últimos anos: pequeno crescimento na produção dos EUA e decréscimo na da UE. Como estes números são anteriores aos problemas sanitários ocorridos em parte do rebanho dos países da UE, é provável que a redução seja maior que a apontada.

Dentre os outros países com participação importante no mercado internacional (e dos quais muito interessa ao Brasil o comportamento da produção), destacam-se a continuidade no crescimento das produções da Nova Zelândia e da Austrália e a redução na da Argentina.

A redução na produção argentina é decorrente, principalmente, da sua crise econômica dos últimos anos, mas também tem uma estreita relação com a diminuição das importações brasileiras. Como esse país gera uma grande quantidade de excedente exportável e o seu principal mercado é o Brasil, a redução das importações brasileiras provocou reflexos negativos nos preços e produção argentinos.

A continuidade do crescimento na produção dos principais produtores mundiais não tem sido suficiente para derrubar os preços de alguns lácteos no mercado mundial. Em alguns países, as cotações do leite em pó, por exemplo, se apresentam nos maiores patamares de preço dos últimos anos. Este é mais um aspecto que vem ajudando na redução das importações brasileiras.

As importações brasileiras de leite e derivados, aliás, que vêm sendo apontadas há um bom tempo como um sério problema para o setor leiteiro nacional, apresentaram em 2000 um comportamento que não deixou de se constituir num alento para os produtores. Mesmo alcançando patamares elevados, houve, em relação a 1999, um importante decréscimo na quantidade e no valor das importações.

Ainda assim, foi muito comemorada a conclusão do processo para investigação antidumping nas exportações de leite da Austrália, da Argentina, da Nova Zelândia, da União Européia (UE) e do Uruguai, oficialmente iniciada no início de 1999, por petição da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Com a conclusão do processo, ao final de fevereiro deste ano de 2001, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, através da Câmara de Comércio Exterior (Camex), resolveu: 1º) fixar direito antidumping definitivo sobre as importações de leite em pó, integral e desnatado, não fracionado, ou seja, em embalagens não destinadas a consumo no varejo, da Nova Zelândia, da União Européia (exceto de uma empresa); 2º) homologar compromisso de preços para as importações dos mesmos produtos acima, provenientes da Argentina, do Uruguai e de uma empresa da Dinamarca.

Neste ano, com a redução nos preços internos do leite e derivados, com a firmeza da taxa de câmbio e com a manutenção dos elevados preços internacionais de alguns lácteos, continua o decréscimo nas importações. Com tais providências, a expectativa é de que esta tendência se acentue ainda mais.

Situação Nacional

A partir do início dos anos 90, a abertura comercial brasileira, a constituição do Mercosul, a saída do governo do controle do setor, a estabilidade da economia, entre outros fatores, colocaram desafios que pareciam intransponíveis para a produção nacional de leite.

A postura interna que prevalecia a partir de então era de que o setor estava fadado ao insucesso. Por um longo período, foi bastante comum dar-se destaque para aspectos

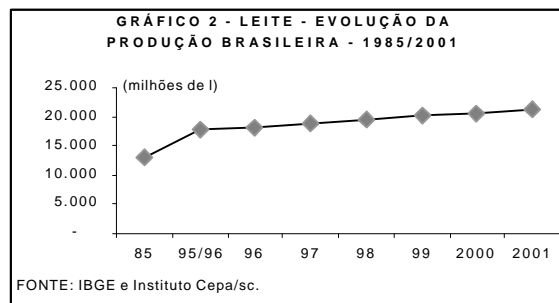
negativos da produção leiteira nacional: o baixo nível de produtividade, os elevados custos de produção, a baixa escala de produção, a sazonalidade da oferta, a falta de qualidade da matéria-prima e, conseqüentemente, o despreparo dos produtores para a concorrência externa.

De fato, a partir de então, a produção leiteira brasileira vem passando por altos e baixos. Muitos produtores não resistiram à situação apresentada. Entretanto, também ficou claro que o potencial de competitividade da produção leiteira nacional é bem maior do que se chegou a projetar e cada vez mais cresce a sua importância econômica e social.

Apesar disso, permanece o velho problema de falta de informações atualizadas e qualificadas acerca do setor produtivo nacional. Os dados acerca da produção total, do volume comercializado para as indústrias, dos produtores envolvidos na produção total e comercial, do perfil do rebanho, da produtividade, dos produtos industrializados, da comercialização interna, do consumo, raramente estão atualizados e/ou apresentam a qualidade necessária.

O mais provável, entretanto, é que a produção nacional esteja crescendo nos últimos anos.

Na falta de estimativas melhores, o Instituto Cepa está apresentando uma projeção da produção nacional com base no comportamento verificado entre os dois últimos censos agropecuários.



Ainda que, por problemas econômicos na produção leiteira e/ou climáticos, alguns estados possam ter apresentado até redução na produção, não existem razões para não esperar que isto tenha sido compensado, com folga, pelo crescimento na produção de outros. Assim, é de esperar que

pelo menos a projeção do total da produção nacional não esteja muito fora da realidade.

Situação Catarinense

A atividade leiteira, a cada ano que passa, vai consolidando sua grande importância econômica e social para Santa Catarina.

Aspectos como: condições naturais favoráveis; concentração da produção e exclusão de produtores de outras cadeias produtivas; tradição de produção leiteira de muitos produtores e em várias regiões; grande expansão do número de empresas compradoras e de disputa por matéria-prima; possibilidade de adoção de sistemas de produção eficientes e profissionalização dos produtores explicam o fato de a produção de leite

deixar de ser uma atividade de importância secundária e se constituir em importante geradora de renda.

Isso tem feito com que a produção leiteira estadual continuasse crescendo significativamente nos últimos anos, especialmente a produção recebida pelas indústrias inspeccionadas.

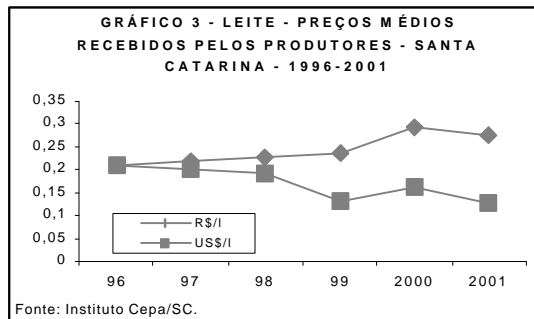
O crescimento verificado no estado também foi estimulado nos últimos anos por um quadro conjuntural favorável às indústrias e aos produtores do estado.

No ano de 1999, apesar das elevadas importações nacionais, boa parte dos produtores de Santa Catarina acabou sendo beneficiada por problemas climáticos registrados em muitas regiões do País, os quais prejudicaram a produção e influenciaram no sentido de manter os preços em patamares acima do esperado no período de safra.

No ano de 2000, a situação foi ainda melhor. Em alguns estados, mesmo com uma situação mais favorável de preços, pelo clima adverso e até por elevação do custo de produção, na maior parte do ano a produção esteve em patamares inferiores ao do ano anterior.

Assim, com a intensificação da concorrência pela matéria-prima, os preços aos produtores, que já haviam iniciado o ano acima dos de 99, ficaram ainda melhores. Com isto, em 2000 atingiram, nominalmente, os melhores patamares dos últimos anos.

Ainda que em moeda nacional os preços sejam relativamente satisfatórios, indexados pela moeda dos Estados Unidos verifica-se que continuam num dos menores patamares da história.



Isto se constitui numa dificuldade a mais para as importações que, com o comportamento da taxa cambial desde o início de 1999, perderam competitividade em relação à produção interna.

Primeiro semestre de 2001 e perspectivas para o setor

Ao final de 2000, depois de um período relativamente favorável, os preços aos produtores caíram substancialmente e boa parte deles passou a se preocupar com a situação e com as perspectivas do setor.

As pressões políticas para o governo apressar a implementação de medidas contra as importações desleais de leite e derivados aumentaram e isto passou a ser

considerado como absolutamente indispensável para que os problemas do setor não se agravassem.

Ainda no transcorrer de janeiro de 2001, antes, portanto, de o governo oficializar medidas contra as importações (divulgadas ao final de fevereiro), os preços de alguns lácteos começaram a dar sinais de recuperação nos mercados atacadistas e varejistas de algumas regiões.

Isso foi atribuído a fatores como: encarecimento dos preços internacionais de alguns lácteos; nível de produção menor do que o esperado e crescimento do consumo. Além disso, também pesou a diminuição das compras externas de leite e derivados.

No transcorrer do mês de março, intensificaram-se os aumentos dos preços dos lácteos no varejo; mas, ao contrário do que vinha ocorrendo, começou a mudar também o preço aos produtores.

A partir de abril, com o decréscimo da temperatura em algumas regiões e o período mais seco em outras e, conseqüentemente, com uma maior caracterização da entressafra nacional, aumentou a concorrência pela matéria-prima e os preços aos produtores se elevaram de forma mais significativa, chegando a superar o do mesmo mês do ano passado.

Este comportamento só deve se alterar no transcorrer do segundo semestre, com a chegada da safra nacional.

Portanto, 2001 pode, a exemplo dos últimos anos, ser mais um ano positivo para os produtores catarinenses, sobretudo para aqueles que têm concentrado o maior nível de produção no período do outono/inverno.

A confirmação deste fato estimulará ainda mais a produção interna, que já vem dando sinais de um crescimento mais sensível e consistente.

TABELA 1/I - LEITE - PRODUÇÃO DE LEITE DE VACA DE ALGUNS PAÍSES SELECIONADOS - 1996-2001

(1.000 t métricas)

REGIÃO/PAÍS	1996	1997	1998	1999	2000(1)	2001(2)
União Européia	109.903	109.375	108.115	108.657	108.081	108.049
Estados Unidos	69.857	70.802	71.373	73.805	76.370	76.975
Índia	33.500	34.500	35.500	36.000	36.250	36.400
Rússia	35.800	34.100	33.000	32.000	31.900	32.000
Brasil	19.480	20.600	21.630	21.700	22.134	22.800
Nova Zelândia	10.405	11.500	11.640	11.070	12.835	13.348
Polônia	11.690	11.980	12.500	12.068	11.800	12.000
Ucrânia	16.000	13.650	13.800	13.140	12.200	12.000
Austrália	8.957	9.274	9.722	10.483	11.216	11.621
Argentina	8.900	9.060	9.450	10.300	9.800	9.500
Outros países selec.	39.829	40.768	41.298	42.349	43.090	44.130
TOTAL	364.321	365.609	368.028	371.572	375.676	378.823

FONTE: Usda (23).

(1) Dado preliminar.

(2) Projeção.

TABELA 2/I - LEITE - VACAS ORDENHADAS EM PAÍSES SELECIONADOS - 1996 - 2001

(1.000 cabeças)

REGIÃO/PAÍS	1996	1997	1998	1999	2000(1)	2001(2)
União Européia	19.590	19.354	18.878	18.661	18.359	18.145
Estados Unidos	9.372	9.252	9.154	9.156	9.230	9.190
Índia	33.500	34.500	35.000	35.500	35.750	35.900
Rússia	17.450	15.900	14.500	13.500	13.450	13.500
Brasil	17.100	17.067	17.067	16.194	16.040	16.045
Nova Zelândia	3.153	3.260	3.270	3.285	3.300	3.350
Polônia	3.442	3.550	3.496	3.471	3.296	3.200
Ucrânia	7.200	6.265	6.265	5.841	5.431	5.300
Austrália	1.822	1.977	2.060	2.155	2.238	2.301
Argentina	2.300	2.400	2.500	2.500	2.450	2.450
Outros países selec.	14.440	14.545	14.674	14.734	14.840	14.870
TOTAL	129.369	128.070	126.864	124.997	124.384	124.251

FONTE: Usda (23).

(1) Dado preliminar.

(2) Projeção.

TABELA 3/I - LEITE - PRODUTIVIDADE DAS VACAS ORDENHADAS EM PAÍSES SELECIONADOS - 1996 -2001

(kg/vaca/ano)

REGIÃO/PAÍS	1996	1997	1998	1999	2000(1)	2001(2)
União Européia	5.610	5.651	5.727	5.823	5.887	5.955
Estados Unidos	7.454	7.653	7.797	8.061	8.274	8.376
Índia	1.000	1.000	1.014	1.014	1.014	1.014
Rússia	2.052	2.145	2.276	2.370	2.372	2.370
Brasil	1.139	1.207	1.267	1.340	1.380	1.421
Nova Zelândia	3.300	3.528	3.560	3.370	3.889	3.984
Polônia	3.396	3.375	3.576	3.477	3.580	3.750
Ucrânia	2.222	2.179	2.203	2.250	2.246	2.264
Austrália	4.916	4.691	4.719	4.865	5.012	5.050
Argentina	3.870	3.775	3.780	4.120	4.000	3.878
Outros países selec.	2.758	2.803	2.814	2.874	2.904	2.968
TOTAL	2.816	2.855	2.901	2.973	3.020	3.049

FONTE: Usda (23).

(1) Dado preliminar.

(2) Projeção.

TABELA 4/I - LEITE - PRODUÇÃO BRASILEIRA, SEGUNDO OS ESTADOS E AS REGIÕES - 1985 e 1995-1996(1)

ESTADOS/REGIÕES	VACA ORDENHADA (cab.)		PRODUÇÃO (mil litros)		REND. (l/vaca/ano)	
	1985	1995-1996	1985	1995-1996	1985	1995-1996
Rondônia	63.362	340.023	47.279	343.069	746	1.009
Acre	24.071	52.455	18.146	32.538	754	620
Amazonas	33.391	52.603	19.325	27.005	579	513
Roraima	17.245	19.509	7.426	9.534	431	489
Pará	207.283	348.494	122.660	287.217	592	824
Amapá	2.121	3.579	1.089	2.049	513	573
Tocantins	223.394	262.190	88.501	144.921	396	553
NORTE	570.867	1.078.853	304.426	846.333	533	784
Maranhão	235.924	293.361	97.559	139.451	414	475
Piauí	167.251	178.407	62.336	73.459	373	412
Ceará	490.409	466.423	354.021	384.836	722	825
Rio G. do Norte	174.218	166.974	140.735	158.815	808	951
Paraíba	251.814	237.648	172.938	154.923	687	652
Pernambuco	347.526	345.822	308.419	406.606	887	1.176
Alagoas	100.863	133.424	110.022	188.172	1.091	1.410
Sergipe	116.298	140.518	92.933	134.392	799	956
Bahia	1.052.424	921.908	648.995	633.339	617	687
NORDESTE	2.936.727	2.884.485	1.987.958	2.273.993	677	788
Minas Gerais	3.457.259	3.426.615	3.772.411	5.499.862	1.091	1.605
Epírito Santo	279.002	254.516	281.412	308.002	1.009	1.210
Rio de Janeiro	325.319	304.117	424.191	434.719	1.304	1.429
São Paulo	1.396.199	1.111.246	1.810.408	1.847.069	1.297	1.662
SUDESTE	5.457.779	5.096.494	6.288.422	8.089.652	1.152	1.587
Paraná	833.695	880.071	919.892	1.355.487	1.103	1.540
Santa Catarina	465.631	503.916	603.704	869.419	1.297	1.725
Rio G. do Sul	982.790	996.703	1.280.804	1.885.640	1.303	1.892
SUL	2.282.116	2.380.690	2.804.400	4.110.546	1.229	1.727
Mato G. do Sul	365.682	371.911	268.014	385.526	733	1.037
Mato Grosso	180.748	353.301	122.917	375.426	680	1.063
Goiás	1.577.605	1.545.311	1.055.295	1.830.057	669	1.184
Distrito Federal	13.400	11.568	14.986	19.716	1.118	1.704
C. OESTE	2.137.435	2.282.091	1.461.212	2.610.725	684	1.144
BRASIL	13.384.924	13.722.613	12.846.418	17.931.249	960	1.307

FONTE: IBGE (7-8)

(1) Período de 1/8/95 a 31/7/96.

TABELA 5/I - LEITE - PRODUÇÃO BRASILEIRA (1), SEGUNDO OS ESTADOS E AS REGIÕES - 1996-2001

(mil litros)						
REGIÕES	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Rondônia	378.703	457.374	552.388	667.140	805.730	973.111
Acre	33.468	35.383	37.406	39.545	41.807	44.198
Amazonas	27.442	28.331	29.248	30.195	31.173	32.183
Roraima	9.649	9.881	10.119	10.363	10.612	10.868
Pará	299.338	324.604	352.001	381.712	413.930	448.867
Amapá	2.113	2.244	2.383	2.531	2.688	2.855
Tocantins	148.406	155.542	163.022	170.862	179.079	187.690
NORTE	889.614	980.602	1.080.897	1.191.450	1.313.310	1.447.633
Maranhão	141.864	146.774	151.854	157.110	162.547	168.173
Piauí	74.038	75.205	76.390	77.594	78.817	80.059
Ceará	386.372	389.455	392.563	395.696	398.854	402.036
Rio G. do Norte	159.734	161.584	163.454	165.347	167.261	169.197
Paraíba	154.116	152.510	150.920	149.347	147.791	146.250
Pernambuco	412.028	423.018	434.301	445.884	457.777	469.987
Alagoas	193.106	203.233	213.890	225.107	236.912	249.335
Sergipe	136.795	141.686	146.752	151.999	157.434	163.063
Bahia	632.603	631.134	629.668	628.205	626.746	625.290
NORDESTE	2.288.643	2.318.133	2.348.002	2.378.256	2.408.900	2.439.939
Minas Gerais	5.600.394	5.805.133	6.017.357	6.237.339	6.465.364	6.701.725
Espírito Santo	309.332	312.003	314.698	317.415	320.156	322.921
Rio de Janeiro	435.227	436.244	437.264	438.286	439.311	440.338
São Paulo	1.848.834	1.852.367	1.855.908	1.859.454	1.863.008	1.866.569
SUDESTE	8.187.853	8.386.639	8.590.251	8.798.807	9.012.426	9.231.231
Paraná	1.380.977	1.432.915	1.486.807	1.542.726	1.600.748	1.660.952
Santa Catarina	884.785	916.060	948.441	981.966	1.016.676	1.052.613
Rio G. do Sul	1.921.017	1.993.100	2.067.887	2.145.480	2.225.985	2.309.510
SUL	4.186.770	4.342.045	4.503.078	4.670.084	4.843.283	5.022.906
Mato G. do Sul	392.317	406.140	420.449	435.262	450.597	466.473
Mato Grosso	396.487	440.972	490.448	545.476	606.677	674.745
Goiás	1.879.313	1.980.476	2.087.085	2.199.433	2.317.828	2.442.597
Distrito Federal	19.977	20.506	21.048	21.606	22.178	22.765
C. OESTE	2.684.907	2.837.486	2.998.737	3.169.151	3.349.249	3.539.583
BRASIL	18.220.567	18.808.540	19.415.486	20.042.019	20.688.769	21.356.390

FONTES: Instituto Cepa/SC.

(1) Projeção com base na taxa de crescimento entre os censos de 1985 e 1995-1996.

TABELA 6/I - LEITE E DERIVADOS - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1992-2000

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$1000)	VALOR MÉDIO (US\$/t)
1992	42.513	72.064	1.695
1993	87.718	149.155	1.700
1994	152.083	258.234	1.698
1995	355.619	610.406	1.716
1996	330.227	514.288	1.557
1997	318.747	454.656	1.426
1998	384.123	508.818	1.325
1999	383.674	439.951	1.147
2000	307.062	373.105	1.215

FONTES: Secex/Decex (19).

TABELA 7/I - LEITE E DERIVADOS - QUANTIDADE DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR BLOCO - 1992-2000

(t)

ANO	MERCOSUL	UNIÃO EUROPEIA	OCEANIA	NAFTA	OUTROS	TOTAL
1992	7.957	17.483	5.247	3.270	8.556	42.513
1993	29.403	23.407	10.017	1.047	23.844	87.718
1994	77.731	31.761	12.927	4.567	25.097	152.083
1995	158.465	134.334	18.778	21.195	22.845	355.619
1996 (1)	-	-	-	-	-	330.227
1997	228.063	36.694	40.915	6.392	6.682	318.747
1998	278.062	44.631	40.770	13.138	7.523	384.123
1999	332.399	23.733	11.431	13.848	2.262	383.674
2000	246.624	30.800	9.764	14.458	5.416	307.062

FONTE: Secex/Decex (19).

(1) Disponível somente o total.

TABELA 8/I - LEITE - COMPARATIVO ENTRE OS TOTAIS DAS PRODUÇÕES BRASILEIRA E CATARINENSE - 1985/2001

(mil litros)

ANO	BRASIL	SANTA CATARINA
1985(1)	12.846.418	603.704
1995/96(1)	(2)17.931.249	869.419
1996(3)	18.220.567	884.785
1997(3)	18.808.540	916.060
1998(3)	19.415.486	948.441
1999(3)	20.042.019	981.966
2000(3)	20.688.769	1.016.676
2001(3)	21.356.390	1.052.613

FONTE: (1) IBGE (7-8).

(2) Produção do período de 1/8/95 a 31/7/96.

(3) Instituto Cepa/SC - Projeção com base na taxa de crescimento entre os censos de 1985 e 1995--1996.

TABELA 9/I - LEITE - COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO DE LEITE RECEBIDA PELA INDÚSTRIA - BRASIL E SANTA CATARINA - 1990-2000

(mil litros)

ANO	BRASIL	SANTA CATARINA	PARTICIPAÇÃO (%)
1990	10.798.339	238.421	2,21
1991	10.487.472	244.772	2,33
1992	10.733.319	275.641	2,57
1993	10.143.815	276.298	2,72
1994	10.538.752	299.941	2,85
1995	11.792.797	349.267	2,96
1996	12.737.778	376.702	2,96
1997(1)	13.119.911	414.372	3,16
1998(1)	13.513.509	455.809	3,37
1999(1)	13.800.000	470.489	3,41
2000(1)	14.500.000	575.513	3,97

FONTE: IBGE (14).

(1) Estimativa do Instituto Cepa/SC.

TABELA 10/I - LEITE - PRODUÇÃO E VENDA, SEGUNDO AS MICRO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS SANTA CATARINA - 1995-1996 (1)

MICRO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	VACAS ORDENHADAS		PRODUÇÃO TOTAL	PRODUÇÃO VENDIDA	
	Informantes	Cabeças	(mil litros)	Informantes	(mil litros)
Florianópolis	1.900	4.711	6.392	474	3.078
Tabuleiro	3.033	9.078	12.436	498	3.438
Tijucas	2.755	6.818	9.315	621	2.863
Grande Florianópolis	7.688	20.607	28.143	1.593	9.379
Canoinhas	7.506	21.531	46.422	2.319	32.820
Joinville	3.865	12.071	22.900	1.609	12.620
São Bento do Sul	1.068	2.767	4.903	514	3.087
Norte Catarinense	12.439	36.369	74.224	4.442	48.526
Chapecó	24.519	80.321	145.240	12.782	98.794
Concórdia	11.288	48.847	90.351	7.192	68.377
Joaçaba	10.257	39.341	83.293	4.433	59.748
São Miguel d'Oeste	17.600	67.648	128.612	10.665	96.385
Xanxerê	6.913	23.324	37.655	3.107	24.756
Oeste Catarinense	70.577	259.481	485.151	38.179	348.060
Campos de Lages	8.925	36.985	36.567	1.536	16.712
Curitibanos	3.673	12.444	14.708	643	7.657
Serrana	12.598	49.429	51.276	2.179	24.369
Araranguá	5.107	11.195	14.778	893	4.348
Criciúma	3.116	9.884	18.004	859	9.559
Tubarão	8.532	30.584	48.245	2.577	24.670
Sul Catarinense	16.755	51.663	81.026	4.329	38.577
Blumenau	7.534	21.659	38.971	3.694	21.495
Itajaí	1.408	4.049	6.737	465	2.303
Ituporanga	5.416	14.455	22.964	1.336	10.677
Rio do Sul	11.253	46.204	80.925	5.177	53.690
Vale do Itajaí	25.611	86.367	149.598	10.672	88.165
TOTAL DO ESTADO	145.668	503.916	869.419	61.394	557.077

FONTES: IBGE (8).

(1) Período de 1/8/95 a 31/7/96.

TABELA 11/I - LEITE CRU OU RESFRIADO RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS INSPECIONADAS - SANTA CATARINA - 1991-2000

ANO/MÊS	(mil litros)									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997(1)	1998 (1)	1999 (1)	2000 (1)
Janeiro	20.341	25.606	24.707	25.667	30.045	34.478	36.772	40.450	37.109	44.983
Fevereiro	18.640	22.996	21.959	22.419	26.514	31.493	32.833	36.116	34.005	42.641
Março	18.755	23.039	22.101	23.461	26.853	31.072	33.285	36.613	35.092	41.754
Abril	17.997	20.468	20.269	20.141	23.670	27.671	29.691	32.660	31.872	37.788
Mai	17.355	20.334	20.273	20.546	25.044	27.681	29.686	32.655	32.878	41.330
Junho	17.336	20.176	19.633	22.040	26.093	27.138	29.753	32.728	33.379	43.898
Julho	19.690	21.971	21.820	24.161	29.286	31.088	32.966	36.263	41.677	49.478
Agosto	20.616	22.755	23.636	27.441	32.723	34.331	35.896	39.485	44.926	54.780
Setembro	22.506	24.175	23.965	26.944	32.414	33.112	36.819	40.501	46.153	56.115
Outubro	22.985	25.843	25.121	27.885	32.164	32.988	38.493	42.343	44.233	53.964
Novembro	23.491	24.052	25.647	27.932	31.802	32.763	38.262	42.088	43.709	53.325
Dezembro	25.060	24.226	27.167	31.304	32.659	32.887	39.916	43.908	45.456	55.456
TOTAL	244.772	275.641	276.298	299.941	349.267	376.702	414.372	455.809	470.489	575.513

FONTES: IBGE (14).

(1) Estimativa do Instituto Cepa/SC.

TABELA 12/I - LEITE E DERIVADOS - IMPORTAÇÕES CATARINENSES - 1992-2000

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$1000)	VALOR MÉDIO (US\$/t)
1992	228	389	1.706
1993	580	1.428	2.462
1994	3.403	7.606	2.235
1995	9.275	18.344	1.978
1996	17.833	21.859	1.226
1997	27.862	21.383	767
1998	27.009	17.533	649
1999	8.161	4.584	562
2000	4.927	2.478	503

FONTE: Secex/Decex (19).

TABELA 13/I - LEITE - PREÇOS MÉDIOS(1) RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA - 1996-2001

MÊS/ANO	PREÇO EM R\$/LITRO						PREÇO EM US\$/LITRO					
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Janeiro	0,21	0,21	0,21	0,23	0,26	0,25	0,22	0,20	0,19	0,16	0,14	0,13
Fevereiro	0,20	0,21	0,21	0,22	0,27	0,25	0,20	0,20	0,19	0,11	0,15	0,12
Março	0,20	0,21	0,21	0,23	0,27	0,26	0,20	0,20	0,19	0,12	0,15	0,12
Abril	0,21	0,21	0,22	0,23	0,27	0,28	0,21	0,20	0,19	0,14	0,15	0,13
Mai	0,22	0,21	0,23	0,23	0,29	0,30	0,22	0,20	0,20	0,14	0,16	0,13
Junho	0,22	0,23	0,23	0,23	0,30	0,32	0,22	0,21	0,20	0,13	0,17	0,13
Julho	0,22	0,24	0,24	0,26	0,32	-	0,22	0,22	0,21	0,14	0,18	-
Agosto	0,22	0,23	0,24	0,25	0,35	-	0,22	0,21	0,20	0,13	0,19	-
Setembro	0,21	0,22	0,24	0,25	0,34	-	0,21	0,20	0,20	0,13	0,19	-
Outubro	0,21	0,22	0,23	0,23	0,31	-	0,20	0,20	0,19	0,12	0,16	-
Novembro	0,21	0,21	0,23	0,24	0,27	-	0,20	0,19	0,19	0,12	0,14	-
Dezembro	0,21	0,21	0,22	0,25	0,25	-	0,20	0,19	0,18	0,14	0,13	-
MÉDIA	0,21	0,22	0,23	0,24	0,29	0,28	0,21	0,20	0,19	0,13	0,16	0,13

FONTE: Instituto Cepa/SC.

(1) Posto na plataforma das indústrias.

Tabajara Marcondes

MEL

Panorama Mundial

A produção mundial de mel, segundo a FAO, é de cerca de 1,2 milhão de toneladas, gerando um montante anual de mais de um bilhão de dólares. Entretanto, à medida que são agregados os valores obtidos através dos derivados, tais como: geleia real, pólen, polinização, dentre outros, este montante sobe substancialmente.

Os maiores produtores, por ordem de importância, são: China, Estados Unidos, Argentina, Turquia, Ucrânia, México e Índia, responsáveis por mais de 53% da produção mundial.

TABELA 1/I - MEL - PRODUÇÃO TOTAL E NOS PRINCIPAIS PAÍSES - 1995 - 1999

PAÍS	1995	1996	1997	1998	1999
Mundo	1.154.030	1.102.689	1.159.588	1.178.037	1.223.962
Angola	22.000	23.000	23.000	22.000	22.000
Argentina	70.000	57.000	78.570	65.000	91.000
Austrália	18.839	25.925	27.044	22.021	18.852
Brasil	18.123	18.450	19.062	18.308	18.200
Canadá	30.575	26.980	30.020	46.080	34.630
China	182.090	188.791	215.138	210.691	236.283
Espanha	19.274	27.312	31.544	32.700	32.000
Estados Unidos	95.454	89.850	89.147	99.930	94.000
Etiópia	26.000	27.000	27.600	28.000	28.500
França	19.181	17.008	15.797	17.212	18.097
Grécia	14.625	14.280	13.689	13.579	14.421
Hungria	16.050	15.811	15.653	16.739	16.013
Índia	51.000	52.000	51.000	51.000	51.000
Kênia	24.000	24.300	24.500	24.700	24.800
México	49.228	49.178	53.681	55.297	55.323
Tanzânia	24.500	24.000	24.500	25.000	25.500
Turquia	68.620	62.950	63.319	67.490	71.000
Ucrânia	62.728	55.305	58.062	58.899	55.451

(t)

FONTE: FAO (12).

A atividade melífera movimentou, em 1999, mais de 690 mil toneladas nos principais centros consumidores mundiais, representando divisas na balança comercial internacional de 878 milhões de dólares.

No entanto, é na polinização que as abelhas mais contribuem para a apicultura mundial. Nos Estados Unidos, praticamente todas as lavouras e pastagens utilizam os serviços de polinização. Na Europa e Canadá, somente para ilustrar, quase toda a produção de tomate para salada é obtida em estufa com polinização (Tabelas 2, 3, 4, e 5).

Panorama Nacional

No Brasil, com a expansão da apicultura para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, tornou-se possível ampliar a produção nacional de mel que, na década de 70 ocupava o 17º lugar, para o 14º lugar na década de 90 no ranking mundial.

TABELA 2/I - MEL - QUANTIDADE EXPORTADA, TOTAL E NOS PRINCIPAIS PAÍSES - 1995-1999

PAÍS	1995	1996	1997	1998	1999
Mundo	300.781	292.915	269.093	307.088	339.417
Alemanha	14.639	16.170	13.061	13.574	17.149
Argentina	63.511	48.274	70.422	68.301	93.103
Bulgária	2.507	6.520	4.269	2.916	2.600
Bélgica-Luxemburgo	4.431	2.845	2.297	2.963	3.336
Canadá	15.648	9.962	8.408	11.481	14.717
Chile	1.693	3.685	1.565	4.436	1.634
China	87.048	83.546	48.306	78.787	87.364
Dinamarca	1.525	1.570	1.516	1.795	2.837
Espanha	4.830	6.927	9.619	9.708	7.019
Estados Unidos	10.116	5.254	4.111	5.024	5.043
França	4.829	3.560	2.674	3.108	3.306
Hungria	13.028	13.159	7.675	9.262	9.889
Itália	1.113	1.887	2.617	2.254	3.435
México	25.706	28.910	26.900	32.441	22.477
Reino Unido	1.551	1.063	904	1.082	935
Romênia	2.050	6.425	8.478	5.743	7.235
Uruguai	7.147	6.466	7.714	5.181	10.647

FONTE: FAO (12).

TABELA 3/I - MEL - QUANTIDADE IMPORTADA, TOTAL E NOS PRINCIPAIS PAÍSES - 1995-1999

PAÍS	1995	1996	1997	1998	1999
Mundo	307.499	341.957	320.131	326.029	349.716
Alemanha	89.215	87.952	83.295	93.552	89.617
Brasil	4.257	2.532	1.665	2.420	1.821
Bélgica-Luxemburgo	8.120	8.423	7.499	9.061	8.672
Canadá	4.249	13.411	1.992	2.409	2.859
China	2.339	3.028	2.297	1.977	2.817
Dinamarca	3.445	3.742	3.228	6.858	5.161
Espanha	16.249	8.964	7.169	10.260	13.335
Estados Unidos	40.503	68.310	75.950	60.039	82.791
França	11.585	12.552	11.946	12.503	15.319
Grécia	2.003	2.006	2.294	3.352	2.616
Itália	13.482	11.762	12.201	12.074	12.439
Japão	39.200	41.592	34.318	29.425	34.658
Reino Unido	14.388	21.069	21.223	24.699	22.902
Suécia	2.005	2.591	2.355	2.901	2.926
Suíça	5.987	5.769	6.399	6.328	6.722

FONTE: FAO (12).

No período de 1994 a 1999, o número de colméias e de apiários cresceu em média 5% ao ano. Todavia, a produção melífera brasileira tem perdido espaço no ranking mundial, provavelmente pela pouca importância dada ao setor. A presença no mercado exige cada vez mais competitividade, conciliando competência, qualidade e preços, com investimentos em inovação do processo, marketing e recursos humanos.

É uma atividade com participação ativa na geração de benefícios econômicos e sociais. São mais de quinhentos mil empregos diretos, considerando-se apenas os serviços de manutenção dos apiários, a produção de equipamentos e o manejo dos produtos de mel, pólen, cera, geléia real, apitoxina e polinização de pomares, dentre outras.

TABELA 4/I - MEL - VALOR DAS EXPORTAÇÕES, TOTAL E NOS PRINCIPAIS PAÍSES - 1995-1999

(US\$ 1.000)

PAÍS	1995	1996	1997	1998	1999
Mundo	411.550	505.282	461.324	457.682	424.895
Alemanha	33.744	40.092	33.406	32.899	35.418
Argentina	70.456	81.071	108.361	88.533	95.729
Bulgária	2.988	8.280	5.304	3.857	3.100
Bélgica-Luxemburgo	6.648	5.566	5.178	6.242	4.952
Canadá	22.928	20.491	17.054	19.596	20.840
Chile	1.817	5.616	2.498	5.622	2.100
China	90.655	115.137	69.200	86.620	78.673
Dinamarca	3.810	4.231	3.924	4.441	6.405
Espanha	10.535	16.668	20.329	20.667	14.316
Estados Unidos	19.234	10.728	7.858	9.317	8.809
França	12.283	10.032	7.704	9.459	9.416
Hungria	24.076	25.127	14.059	19.621	15.906
Itália	3.070	5.641	7.144	6.413	7.851
México	30.475	49.143	41.090	41.511	25.277
Reino Unido	2.739	2.623	2.430	2.443	2.253
Romênia	2.629	9.561	11.778	8.495	8.470
Uruguai	7.419	10.152	12.173	7.015	10.935

FONTE: FAO (12).

TABELA 5/I - MEL - VALOR DAS IMPORTAÇÕES, TOTAL E NOS PRINCIPAIS PAÍSES - 1995-1999

(US\$ 1.000)

PAÍS	1995	1996	1997	1998	1999
Mundo	422.463	565.585	540.601	486.560	453.794
Alemanha	109.553	134.574	130.383	136481	112.473
Brasil	5.659	4.970	3.360	4.430	2.504
Bélgica-Luxemburgo	10.520	13.485	12.367	14.311	11.126
Canadá	4.863	19.920	3.279	3.143	3.437
China	3.314	3.017	2.408	2.068	2.769
Dinamarca	4.835	6.894	5.415	10.560	6.970
Espanha	18.897	12.780	10.427	12.932	13.910
Estados Unidos	51.168	115.922	124.852	81.020	91.685
França	19.624	24.068	23.869	24.374	25.711
Grécia	3.229	2.858	3.343	5.413	4.284
Itália	18.506	20.889	20.478	19.364	16.672
Japão	41.201	56.614	50.167	34.597	36.248
Reino Unido	17.081	31.884	37282	35.682	26.634
Suécia	3.895	6.062	5870	6.233	5.571
Suíça	12.287	12.734	13.572	13.670	13.457

FONTE: FAO (12).

O setor carece de estruturação em alguns estados. Atualmente possui uma confederação, oito federações, aproximadamente 650 associações organizadas e 1.500 entrepostos de venda. Conforme os dados censitários, em 1996 havia 173 mil apicultores, que movimentavam cerca de 1,7 milhão de colméias distribuídas em todo o território nacional. Entretanto, esses números devem alterar-se à medida que forem considerados os agricultores que têm na atividade apícola uma fonte de renda complementar.

O consumo nacional de mel estimado pelo Cepea/Epagri varia entre 200 e 250 gramas/hab/ano - considerado bastante baixo, quando comparado com o de outros países (na Alemanha é de 2.400 gramas/hab/ano).

Para aumentar o consumo é preciso criar alternativas de mercado, principalmente através de promoção de feiras, exposições, seminários, tornando os produtos apícolas mais conhecidos junto à população e, ao mesmo tempo, descaracterizar o seu uso somente para fins medicinais, podendo ser mais uma opção de fonte alimentar.

Embora o Brasil possua uma extensão territorial bastante grande, com uma vegetação e clima favoráveis à exploração apícola, o item mel natural continua apresentando-se deficitário na balança comercial nos negócios efetivados nos principais centros consumidores mundiais (Tabelas 6 e 7).

TABELA 6/I - MEL - PRODUÇÃO BRASILEIRA E NOS PRINCIPAIS ESTADOS - 1995-1999

(t)

ANO	1995	1996	1997	1998	1999
BRASIL	18.122,8	21.172,9	19.061,7	18.308,5	19.751,1
Rio Grande do Sul	3.608,4	6.154,8	5.440,1	5.716,7	5984,8
Santa Catarina	3.837,8	4.261,7	3.431,8	3.474,1	3.344,3
Paraná	2.751,8	2.477,8	2418,3	2.208,5	2.540,4
São Paulo	2.697,7	2.983,4	2.350,4	1.955,9	1.805,0
Minas Gerais	1.596,6	1.235,0	1.278,5	1.572,8	1.884,7
Piauí	1.019,3	1.136,8	1.720,1	1.127,1	1.586,5
Demais estados	2.611,2	2.923,3	2.422,4	2.253,3	2.605,3

FONTE: IBGE (14).

TABELA 7/I - MEL - VALOR, QUANTIDADE E PREÇO MÉDIO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1992-2000

ANO	VALOR FOB (mil US\$/t)	QUANTIDADE (t)	PREÇO MÉDIO (US\$/t)
1992	866,8	677,0	1.280,4
1993	2.148,6	1.752,6	1.225,9
1994	1.667,5	1.313,3	1.269,7
1995	5.517,8	4.256,6	1.296,3
1996	4.970,1	2.531,8	1.963,1
1997	3.293,3	1.664,4	1.978,7
1998	4.430,2	2.420,4	1.830,4
1999	2.504,4	1.820,7	1.375,5
2000	559,6	287,2	1.948,0

FONTE: Secex/Decex (Sistema ALICE - junho de 2001).

Panorama Estadual

Santa Catarina dispõe de farta vegetação natural e cultivada, de boa qualidade floral e melífera, que proporciona excelentes condições para a exploração da atividade, atuando como fonte complementar da renda familiar do produtor.

Além de mel, a apicultura estadual produz, a exemplo da nacional, cera, própolis, geléia real, apitoxina e pólen. Realiza também os serviços de polinização, que contribuem para a melhoria da produtividade de produtos agrícolas, especialmente sementes, grãos e frutas.

No estado, há mais de 30 mil apicultores, distribuídos entre profissionais e amadores, que se dedicam à atividade, com mais de 325 mil colméias instaladas.

Entretanto, apenas cerca de 10% dos apicultores catarinenses têm na atividade sua principal fonte de renda, concentrando-se nas regiões do Litoral, Planalto Serrano e Planalto Norte. Os outros 90% são agricultores e têm na apicultura uma atividade secundária.

A produção estadual de mel, em 1998, segundo o IBGE era de 3.474 toneladas. Todavia, segundo a Federação das Associações de Apicultores de Santa Catarina, se se considerar o mercado informal, o volume produzido deverá ultrapassar em mais de 80% os dados oficiais.

TABELA 8/I - PRODUÇÃO POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA - SANTA CATARINA - 1995-1998

(t)

MRG	1995	1996	1997	1998
Santa Catarina	3.837,8	4.261,7	3.431,8	3.474,1
São Miguel do Oeste	204,0	181,2	149,0	193,2
Chapecó	191,4	272,7	215,4	245,8
Xanxerê	100,0	136,3	100,6	98,8
Joaçaba	185,6	298,9	306,2	234,6
Concórdia	33,1	221,0	216,8	108,0
Canoinhas	460,4	396,4	401,0	424,0
São Bento do Sul	24,9	62,0	65,0	43,0
Joinville	18,3	54,4	16,4	30,7
Curitibanos	91,9	138,0	121,7	98,1
Campos de Lages	418,1	804,7	420,2	428,1
Rio do Sul	212,5	109,7	83,6	147,0
Blumenau	38,7	98,7	117,7	139,8
Itajaí	11,2	15,5	5,4	15,2
Ituporanga	60,0	47,0	15,5	73,0
Tijucas	176,3	119,0	57,0	72,8
Florianópolis	177,5	26,6	27,0	31,7
Tabuleiro	427,5	151,0	121,0	195,4
Tubarão	151,9	240,6	214,9	199,8
Criciúma	693,2	797,2	686,7	519,1
Araranguá	161,5	91,0	91,0	176,0

FONTE: IBGE (14).

QUADRO 1/I - MEL - CALENDÁRIO DE COLHEITA, POR REGIÃO PRODUTORA DE SANTA CATARINA - 2001	
REGIÃO	PERÍODO DA SAFRA
Oeste Catarinense	agosto a novembro
Planalto Norte Catarinense	setembro a novembro
Planalto Serrano Catarinense	setembro a dezembro
Grande Florianópolis	setembro a novembro
Sul Catarinense	março a maio
Vale do Itajaí	agosto a dezembro

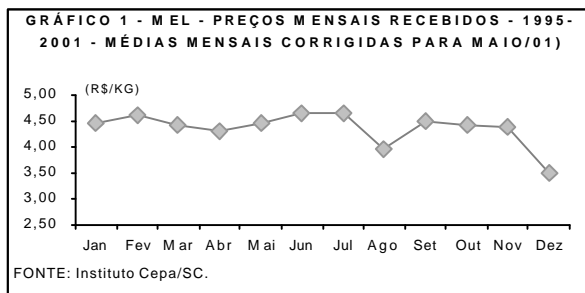
FONTE: Epagri/Cepea.

Embora as estatísticas oficiais indiquem com pouca precisão o destino de mel catarinense comercializado nos diversos mercados, estima-se que cerca de 50% da produção seja consumida no mercado interno, 42% seja vendida para os principais centros consumidores do País (São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais e Tocantins), enquanto cerca de 8% se destina ao exterior.

Segundo a Secex/Decex, em 2000 foram realizados negócios principalmente para a Alemanha, o Japão e os países do Mercosul, alcançando um total de 262,5 toneladas, representando um montante de 243,5 mil dólares.

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO
Entrepasto/casa de mel (inspeccionado)	35
Associação de apicultores	68
Federação	01

FONTE: Epagri/Cepea.



FONTE: Instituto Cepa/SC.

Os preços mensais recebidos pelo mel, acumulados no período de janeiro de 1995 a maio de 2001, publicados por este Instituto, corrigidos através do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se por base o mês de maio de 2001, são

mostrados a seguir, conforme gráfico 1 e tabela 9.

TABELA 9/I - MEL - PREÇOS MENSAIS RECEBIDOS E CORRIGIDOS PARA MAIO/01- SANTA CATARINA - 1995-2001

MÊS	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Janeiro	3,94	4,90	4,84	4,77	4,61	4,01	4,12
Fevereiro	4,66	4,78	4,85	5,48	4,56	3,79	4,11
Março	4,61	5,08	4,74	4,43	4,46	3,73	3,97
Abril	4,33	4,79	4,68	4,53	4,44	3,66	3,66
Maio	4,92	4,77	4,88	4,77	4,46	3,49	4,06
Junho	5,19	4,53	4,99	4,73	4,43	4,01	-
Julho	5,16	4,89	4,94	4,77	3,95	4,25	-
Agosto	5,03	5,13	4,93	4,86	-	3,86	-
Setembro	5,41	5,49	4,88	4,93	2,40	3,84	-
Outubro	5,15	5,32	4,90	4,87	2,35	3,83	-
Novembro	5,09	5,08	4,90	4,86	2,30	4,05	-
Dezembro	5,40	5,08	-	4,49	2,27	3,83	-

FONTE: Instituto Cepa/SC.

SUÍNOS

Panorama Mundial

TABELA 1/I - CARNE SUÍNA - OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS - 2000-2001

(milhões de t)

SITUAÇÃO	2000	2001	VAR. %
Produção	78,14	84,31	7,91
Consumo	77,51	83,93	8,28
Exportação	2,89	3,11	7,54

FONTE: Usda (23).

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a produção mundial de carne suína deve aumentar, em 2001, nos principais países produtores. Atualmente, é estimada em 84,3 milhões de toneladas, 6,17 milhões de toneladas a mais do que em 2000. Aumentará nos Estados Unidos e Canadá devido à recuperação dos preços e ao baixo custo

de alimentação. Na União Européia, estima-se que será um pouco menor, devido aos baixos preços e às pressões ambientais dos consumidores.

Em 2001, o consumo deverá ser levemente superior à oferta. Estima-se que se aproxime dos 85,0 milhões de toneladas, puxando para cima os preços do produto. Os maiores incrementos no consumo se darão no México, na China e na Coréia, mas também serão significativos nos Estados Unidos e no Japão.

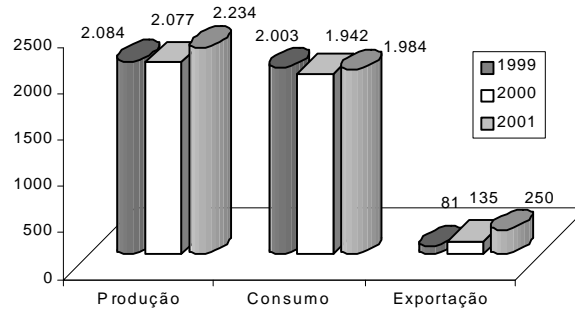
As exportações de carne suína devem crescer bastante em 2001. As estimativas indicam um volume aproximado de 3,1 milhões de toneladas, 220 mil toneladas a mais do que em 2000. Neste volume não está considerada a comercialização dentro da União Européia (UE). As condições econômicas favoráveis nos principais países consumidores e a doença da vaca louca são apontadas como os principais fatores do incremento.

Deste volume, grande parte será comercializada pelos Estados Unidos e Canadá. Nos últimos três anos, o Canadá praticamente dobrou suas exportações, tornando-se no primeiro exportador mundial de carne suína. A UE, como bloco econômico, é o principal exportador, mas, devido ao aumento interno do consumo, suas vendas externas devem se contrair. Taiwan, um importante exportador, por continuar enfrentando problemas com a febre aftosa, deve ficar fora do mercado.

Panorama Nacional

A produção brasileira de carne suína, em 2000, ficou estável em 2,0 milhões de toneladas. Cresceu moderadamente no Sul e no Centro-Oeste e apresentou um recuo no Sudeste. No Sul, os abates totais foram avaliados em 16,9 milhões de cabeças, um incremento de 3,5%. A principal causa da estabilidade da produção foi o encarecimento dos preços do milho e sua conseqüente pressão sobre os custos de produção. As outras variáveis foram os baixos preços pagos aos suinocultores e os altos estoques que perduraram por todo o primeiro semestre.

GRÁFICO 1 - SUÍNOS - OFERTA E DEMANDA - BRASIL
1999-2001- (mil t)



FONTE: Instituto Cepa/SC.

O consumo interno caiu 2,8% em relação ao bom desempenho de 1999, quando superou o patamar histórico de 2,0 milhões de toneladas. Colaboraram para isto os baixos preços de varejo da carne bovina e do frango, cuja competitividade afastou os consumidores de carne suína. Embora seja dominante a industrialização, houve mudança no perfil dos produtos, crescendo a oferta de cortes. Com isso, ampliou-se o leque de opções para os consumidores.

A forte expansão das exportações foi o principal elemento de sustentabilidade da atividade. Sua ampliação, sobretudo a partir do segundo semestre, foi decisiva para o enxugamento dos excedentes internos. As vendas externas atingiram 135 mil toneladas, 67% a mais do que em 1999. A conquista do mercado russo e o crescimento das vendas para a Ásia e Europa explicam a expansão. A receita cambial foi de US\$185 milhões, 56% a mais do que em 1999.

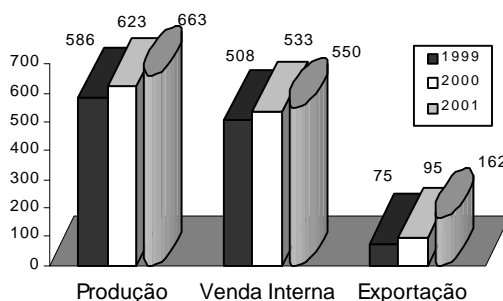
Panorama Estadual

Apesar da conjuntura desfavorável na maior parte do ano, a produção catarinense continuou se expandindo, firmando-se em 30% do total nacional. A estrutura produtiva fortemente planejada das grandes indústrias, a consolidação de pequenas indústrias artesanais, que atendem a um crescente mercado local e regional, o preparo gerencial dos suinocultores independentes e a estratégia de abastecimento de milho adequada à escassez do cereal são os principais fatores que explicam a expansão de 6,2% na produção em 2000 (623 mil toneladas). Apesar de a atividade ter convivido com o comprometimento dos custos, grande parte da expansão se deve ao aumento da produtividade.

As vendas da produção catarinense cresceram 3,2%, um desempenho considerado bom em relação ao País, cujas vendas em equivalentes carcaças tiveram um recuo de 2,8%. Com isso, as empresas locais aumentaram a sua participação no mercado. As exportações, sobretudo a partir do segundo semestre, atingiram 115 mil toneladas,

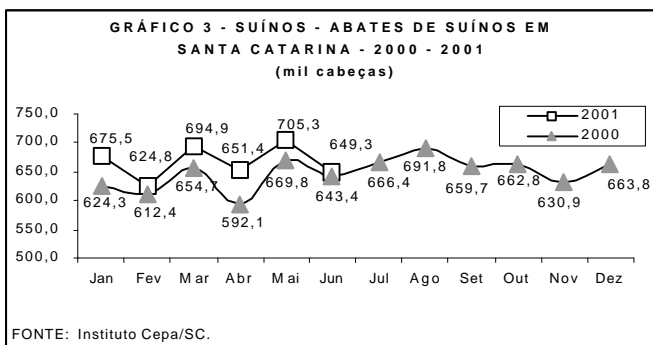
53,3% a mais do que no ano passado. O volume exportado representou pouco mais de 83% das vendas brasileiras.

GRÁFICO 2 - SUÍNOS - PRODUÇÃO, VENDA INTERNA E EXPORTAÇÃO - SANTA CATARINA - 1999-2001 - (mil t)



FONTE: Instituto Cepa/SC.

Os abates em Santa Catarina cresceram 4,1% em 2000, passando de 7,47 milhões para 7,77 milhões de cabeças. Os abates com inspeção atingiram, no mesmo período, 6,1 milhões de cabeças, um crescimento moderado de apenas 1,7%. Já o volume destinado ao abate artesanal cresceu significativamente (38%), aproximando-se das 700 mil cabeças abatidas. Até junho de 2001, os abates estaduais já tinham atingido 4,0 milhões de cabeças, um crescimento de 5,0% sobre igual período de 2000, evidenciando o potencial de expansão da produção.



FONTE: Instituto Cepa/SC.

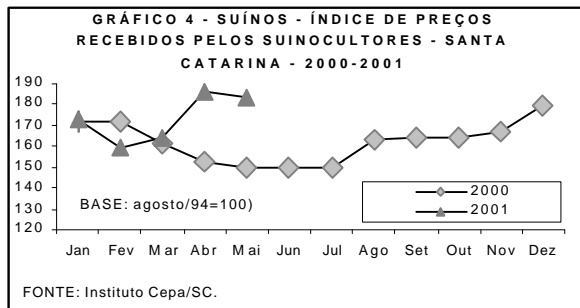
A expansão dos pequenos negócios artesanais é visível nos anos recentes. Surgiram novos pequenos negócios (abatedouros e pontos de vendas). O crescente interesse dos consumidores em adquirir produtos suínos com origem em pequenas

indústrias artesanais aponta para um promissor mercado de derivados da carne suína, devendo, no curto prazo, absorver ao redor de 2,0 milhões de cabeças ao ano.

Do total abatido, 77,3% foi sob inspeção federal, 17,7% sob outras formas (pequenos negócios artesanais e de agricultores familiares) e 11,9% foi abatido nas propriedades. A criação de legislação própria e de serviços públicos estaduais e municipais de fiscalização tem facilitado a organização destes pequenos empreendimentos, além, é claro, do crescente interesse dos consumidores em consumir produtos artesanais diferenciados e de qualidade.

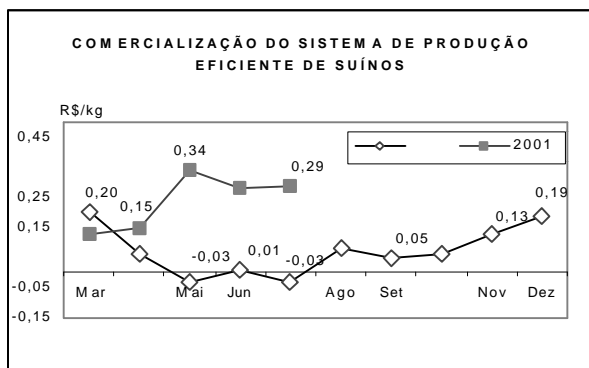
Do total da produção em equivalentes carcaças (623 mil toneladas), 18,2% destinou-se ao consumo local; 65,8%, ao mercado nacional e 16,0%, às exportações. A tendência deste mercado é de se manter crescendo a taxas históricas, seja pelo aumento das exportações, seja pelo aumento do consumo interno, estimulado por campanha promovida pelas associações de criadores.

Após quase dois anos no vermelho, a suinocultura catarinense, a partir de agosto de 2000, entrou em uma nova fase de otimismo. A redução dos custos de produção e a



Em 2000 houve seis meses de preços em baixa para os suinocultores. Isto pode ser avaliado pelo índice de preços, que caiu 13,0%. Somente a partir de agosto começou um processo de alta. As exportações para a Rússia, as vendas sazonais de inverno e de final de ano diminuíram os estoques, elevando os preços internos. Com este novo panorama, os índices apresentaram uma recuperação de 20,0%. Esta tendência persiste ao longo do primeiro semestre de 2001 (Gráfico 4).

Com este novo panorama, os índices apresentaram uma recuperação de 20,0%. Esta tendência persiste ao longo do primeiro semestre de 2001 (Gráfico 4).



As margens de rentabilidade dos suinocultores estiveram comprometidas em 2000. Desde o início do ano diminuíram gradativamente, tendo seu ponto mais baixo em julho daquele ano. De um lado, a alta dos preços do milho pressionou para cima os custos de produção e, de outro, a queda nos preços recebidos pelos suinocultores

comprometeu o desempenho do negócio. A partir de agosto, a combinação de preço em alta com redução dos custos de produção proporcionou um novo processo de recuperação das margens (Gráfico 5).

O período de baixa rentabilidade foi longo, o que poderia indicar um desestímulo à atividade em 2001. As margens de comercialização, a partir de agosto de 2000,

apresentaram uma recuperação de 262%. A recuperação da rentabilidade foi rápida e sustentada pela forte concentração da produção, pelo aumento da produtividade, pela expectativa de aumento das exportações e pela recuperação da rentabilidade. Com isso, manteve-se a trajetória de expansão da atividade.

A partir de março de 2001, quando o mercado reconheceu que a oferta ficou mais equilibrada com a demanda, reajustaram-se os preços, melhorando a rentabilidade dos produtores. A tendência desta rentabilidade foi manter-se crescente, pois a concorrência na aquisição da matéria-prima puxou os preços ao suinocultor para cima e os preços do milho (principal item do custo de produção) permaneceram bem abaixo dos do ano passado.

Perspectivas

No Brasil, as perspectivas para 2001 são de que a produção tenha uma expansão de até 7,6%, devendo situar-se ao redor de 2,23 milhões de toneladas. O amadurecimento dos investimentos feitos no Centro-Oeste, o crescimento da produtividade no Sul, a recuperação da rentabilidade (seja pela redução dos custos de produção, seja pela recuperação dos preços internos) e a expansão das exportações estimulam o rápido crescimento da produção.

TABELA 2/I - CARNE SUÍNA - OFERTA E DEMANDA BRASILEIRAS E CATARINENSES - 2000-2001

(mil t)

SITUAÇÃO	BRASIL		VAR. %	SANTA CATARINA		VAR. %
	2000	2001 (1)		2000	2001 (1)	
Produção	2.077	2.234	7,6	623	663	6,4
Importação	5	0	0	0	0	-
Suprimento	2.082	2.234	7,3	623	663	6,4
Exportação	135	300	122,2	115	180	56,5
Venda Nacional	1.947	1.934	-0,7	508	483	-4,9
kg/per cápita	11,82	11,60	-1,8	21	21	-1,4

FONTE: Instituto Cepa/SC.

(1) Sujeito a reavaliação.

As vendas no mercado interno, em 2001, devem permanecer estáveis, provavelmente ao redor de 2,0 milhões de toneladas. Já as exportações terão forte expansão e enxugarão os excedentes internos. No ano passado, as exportações brasileiras de suínos saltaram de 81 mil toneladas para 135 mil toneladas.

A conquista do mercado russo e o incremento das vendas para a Europa e a Ásia indicam que as exportações brasileiras devem situar-se, em 2001, próximo a 250 mil toneladas, com um faturamento avaliado em US\$ 300 milhões. As negociações em curso com a Rússia, a Europa, o Japão e a China apontam para a possibilidade de crescer a presença do produto brasileiro nesses mercados.

1.4 - DESEMPENHO DA PESCA E DA AQUICULTURA

PESCA

A captura de pescados pela pesca industrial brasileira vem se mantendo estável, desde os anos 80, em cerca de 785 mil toneladas anuais. Estes dados evidenciam o esgotamento do estoque pesqueiro. Segundo especialistas do setor, esta tendência poderá ser alterada nos próximos anos com novos investimentos na frota pesqueira e com a alternativa da pesca em alto mar (além dos 200 metros de profundidade).

Segundo dados da FAO, no ano 1998 os principais países em volume de pescado capturado no mundo foram China, Japão, Estados Unidos, Federação Russa e Peru. O Brasil ocupa o 25º lugar no contexto mundial, nesse ano com uma produção de 760.000 toneladas (Tabela 1 pg. 141).

O Brasil, apesar de sua extensa costa, é um país importador de pescados e sua balança comercial neste setor é deficitária.

As importações brasileiras nos anos de 1996 a 1998 ficaram em torno de 450 milhões de dólares; em 1999 e 2000, caíram para aproximadamente 274 milhões (Tabela 2).

TABELA 2/I - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PESCADO - 1995-2000

ANO	US\$ FOB	Tonelada
1995	341.015.065	...
1996	482.827.856	280.218
1997	450.053.791	210.984
1998	453.422.527	195.701
1999	260.339.194	155.978
2000	274.160.429	181.919

FONTE: Secex/Decex (19).

As exportações, que somavam perto de 126 milhões de dólares anuais até 1999, passaram para 227 milhões no ano 2000 (Tabela 3).

TABELA 3/I - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PESCADO - 1995-2000

ANO	TOTAL DE PESCADO	
	US\$ FOB	Tonelada
1995	146.811.643	23.121
1996	122.968.944	21.377
1997	110.317.449	24.145
1998	104.584.619	24.188
1999	125.578.446	32.028
2000	227.132.792	52.436

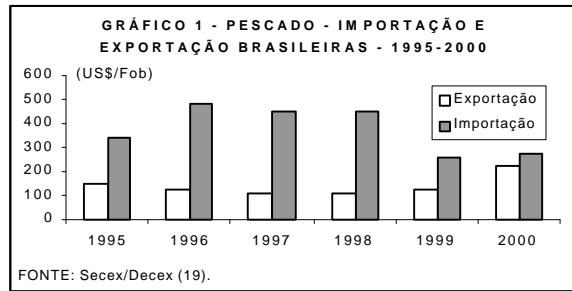
FONTE: Secex/Decex (19).

A constatação de que no ano 2000 as exportações brasileiras aumentavam enquanto as importações diminuía revela uma tendência superavitária para a balança comercial do setor nos próximos anos (Gráfico1).

TABELA 1/I - CAPTURAS NOMINAIS DE PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS, POR PAÍS OU ÁREA - 1994-1998

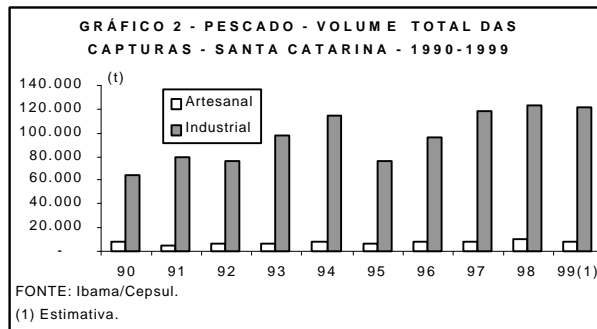
PAÍS OU ÁREA	(em toneladas)				
	1994	1995	1996	1997	1998
Argentina	948.757	1.147.368	1.248.718	1.351.066	1.128.823
África do Sul	523.434	575.611	440.317	514.453	558.832
Alemanha	230.161	239.851	236.411	259.352	266.622
Austrália	201.075	204.076	203.298	198.342	201.216
Bangladesh	770.790	792.389	814.787	829.426	839.141
Brasil	740.100	706.708	715.482	744.585	760.000
Canadá	1.027.647	852.689	910.714	963.492	995.011
Chile	7.720.578	7.433.902	6.690.993	5.811.567	3.265.306
China	10.866.836	12.562.706	14.182.107	15.722.344	17.229.957
Coréia do Norte	371.961	327.083	253.125	236.462	220.000
Coréia do Sul	2.357.891	2.319.915	2.413.756	2.204.047	2.026.934
Dinamarca	1.873.335	1.999.033	1.681.517	1.826.852	1.557.335
Egito	283.900	310.790	320.230	345.220	365.580
Equador	255.031	505.395	702.974	548.988	310.022
Espanha	1.084.540	1.141.219	1.126.710	1.143.122	1.106.557
Estados Unidos	5.535.349	5.224.566	5.001.483	4.983.468	4.708.980
Federação Russa	3.705.081	4.311.809	4.676.666	4.661.853	4.454.759
Filipinas	1.845.331	1.860.491	1.783.593	1.805.806	1.827.971
França	623.379	611.679	560.249	567.476	536.254
Gana	335.621	352.976	477.048	446.788	442.692
Holanda	420.053	438.092	410.798	451.799	536.626
Hong Kong	211.010	194.999	183.856	186.000	180.000
Ilhas Faroe	237.727	288.857	306.860	329.736	376.270
Índia	3.209.969	3.219.583	3.474.064	3.517.084	3.214.765
Indonésia	3.315.629	3.503.769	3.557.623	3.791.025	3.698.850
Irã	306.333	339.380	851.723	349.921	366.853
Irlanda	293.965	385.431	333.030	292.673	324.763
Islândia	1.556.962	1.612.548	2.060.168	2.205.944	1.681.951
Itália	397.623	395.887	365.899	340.987	315.593
Japão	6.617.308	5.967.290	5.936.130	5.916.155	5.259.089
Malásia	1.067.650	1.112.375	1.130.372	1.172.922	1.153.719
México	1.191.875	1.329.469	1.464.084	1.489.020	1.181.402
Mianmar	750.820	758.214	804.830	830.346	872.971
Marrocos	750.659	844.291	637.793	783.615	708.332
Namíbia	300.901	292.367	266.907	279.484	352.188
Nigéria	267.059	349.482	337.990	365.735	334.298
Noruega	2.366.119	2.524.111	2.638.564	2.856.017	2.850.428
Nova Zelândia	441.639	544.242	421.104	596.017	635.711
Paquistão	537.277	526.849	537.432	589.731	596.980
Peru	11.999.217	8.937.342	9.515.048	7.869.871	4.338.437
Polônia	435.729	426.235	341.299	361.866	247.028
Portugal	263.187	260.584	260.422	221.923	223.961
Reino Unido	877.981	909.928	865.145	886.269	919.905
Senegal	350.421	358.617	436.259	506.966	425.766
Sri Lanka	221.500	229.500	226.000	240.000	266.100
Suécia	386.814	404.572	370.881	357.406	410.886
Tailândia	3.012.256	3.013.268	3.004.678	2.877.622	2.900.320
Taiwan	967.209	1.010.021	967.483	1.038.048	1.076.288
Tanzânia	288.399	359.800	356.617	356.960	348.000
Turquia	589.803	633.969	527.826	459.153	487.200
Ucrânia	267.180	378.495	417.119	373.005	462.308
Uganda	213.129	208.789	195.088	218.026	220.628
Venezuela	437.141	499.809	484.529	463.215	506.177
Vietnã	960.498	999.860	1.028.500	1.078.668	1.130.660
Soma de países ou áreas	86.811.839	86.738.281	89.156.299	88.817.918	81.406.445
Outros países ou áreas	4.624.761	4.838.519	4.317.901	4.801.182	4.892.955
TOTAL MUNDIAL	91.436.600	91.576.800	93.474.200	93.619.100	86.299.400

FONTE: FAO Fishery Statistics. 1998. Vol.86/1.



O Ministério da Agricultura prevê para os próximos anos um superávit crescente, pois, ao contrário do que se pensava (que os produtos da pesca seriam os responsáveis pelo aumento das exportações), a aquicultura é a responsável pelo aumento das exportações brasileiras; no ano passado (2000) as exportações de produtos aquícolas (camarão) foram de US\$ 71,4 milhões (31% do total) e a previsão para 2001 é de US\$ 200 milhões.

O estado catarinense, que tem tradição pesqueira, ocupa um dos primeiros lugares no panorama nacional.



As estatísticas pesqueiras, a partir do ano 2000, passaram a ser realizadas pela Univali, que levanta os dados da pesca industrial. Tais estatísticas eram feitas pelo Ibama/Cepsul até 1999, ano para o qual ainda não dispomos dos números definitivos, mas estima-se que a produção tenha sido de

130 mil toneladas, possivelmente atingindo o limite máximo de captura, face ao esgotamento dos estoques pesqueiros (Gráfico 2).

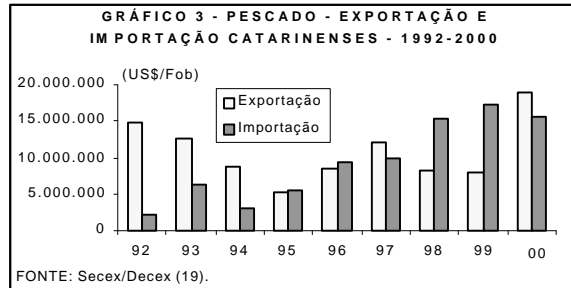
O setor pesqueiro industrial catarinense tem passado por muitas dificuldades devido à frustração da safra da sardinha, a partir de 1998, e ao baixo preço do atum no mercado externo.

A indústria pesqueira do estado acompanha a tendência nacional, direcionando investimentos para a pesca oceânica (além dos 200 metros de profundidade).

O mercado para peixes de águas profundas tem aumentado muito nos últimos anos, tanto no país como no exterior. A expectativa desse setor (industrial) – que é muito grande e talvez a pesca em águas profundas seja mesmo a melhor alternativa –, agora depende de recursos para investir na renovação e adaptação da frota pesqueira, posto que são bem elevados os custos para se transformar um barco de captura de peixes de superfície e de atividades costeiras em barco de pesca em águas profundas.

A pesca artesanal, cuja produção se destina a abastecer o mercado estadual, vem revelando uma tendência à diminuição de sua importância econômica e social em

Santa Catarina. Parte dos pescadores tende a dedicar-se também à maricultura, substituindo a pesca por esta outra atividade.



A balança comercial catarinense do grupo "pescado" tem-se comportado em 2000 de forma semelhante à observada na balança nacional, ou seja, as exportações catarinenses aumentaram e as importações diminuíram (Gráfico3).

Assim, a partir do ano passado (2000) Santa Catarina passou a ter um superávit no saldo da balança comercial do grupo pescado; tal fato não ocorria desde 1998.

Os produtos que tiveram aumento mais expressivo nas exportações foram o camarão, a lula, o fígado, as ovas e outros peixes congelados (Tabela 4).

TABELA 4/1 - SANTA CATARINA - EXPORTAÇÕES POR GRUPO DE PEIXES, CRUSTÁCEOS, MOLUSCOS E OUTROS INVERTEBRADOS AQUÁTICOS (US\$ FOB)-1999-2000

ITEM	1999	2000
Bonitos-listrados , etc. frescos, refrig., exceto filés	658.605,00	-
Sardinhas, sardinelas, etc. frescas e refrigerados, exceto filés	2.560,00	-
Peixes-carvão frescos, refrig., exceto filés e outros	62.276,00	133.185,00
Outros peixes frescos, refrig. exceto filés e outras carnes	749.991,00	1.248.086,00
Outros salmonídeos congelados, exceto filés e outros	123.650,00	280.730,00
Outros peixes chatos, congelados, exceto filés e outros	251.727,00	1.266.518,00
Atuns-brancos ou germões congelados, exceto filés	187.534,00	22.710,00
Albacoras/atuns barbat. amarela, congelados	297.336,00	745.873,00
Bonitos-listrados , etc. congelados, exceto filés e outras carnes	2.637.483,00	2.065.017,00
Outros atuns congelados, exceto filés e outras carnes	307.486,00	228.070,00
Sardinhas, sardinelas, etc. congeladas, exceto filés	673.746,00	255.839,00
Outros peixes congelados, exceto filés e outras carnes	359.327,00	6.035.820,00
Fígados, ovas e sêmen de peixes congelados	409.731,00	2.771.003,00
Filés de merluza congelados	1.050,00	-
Filés de outros peixes congelados	373.591,00	815.159,00
Outras carnes de peixe congeladas	126.395,00	606.466,00
Outros peixes secos, mesmo salgados, mas não defumados	193.913,00	324.384,00
Camarões congelados	445.636,00	1.791.153,00
Potas e lulas	300,00	55.099,00
Corvinas congeladas	111.539,00	70.375,00
Salmões-do-pacífico congelados, exceto filés, etc.	-	99.895,00
Outros salmonídeos frescos refrigerados	-	37.611,00
Caranguejos congelados	-	22.834,00
OUTROS	1.612,00	840,00
TOTAL	7.975.488,00	18.876.667,00

Fonte: Secex/Decex (19).

Os preços dos pescados no mercado atacadista catarinense, neste ano de 2001, comparativamente ao ano passado, não tiveram, em geral, alterações significativas. Os pescados que tiveram seus preços majorados (relativamente aos períodos de safra, não se levando em consideração os picos de preços ocorridos pela sazonalidade do pescado), foram o camarão-rosa, a abrótea e o papa-terra (conforme tabela de 30/II).

AQUICULTURA

Os mais diversos autores consideram a aquicultura uma atividade de indiscutível importância para garantir o fornecimento de proteínas necessárias à continuidade da alimentação humana.

No Brasil, a atividade vem se desenvolvendo a passos largos, acompanhando o crescimento populacional e o crescimento da demanda por pescados, tidos como alimentos saudáveis, cobrindo a lacuna deixada pela pesca, que tem sua produção estagnada há vários anos.

No ano passado (2000), as exportações brasileiras de produtos aquícolas (camarão) foram de US\$ 71,4 milhões e a previsão para 2001 é de US\$ 200 milhões.

Aposta-se muito na alternativa aquicultura, pois ela é responsável pelo aumento das exportações brasileiras de pescado.

Até os anos 90, camarões e lagostas capturados na plataforma continental eram responsáveis por 70% das exportações e, atualmente, 31% delas são de camarão cultivado. A produção aquícola brasileira, segundo estimativas do Ministério da Agricultura, chegará em 2003 com uma produção de 250 mil toneladas.

Segundo a Associação Brasileira de Criadores de Camarão, a atividade da carcinicultura nordestina cresce em média 80% ao ano.

Santa Catarina vem se destacando na aquicultura, graças, entre outras razões, aos seus 561,4 quilômetros de costa, ao seu potencial hídrico de águas interiores, à sua estrutura fundiária e à utilização de tecnologias apropriadas, difundidas pela Epagri e a Ufsc.

Da aquicultura, em particular, que teve um importante desenvolvimento nos últimos dez anos, ressaltamos a piscicultura de águas mornas e frias no interior do estado. Também merece destaque a maricultura, que começou a ser utilizada em nosso estado como alternativa para os pescadores artesanais em função do comprometimento dos estoques pesqueiros e já produz, em volume considerável, camarões, ostras e mexilhões cultivados. Santa Catarina é hoje o maior produtor nacional desses dois últimos produtos.

A aquicultura, porém, tem encontrado problemas no caminho de seu desenvolvimento devido a conflitos de interesses na utilização das zonas costeiras e às cobranças de órgãos ambientalistas para que o modelo aquícola respeitasse as questões ambientais, levando em consideração a relação com o uso dos recursos naturais existentes, chamada aquicultura sustentável.

Os maricultores catarinenses, na sua maioria pescadores artesanais que migraram para esta atividade, têm um perfil diferente do encontrado no passado nas comunidades

litorâneas. A consciência ecológica foi despertada nestes agentes, pois a qualidade da água é um fator importante para o sucesso da atividade.

Também a Epagri, que presta assistência técnica aos aqüicultores, juntamente com as universidades e outros órgãos governamentais, tem muita preocupação com a questão ambiental e realiza todo o trabalho de orientação e fiscalização para que a atividade no estado de Santa Catarina continue crescendo sem agressão ao meio ambiente.

Assim, os parques aqüícolas - áreas de cultivo - estão sendo constantemente cuidados pelos produtores e outros agentes envolvidos, os quais, além de fiscalizar, passaram a exigir das autoridades competentes o desenvolvimento de projetos de saneamento básico nestas regiões.

Muito ainda resta por fazer pela aqüicultura em nosso estado. Entre as alternativas que poderiam ser adotadas, uma, seguramente, é o desenvolvimento de políticas de comercialização através do associativismo, com a obtenção do serviço de inspeção federal – SIF - nas centrais de processamento dos produtos. O selo de origem atribuído a tais produtos também contribuiria, e muito, para o marketing da produção do estado. Dentre os vários produtos, por seu potencial, poder-se-ia investir nas ostras catarinenses, nas trutas do planalto, nas tilápias do Alto Vale, agregando-se-lhes valor. Pela facilidade com que podem ser comercializados, certamente fortaleceriam e incrementariam o setor.

Assim a aqüicultura, além de se tornar uma importante atividade econômica para muitos municípios, geradora de alimentos e renda nas pequenas comunidades agrícolas e pesqueiras, é talvez a mais importante saída para o aumento da produção de pescado no estado, melhorando a qualidade de vida de nossa população do interior e do litoral, contribuindo efetivamente para o constante crescimento econômico do estado.

PEIXES DE ÁGUA DOCE

A piscicultura catarinense é hoje um segmento de destaque no cenário nacional. Iniciada na década de 70 pelo serviço de extensão pesqueira, com o objetivo de criar uma alternativa de renda para o pequeno produtor rural no interior do estado, contribuiu para que ele permaneça no meio rural numa atividade produtiva.

A piscicultura de água doce adaptou-se à realidade catarinense devido ao potencial hídrico de águas interiores e ao aproveitamento de áreas improdutivas e dos resíduos orgânicos, principalmente dejetos de suínos e aves.

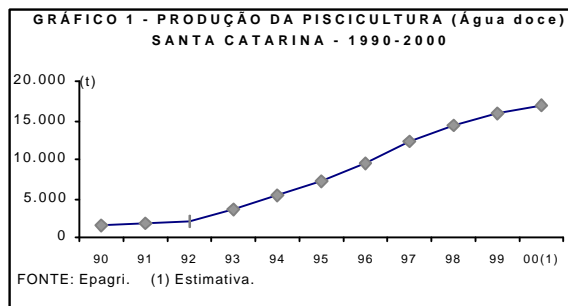
Estima-se que existam, atualmente, em torno de 23.000 piscicultores no estado, dos quais aproximadamente 5.000 produzem peixes para fins comerciais.

Boa parte dos piscicultores comerciais participa das associações de piscicultores, que já somam 64 em Santa Catarina. Trata-se, na grande maioria, de pequenos agricultores que têm na criação de peixe uma atividade complementar.

Embora a piscicultura de água doce seja desenvolvida em todo o estado, as regiões mais importantes, em termos de número de criadores e de volume de produção, são as do Vale do Itajaí, Litoral Norte, Oeste e a de Tubarão.

A truticultura (produção de trutas) concentra-se na região dos Campos de Lages.

Nos últimos anos, houve um grande crescimento da criação de peixes pelo sistema de policultivo (cultivo de diferentes espécies, com hábitos alimentares preferenciais distintos em um mesmo viveiro), o que tem permitido reduzir substancialmente os custos de produção do pescado.



A produção de peixes de água doce evoluiu bastante nos últimos anos; estima-se um crescimento anual de 10% (Gráfico1).

Em 2000, a produção estadual ficou em torno de 17.000 toneladas (esta é uma estimativa da Epagri, segundo dados parciais recebidos dos municípios produtores). Em relação a 1999 (15.977,8 toneladas), o crescimento foi de 6,4%, inferior ao esperado (Tabela 1).

TABELA 1/I -PRODUÇÃO DA PISCICULTURA (AGUA DOCE) POR ESPÉCIE CULTIVADA - SANTA CATARINA - 1996-2000

ESPÉCIE	1996	1997	1998	1999	2000
Bagre-africano	427.948	1.299.999	558.460	418.024	...
Bagre-americano	133.989	537.710	611.620	735.166	...
Carpa-capim	1.099.417	1.325.553	1.806.800	1.752.128	...
Carpa-cabeça-grande	855.358	912.436	1.198.377	1.214.655	...
Carpa-comum	3.478.680	3.538.857	4.975.400	5.133.830	...
Carpa-prateada	625.310	782.479	809.445	753.958	...
Cascudo	99.309	130.166	126.210	99.990	...
Curimatã	54.779	46.740	54.840	40.240	...
Lambari	23.025	18.810	26.920	18.700	...
Pacu	81.613	232.335	240.880	277.251	...
Tambacu	7.559	-	-	-	...
Tambaqui	15.815	21.992	48.900	22.475	...
Tilápia	1.857.922	2.767.451	3.318.327	4.767.391	...
Traira	105.741	140.015	141.065	106.593	...
Truta	508.964	476.400	396.550	327.200	...
Outras espécies	79.859	137.990	96.605	310.245	...
TOTAL	9.455.288	12.368.933	14.410.399	15.977.846	(1) 17.000.000

FONTE: Epagri, Ufsc, prefeituras municipais, associações de piscicultores.

(1) Estimativa.

Esta frustração da expectativa de safra se deveu ao prolongado período de frio intenso e à formação de geadas do mês de julho de 2000 em grande parte dos municípios catarinenses, o que ocasionou grandes perdas na agricultura e, neste caso em particular, aos produtores de peixes de águas mornas.

As regiões mais afetadas foram as do Vale do Itajaí, Joinville e o extremo oeste catarinense (a mortandade de tilápias e bagres-africanos - espécies mais sensíveis ao frio - chegou a 100% em alguns viveiros).

A tilápia, espécie mais presente no mercado por sua boa aceitação pela indústria de processamento, é o carro-chefe de grande número de piscicultores. A perda destes peixes prejudicou em muito a atividade.

Outro fator que trouxe muitos dissabores aos piscicultores no ano de 2000, principalmente no Alto Vale, foi o encerramento das atividades, no início de setembro, do frigorífico Pompéia (Rio do Sul), que beneficiava tilápias produzidas principalmente naquela região. Após este fato, passaram a figurar como principais clientes dos piscicultores da região os pesques-pagues de São Paulo e Paraná, que levam peixes escolhidos, deixando para trás outras espécies menos atraentes para o mercado.

Do total de peixes de água doce produzidos atualmente, 40% é vendido vivo para outros estados (onde se destina à pesca esportiva - pesque-pague) e 20% é comercializado em pesque-pague no estado. O restante da produção distribui-se entre a venda direta ao consumidor, a venda a peixarias e às indústrias.

Observa-se um interessante projeto em fase de implantação pela Perdigão e a Cooperativa Regional dos Produtores de Aves e Suínos - Coperavisu que beneficiará agricultores integrados do meio oeste catarinense.

Com o objetivo de aumentar a renda dos produtores, o projeto incentiva a piscicultura na propriedade de seus integrados através de financiamento para a construção de açudes. Tais açudes destinam-se, inicialmente, à engorda de tilápias e carpas, num sistema de policultivo orgânico, com aproveitamento de resíduos agrícolas, neste caso utilizando dejetos de suínos e aves, abundantes nas propriedades dos cerca de 1.500 integrados da Perdigão.

Uma outra alternativa interessante surge no oeste, em que o frigorífico Cardume Indústria e Comércio de Peixes Chapecó Ltda. utiliza uma forma de parceria com produtores da região, semelhante à da integração utilizada por frigoríficos de suínos e aves.

O frigorífico de Chapecó, que basicamente beneficia tilápia e carpa, fornece os alevinos; o produtor, o tanque e a alimentação. Este produtor tem, ao final da safra, a certeza de colocação da sua produção no mercado.

No sul, o Entrepósito de Pescado da Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense Ltda. – Coopersulca -, no município de Turvo, também está processando peixes cultivados, colocando-os no mercado com a marca “Sabor de Festa”.

Os produtores catarinenses comercializam seus produtos em feiras ou na propriedade, diretamente para a indústria ou para pesques-pagues, quase sem intermediários no negócio, o que os favorece a conseguir um preço mais justo pelo seu peixe.

Os preços recebidos pelos peixes de água doce no interior do estado (da indústria e dos pesque-pague ou peixe vivo), no primeiro semestre ano de 2001 ficaram nos mesmos patamares dos do segundo semestre do ano de 2000 (Tabela 2).

TABELA 2/I - PREÇO DE PEIXES DESTINADOS À INDÚSTRIA E AO PESQUE-PAGUE - MÉDIA DO ESTADO - SANTA CATARINA - 2000 e 2001

ESPÉCIE	(R\$/kg)			
	SEGUNDO SEMESTRE 2000		PRIMEIRO SEMESTRE 2001	
	INDÚSTRIA	VIVO	INDÚSTRIA	VIVO
Bagre-africano	1,01	1,52	0,93	1,61
Bagre-americano	...	2,46	...	2,32
Carpa-chinesa	0,78	1,45	0,82	1,55
Carpa-comum	0,79	1,41	0,86	1,53
Tilápia	0,95	1,54	0,96	1,58
Truta	...	5,27	...	5,13

FONTE: Instituto Cepa/SC.

Uma sensível elevação ocorreu nos preços do bagre africano vivo em 2001, pois, devido às perdas dessa espécie com o frio do ano passado, os pesques-pagues ficaram aguardando para repor os bagres nos seus açudes.

Muitos produtores que têm seu próprio empreendimento exploram também o turismo, oferecendo uma estrutura de lazer com pesque-pague, modalidade que lhes permite agregar mais valor aos peixes produzidos na propriedade.

As rações utilizadas na engorda de peixes de águas mornas tiveram em seus preços um reajuste em torno de 5,7 % na comparação do último semestre de 2000 com o primeiro de 2001.

As rações usadas para tilápias e carpas (com 20% a 28% de proteína) foram comercializadas no primeiro semestre de 2001 a R\$ 14,39 o saco de 25 quilos (preço médio em 12 regiões do estado); as rações para bagres e peixes redondos (com 28% a 40% de proteína) ficaram em R\$ 15,48 e as de recria (com 30% a 36% de proteína), em R\$15,83.

As rações utilizadas para engordar trutas, com mais de 40% de proteína, tiveram um reajuste médio de 4% neste primeiro semestre de 2001 em relação ao ano passado. O preço médio do saco de 25 quilos chegou, no estado, a R\$ 20,29% (Tabela3).

TABELA 3/I - PREÇO DA RAÇÃO UTILIZADA NA PISCICULTURA MÉDIA DO ESTADO - SANTA CATARINA - 2000 e 2001

APLICAÇÃO	(R\$/sc/25kg)	
	SEGUNDO SEMESTRE 2000	PRIMEIRO SEMESTRE 2001
Engorda de tilápia e carpa	13,58	14,39
Engorda de bagre e peixe-redondo	14,69	15,48
Engorda de trutas	19,50	20,29
Recria	14,97	15,83

FONTE: Instituto Cepa/SC.

Os alevinos, que são comercializados de acordo com o tamanho e se classificam em alevino I e alevino II, registraram em seus preços um comportamento diferente dos outros insumos.

Os preços dos alevinos I de carpas, bagres e tilápias tiveram seus preços mais elevados no último semestre de 2000 e agora, em 2001, baixaram, voltando aos patamares normais.

Os preços dos alevinos I foram superiores, no ano passado, devido à procura que aumentou logo após o frio intenso que matou muitos deles, tornando necessário repovoar os açudes.

Já os preços do alevinos II tiveram, neste ano, um reajuste em torno de 4% em relação ao ano passado (Tabela 4).

TABELA 4/I - PREÇO DE ALEVINOS UTILIZADOS NA PISCICULTURA MÉDIA EM 12 REGIÕES DO ESTADO - SANTA CATARINA - 2000 e 2001

ESPÉCIE	(R\$/mil)			
	SEGUNDO SEMESTRE 2000		PRIMEIRO SEMESTRE 2001	
	ALEVINO I	ALEVINO II	ALEVINO I	ALEVINO II
Bagre-africano	65,65	114,83	64,96	119,42
Bagre-americano	67,78	124,86	67,83	141,07
Carpa-chinesa	54,10	105,82	51,80	106,57
Carpa-comum	52,21	105,91	51,20	107,62
Tilápia	45,03	89,77	44,11	88,34
Truta	150,00	...

FONTE: Instituto Cepa/SC.

Uma das áreas em que a piscicultura catarinense avançou significativamente foi a ambiental. Conscientes da necessidade de poupar água e reduzir o volume de efluentes, piscicultores, assistência técnica e pesquisa têm desenvolvido uma série de medidas para reduzir o impacto ambiental da atividade. Sua preocupação com o meio ambiente não pára por aí. Recentemente, foi assinado em Agrolândia o Termo de Ajustamento de Conduta - "Programa Agrolândia", que envolve os 42 piscicultores comerciais do município.

Através desse termo os produtores reconhecem que seus empreendimentos estão localizados parcialmente dentro da Área de Preservação Permanente - (APP) - e se dispõem a recuperar, através de reflorestamento e proteção, esta faixa no rio/riacho que abastece seus empreendimentos. Em troca, a atividade receberá da Fatma,

órgão ambiental estadual, a devida licença ambiental, permitindo que as unidades de piscicultura sejam legalizadas. Após quatro anos, a situação será reavaliada e as melhorias ambientais quantificadas. Em caso positivo, deverá haver uma renovação do termo. Originalmente proposto para a atividade de piscicultura, o Termo de Agrolândia acabou sendo estendido também aos suinocultores do município. Além do Ministério Público Estadual - Promotoria de Justiça - através da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente, assinaram o termo os seguintes órgãos: Ministério Público Federal, as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura e do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Promotoria da Justiça da Comarca de Trombudo Central; Epagri; Cidasc; Universidade Federal de Santa Catarina; Prefeitura Municipal de Agrolândia; Acaq; ACCS; Companhia de Polícia de Proteção Ambiental; Apremavi; Fatma; Ibama; Feec; Fundação Água Viva; Associação dos Aqüicultores de Agrolândia; Associação dos Suinocultores de Agrolândia e Frigorífico Pamplona.

Em 1995, os piscicultores de Agrolândia foram acusados por entidades ambientalistas de estarem promovendo a degradação ambiental através do cultivo de peixes integrado ao uso de dejetos de suínos. Após um período inicial de conflito entre as duas partes, os produtores, em conjunto com a Epagri, avaliaram os pontos fortes e fracos de suas unidades de produção, redirecionando o processo produtivo em Santa Catarina. O uso de dejetos foi limitado, a troca de água dos viveiros foi reduzida ao mínimo e as novas unidades observam a distância mínima de 30 metros dos cursos de água.

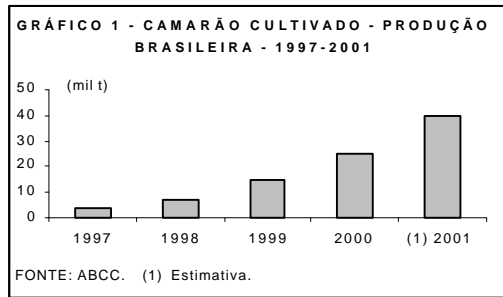
O acordo que envolve os piscicultores de Agrolândia está sendo considerado um exemplo, não apenas para outros municípios no que se refere ao tratamento da piscicultura, mas para a sociedade em geral, pois os três setores - governamental, privado e o terceiro setor da organização social - chegaram a um acordo para continuar a desenvolver a atividade econômica respeitando o meio ambiente.

CAMARÃO MARINHO

A produção brasileira de camarão no ano de 2000 chegou a 25 mil toneladas em uma área cultivada de 6,2 mil hectares .

Com 4,03 toneladas/hectare/ano, o Brasil passa a assumir a liderança mundial em termos de produtividade.

A carcinicultura brasileira se concentra no Nordeste, devido ao clima e à temperatura da água que favorecem a atividade.



Segundo estimativas da Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC -, a produção de 2001 alcançará 40 mil toneladas (Gráfico 1).

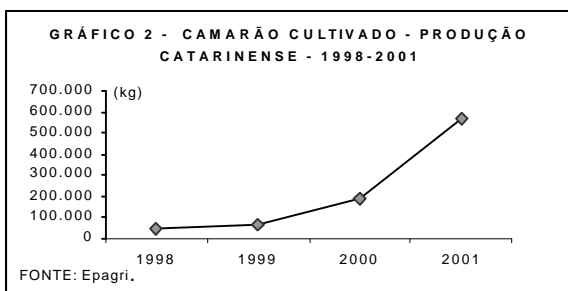
O Ministério da Agricultura prevê para os próximos anos um superávit crescente, pois a aqüicultura é a responsável pelo aumento das

exportações brasileiras no item pescados.

No ano de 2000, as exportações de camarão cultivados foram de US\$ 71,4 milhões e a previsão para 2001 é de US\$ 200 milhões. Até os anos 90, camarões e lagostas representavam 70% das exportações; atualmente, 31% das exportações são de camarão cultivado.

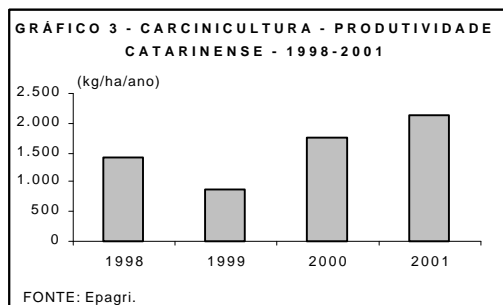
Em Santa Catarina, esta atividade de cultivo de camarões marinhos foi introduzida, em 1998, na região de Laguna pela Ufsc e a Epagri.

Experiências anteriores com o cultivo de camarão no estado de Santa Catarina não foram bem-sucedidas. Nos anos 80, utilizou-se a espécie camarão-rosa (espécie nativa) e os resultados obtidos não foram satisfatórios; os empreendimentos foram enfraquecendo, até deixarem de existir.



Atualmente, a espécie cultivada é o *Litopenaeus vannamei* (camarão-branco-do-pacífico), que teve uma boa adaptação. Os resultados em 2001 foram uma produção de 226,6 toneladas na primeira despesa, em janeiro, e de 345,5 toneladas na segunda, totalizando

572,1 toneladas neste ano, ou seja, três vezes a produção do ano 2000 (Gráfico 2).



O crescimento da produção nestes quatro anos foi de 1.044%, passando de 50 toneladas em 1998 para 572,1 toneladas em 2001.

A produtividade das fazendas catarinenses de cultivo de camarão em 2001, ficou em 2,12 toneladas/hectare/ano. Esta produtividade é 48% mais alta do que a obtida no primeiro ano da

atividade (1998). A produtividade vem crescendo anualmente (Gráfico 3).

Tal produtividade está um pouco abaixo da média nacional. Nos estados do Nordeste, ela é mais alta porque se consegue produzir em até quatro ciclos, enquanto aqui em Santa Catarina, na maioria das fazendas, é possível fazer apenas dois ciclos de cultivo.

O frio que ocorre no estado a partir do início do inverno impede o crescimento do camarão, o que faz com que os produtores fiquem sem produzir durante essa estação, mas, em contrapartida, graças a tecnologias geradas e difundidas pela Ufsc e a Epagri, os carcinicultores (levando-se em conta o fato limitante de produzir em apenas dois ciclos) conseguem uma boa produtividade, o que torna a atividade lucrativa. De fato, a receita líquida por hectare de viveiro é muito atrativa e dificilmente será alcançada por qualquer outra atividade do meio agrícola.

A área utilizada pela cultura também vem aumentando ano a ano no estado. Em 2001 foram 270 hectares de tanques em 23 fazendas, o que representa 2,5 vezes a área utilizada no ano passado, quando existiam dez fazendas (Tabela1).

TABELA 1/I - CARCINICULTURA CATARINENSE, PRODUÇÃO, ÁREA E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS - 1998-2001

ANO	PRODUÇÃO (kg)			ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELEC.
	1º CICLO	2º CICLO	TOTAL		
1998	15.000	35.000	50.000	35	3
1999	23.802	45.969	69.771	80	6
2000	74.515	115.663	190.178	108	10
2001	226.605	345.514	572.119	270	23

FONTE: Epagri.

O camarão é vendido a preços entre R\$ 8,00 e R\$ 10,00. Toda a produção foi absorvida pelo mercado, adquirida por empresas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A qualidade do camarão de cultivo é superior à da pesca. Isto se deve ao sistema de processamento pós-despesca, em que o camarão é morto no gelo, conservando o seu frescor por um período maior, além de possuir um padrão de tamanho. Tal sistema contribui para evitar perdas e confere melhor qualidade ao produto.

O cultivo de camarões se torna, cada vez mais, uma importante atividade econômica para a região, gerando empregos e renda, e, além de tudo, ainda favorece o surgimento e o crescimento de outras atividades, como é o caso da indústria de rações, equipamentos, insumos e indústrias de processamento de pescado.

A balança comercial catarinense do grupo "pescado" demonstrou em 2000 um comportamento semelhante ao observado em nível nacional, ou seja, as exportações catarinenses aumentaram e as importações diminuíram .

Observa-se que o produto que causou esta significativa mudança no saldo da balança comercial foi o camarão. Em 1999 foram exportadas 46,3 toneladas, resultando em US\$ FOB 445.636,00; em 2000, este volume passou para 198,5 toneladas e US\$

FOB 1.791.153,00. Já as importações, que em 1999 foram de 27,2 toneladas e US\$ FOB 273.603,00, simplesmente não ocorreram no ano de 2000, em virtude de uma portaria ministerial de julho de 1999 que proíbe as importações de crustáceos no Brasil.

TABELA 2/I - CAMARÕES CONGELADOS - EXPORTAÇÕES CATARINENSES - 1997-2000

ANO	EXPORTAÇÃO		US\$/FOB/kg
	kg	US\$/Fob	
1997	6.150	40.300,00	6,55
1998	10.890	57.960,00	5,32
1999	46.320	445.636,00	9,62
2000	198.537	1.791.153,00	9,02

FONTE: Secex/Decex (19).

Os camarões congelados foram exportados a um preço entre US\$ 5,00 e US\$ 6,55 o quilo nos anos de 97 e 98 e passaram para mais de US\$ 9,00 o quilo nos anos 99 e 00 (Tabela 2).

Os principais países compradores de camarões congelados em 2000 foram os Estados Unidos e a Espanha, para os quais foi exportado 78,8% do total; o restante, 21,2%, seguiu para a China, o Japão, a Coreia do Sul e o Paraguai.

Não se sabe precisar se a produção da carcinicultura realizada principalmente na região de Laguna teve parte da sua produção voltada para exportação, mas certamente esses camarões cultivados influíram na situação do mercado.

O laboratório de camarões marinhos da UFSC, que produz as pós-larvas para serem repassadas aos produtores, é um ponto de estrangulamento para a atividade, pois, com sua capacidade de produção no ponto máximo, talvez não consiga acompanhar o crescimento da demanda, sendo necessários novos investimentos ou até a participação da iniciativa privada com investimentos em novos laboratórios, já que a atividade certamente continuará crescendo.

O governo do estado lançou, em junho de 2001, o projeto de criação coletiva de camarão em cativeiro no município de Laguna.

Os pescadores fundaram a Cooperativa de Produção de Camarões de Santa Marta Pequena (Coopersanta).

Com 42 associados (pescadores e pequenos agricultores), a Coopersanta já recebeu R\$ 776,5 mil do Banco da Terra, valor que corresponde à primeira parcela de um total de R\$ 2,5 milhões destinados à implantação do programa.

O prazo de pagamento por parte dos pescadores é de 20 anos, com três anos de carência.

A cooperativa adquiriu da Cecrisa um terreno de 153,31 hectares, para nele implantar uma fazenda de produção coletiva de camarões. Projeta-se uma produção anual em torno de 30 toneladas.

MOLUSCOS BIVALVES (MEXILHÃO, OSTRAS E VIEIRA)

No Brasil, o cultivo de moluscos teve início nos anos 90; de lá até os dias atuais, apresentou um expressivo crescimento que colocou o País como o maior produtor da América Latina.

O estado de Santa Catarina tem um grande potencial para o desenvolvimento do cultivo de moluscos, pois possui baías e enseadas apropriadas com águas de boa qualidade, além das comunidades localizadas no litoral que têm como atividade principal a pesca artesanal e, com o incentivo e apoio de órgãos governamentais, assimilam com certa facilidade a introdução desta nova atividade no seu meio.

Da maricultura catarinense, destaca-se o cultivo de moluscos bivalves como a mitilicultura, a ostreicultura e a pectinicultura (cultivo de mexilhão, ostra e vieira).

O cultivo de vieiras (pectinicultura) foi introduzido pela Epagri em 1998, com experimentos utilizando sementes da espécie *Nodipecten nodosus*, trazidas do Rio de Janeiro, instaladas nos municípios de Palhoça, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Bombinhas, Porto Belo e Penha.

Esses cultivos, em fase experimental, têm no alto valor comercial da vieira (em torno de R\$ 2,00 a unidade) e na demanda do mercado interno e externo os principais fatores que fazem com que o cultivo de vieiras seja visto como mais uma importante alternativa para as comunidades litorâneas, servindo para diversificar os produtos oferecidos pela maricultura catarinense.

O cultivo de ostras e mexilhões, introduzidos junto às comunidades pesqueiras artesanais do litoral de Santa Catarina nos anos 88 e 89, atualmente envolvem cerca de 850 produtores e o cenário para os próximos dez anos indica que chegarão 5.000.

Objetivando o sucesso do empreendimento, desenvolvimento ambientalmente apropriado da maricultura e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do estado, a Epagri e a Ufsc estão presentes durante toda o processo de produção, responsáveis pelo projeto de instalação, assistência técnica, monitoramento da qualidade da água, técnicas de manejo, beneficiamento e comercialização, além do apoio à organização dos produtores.

A criação de mexilhões envolve o maior número de maricultores no estado, pois alguns fatores levam os produtores a preferirem o cultivo de mexilhões. Os maiores deles são facilidade e o baixo custo da obtenção de sementes coletadas nos costões ou em coletores próprios. Outros fatores são o baixo investimento na instalação das cordas onde crescem os mexilhões (no cultivo de ostras são necessárias as lanternas, que têm um custo mais alto) e a menor necessidade de mão-de-obra; em contrapartida, as ostras requerem um manejo permanente.

A falta de sementes de ostras é um fator limitante ao crescimento da ostreicultura, assim como a falta de pós-larvas é para a carcinicultura.

Atualmente, o laboratório da UFSC produz 12 milhões de sementes de ostras (da espécie *Crassostrea gigas* - ostra japonesa ou do pacífico), que não são suficientes para suprir a demanda dos produtores catarinenses, obrigando-os a importar sementes do Chile.

Há diversas empresas do Nordeste avaliando a possibilidade de implantação de um laboratório no estado; também se espera o início das operações de um laboratório da Univali e ainda há a possibilidade de instalação de um laboratório do Inframer (maior laboratório do mundo instalado na França), com transferência da melhor tecnologia na criação de moluscos, já que a França é um dos principais produtores mundiais de moluscos.

São necessários, ainda, para o contínuo desenvolvimento da atividade, além da disponibilidade de sementes, a capacitação dos maricultores para a gestão de suas atividades, avanços na organização dos produtores com a criação de infra-estrutura de comercialização do produto beneficiado e com o Serviço de Inspeção Federal - Sif -, permitindo a venda para outros estados, em cujos grandes centros urbanos há um mercado bastante promissor para os moluscos de Santa Catarina.

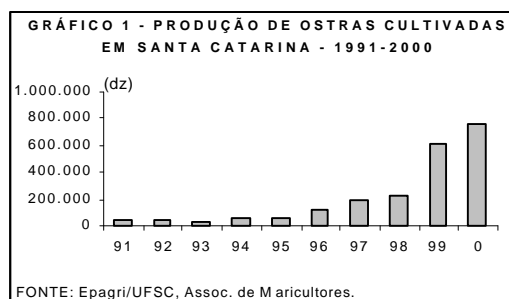
Os produtores de moluscos catarinenses precisam alcançar esses mercados, caso contrário, ficarão limitados ao mercado interno, restrito a restaurantes e bares de beira de praia, onde a procura por moluscos cresce no verão, e, passada a temporada, volta a ser limitada. Nos mercados em grandes centros, fora de Santa Catarina, a demanda pode ocorrer ao longo de todo o ano.

Segundo as estatísticas da Epagri, a produção de ostras e mexilhões em Santa Catarina tem aumentado muito nos últimos anos, transformando o estado, atualmente, no maior produtor nacional (Tabela1).

TABELA 1/1 - PRODUÇÃO DE MEXILHÕES E OSTRAS CULTIVADOS EM SANTA CATARINA - 1991-2000

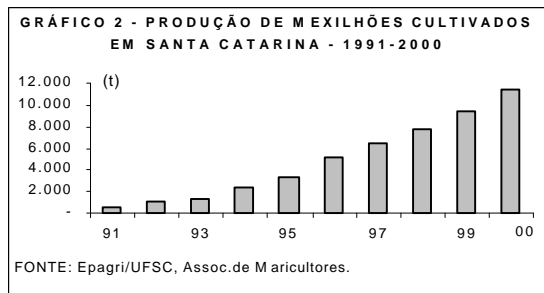
ANO	OSTRAS (Dz)	MEXILHÕES (ton)
1991	43.000	500
1992	48.000	1.084
1993	25.500	1.224
1994	58.320	2.479
1995	64.719	3.346
1996	122.355	5.202
1997	201.120	6.397
1998	219.045	7.720
1999	605.892	9.460
2000	762426	11.365

FONTE: Epagri/UFSC/Associações de Maricultores.



A produção de ostras em 2000 foi de 762.426 dúzias, superando em 25,8 % o total produzido em 1999 (Gráfico 1).

O aumento na produção de ostras é devido ao aumento na produtividade, fruto de melhorias no manejo dos cultivos.



O cultivo de mexilhões teve, em 2000, um aumento em torno de 20 %, passou de 9.460 toneladas em 1999 para 11.364,85 toneladas em 2000 (Gráfico 2).

Os preços dos moluscos vendidos pelos produtores catarinenses tiveram incremento em 2001 em relação aos preços obtidos no mesmo período do ano 2000.

A dúzia da ostra teve um aumento entre 22% e 38%. A ostra média sem SIF (mais procurada no mercado da grande Florianópolis), que era vendida a R\$ 2,76 em 2000, passou para R\$ 3,83 em 2001 (média de preços no primeiro semestre de 2000 e 2001). A ostra média vendida com SIF (enviada principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro) passou de R\$ 3,50 para R\$ 4,28 (uma elevação do preço de 22,3%).

TABELA 2/ - PREÇO DAS OSTRAS CULTIVADAS EM SANTA CATARINA - MÉDIA DE JANEIRO A JUNHO - 2000 e 2001

ESPÉCIE	2000	2001
Ostra média sem SIF	2,76	3,83
Ostra média com SIF	3,50	4,28
Ostra grande sem SIF	3,56	4,64
Ostra grande com SIF	4,00	5,25

FONTE: Instituto Cepa/SC.

O quilo do mexilhão com casca e com SIF era vendido no primeiro semestre de 2000 a R\$ 2,38 e passou para R\$ 2,97 em 2001, obtendo, assim, um aumento de 25%, enquanto o mexilhão sem casca e sem SIF aumentou apenas 11%.

TABELA 3/ - PREÇO DOS MEXILHÕES CULTIVADOS EM SANTA CATARINA - MÉDIA DE JANEIRO A JUNHO - 2000 e 2001

MEXILHÃO	2000	2001
Com casca sem SIF	0,75	0,72
Com casca com SIF	2,38	2,97
Sem casca sem SIF	3,81	4,23
Sem casca com SIF	...	4,82

FONTE: Instituto Cepa/SC.

Santa Catarina pôde manter sua produção e preços dos moluscos em crescimento investindo na atividade, aproveitando as condições do nosso litoral e da mão-de-obra familiar das comunidades litorâneas.

Existe tecnologia apropriada e um mercado a ser aberto. Todos estes fatores, aliados ao cuidado com o meio ambiente, levam ao desenvolvimento do segmento aquícola com melhor qualidade, garantindo-lhe maior competitividade e assegurando a permanência do pescador artesanal no seu meio, assim contribuindo para o crescimento econômico do estado.

José Souza Filho

1.5 - DESEMPENHO DA PRODUÇÃO FLORESTAL

Aquecimento da demanda e aumento dos preços deram novo impulso ao setor em 2000

Panorama Mundial

Produção e Mercado de Produtos Florestais no Brasil

A produção mundial de madeira em toros para a todos os fins está se mantendo entre 3,2 bilhões e 3,3 bilhões de m³ por ano. Em 1999, a produção foi de 3,28 milhões de m³, 1,5% superior à de 1998 e ligeiramente inferior à de 1997. Os EUA têm participação de cerca de 15% neste montante, seguidos pela China e pela Índia, com cerca de 9% cada uma. O Brasil é o quarto maior produtor mundial de madeira, participando com 6% da produção, seguido de perto pela Indonésia e pelo Canadá (Tabela 1). Estes seis países produzem mais da metade de toda a madeira bruta do mundo.

TABELA 1/I - PRODUÇÃO MUNDIAL DE MADEIRA EM TOROS(1), SEGUNDO OS CONTINENTES E PRINCIPAIS PAÍSES - 1996-1999

CONTINENTE E PAÍS	(mil m3)			
	1996	1997	1998	1999
MUNDO	3.217.315	3.290.653	3.226.384	3.275.082
ÁFRICA	516.513	529.173	536.015	545.535
República do Congo	47.244	48.412	49.554	50.754
Etiópia	47.809	48.919	50.062	51.274
Nigéria	93.392	96.072	98.514	100.637
Demais países	328.068	335.771	337.885	342.869
AMÉRICA DO NORTE E A. CENTRAL	745.905	744.955	749.022	756.444
Canadá	189.778	191.178	185.955	185.659
Estados Unidos da América	490.571	485.880	494.016	500.745
Demais países	65.556	67.897	69.050	70.040
AMÉRICA DO SUL	294.129	292.542	291.911	293.209
Brasil	198.653	198.736	197.816	197.897
Demais países	95.476	93.806	94.095	95.312
EUROPA	466.184	522.151	480.365	504.675
Rússia	96.814	134.664	95.000	111.000
Finlândia	46.597	51.329	53.660	53.851
Suécia	56.300	60.200	60.600	58.700
Demais países	266.473	275.958	271.105	281.124
ÁSIA	1.145.700	1.151.766	1.119.692	1.124.171
China	312.717	311.045	298.384	291.330
Índia	290.304	294.921	298.282	302.794
Indonésia	199.757	202.060	188.239	190.601
Demais países	342.922	343.740	334.787	339.446
OCEANIA	48.884	50.066	49.379	51.049

FONTE: FAO (12).

Mais da metade de toda a produção mundial destina-se à biomassa energética (lenha e carvão vegetal). Do 1,53 bilhão de m³ destinados à transformação industrial em

1999, 60% foram utilizados para processamento mecânico, 27% para papel e celulose e o restante para fabricação de painéis reconstituídos. Os EUA e o Canadá respondem, juntos, por mais de 40% da produção mundial de madeira bruta para serrados, laminados e compensados (Tabela 2).

TABELA 2/I - PRODUÇÃO MUNDIAL DE MADEIRA EM TOROS PARA CELULOSE E PAPEL(1), SEGUNDO OS CONTINENTES E PRINCIPAIS PAÍSES - 1992-1997

	(mil m3)					
CONTINENTE E PAÍS	1992	1993	1994	1995	1996	1997
MUNDO	403.629	406.502	413.830	428.235	410.529	412.358
ÁFRICA	11.263	10.903	12.498	12.436	12.055	11.999
África do Sul	8.777	8.806	10.166	10.166	10.166	10.166
Demais países	2.486	2.097	2.332	2.270	1.889	1.833
AMÉRICA DO NORTE E A. CENTRAL	183.297	180.629	183.868	182.387	181.989	185.654
Canadá	30.839	29.375	32.011	31.089	31.089	31.089
Estados Unidos da América	150.900	149.962	150.743	150.000	149.533	153.240
Demais países	1.558	1.292	1.114	1.298	1.367	1.325
AMÉRICA DO SUL	45.875	46.201	46.913	48.593	44.024	43.260
Brasil	30.701	30.701	30.701	30.701	30.701	30.701
Demais países	15.174	15.500	16.212	17.892	13.323	12.559
EUROPA	124.473	130.172	131.047	143.970	129.545	128.627
Alemanha	11.359	10.435	11.683	11.738	10.241	8.738
Rússia	22.700	25.300	17.420	23.000	18.761	16.240
Finlândia	19.064	19.358	21.224	22.968	20.968	22.312
França	10.600	9.277	11.011	11.414	9.698	9.698
Polônia	6.016	6.295	6.477	7.329	7.284	8.269
Suécia	24.500	23.900	22.700	24.600	21.400	21.800
Demais países	30.234	35.607	40.532	42.921	41.193	41.570
ÁSIA	26.035	25.190	26.518	26.829	29.958	29.578
China	7.887	7.887	7.887	7.297	7.751	7.751
Indonésia	4.569	5.520	7.477	8.738	11.547	11.547
Demais países	13.579	11.783	11.154	10.794	10.660	10.280
OCEANIA	12.686	134.07	129.864	14.020	12.959	13.240
Austrália	7.925	8.276	8.414	9.383	9.065	9.414
Demais países	4.761	5.131	4.572	4.637	3.894	3.826

FONTE: FAO (12).

(1) Refere-se a toda a madeira bruta em estado natural destinada à fabricação de celulose e papel.

Os EUA destacam-se também na produção de matéria-prima para papel e celulose, com 37% da produção mundial, seguidos pelo Canadá e pelo Brasil, com cerca de 7,5% cada um, e pela Finlândia e Suécia, com participação individual de pouco mais de 5% (Tabela 3).

Panorama Nacional

O Brasil, maior produtor florestal da América Latina, tem uma posição importante na produção e no comércio internacional de produtos florestais. Nas últimas décadas, e de modo mais intenso nos últimos anos, o País está substituindo as matas nativas pela silvicultura no suprimento de seus produtos florestais. Em 1999, as florestas cultivadas foram mais importantes que as florestas nativas no fornecimento de matéria-prima para a quase totalidade dos produtos florestais (Tabela 4). A lenha continua sendo fornecida majoritariamente pelas florestas nativas, porém, cada vez em menor proporção.

TABELA 3/I - PRODUÇÃO MUNDIAL DE MADEIRA EM TOROS PARA PROCESSAMENTO MECÂNICO(1), SEGUNDO OS CONTINENTES E PRINCIPAIS PAÍSES - 1996-1999

(mil m3)				
CONTINENTE E PAÍS	1996	1997	1998	1999
MUNDO	933.258	941.812	907.018	920.497
ÁFRICA	26.623	26.765	27.884	27.574
AMÉRICA DO NORTE E A. CENTRAL	400.135	408.235	396.788	402.880
Canadá	150.182	151.582	147.257	146.531
Estados Unidos da América	241.502	247.112	239.237	245.642
Demais países	8.451	9.541	10.294	10.707
AMÉRICA DO SUL	77.007	76.790	72.078	72.897
Brasil	47.779	47.779	46.779	46.779
Demais países	29.228	29.011	25.299	26.118
EUROPA	225.956	237.972	239.396	245.842
Alemanha	23.175	25.387	24.633	23.404
Rússia	43.970	40.586	42.400	47.200
Finlândia	21.210	24.976	25.587	25.146
França	20.498	21.134	21.967	22.550
Suécia	30.600	34.100	32.000	30.800
Demais países	86.503	91.789	92.810	96.742
ÁSIA	178.025	171.767	150.447	149.978
China	60.423	59.111	59.559	55.583
Indonésia	32.583	32.583	21.815	24.861
Demais países	85.019	80.073	69.073	69.534
OCEANIA	25.513	20.285	20.425	21.326

FONTES: FAO (12)

(1) Refere-se a toda a madeira bruta em estado natural destinada a serraria ou a fabricação de laminados e compensados.

TABELA 4/I - PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS FLORESTAIS - BRASIL - 1996-1999

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	1996	1997	1998	1999
EXTRAÇÃO VEGETAL					
Carvão vegetal	t	1.461.363	1.650.835	1.284.032	1.281.125
Erva-mate	t	169.031	189.469	183.504	176.922
Lenha	m3	67.377.486	62.461.750	58.347.879	54.672.259
Madeira em tora	m3	49.855.821	26.303.849	22.149.783	21.310.243
SILVICULTURA					
Carvão vegetal	t	2.602.540	3.784.064	3.042.789	2.536.847
Erva-mate	t	214.576	307.327	424.433	462.665
Lenha	m3	36.565.831	27.392.913	30.252.670	35.770.568
Madeira p/papel e celulose	m3	33.755.391	35.451.543	38.648.350	41.129.624
Madeira p/outras finalidades	m3	49.261.989	21.663.350	33.933.841	23.433.414

FONTES: IBGE (18).

O processo de substituição das matas nativas pela silvicultura para fornecimento de matérias-primas florestais é impulsionado pela pressão dos ambientalistas e pela maior oferta de material cultivado.

Levantamentos da Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) apontam a existência de 4,8 milhões de hectares¹ plantados com pinus e eucalipto no Brasil em 1999, as duas espécies cultivadas de maior interesse madeireiro (Tabela 5).

1 As estatísticas da SBS referem-se principalmente ao reflorestamento empresarial e, por isso, apresentam, em alguns estados, diferenças significativas em relação às informações censitárias do IBGE, que incluem todas as áreas reflorestadas nas pequenas propriedades rurais. Nos estados do Sul, onde tradicionalmente se refloresta em pequenas propriedades para produzir lenha e cultivam-se outras espécies além do pinus e eucalipto, a área total reflorestada é bem superior àquela indicada pela SBS. Com base no Censo Agropecuário de 1996 e na evolução posterior, estima-se a existência, atualmente, de 5,5 milhões a 6,0 milhões de hectares reflorestados no Brasil, considerando-se todas as espécies.

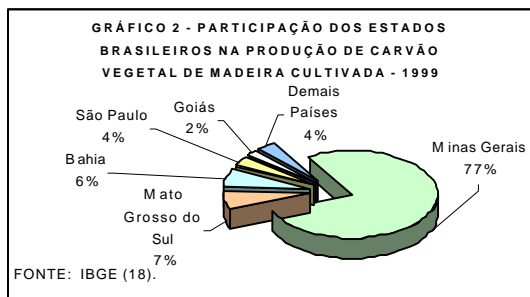
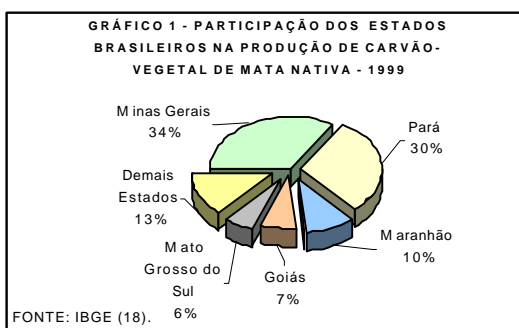
TABELA 5/I - ÁREA PLANTADA COM PÍNUS E EUCALIPTOS - BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - 1999

ESTADO	PINUS	EUCALIPTOS	TOTAL
Amapá	80.360	12.500	92.860
Bahia	238.390	213.400	451.790
Espírito Santo	-	152.330	152.330
Mato Grosso do Sul	63.700	80.000	143.700
Minas Gerais	143.410	1.535.290	1.678.700
Pará	14.300	45.700	60.000
Paraná	605.130	67.000	672.130
Rio Grande do Sul	136.800	115.900	252.700
Santa Catarina	318.120	41.550	359.670
São Paulo	202.010	574.150	776.160
Outros	37.830	128.060	165.890
TOTAL	1.840.050	2.965.880	4.805.930

FONTE: SBS (21).

O eucalipto, a principal espécie florestal cultivada no Brasil (62% da área), tem suas plantações localizadas principalmente nos estados de Minas Gerais (52%) e São Paulo (19%). Seguem-se em importância, na eucaliptocultura, os estados da Bahia (7%), do Espírito Santo (5%) e do Rio Grande do Sul (4%) (Tabela 5).

O cultivo das espécies de pinus atinge 1,84 milhão de hectares e concentra-se nos estados do Sul (58%) e do Sudeste (22%). Destaca-se ainda o estado da Bahia, com 13% da área plantada com pinus.



A produção brasileira de carvão vegetal está declinando nos últimos anos devido a uma redução na demanda da indústria siderúrgica de ferro-gusa, que o substituiu em grande parte pelo carvão mineral. Em 1999, os estados de Minas Gerais e do Pará foram responsáveis por 64% da produção nacional de carvão vegetal proveniente de matas nativas (Gráfico 1). Minas Gerais, que consome mais de 70% de todo o carvão vegetal do País, respondeu, naquele ano, por 77% da produção de carvão de origem cultivada (Gráfico 2).

O consumo de carvão vegetal pela indústria é proveniente, majoritariamente, de reflorestamento. Segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Carvão Vegetal (Abracave), em 1999 foram consumidos 26,9 milhões de metros de carvão vegetal (mdc) pela indústria brasileira, dos quais 70% provenientes de reflorestamento (Tabela 6).

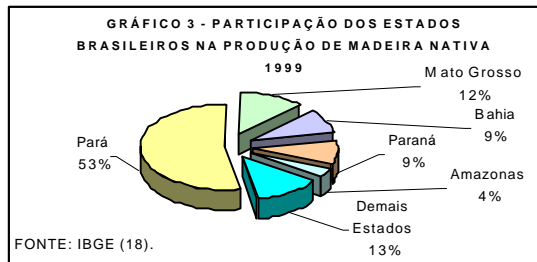
TABELA 6/I - CONSUMO DE CARVÃO VEGETAL SEGUNDO A ORIGEM - BRASIL - 1994 - 1999

(mil mdc)

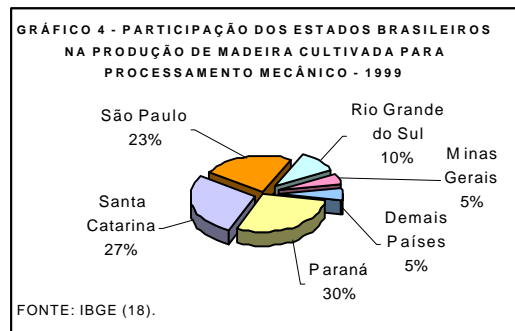
ANO	CARVÃO VEGETAL ORIGEM FLORESTA NATIVA	CARVÃO VEGETAL ORIGEM REFLORESTAMENTO	TOTAL
1994	15.180	17.820	33.000
1995	14.920	16.164	31.084
1996	7.800	18.200	26.000
1997	5.800	17.800	23.600
1998	8.600	17.800	26.400
1999	8.070	18.830	26.900

FONTE: Abracave (21).

No Brasil, está diminuindo sistematicamente a participação das florestas nativas no fornecimento de madeira para processamento mecânico. Segundo o IBGE, em 1999



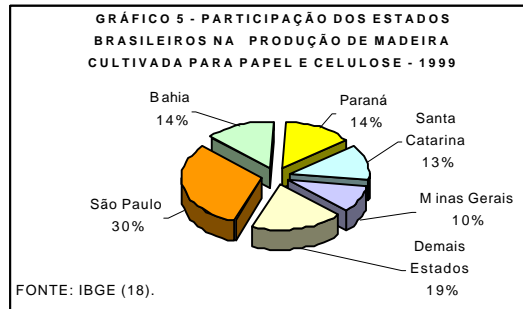
foram extraídos 21,3 milhões de m³ de madeira em toros das florestas nativas brasileiras². O estado do Pará é, destacadamente, o maior produtor brasileiro de madeira nativa, com mais de 50% da produção nacional, seguido pelos estados do Mato Grosso, Bahia e Paraná (Gráfico 3).



A produção brasileira de madeira cultivada para serraria e laminação tem-se mostrado bastante irregular nos últimos anos (Tabela 4). Em 1999, a produção silvícola de madeira para processamento mecânico foi de 23,4 milhões de m³, 30% menor que a produção de 1998 e 8% superior à de 1997. Os estados do Paraná, Santa Catarina

e São Paulo foram responsáveis, naquele ano, por 80% da produção nacional, predominando a madeira de pinus (Gráfico 4).

² É interessante observar que as estimativas da SBS de consumo de madeira nativa pela indústria brasileira de processamento mecânico é 70% superior ao volume de produção levantado pelo IBGE (vide tabelas 4/I e 7/I). Isso mostra as dificuldades do IBGE em obter dados completos e confiáveis da produção das florestas nativas, já que as restrições legais ao corte de árvores e a clandestinidade das operações de algumas madeiras no Norte e Centro-Oeste do País fazem com que os dados sejam informados apenas parcialmente ou simplesmente não informados aos levantamentos do órgão oficial brasileiro de estatísticas de produção agropecuária e florestal.



Toda a madeira transformada em papel e celulose no Brasil provém da silvicultura. A produção de madeira para esta finalidade cresceu quase 7% ao ano entre 1996 e 1999, atingindo 23,43 milhões de m³. São Paulo é o estado maior produtor nacional, tendo sido responsável por 30% da produção em 1999. Neste

produto, destacam-se também os estados da Bahia, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais, participando, juntos, com a metade de toda a produção brasileira (Gráfico 5).

A tabela 7 mostra o consumo de madeira em 1999, por produto e segmento, pela indústria brasileira de base florestal. Mais de 60% do consumo total de madeira pela indústria florestal brasileira provém de reflorestamento. Do consumo total de matéria-prima pela indústria, 36% é transformado em produtos da madeira (serrados, laminados, compensados e painéis reconstituídos), 19% em papel e celulose, 27% em carvão para compor produtos siderúrgicos e 17% é utilizado como lenha nas caldeiras de produção de vapor.

TABELA 7/I - CONSUMO DE MADEIRA PELA INDÚSTRIA DE BASE FLORESTAL, POR SEGMENTO E PRODUTO - BRASIL - 1999

(mil m3)

SEGMENTO/PRODUTO	NATIVAS	PLANTADAS	TOTAL
Celulose e papel	-	32.000	32.000
Carvão vegetal	11.800	33.400	45.200
Lenha industrial	16.000	13.000	29.000
Serrados	34.000	15.100	49.100
Lâminas e compensados	2.050	3.960	6.010
Painéis reconstituídos(1)	-	5.000	5.000
TOTAL	63.850	102.460	166.310

Fonte: Abracave, STCP, Abipa, Abimci, Bracelpa, SBS, (21).
(1) Incluem: Aglomerados, Chapas de Fibra e MDF.

A produção brasileira de serrados em 2000 foi estimada em 19,64 milhões de m³, com crescimento de 3,9% em relação a 1999 (Tabela 8). Nos últimos seis anos, a taxa média de crescimento anual ficou abaixo de 3%. As exportações neste período mantiveram-se num percentual entre 7% e 9% da produção, alcançando aproximadamente 1,8 milhão de m³ em 2000.

TABELA 8/I - PRODUÇÃO E DESTINO DA MADEIRA SERRADA - BRASIL - 1994-2000

(mil m3)

ANO	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
1994	16.610	15.630	1.331	351
1995	17.180	16.592	1.295	707
1996	17.700	16.944	1.259	503
1997	18.500	17.400	1.446	346
1998	18.200	17.110	1.327	245
1999	18.900	17.700	1.741	-
2000(1)	19.640	18.330	1.800	-

Fonte: Abimci, STCP, ABPM (21).
(1) Estimativa SBS.

A produção de laminados e compensados no ano de 2000, no Brasil, foi estimada em menos de 2 milhões de m³, volume semelhante ao de 1994. O consumo destes produtos esteve bastante irregular nos últimos anos, variando entre 850 mil e 2 milhões de m³. Grande parte da produção brasileira de compensados e laminados é exportada (entre 40% e 60% da produção total nos últimos anos - Tabela 9). Embora 1999 tenha sido um ano de desempenho excepcional para a indústria nacional de compensados e laminados, com expressivo aumento da produção, do consumo e das exportações, o segmento passa por um visível estado de estagnação da demanda por seus produtos, tanto para o mercado interno quanto para exportação.

TABELA 9/I - PRODUÇÃO E DESTINO DE LAMINADOS E COMPENSADOS - BRASIL - 1994-2000

(mil m ³)			
ANO	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
1994	1.900	1.002	898
1995	1.600	852	748
1996	1.670	1.012	658
1997	1.650	1.000	650
1998	1.600	980	620
1999	2.200	2.000	1.300
2000(1)	1.950	1.040	1.000

FONTE: Abimci, STCP, ABPM (21).

(1) Estimativa SBS.

A forte concorrência dos painéis reconstituídos, principalmente na indústria moveleira, fez com que o setor de laminados e compensados perdesse mercado e operasse sistematicamente com capacidade ociosa. A tendência para os próximos anos é de o segmento operar em patamar ligeiramente inferior ao atual, perdendo espaço para a indústria de painéis reconstituídos, especialmente de MDF (medium density fiberboard), introduzido no Brasil no início dos anos 90. O consumo brasileiro de MDF, particularmente pela construção civil e pela indústria de móveis, cresceu rapidamente, passando de 6,6 mil m³ em 1994 para mais de 350 mil em 1999. Até 1997, o mercado brasileiro era suprido totalmente por importações. A primeira planta industrial produtora de MDF no Brasil começou a operar em 1997 e já em 1999 o País passou à condição de exportador líquido do produto. Para os próximos anos, prevê-se que cinco unidades industriais produtoras de MDF estarão em operação, com grande expansão da produção, do consumo e das exportações brasileiras do produto.

Nos últimos anos vêm crescendo de forma sistemática a produção, o consumo e as exportações brasileiras de produtos de maior valor agregado (PMVA), tendo alcançado em 2000 a cifra de 859 mil unidades, das quais mais de 1/3 foi exportado (Tabela 10). A produção e o consumo de Blocks e Blanks cresce ano a ano e as exportações, que já representaram mais de 70% da produção em 1995, significaram menos da metade do volume produzido no ano passado.

Merece destaque neste segmento, nos últimos cinco anos, o grande crescimento da produção de molduras (40% aa.), impulsionado por um correspondente aumento das exportações, que absorvem quase todo o volume produzido.

TABELA 10/I - PRODUÇÃO E DESTINO DE PRODUTOS DE MAIOR VALOR AGREGADO (PMVA) - BRASIL - 1995-2000

(unidades)				
ANO	PRODUTO	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
1995	Blocks e Blanks	250.000	60.000	190.000
1996		270.000	95.000	170.000
1997		310.000	175.000	120.000
1998		330.000	190.000	150.000
1999		361.000	280.000	180.000
2000 (1)		396.000	320.000	187.200
1995	EGP	230.000	212.000	10.000
1996		240.000	214.000	10.000
1997		250.000	215.000	25.000
1998		255.000	217.000	25.000
1999		267.000	219.000	34.800
2000 (1)		277.000	221.000	35.760
1995	Molduras (2)	35.000	5.000	30.000
1996		50.000	6.000	44.000
1997		85.000	6.000	84.000
1998		110.000	5.000	95.000
1999		133.000	5.000	126.000
2000 (1)		186.000	5.000	90.800
1995	Todos os PMVA	515.000	277.000	230.000
1996		560.000	592.000	224.000
1997		645.000	396.000	229.000
1998		695.000	412.000	270.000
1999		781.000	504.000	340.800
2000 (1)		859.000	546.000	313.760

FONTE: Abimci, STCP, ABPM (21).

(1) Estimativa SBS.

(2) Tipo exportação.

Outro segmento da indústria da madeira que se desenvolveu bastante nos últimos anos é o de painéis reconstituídos. Sua produção expandiu-se a uma taxa anual de 13% entre 1994 e 1999 (Tabela 11). O grande crescimento verificado no consumo interno de chapas de aglomerado impulsionou sua produção, que duplicou entre 1994 e 1999, atingindo 1,5 milhão de metros cúbicos. As exportações representam uma pequena parcela da produção e em alguns anos o País chegou a importar mais do que exportava.

A produção de chapa dura de fibra se estabilizou em pouco mais de 500 mil m³, sustentada por ligeiros aumentos no consumo doméstico, uma vez que o volume exportado vem caindo todos os anos. Espera-se que em futuro próximo a produção se estabilize nos níveis atuais.

A indústria florestal brasileira é bastante desenvolvida também no setor de papel e celulose, ocupando a 7ª posição mundial na produção de celulose (3ª colocação em exportação) e a 12ª colocação na fabricação de papel. A produção brasileira de pastas de celulose em 1999 foi de 7,4 milhões de toneladas, com 2,9 milhões de toneladas exportadas (Tabela 12). Do total produzido, 70% é de celulose de fibra curta branqueada, que utiliza o eucalipto como matéria-prima, praticamente o único tipo exportado pelo País. Em 2000, a Associação Brasileira de Produtores de Celulose (Bracelpa) estima ter aumentado a produção em 4%.

TABELA 11/I - PRODUÇÃO E DESTINO DOS PAINÉIS RECONSTITUÍDOS - BRASIL - 1994-1999

				(m3)
ANO	PRODUTO	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1994	Aglomerado	758.286	3.178	55.736
1995		879.296	43.136	56.567
1996		1.059.056	114.272	58.729
1997		1.224.112	120.107	49.462
1998		1.313.053	12.667	3.646
1999		1.499.947	1.363	28.019
1994	Chapa de fibra	554.400	82	281.230
1995		555.500	425	271.051
1996		538.040	4.258	236.667
1997		539.230	16.131	233.397
1998		506.692	1.164	207.779
1999		535.691	0	204.929
1994	MDF	-	6.616	-
1995		-	21.486	-
1996		-	53.462	-
1997		30.036	113.287	-
1998		166.692	35.589	17.918
1999		357.041	10.977	17.430
1994	Todos os tipos de painéis	1.312.686	9.877	336.966
1995		1.434.796	65.048	327.618
1996		1.597.096	171.991	295.396
1997		1.793.378	249.525	282.859
1998		1.986.437	49.420	229.343
1999		2.392.679	12.340	250.378

FONTE: ABIPA (21).

TABELA 12/I - PRODUÇÃO E DESTINO DE PASTAS DE CELULOSE - BRASIL - 1999

				(mil t)
TIPO	PRODUÇÃO	VENDAS NO MERCADO INTERNO	EXPORTAÇÃO	
Fibra longa branqueada	72	26	0	
Fibra longa não branqueada	1.341	34	1	
Fibra curta branqueada	5.295	591	2.924	
Fibra curta não branqueada	244	22	22	
Pasta de alto rendimento	496	55	1	
TOTAL	7.447	728	2.948	

FONTE: Bracelpa (21)

No segmento papel, a produção total da indústria brasileira em 1999 atingiu 6,94 milhões de toneladas, 5,4% maior do que a produção de 1998. Os papéis para embalagens representam quase a metade da produção total e os papéis de imprimir e escrever somam 30% do volume produzido de papéis no País (Tabela 13). O Brasil, embora venha aumentando aos poucos sua produção, continua bastante dependente das importações de papel de imprensa para satisfazer seu consumo doméstico.

A melhoria do desempenho da economia brasileira nos últimos dois anos permitiu um significativo aumento do consumo dos diferentes tipos de papéis, com recuperação dos preços, induzindo a aumentos na produção. Estimativas da Bracelpa indicam um crescimento de 3,7% na produção brasileira de papel em 2000 em relação ao volume produzido em 1999.

TABELA 13/I - PRODUÇÃO E DESTINO DO PAPEL - BRASIL - 1999

(mil t)

TIPO	PRODUÇÃO	CONSUMO PRÓPRIO	VENDAS NO MERCADO INTERNO	EXPORTAÇÃO
Papel de imprensa	266	-	260	13
Papel de imprimir e escrever	2.100	20	1.457	590
Papel de embalagem	3.270	1.523	1.335	389
Fins sanitários	596	-	592	12
Papel-cartão	515	2	432	81
Cartolinas	61	0,058	49	12
Papelão-paraná, cinza e outros	136	2	131	2
Papéis especiais	171	2	155	14
TOTAL	6.944	1.550	4.410	1.112

FONTE: Bracelpa (21).

Nos dois últimos anos, o setor de papel e celulose foi bastante beneficiado pela recuperação dos preços internacionais de seus produtos, pela gigantesca desvalorização do câmbio (a partir de janeiro de 1999) e pelo aumento da demanda doméstica (que permitiu um maior repasse de preços aos produtos). As exportações brasileiras do setor somaram, em 2000, US\$ 2,54 milhões, quase 20% a mais que em 1999.

A partir do último trimestre de 2000 há uma reversão na tendência dos preços internacionais da celulose de mercado, os quais, após atingir um pico de US\$ 690/t, encontram-se atualmente na faixa dos US\$ 540/t. Tendência semelhante, como era de se esperar, está ocorrendo com o setor de papéis.

As exportações brasileiras de produtos florestais somaram quase 4,5 bilhões de dólares americanos em 2000, 8,1% do total das exportações do País. Deste montante, 37,5% é realizado pelos três estados da Região Sul. A indústria de papel e celulose participa com 57% do valor exportado pelo setor florestal do Brasil, cabendo às madeiras e obras de madeira 33% do valor e aos móveis de madeira, os restantes 9% do valor exportado.

Produção e Mercado de Produtos Florestais em Santa Catarina

*Níveis de preços do pinus para serraria já refletem
escassez da matéria-prima*

A indústria de base florestal é uma das mais importantes no estado de Santa Catarina. As florestas cultivadas são responsáveis por quase toda a oferta estadual do produto florestal. O segmento de processamento mecânico de madeira apresentou crescimento sistemático na última década. A desvalorização cambial de 1999 e a retomada do crescimento econômico brasileiro impulsionaram a demanda por matéria-prima. A produção catarinense de madeira em toros para processamento mecânico aumentou 17% em 1999 em relação a 1998 (Tabela 14). Em 2000, estima-se que este crescimento tenha sido de cerca de 5%.

TABELA 14/I - PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS FLORESTAIS - SANTA CATARINA - 1996-2000

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	1996	1997	1998	1999	2000(1)
EXTRAÇÃO VEGETAL						
Carvão vegetal	t	13.893	11.300	9.908	12.294	11.167
Erva-mate	t	53.468	53.525	51.403	45.057	50.000
Lenha	m3	2.985.132	2.650.725	2.418.411	2.370.329	2.196.862
Madeira em tora	m3	427.327	194.978	140.731	119.342	93.671
SILVICULTURA						
Carvão vegetal	t	4.384	4.385	3.855	8.171	8.580
Erva-mate	t	51.615	46.017	53.932	71.312	60.000
Lenha	m3	2.104.889	2.467.532	3.180.606	3.647.999	3.866.879
Madeira p/papel e celulose	m3	5.525.964	4.894.481	4.327.376	5.232.573	5.546.527
Madeira p/outras finalidades	m3	5.088.961	5.366.866	5.492.337	6.436.865	6.758.708

FONTE: IBGE (18).

(1) Estimativa.

A produção de madeira para fabricação de papel e celulose, que apresentou um decréscimo no período 1996-1998, sofreu novo impulso a partir de 1999, provocado pelo aumento da demanda do mercado interno por embalagens de papelão e pela recuperação dos preços do papel e celulose no mercado internacional. A desvalorização cambial de 1999 também favoreceu as exportações catarinenses de papel. Em 1999, o volume de madeira produzida para esta finalidade foi 21% superior àquele de 1998 (Tabela 14).

A produção estadual de carvão vegetal somou 20 mil toneladas em 1999. A estimativa para 2000 é de um desempenho semelhante, com continuidade do processo de substituição das matas nativas pelos reflorestamentos no fornecimento da matéria-prima.

Processo semelhante ocorre com a produção de lenha, pois desde 1998 a maior parte provém de áreas cultivadas. As estimativas para 2000 são de uma produção de pouco mais de 6 milhões de metros cúbicos, sendo mais de 60% proveniente de reflorestamento.

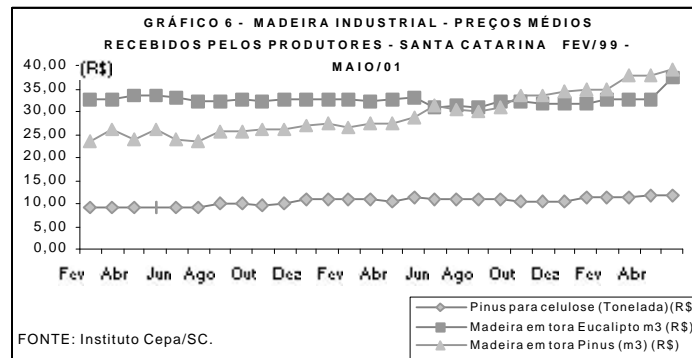
A evolução recente dos preços das principais matérias-primas da indústria florestal de Santa Catarina, em reais e em dólares, pode ser vista na tabela 15. Algumas matérias-primas florestais revelam um expressivo aumento dos seus preços, especialmente nos últimos anos. O pinus para serraria sofre sucessivos e significativos reajustes de preço (27% em dólares desde 1999), refletindo sua já anunciada e esperada escassez. A desvalorização do real, ao facilitar as exportações, provocou aumento da demanda, deixando mais evidente a pouca oferta da matéria-prima.

Ainda que em grau bem menor que o observado para o pinus destinado ao processamento mecânico, o eucalipto para serraria e o pinus para celulose também tiveram aumento dos preços em moeda corrente, a partir da grande desvalorização do real de janeiro de 1999 (Gráfico 6). Os demais produtos florestais (erva-mate, lenha e carvão) também tiveram preços nominais crescentes nos últimos anos, refletindo o aquecimento de seus mercados.

TABELA 15/I - PREÇO MÉDIO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS FLORESTAIS - SANTA CATARINA - 1997-2001

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	1997	1998	1999	2000	2001 JAN/MAI
Carvão vegetal (R\$)	m3	17,63	18,60	19,26	21,36	23,43
Carvão vegetal (US\$)	m3	16,36	16,03	10,66	11,67	11,15
Erva-mate (R\$)	arroba	2,19	2,11	2,08	2,44	3,07
Erva-mate (US\$)	arroba	2,04	1,82	1,15	1,33	1,46
Lenha de eucalipto (R\$)	m3	7,75	9,02	9,02	9,38	10,36
Lenha de eucalipto (US\$)	m3	7,19	7,77	4,99	5,13	4,93
Lenha de mata nativa (R\$)	m3	5,99	6,13	6,50	7,00	7,58
Lenha de mata nativa (US\$)	m3	5,56	5,28	3,60	3,82	3,60
Pinus para celulose (R\$)	t	9,00	9,26	9,46	10,82	11,52
Pinus para celulose (US\$)	t	8,35	7,98	5,23	5,92	5,48
Escora de madeira (R\$)	unid.	2,76	2,92	2,86	2,90	2,90
Escora de madeira (US\$)	unid.	2,56	2,52	1,58	1,58	1,38
Madeira em toros de eucalipto (R\$)	m3	30,05	31,09	32,59	31,99	33,37
Madeira em toros de eucalipto (US\$)	m3	27,89	26,80	18,06	17,51	15,84
Madeira em toros de pinus (R\$)	m3	22,29	23,39	24,93	30,10	36,88
Madeira em toros de pinus (US\$)	m3	20,67	20,18	13,77	16,43	17,51

FONTE: Instituto Cepa/SC.



O aumento da demanda por matéria-prima florestal em Santa Catarina nos últimos anos deveu-se, em grande parte, ao crescimento verificado nas exportações de produtos de origem florestal. O fim da sobrevalorização cambial brasileira em 1999 provocou um impacto bastante positivo no desempenho das exportações catarinenses do setor.

O valor exportado no ano de 2000 foi 34% superior ao obtido em 1998, enquanto o total das exportações estaduais cresceu apenas 4,2% no período (Tabela 16). A maior contribuição para este desempenho veio do segmento de móveis, com crescimento de 42% do valor exportado.

O item madeiras foi responsável por 48% do total exportado em 2000, com destaque para as aberturas e assoalhos de madeira e para a madeira serrada (14% cada), além da madeira compensada (8%). Nos móveis, destacam-se as exportações de móveis para quartos e salas; no segmento papel e celulose, os papéis tipo Kraftliner (papel para embalagens) compõem a maior parte do valor exportado.

TABELA 16/I - EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS - SANTA CATARINA - 1994-2000

(US\$ 1.000,00/FOB)

ITEM	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
ERVA-MATE E DERIVADOS	5.365	4231	4.401	3.479	3.180	2.559	2.638
MADEIRA E OBRAS DE MADEIRA	177.323	202.150	207.251	240.219	223.979	293.333	298.908
Madeira bruta	2.000	3.130	2.425	0	0	0	976
Madeira serrada	25.934	34.529	43.175	64.163	65.329	90.799	85.364
Madeira laminada	4.155	3.904	4.030	5.490	2.293	2.314	2.383
Madeira perfilada	20.446	29.281	22.212	28.533	26.241	35.841	31.197
Painéis de mad. reconstituída (MDF e aglomerado)	5.828	14.110	17.199	17.834	8.658	2.903	5.789
Painéis de madeira compensada	39.467	40.273	39.860	40.883	32.795	51.566	52.486
Molduras de madeira	546	885	505	214	1.614	4.199	3.936
Caixas, engradados e paletes de madeira	6.716	7.118	8.110	3.925	3.523	3.516	4.522
Ferramentas, armações e cabos de madeira	11.157	12.875	9.653	11.078	12.522	12.878	12.104
Portas, janelas, assoalhos e outras							
Obras de marcenaria e carpintaria	58.147	54.483	58.809	64.980	67.681	86.190	86.647
Outras madeiras e obras de mad.	2.927	1.562	1.273	3.119	3.323	3.775	13.504
PAPEL E CELULOSE	93.756	126.395	102.966	95.504	84.288	93.935	105.739
Pasta de celulose e papel sanit.	3.237	4.015	20.560	18.250	11.541	8.700	9.429
Embalagens e pasta "quate"	1.454	5.818	5.342	5.275	4.086	2.713	4.648
Papel e cartão kraft, kraftliner	69.513	91.969	69.743	65.874	63.736	78.785	87.119
Livros, jornais e produtos gráficos	18	10	100	557	1.864	1.144	1.518
Outros papéis	19.534	24.583	7.221	5.548	3.061	2.593	3.025
MÓVEIS DE MADEIRA	117.494	152.757	158.392	178.517	151.419	184.238	214.290
Móveis de madeira p/ escritório	2.446	2.755	4.689	4.031	2.542	2.609	4.008
Móveis de madeira p/ cozinha	16.971	22.874	19.054	13.141	10.220	6.176	7.524
Móveis de madeira p/ quartos	52.831	71.913	72.314	72.560	55.779	72.240	82.546
Outros móveis de madeira	45.246	55.215	62.335	85.350	78.200	91.609	108.857
Componentes p/ móveis de mad.	-	-	0	3.435	4.678	11.604	11.355
TOTAL PRODUTOS FLORESTAIS	393.938	485.533	473.010	517.719	462.866	574.065	621.575
TOTAL EXP. SANTA CATARINA	2.404.689	2.652.025	2.637.308	2.805.718	2.601.728	2.567.364	2.711.703

FONTE: Secex/Decex (19).

O bom desempenho exportador da indústria catarinense de base florestal se deve exclusivamente ao aumento do volume físico exportado. Excetuado o setor de papel e celulose, os preços médios das exportações catarinenses dos segmentos madeireiro e moveleiro mostraram-se decrescentes no período 1999-2001 (Tabela 17).

TABELA 17/I - EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO ANO - SANTA CATARINA - 1999-2001

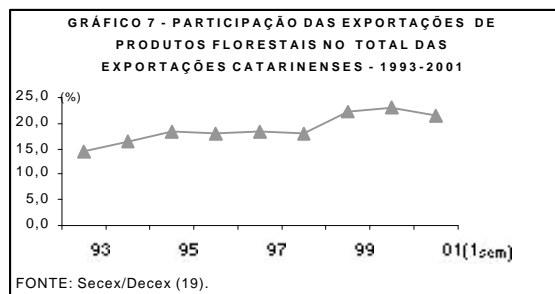
ITEM	JAN-ABR/99		JAN-ABR/00		JAN-ABR/01	
	Valor (US\$ mil)	Valor médio (US\$/t)	Valor (US\$ mil)	Valor médio (US\$/t)	Valor (US\$ mil)	Valor médio (US\$/t)
Erva-mate e derivados	738	1098	820	885	834	874
Madeira e obras de madeira	84.567	660	97.445	615	101.182	603
Papel e celulose	28.335	381	34.265	475	37.386	392
Móveis de madeira	51.277	1898	66.145	1772	65.206	1.668
TOTAL PROD. FLORESTAIS	164.917	717	198.675	739	204.608	675

FONTE: Secex/Decex (19).

O mercado internacional de celulose e papel experimentou uma recuperação dos preços desde o último trimestre de 1998. Após atingir o pico em 2000, em junho deste ano os preços já se assemelhavam aos de 1999.

A grande desvalorização cambial observada nos últimos três anos viabilizou a conquista de novos espaços no mercado internacional pela indústria florestal catarinense, através do fechamento de contratos de exportação com menores preços. O acirramento da concorrência internacional levou a uma redução dos preços da maioria dos produtos das cadeias produtivas que compõem o setor florestal, apesar do esforço em exportar produtos de maior valor agregado.

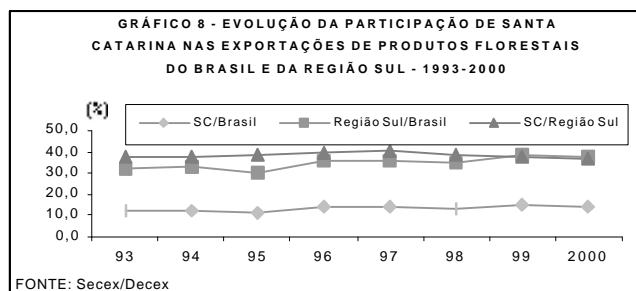
Nos próximos anos, a sustentação ou ampliação das fatias de mercado do setor florestal catarinense estará cada vez mais dependente de melhorias no padrão de qualidade e produtividade da indústria, já que seus produtos tenderão a ser cada vez mais "comoditizados".



O bom desempenho exportador do setor florestal catarinense nos últimos anos vem confirmar a tendência de aumento de sua importância na pauta das exportações do estado. Em 1993, as exportações do setor representaram 14,6% do total exportado por Santa Catarina;

no último ano, este percentual foi de 22,9% (Gráfico 7).

O expressivo crescimento das exportações catarinenses de produtos florestais nos últimos sete anos (10% aa.) permitiu ao estado ampliar sua participação nas exportações brasileiras de produtos florestais, atingindo 13,9% em 2000 (Gráfico 8).



O bom desempenho das exportações de produtos florestais também dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná fez com que a Região Sul ampliasse sua participação nas exportações brasileiras do setor, passando de 32,5 % em 1999 para 37,5% em 2000.

Política, Legislação e Desenvolvimento Florestal

O ano de 2000 foi rico em acontecimentos, com adiamento de decisões em temas polêmicos

No âmbito internacional, a Sexta Conferência das Partes (COP-6) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em novembro passado em Haia, na Holanda, foi o acontecimento que gerou maior expectativa para o setor florestal mundial em 2000. Esta conferência tinha como principal objetivo regulamentar o funcionamento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), criado no Protocolo de Kioto, assinado por ocasião da COP-3, realizada naquela cidade do Japão em 1997.

Em Kioto, os países desenvolvidos comprometeram-se a obter, até o período 2008-2012, uma redução média de 5,2% das emissões na atmosfera de gases de efeito estufa (especialmente o CO₂), em relação aos níveis de 1990. O propósito da Conferência de Haia era definir as regras operacionais para os mecanismos de flexibilização criados e que facilitariam o alcance destas metas.

compensar as necessidades de redução de suas próprias emissões ou comercializar os Certificados de Redução de Emissões (CRE) com os que não conseguirem atingir

commodities ambientais” ou o “mercado de carbono”, gerando novas oportunidades de negócios para os países em desenvolvimento, como o Brasil.

Em Haia, os EUA, ao proporem logo no início da convenção a inclusão dos “sumidouros” naturais de CO₂, como as florestas existentes, as plantações florestais e as atividades agrícolas, para efeito de contabilização e abatimento das necessidades de redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) dos países, geraram uma série de reações contrárias e impasses nas negociações. As maiores reações vieram dos países europeus, que não dispõem de vastas áreas para realização da fotossíntese e por isso seriam prejudicados frente aos americanos.

Esta proposta, vista com simpatia pelo Canadá e pelo Japão, dois países grandes emissores de GEE, conseguiu plenamente seu intento: gerar um clima de polêmica na conferência e impedir avanços significativos em direção à regulamentação do MDL e à ratificação do protocolo pelos países signatários. Uma nova reunião para discutir o tema foi agendada para julho de 2001, em Bonn, na Alemanha.

O Governo Bush, ao assumir o comando dos EUA, fez o que o governo Clinton, que não havia encaminhado ao Congresso Americano o pedido de ratificação do Tratado de Kioto³, não teve coragem fazer: posicionar-se explicitamente contra o protocolo⁴. Recentemente, em viagem pela Europa, o presidente americano George Bush anunciou a retirada dos EUA do referido protocolo.

Na opinião de alguns analistas, essa retirada pode ter um efeito positivo sobre as negociações em Bonn, pois elimina as posições polarizadas entre os EUA e a Europa, que se constituíam no principal entrave ao avanço das negociações. Além disso, a ausência dos EUA nas negociações tende a uniformizar o discurso entre as partes e a aumentar o comprometimento dos países que permanecem negociando, embora seja necessário um número bem maior de países que ratifiquem o acordo para que ele passe a valer.

As possibilidades e a amplitude dos efeitos do MDL sobre a base florestal mundial ainda são incertas. As várias tentativas de quantificar o mercado de carbono mostram grandes discrepâncias entre si, assim como as tentativas de indicar os países que mais se beneficiarão. No caso da fixação do carbono pelas plantas, países como o Brasil, que dispõem de vastas áreas de terras passíveis de florestamento e de clima favorável ao crescimento da biomassa, se prevalecer o princípio da adicionalidade⁵, poderão ser bastante beneficiados pelo MDL.

Alguns deles, e dentre eles o Brasil, estão se antecipando à regulamentação do MDL, criando projetos de fixação de carbono em reflorestamentos passíveis de receberem CRE. Em caráter experimental, estão sendo criados vários fundos internacionais como o *Prototype Carbon Fund* do Banco Mundial, que captou US\$ 150 milhões para financiar projetos florestais específicos de "sequestro" de carbono.

No Brasil, a grande polêmica ao longo de 2000, envolvendo a legislação florestal, gravitou ao redor das modificações da Lei 4.771, de 1965, o Código Florestal Brasileiro. Após dezenas de reedições de medidas provisórias pelo Executivo, alterando artigos desse código, a comissão parlamentar mista formada para convertê-la em lei aprovou, em maio de 2000, o texto do relator, deputado Moacir Micheletto.

O texto aprovado pela comissão sofreu forte reação de grupos da sociedade civil, em especial de ambientalistas, fundamentalmente por terem sido alterados os percentuais relativos à reserva legal no interior das propriedades agrícolas da Amazônia e naquelas

3 Para vigorar, o Protocolo de Kioto terá que ser ratificado pelos governos de no mínimo 55% dos 185 países que o assinaram, representando, pelo menos, 55% do total das emissões globais de gases de efeito estufa.

4 A alegação é de que o Tratado de Kioto não exige dos países não desenvolvidos redução das emissões e a adesão americana causaria grandes prejuízos para sua economia, uma vez que é grande consumidora de combustíveis fósseis, tendo 1/3 de sua energia elétrica gerada pela queima de carvão mineral.

5 Princípio segundo o qual somente a implantação de novos projetos florestais permite fixar quantidades adicionais de carbono da atmosfera. As florestas já existentes estariam naturalmente retirando CO₂ da atmosfera e por isso não poderiam ser contabilizadas.

da faixa de cerrado pertencente à Amazônia, previstos na medida provisória, passando de 80% para 50% e de 50% para 30%, respectivamente, restabelecendo os percentuais vigentes no Código Florestal⁶.

Embora o texto aprovado pela comissão restringisse a possibilidade de redução destes percentuais às áreas aptas à exploração agropecuária, definidas em zoneamento ecológico-econômico, na interpretação dos grupos contrários, se transformado em lei, abriria espaço para o aumento e a intensificação dos desmatamentos na região.

Outra fonte de polêmica nas discussões do novo código florestal está na definição de obrigatoriedade de reposição e recomposição das áreas de reserva legal e de preservação permanente. Enquanto grupos ambientalistas buscam garantir em lei a recomposição destas áreas, representantes do setor produtivo consideram que tais exigências criariam dificuldades para as pequenas propriedades agrícolas e seriam de difícil operacionalização. Por isso, propõem contabilizar parte das áreas de proteção permanente como área de reserva legal.

Face às reações contrárias à proposta da comissão mista, o governo a retirou do Congresso e encaminhou, em sua substituição, a Medida Provisória 1.956 (renumerada para 2.080 em dezembro último), uma proposta fechada do Conama, restaurando as regras iniciais relativas às áreas de reserva legal e de preservação permanente.

As dificuldades em se chegar a um acordo sobre estes temas têm levado a sucessivos adiamentos das modificações do texto do Código Florestal Brasileiro. As negociações mais recentes apontam para uma solução intermediária em que, se o contexto e a realidade permitirem ou exigirem, as regras para a reserva legal, sob condições previamente definidas, poderão ser flexibilizadas.

Tão importante para a preservação da cobertura florestal quanto a adequação da lei às diferentes realidades das várias regiões brasileiras serão as condições a serem criadas para tornar efetiva a recomposição florestal destas áreas. O recém-criado Programa Nacional de Florestas (PNF) pode ser o instrumento para alcançar esta almejada nova realidade.

A criação do Programa Nacional de Florestas (PNF) em abril de 2000, através do Decreto Presidencial nº 3.420, significou o mais importante passo dado pelo governo para o desenvolvimento florestal brasileiro desde a extinção dos incentivos fiscais ao reflorestamento em 1987. Vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, o PNF estabelece a Política Florestal do Brasil e tem a missão de promover o desenvolvimento florestal sustentável, conciliando a exploração com a proteção dos ecossistemas, compatibilizando a política florestal com as demais políticas.

⁶ A Lei 4.771/65 determinava 30% de reserva legal na faixa amazônica de cerrado e 50% nas demais áreas da região. Em 1996, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), através de resolução, ampliou estes percentuais para 50% e 80%, respectivamente. A medida provisória manteve os percentuais estabelecidos pelo Conama.

Florestar -, manejo sustentável das florestas naturais – Sustentar - e prevenção e combate a desmatamentos, queimadas e incêndios florestais – Florescer. O programa estabelece metas bastante desafiadoras para o setor florestal brasileiro nos próximos dez anos, destacando-se:

- plantio de 630 mil hectares de florestas por ano;
- ampliar a área de florestas nacionais (flonas) na Amazônia legal em 50 milhões de hectares, ampliando até 2003 para 10% o percentual de madeira em toros fornecido pelas flonas em relação ao total produzido na região;
- aumentar para 1,5 milhão de hectares a área de florestas públicas no Nordeste;
- incorporar ao regime de manejo sustentável 20 milhões de hectares de florestas nativas privadas na Amazônia e 560 mil no Nordeste;
- restaurar 100 mil hectares por ano de florestas de preservação permanente;
- aumentar em 50% a produtividade nas pequenas e médias propriedades florestais;
- reduzir em 30% a produção de resíduos nas serrarias;
- melhorar a eficiência do processamento de madeira em toros para 50%-60% até 2003, agregando valor a 40% da produção;
- aumentar a fatia do Brasil no mercado mundial de madeira tropical de 4% para 10%;
- aumentar as exportações de madeira produzida com manejo sustentável para no mínimo 30% do total exportado;
- aumentar a participação dos produtos de maior valor agregado para 30% do valor exportado de produtos florestais;
- operar um fundo de desenvolvimento florestal com recursos da ordem de R\$ 100 milhões por ano.

Os recursos financeiros para a implementação do programa deverão provir do Orçamento Geral da União, do Fundo Florestar a ser criado, de linhas de crédito, da cooperação internacional e do setor privado. No Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal estão previstos recursos da ordem de R\$ 44 milhões para o programa em 2001.

Em maio passado, o Ministério do Meio Ambiente apresentou proposta ao Ministério do Planejamento para uma aplicação de US\$ 959 milhões de recursos públicos no PNF, no período 2002-2010. Nessa proposta, 500 milhões de dólares seriam obtidos por empréstimo junto ao Banco Mundial e 456 milhões de dólares proviriam de dotações orçamentárias do PPA, sob a forma de contrapartida.

O propósito do PNF é aplicar este montante de recursos, somados aos recursos viabilizados pelas outras fontes, no estímulo ao uso sustentável de florestas nativas e plantadas, no fomento às atividades de reflorestamento, notadamente em pequenas propriedades rurais, na recuperação de áreas alteradas, de preservação permanente e de reserva legal, no combate às queimadas e na prevenção de queimadas e de incêndios florestais.

Na esteira da melhoria da qualidade ambiental e do manejo florestal, avançou bastante nos últimos anos o interesse pela certificação florestal. A certificação florestal concebida e desenvolvida pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC) é um sistema independente e voluntário de auditoria de manejo florestal de uma unidade florestal e uma forma de monitorar os recursos florestais através de uma cadeia de custódia.

A idéia da certificação é fornecer a garantia de que os produtos florestais sejam originários de florestas manejadas de modo sustentável, com padrões ambientalmente corretos, economicamente viáveis e socialmente benéficos. A certificação abrange três modalidades: a certificação do manejo florestal, relativa à floresta; a certificação da cadeia de custódia, relativa a toda a cadeia produtiva, da árvore ao produto final, e a certificação de grupos de pequenos e médios proprietários de florestas, que serve para facilitar a certificação das atividades dos pequenos produtores florestais.

No Brasil já são mais de 50 as empresas de processamento florestal que possuem suas cadeias de custódia certificadas (certificação do produto) e mais de uma dezena com certificação de suas áreas reflorestadas, totalizando mais de 700 mil hectares de florestas plantadas com o "selo verde" FSC. Na região Amazônica, já soma quase 300 mil hectares a área de florestas tropicais nativas certificadas pelo FSC como promotoras do manejo sustentável das áreas florestais que exploram.

Os produtos florestais exportados com certificação têm merecido a preferência dos importadores dos grandes centros consumidores da Europa e dos Estados Unidos, conseguindo preços superiores aos dos produtos não certificados. No Brasil, foi formado no início do ano passado um grupo de empresas compradoras de madeira certificada, com demanda de cerca de um milhão de m³ de madeira por ano. Este grupo, com 59 empresas industriais e varejistas, dá preferência à aquisição de madeira certificada e tem como meta até 2005 só adquirir madeira nativa sob esta condição e ter pelo menos 50% da madeira de origem plantada com selo verde.

No médio prazo, a certificação florestal, tanto das cadeias de custódia quanto das florestas, mais que representar um diferencial competitivo para os produtores, tende a ser uma exigência do mercado consumidor.

Para fortalecer as exportações dos produtos da madeira, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior instalou, no início deste ano, o Fórum de Competitividade para o Setor de Madeira e Móveis. O fórum, que tem como principal objetivo gerar condições para impulsionar as exportações de móveis e de outros produtos da madeira, cria um espaço permanente de discussão para o setor encaminhar soluções para os problemas que dificultam sua competitividade, como: insuficiente

modernização tecnológica e qualificação de pessoal, inadequação das matérias-primas, falta de recursos financeiros e influências negativas dos fatores sistêmicos.

Com apoio do Programa de Promoção das Exportações Brasileiras de Móveis – Promóvel -, a cadeia de produção de móveis, uma das que apresentam maior potencial de expansão das exportações, tem como meta quadruplicar seu desempenho nos próximos quatro anos.

No âmbito estadual, o governo empenha esforços na introdução do reflorestamento em pequenas e médias propriedades rurais. Através do Projeto Microbacias, no período 1995-1999 foi incentivado o reflorestamento de 14.000 hectares em 9.000 propriedades agrícolas de Santa Catarina.

No atual governo está sendo implementado o Programa Florestal Catarinense, com o objetivo de gerar novas oportunidades de trabalho e renda nas atividades agropecuárias, reduzir o êxodo rural e ampliar a base florestal de Santa Catarina. O programa visa introduzir a atividade florestal em um grande número de pequenas e médias propriedades rurais, através de projetos de fomento florestal.

O projeto florestal de geração de trabalho e renda, voltado aos pequenos agricultores com renda familiar mensal inferior a três salários mínimos, concede benefício financeiro de meio salário mínimo por mês, durante quatro anos, para a família que se comprometer a plantar pelo menos meio hectare de floresta por ano.

Os valores recebidos pelos agricultores serão devolvidos ao governo na forma de equivalente-produto florestal por ocasião da colheita⁷. Este projeto vem recebendo apoio financeiro do Programa Nacional de Florestas. Até o final de 2000 haviam sido beneficiados mais de 4.200 pequenos agricultores e plantados quase 3.700 hectares de florestas, com investimentos de R\$ 2.250 mil (Tabela 18). A previsão para este ano é investir mais R\$ 4 milhões, incorporar mais 4.000 agricultores ao projeto e reflorestar mais de 3.000 hectares.

O Projeto Catarinense de Desenvolvimento Florestal repassa aos agricultores até R\$ 300,00 por hectare reflorestado, para a cobertura de parte dos investimentos efetuados na implantação da floresta. Em 2001 deverão ser beneficiadas 5.000 famílias de pequenos e médios agricultores para o reflorestamento de 5.000 hectares, com investimentos de R\$ 1,5 milhão de recursos públicos.

Paralelamente, as grandes empresas catarinenses consumidoras de produtos florestais (em especial, fabricantes de papel e celulose) desenvolvem há vários anos programas de fomento florestal junto aos agricultores e pecuaristas de sua área de influência,

⁷ Para cada hectare implantado com incentivo do governo, o agricultor devolverá, na ocasião da colheita, o valor equivalente a 100 m³ de madeira.

TABELA 18/I - REALIZAÇÕES DO PROGRAMA FLORESTAL CATARINENSE - 1999-2001

PROJETO/ITEM	1999	2000	2001(1)
PROJETO FLORESTAL DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA			
Nº agricultores beneficiados (com repetição)	1.442	4.282	8.000
Área plantada (hectare)	721	2.958	3.190
Valor aplicado (r\$ 1.000,00)	94	2.156	4.000
PROJETO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL			
Nº agricultores beneficiados (com repetição)	1.238	2.757	5.000
Área plantada (hectare)	2.410	-	5.000
Valor aplicado (r\$ 1.000,00)	586	619	1.500
PROJ. FLOR. DE INTEGRAÇÃO PRODUTOR RURAL E INDÚSTRIA			
Nº empresas envolvidas (com repetição)	3	5	5
Nº agricultores beneficiados	581	600	600
Área plantada (hectare)	2.272	3.000	3.000
TOTAL AGRICULTORES BENEFICIADOS (com repetição)	3.261	7.643	13.600
AREA PLANTADA TOTAL (HECTARE)	5.402	5.958	11.190
VALOR TOTAL APLICADO (R\$ 1.000,00)	680	2.775	5.500

FONTES: SDA-Gedef.

(1) Previsão.

através da doação de mudas florestais e da assistência técnica. Com estes programas de fomento, cerca de 3.000 hectares de novas florestas cultivadas são implantados anualmente, envolvendo, todos os anos, ao redor de 600 produtores rurais.

Através de todas estas iniciativas, estima-se alcançar 22.500 hectares reflorestados até o final de 2001, beneficiando 13.600 propriedades agrícolas e empregando recursos da ordem de R\$ 8,6 milhões. Com isso, espera-se reduzir a escassez de matéria-prima florestal no médio prazo e criar melhores perspectivas para muitas famílias de agricultores catarinenses.

Outra medida de estímulo ao desenvolvimento do setor florestal foi tomada no início deste ano pelo governo de Santa Catarina. Através de mudanças na legislação do ICMS, ficou determinado que todas as transações comerciais com produtos florestais entre as empresas de processamento florestal situadas na Zona de Processamento de Produtos Florestais (ZPF)⁸ terão o ICMS deferido, o que acaba com a cobrança em cascata do imposto.

Desse modo, o ICMS para os produtos florestais destas regiões só será cobrado quando a venda ocorrer para o varejo ou para empresas situadas fora da ZPF. Como grande parte da produção florestal da área abrangida pela medida se destina à exportação, haverá pouca cobrança deste imposto junto às empresas de base florestal ali situadas.

8 A Zona de Processamento Florestal (ZPF) de Santa Catarina, criada para efeito da Legislação do ICMS, compreende a faixa central do estado no sentido leste-oeste e abrange os municípios do Planalto Norte, da Região do Contestado, do Alto Vale do Rio do Peixe, do Planalto Serrano e do Alto Vale do Itajaí.

Do ponto de vista do desenvolvimento das cadeias de produção florestal nas regiões beneficiadas, esta medida é bastante benéfica e altamente inteligente. Ao facilitar o comércio de matérias-primas entre as empresas locais do setor, a medida aumenta as possibilidades de parcerias entre elas, incentiva o desenvolvimento de fornecedores e a terceirização de atividades, atrai para estas regiões novas empresas do setor, aumenta o grau de entrelaçamento entre elas e fortalece o desenvolvimento vertical das cadeias de agregação de valor.

Embora as iniciativas tomadas nos últimos anos pelo governo catarinense relacionadas ao setor florestal possam ser consideradas bastante salutares, algumas definições na esfera pública estadual, de suma importância para o setor, continuam pendentes. A primeira delas é a regulamentação da lei 10.472-SC. Promulgada em 1997, a Lei Florestal de Santa Catarina ainda não está totalmente regulamentada, o que tem gerado inúmeras incertezas e adiamento de decisões na espera produtiva, tanto no que diz respeito à ocupação do solo quanto à exploração dos recursos florestais.

Outro ponto importante a ser encaminhado pelo governo estadual é a repactuação de funções com o governo federal na área ambiental e florestal. Os principais atores do mundo florestal catarinense têm a expectativa de que o chamado "Pacto Federativo" entre a União e o estado de Santa Catarina seja firmado o mais breve possível.

A exemplo do ocorrido com outros estados, o pacto para a área florestal visa transferir ao estado parte das atribuições relativas a fiscalização, licenciamento e desenvolvimento florestal, atualmente sob responsabilidade do governo federal. A descentralização da aplicação da legislação e da política florestal tende a ajustar-se melhor às realidades locais e ser mais ágil e de maior cobertura, já que o estado se encontra mais bem estruturado para isso.

Perspectivas para o setor de base florestal

Falta de matéria-prima pode limitar o crescimento

As projeções de produção de madeira processada no Brasil para os próximos anos estão sintetizadas na tabela 19. No segmento de serrados, as perspectivas são de um expressivo crescimento da produção de serrados de pinus e de eucalipto no período 2000-2004, com intensificação do processo de aproveitamento do eucalipto em serraria. As florestas nativas tendem a perder importância relativa no fornecimento de toras para serraria, prevendo-se um crescimento anual de 3% em sua produção. Até 2010, estima-se que 20% da oferta atual de madeira de florestas nativas para serraria tenha sido substituída por florestas plantadas.

Em decorrência da continuidade do crescimento da demanda por toras de pinus para produção de madeira sólida e da inelasticidade de sua oferta no curto prazo, espera-se para os próximos anos uma maior escassez desta matéria-prima, especialmente

TABELA 19/I - PREVISÃO DE PRODUÇÃO FUTURA DE MADEIRA PROCESSADA POR TIPO DE PRODUTO - BRASIL - 2000-2004

PRODUTO	(mil metros cúbicos)				
	2000	2001	2002	2003	2004
Serradas nativas (3% a.a.)	14.400	14.800	15.300	15.800	16.300
Serrados plantados - Pínus (5% a.a.)	5.250	5.500	5.800	6.100	6.400
Serrados plantados - Eucalipto (10% a.a.)	500	550	600	660	730
Compensados	2.000	1.600	1.600	1.600	1.600
Chapas de fibras	530	530	530	530	530
Aglomerado ¹	2.050	2.440	2.710	3.120	3.330
MDF (medium density fiberboard) ¹	370	920	1.100	1.440	1.690
OSB (oriented strand board) ¹	-	-	175	350	350

FONTE: Abipa/Abimci/STCP/SBS (20).

¹ Expansões e novos projetos.

no Sul do País, com conseqüente continuidade do processo de elevação dos preços. Este processo já está em curso e os preços médios do mercado catarinense nos cinco primeiros meses de 2001 para a tora grossa de pínus de uso em serraria foram 22% superiores aos observados ao longo de 2000. É possível que até meados da presente década sua escassez venha a elevar de maneira significativa os custos de produção dos produtos sólidos de madeira e, com isso, frear o atual processo de expansão mercadológica da indústria catarinense no mercado internacional, especialmente do segmento de móveis maciços.

Espera-se para os próximos quatro anos um vigoroso crescimento da produção brasileira de painéis reconstituídos. Através da expansão dos projetos atuais e da implantação de novos projetos, estima-se que a produção de MDF passe dos 370 mil m³ obtidos em 2000 para 1,7 milhão de m³ em 2004. Projeta-se para o período um crescimento anual de 13% na produção de aglomerados.

Está prevista para 2002 a entrada em operação da primeira planta industrial de produção de OSB (oriented strand board) no Brasil, introduzindo este novo produto no mercado brasileiro da construção civil. Neste segmento, apenas para as chapas duras de fibra não se espera expansão da produção nos próximos anos, pois deverá manter-se nos níveis atuais, de 530 mil m³ por ano. Praticamente toda a matéria-prima utilizada na produção de painéis reconstituídos deverá ser fornecida por florestas cultivadas.

Devido à crescente substituição dos painéis de madeira compensada por painéis reconstituídos, projeta-se para os próximos anos uma redução da demanda pelo produto no mercado interno, devendo a produção estabilizar-se em patamares inferiores aos dos últimos anos. Estima-se que até 50% da produção de compensados com matéria-prima nativa seja substituída por espécies cultivadas, particularmente o pínus.

No segmento papel e celulose, as projeções internacionais indicam para os próximos anos um crescimento de 2,7% aa. na demanda mundial. Para a celulose de fibra curta, setor em que o Brasil ocupa uma destacada presença no mercado internacional, o crescimento da demanda está projetado em 4,6% aa.

Levantamentos da Bracelpa indicam perspectivas de investimento da ordem de US\$ 6,6 bilhões pelo setor no Brasil no período 2000-2005. Concretizando-se estes investimentos, a produção de celulose será aumentada, segundo estimativas desse órgão, em 45% no período (passando de 7,7 milhões para 11,2 milhões de toneladas) e a produção de papel poderá ser expandida em 26% (passando de 7,2 milhões para 9,1 milhões de toneladas).

As perspectivas para a produção e a demanda de carvão vegetal para uso siderúrgico e de lenha industrial nos próximos anos são de se manterem nos níveis atuais, com substituição de 10% do volume proveniente de florestas nativas por material de origem cultivada. O futuro da demanda por biomassa para produção de energia elétrica em escala comercial é incerto. As pesquisas e experiências em andamento são poucas e as possibilidades futuras vão depender da evolução tecnológica e dos preços da energia elétrica, já que os custos da biomassa são ainda superiores aos de outras fontes de matéria-prima em uso.

Face ao consumo dos anos anteriores e à demanda projetada de matéria-prima para os diferentes segmentos florestais, a Sociedade Brasileira de Silvicultura projetou, em 1996, as necessidades de reflorestamento por segmento para atender àquela demanda (Tabela 20). Segundo tais projeções, para atender às necessidades futuras de matérias-primas e sustentar os níveis históricos de expansão do setor, para o período 1997-2006, entre renovação e implantação de novas áreas será necessário implantar 5,6 milhões de hectares de reflorestamento no Brasil, o que significa 558 mil hectares por ano, em média.

TABELA 20/I - PREVISÃO DE NECESSIDADE DE REFLORESTAMENTO ANUAL POR SEGMENTO PARA ATENDER À DEMANDA FUTURA - BRASIL - 1997-2006

(mil ha)				
ANO	CELULOSE E PAPEL	CARVÃO E LENHA	MADEIRA SÓLIDA	TOTAL
1997	137,60	200,99	105,39	443,98
1998	144,48	211,04	110,66	466,18
1999	151,70	221,59	116,19	489,49
2000	159,29	232,67	122,00	513,96
2001	167,25	244,31	128,10	539,66
2002	175,62	256,52	134,50	566,64
2003	184,40	269,35	141,23	594,97
2004	193,62	282,82	148,29	624,72
2005	203,30	296,96	155,70	655,96
2006	213,46	311,81	163,49	688,76
Total	1.730,72	2.528,06	1.325,54	5.584,32
Média/ano	173,07	252,81	132,55	558,43
Plantio atual (1996)	110,00	30,00	20,00	160,00

FONTE: SBS (1).

Esta necessidade estimada de plantios é muito superior ao que se conseguiu efetivar nos últimos anos, o que está a indicar um prolongamento da escassez de matéria-prima florestal para além da década atual e não mais apenas de madeira grossa para serraria e laminação. Isto é, o esperado aumento da produção de painéis de madeira

reconstituída levará o segmento a concorrer pela mesma matéria-prima usada na produção de papel e celulose e poderá, com isso, estender o quadro de suboferta de madeira a todos os setores da indústria florestal brasileira.

Num cenário mais amplo e de longo prazo, o setor florestal mundial tenderá a passar por um processo de reordenamento, cabendo às florestas nativas um papel cada vez mais importante para a bioprospecção e no fornecimento de serviços ambientais (fixação de carbono, conservação do solo, regularização do regime hídrico, manutenção da paisagem, da biodiversidade e ecoturismo) e um papel secundário no fornecimento de madeira⁹.

Por outro lado, a demanda de madeira será cada vez mais suprida por florestas cultivadas de forma intensiva, em rotações mais curtas e de alta produtividade. As espécies de crescimento rápido, como pínus e eucalyptus, terão papel preponderante no fornecimento de fibras industriais. As regiões tropicais e subtropicais do planeta deverão ampliar significativamente suas participações no fornecimento de madeira cultivada para a indústria, com destaque para os países do Cone Sul, na América Latina, especialmente o Brasil e o Chile.

O padrão competitivo do setor no médio e longo prazo seguirá cada vez mais baseado em estratégias de redução de custos¹⁰, o que coloca a escala de produção e os custos sistêmicos como fatores críticos para a futura capacidade competitiva das regiões e das empresas.

Estas megatendências poderão conduzir o Brasil à condição de um dos principais produtores e exportadores mundiais de produtos florestais cultivados, já que, além de tradição no mercado, dispõe de vastas extensões de terra e clima favoráveis a esta atividade.

O aproveitamento e a transformação destas vantagens comparativas naturais em vantagens competitivas reais e sua sustentação ao longo do tempo vão depender do esforço coletivo que vier a ser feito em direção ao aumento da oferta e das escalas, à melhoria da eficiência e à remoção dos fatores sistêmicos agregadores de custo ao longo de toda a cadeia produtiva.

Luiz Toresan

9 FAO (22).

10 A tendência de médio e longo prazo é de baixo crescimento da demanda mundial por madeira, com comoditização dos produtos, concentração e elevação da escala das plantas industriais e, principalmente, com operações comerciais em escala global.

PARTE II

Verso em branco

2.1 - DIVISÃO POLÍTICA DO TERRITÓRIO E INFORMAÇÕES CLIMÁTICAS

TABELA 1/II - ÁREA TERRITORIAL, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - SANTA CATARINA - 2000

MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km ²)	MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km ²)
Abdon Batista	197,60	Campo Belo do Sul	1.021,80
Abelardo Luz	1.035,90	Campo Erê	457,50
Agrolândia	191,90	Campos Novos	1.632,00
Agronômica	116,50	Canelinha	151,10
Água Doce	1.318,90	Canoinhas	1.141,50
Águas de Chapecó	138,90	Capão Alto	1.349,50
Águas Frias	76,80	Capinzal	224,50
Águas Mornas	327,40	Capivari de Baixo	46,90
Alfredo Wagner	732,30	Catanduvas	196,50
Alto Bela Vista	104,00	Caxambu do Sul	143,30
Anchieta	229,50	Celso Ramos	189,60
Angelina	523,60	Cerro Negro	417,40
Anita Garibaldi	605,10	Chapadão do Lageado	113,70
Anitópolis	575,50	Chapecó	624,30
Antônio Carlos	242,40	Cocal do Sul	78,40
Apiúna	488,30	Concórdia	806,30
Arabutã	130,90	Cordilheira Alta	84,50
Araquari	401,80	Coronel Freitas	234,40
Araranguá	298,00	Coronel Martins	99,70
Armazém	138,40	Correia Pinto	622,70
Arroio Trinta	112,10	Corupá	407,20
Arvoredo	91,10	Criciúma	209,80
Ascurra	118,90	Cunha Porã	217,40
Atalanta	97,90	Cunhataí	55,20
Aurora	226,10	Curitibanos	952,00
Balneário Arroio do Silva	93,60	Descanso	285,60
Balneário Barra do Sul	110,40	Dionísio Cerqueira	376,40
Balneário Camboriú	46,40	Dona Emma	146,40
Balneário Gaivota	150,80	Doutor Pedrinho	374,40
Bandeirante	147,00	Entre Rios	105,20
Barra Bonita	62,30	Ermo	64,80
Barra Velha	142,20	Erval Velho	231,40
Bela Vista do Toldo	526,80	Faxinal dos Guedes	279,80
Belmonte	92,80	Flor do Sertão	65,10
Benedito Novo	385,50	Florianópolis	435,80
Biguaçu	302,40	Formosa do Sul	95,30
Blumenau	509,40	Forquilha	183,70
Bocaina do Sul	495,60	Fraiburgo	434,80
Bom Jardim da Serra	934,00	Frei Rogério	156,90
Bom Jesus	68,40	Galvão	131,00
Bom Jesus do Oeste	67,10	Garopaba	108,10
Bom Retiro	1.063,90	Garuva	498,70
Bombinhas	37,40	Gaspar	369,20
Botuverá	317,20	Governador Celso Ramos	104,90
Braço do Norte	193,90	Grão Pará	328,60
Braço do Trombudo	89,80	Gravatal	194,00
Brunópolis	336,10	Guabiruba	172,90
Brusque	280,20	Guaraciaba	348,00
Caçador	998,60	Guaramirim	242,70
Caibi	177,90	Guarujá do Sul	99,30

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(continuação)

MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km2)	MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km2)
Calmon	633,70	Guatambu	205,90
Camboriú	211,60	Herval d'Oeste	212,60
Campo Alegre	501,10	Ibiam	147,00
Ibicare	166,10	Monte Castelo	565,20
Ibirama	268,10	Morro da Fumaça	82,70
Içara	315,20	Morro Grande	250,80
Ilhota	244,80	Navegantes	119,10
Imaruí	540,80	Nova Erechim	62,90
Imbituba	185,40	Nova Itaberaba	135,50
Imbuia	123,90	Nova Trento	398,30
Indaial	429,20	Nova Veneza	290,20
Iomerê	111,60	Novo Horizonte	151,10
Ipira	150,00	Orleans	599,80
Iporã do Oeste	184,00	Otacílio Costa	922,70
Ipuaçu	258,60	Ouro	209,10
Ipumirim	239,50	Ouro Verde	201,20
Iraceminha	158,60	Paial	84,80
Irani	318,30	Painel	763,70
Irati	78,80	Palhoça	322,20
Irineópolis	580,20	Palma Sola	313,80
Itá	165,80	Palmeira	291,80
Itaiópolis	1.240,40	Palmitos	347,20
Itajaí	303,10	Papanduva	775,90
Itapema	58,60	Paraiso	182,70
Itapiranga	285,60	Passo de Torres	90,40
Itapoá	255,60	Passos Maia	588,60
Ituporanga	335,10	Paulo Lopes	447,10
Jaborá	187,70	Pedras Grandes	152,80
Jacinto Machado	416,60	Penha	60,30
Jaguaruna	327,60	Peritiba	96,70
Jaraguá do Sul	539,00	Petrolândia	251,20
Jardinópolis	67,10	Piçarras	85,60
Joaçaba	240,20	Pinhalzinho	134,20
Joinville	1.079,70	Pinheiro Preto	66,60
José Boiteux	358,00	Piratuba	148,70
Jupia	91,30	Planalto Alegre	61,00
Lacerdópolis	69,00	Pomerode	217,50
Lages	2.647,40	Ponte Alta	557,80
Laguna	444,50	Ponte Alta do Norte	383,40
Lajeado Grande	66,80	Ponte Serrada	568,80
Laurentino	67,80	Porto Belo	92,80
Lauro Muller	266,70	Porto União	923,90
Lebon Régis	989,00	Pouso Redondo	363,30
Leoberto Leal	297,80	Praia Grande	285,80
Lindóia do Sul	190,00	Presidente Castelo Branco	70,10
Lontras	197,20	Presidente Getúlio	321,90
Luiz Alves	260,30	Presidente Nereu	224,60
Luzerna	116,50	Princesa	88,40
Macieira	235,40	Quilombo	283,20

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(conclusão)

MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km ²)	MUNICÍPIO	ÁREA TERRITORIAL (km ²)
Mafra	1.784,80	Rancho Queimado	269,70
Major Gercino	278,10	Rio das Antas	342,80
Major Vieira	543,50	Rio do Campo	496,10
Maracajá	70,50	Rio do Oeste	244,30
Maravilha	168,70	Rio do Sul	260,80
Marema	99,60	Rio dos Cedros	555,00
Massaranduba	393,80	Rio Fortuna	285,80
Matos Costa	371,10	Rio Negrinho	588,10
Meleiro	185,70	Rio Rufino	333,10
Mirim Doce	333,40	Riqueza	191,30
Modelo	95,50	Rodeio	133,70
Mondaí	215,10	Romelândia	237,30
Monte Carlo	166,40	Salete	167,10
Saltinho	153,30	Serra Alta	91,10
Salto Veloso	101,80	Siderópolis	262,60
Sangão	83,10	Sombrio	151,10
Santa Cecília	1.173,80	Sul Brasil	113,10
Santa Helena	80,60	Taió	714,00
Santa Rosa de Lima	184,30	Tangará	459,10
Santa Rosa do Sul	164,20	Tigrinhos	58,00
Santa Terezinha	720,90	Tijucas	278,40
Santa Terezinha do Progresso	113,00	Timbé do Sul	333,80
Santiago do Sul	74,10	Timbó	129,80
Santo Amaro da Imperatriz	352,40	Timbó Grande	548,80
São Bento do Sul	486,90	Três Barras	418,40
São Bernardino	210,00	Treviso	156,30
São Bonifácio	451,80	Treze de Maio	179,70
São Carlos	157,90	Treze Tilias	177,50
São Cristóvão do Sul	350,20	Trombudo Central	101,50
São Domingos	384,20	Tubarão	283,60
São Francisco do Sul	540,80	Tunápolis	133,60
São João Batista	219,60	Turvo	244,00
São João do Itaperiú	151,10	União do Oeste	88,20
São João do Oeste	161,40	Urubici	1.017,50
São João do Sul	175,10	Urupema	278,20
São Joaquim	1.885,40	Urussanga	237,10
São José	114,70	Vargeão	151,10
São José do Cedro	260,70	Vargem	396,20
São José do Cerrito	967,20	Vargem Bonita	306,90
São Lourenço do Oeste	360,70	Vidal Ramos	343,30
São Ludgero	120,00	Videira	377,80
São Martinho	235,70	Vitor Meireles	423,10
São Miguel da Boa Vista	71,80	Witmarsum	129,70
São Miguel do Oeste	235,80	Xanxerê	380,80
São Pedro de Alcântara	140,80	Xavantina	211,70
Saudades	199,80	Xaxim	293,40
Schroeder	149,20	Zortéa	297,40
Seara	315,80		
		SANTA CATARINA	95.285,10

FONTE: IBGE (14).

MAPA1/II - DIVISÃO MUNICIPAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

TABELA 2/II - MÉDIA DAS TEMPERATURAS MÍNIMAS MENS AIS, SEGUNDO AS ESTAÇÕES AGROMETEOROLÓGICAS - SANTA CATARINA - 2000

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO	(°C)												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
Blumenau	21,4	21,5	20,1	18,7	14,8	15,4	9,6	12,2	15,3	18,8	19,3	20,5	17,3
Caçador	17,6	17,5	17,6	16,7	9,1	11,2	5,2	9,3	11,8	15,0	15,7	16,5	13,6
Campos Novos	16,1	15,9	15,0	12,3	8,8	10,5	5,3	9,4	10,6	15,7	15,0	17,2	12,7
Chapecó	20,5	19,8	18,6	16,7	11,6	13,8	7,7	12,4	13,9	17,9	18,2	19,8	15,9
Curitibanos	18,0	18,2	16,5	14,5	10,3	11,9	6,2	10,2	12,0	15,6	16,1	17,4	13,9
Florianópolis	21,3	21,0	19,8	17,9	14,3	14,9	9,0	10,9	14,2	17,8	18,4	19,8	16,6
Indaial	21,6	21,7	20,3	18,3	14,1	14,8	9,3	12,1	15,2	18,8	19,5	20,8	17,2
Itá	19,3	18,4	17,7	15,1	10,7	13,0	8,2	11,9	13,8	17,9	17,9	19,4	15,3
Itajaí	20,1	21,4	20,0	18,6	14,4	15,1	9,6	11,8	14,7	18,8	15,0	13,5	16,1
Ituporanga	19,0	19,2	18,0	15,3	11,2	12,4	6,9	10,5	13,2	17,2	17,9	19,1	15,0
Lages	17,7	17,7	16,1	13,7	9,5	10,4	4,2	8,1	11,0	15,0	15,7	17,1	13,0
Major Vieira	19,1	18,0	17,0	13,8	9,1	10,7	5,1	9,5	12,5	16,7	17,1	17,9	13,9
Matos Costa	14,9	14,8	14,2	12,5	8,9	10,0	6,8	8,7	9,7	12,9	14,4	15,6	12,0
Ponte Serrada	16,5	16,2	15,5	13,2	9,4	11,7	6,8	11,0	11,5	14,4	15,6	17,4	13,3
Rio Negrinho	17,8	17,6	16,5	14,5	10,9	12,1	6,8	9,5	12,1	15,2	15,5	17,0	13,8
São Joaquim	14,7	14,2	13,1	11,9	7,7	9,6	4,5	8,0	8,5	12,3	12,7	14,0	10,9
São Miguel do Oeste	19,7	19,3	18,0	16,7	11,7	13,6	8,0	12,0	13,1	17,6	17,3	19,1	15,5
Urussanga	20,9	20,1	19,1	15,5	12,1	13,0	6,9	10,2	13,6	17,4	18,3	20,3	15,6
Videira	19,4	18,9	17,7	14,2	10,7	12,4	8,2	10,7	13,3	16,5	17,6	17,9	14,8
Xanxerê	20,7	22,5	14,8	17,8	13,4	10,5	8,1	11,3	12,6	16,5	12,9	14,8	14,7

FONTE: Epagri/Climerh.

TABELA 3/II - MÉDIA DAS TEMPERATURAS MÁXIMAS MENS AIS, SEGUNDO AS ESTAÇÕES AGROMETEOROLÓGICAS - SANTA CATARINA - 2000

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO	(°C)												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
Blumenau	31,5	31,2	29,4	28,9	24,6	23,2	20,1	22,9	21,8	27,7	27,6	31,3	26,7
Caçador	25,0	23,9	22,4	21,3	16,1	17,4	13,2	17,2	16,9	21,6	22,5	24,0	20,1
Campos Novos	27,1	25,9	24,7	23,8	18,6	19,6	15,7	19,9	19,2	23,8	24,7	26,3	22,4
Chapecó	27,9	26,8	25,7	24,0	18,7	19,5	15,3	20,4	22,1	26,3	25,6	26,9	23,3
Curitibanos	26,7	25,6	24,3	23,5	18,2	19,5	15,8	16,8	17,8	21,3	24,2	25,3	21,6
Florianópolis	29,1	28,5	27,9	27,4	24,2	22,4	19,3	20,2	21,2	24,7	26,2	28,2	24,9
Indaial	29,7	29,2	27,7	26,5	22,3	21,2	18,3	22,0	21,9	27,0	27,7	30,3	25,3
Itá	31,5	30,2	28,6	26,9	21,4	21,6	17,6	22,9	22,9	27,1	29,4	30,2	25,9
Itajaí	30,8	30,4	28,8	29,0	24,4	23,5	20,3	20,7	21,8	25,3	26,3	28,6	25,8
Ituporanga	29,9	29,2	27,6	26,3	21,0	20,2	17,1	22,5	20,6	24,3	25,8	27,6	24,3
Lages	24,7	23,9	21,7	20,9	16,2	16,5	13,5	16,9	16,5	20,9	21,8	24,3	19,8
Major Vieira	27,8	26,8	25,8	25,2	19,7	20,4	16,2	21,4	20,8	22,5	26,1	26,9	23,3
Matos Costa	24,6	24,2	22,9	20,6	17,9	16,1	16,2	17,9	18,5	20,1	22,1	24,4	20,5
Ponte Serrada	27,2	26,3	25,6	24,0	18,6	18,2	14,3	19,1	19,3	24,4	24,7	24,3	22,2
Rio Negrinho	26,2	26,2	24,2	24,5	19,6	20,7	17,0	20,3	18,8	24,3	23,7	26,3	22,7
São Joaquim	20,8	19,8	18,6	17,7	13,3	14,7	11,1	16,2	16,1	18,1	18,8	20,7	17,2
São Miguel do Oeste	27,6	26,6	25,5	24,0	18,6	19,6	15,6	20,6	20,5	24,6	25,3	26,7	22,9
Urussanga	29,3	28,9	28,2	27,9	23,7	23,4	19,9	20,5	22,1	24,0	25,5	28,3	25,1
Videira	26,9	25,7	24,6	23,6	18,7	18,7	15,1	18,5	19,2	24,5	25,8	25,9	22,3
Xanxerê	28,1	27,6	26,7	23,9	21,5	19,9	17,1	22,3	21,6	25,9	26,2	27,7	24,0

FONTE: Epagri/Climerh.

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

TABELA 4/II - UMIDADE RELATIVA MÉDIA MENSAL, SEGUNDO AS ESTAÇÕES AGROMETEOROLÓGICAS - SANTA CATARINA - 2000

(%)

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
Blumenau	72,1	75,5	76,5	59,3	71,8	82,6	68,1	75,5	84,8	77,6	76,1	70,2	74,2
Caçador	67,8	73,9	74,7	69,2	72,6	68,3	54,7	57,5	76,3	66,0	60,8	63,5	67,1
Campos Novos	70,7	74,0	77,5	70,8	75,8	76,6	69,6	66,8	79,2	72,9	68,8	68,8	72,6
Chapecó	68,9	73,5	73,0	69,8	75,5	75,4	69,4	63,6	73,2	71,8	65,8	68,6	70,7
Curitibanos	72,9	75,0	77,0	72,4	77,3	82,5	79,2	78,4	87,4	83,0	79,4	76,2	78,4
Florianópolis	79,0	81,0	78,0	80,0	77,0	83,0	78,0	82,0	83,0	84,0	80,0	77,0	80,2
Indaial	79,7	80,2	82,4	80,1	81,2	88,8	77,4	82,7	87,9	82,0	82,0	76,9	81,8
Itá	77,7	82,4	79,7	82,6	85,0	86,1	83,1	80,7	77,8	76,5	75,7	74,8	80,2
Itajaí	79,3	78,7	78,1	85,7	75,2	82,3	73,5	86,0	86,1	80,9	77,4	72,9	79,7
Ituporanga	76,9	77,8	79,9	78,3	82,2	86,4	78,4	79,0	82,7	83,6	76,4	73,8	79,6
Lages	73,6	75,8	79,1	74,3	79,8	83,1	74,9	74,5	81,2	80,2	74,4	70,7	76,8
Major Vieira	76,7	79,2	83,1	76,5	79,8	81,5	78,7	82,1	83,4	79,5	77,4	76,2	79,5
Matos Costa	78,6	81,1	84,9	77,2	83,2	86,3	77,0	72,2	87,3	79,2	79,1	75,1	80,1
Ponte Serrada	76,4	79,0	79,5	74,4	78,4	81,0	71,5	66,2	80,1	74,5	70,6	74,5	75,5
Rio Negrinho	79,7	80,2	80,9	75,4	78,3	79,3	70,4	77,7	83,4	77,0	78,7	75,9	78,1
São Joaquim	84,3	87,3	86,3	77,2	83,0	81,2	68,9	68,2	85,6	87,6	78,1	76,7	80,4
São Miguel do Oeste	75,4	79,1	78,1	78,7	78,1	79,5	74,2	69,7	72,4	74,1	68,7	69,9	74,8
Urussanga	84,4	84,4	79,7	78,7	80,8	85,0	77,7	77,8	77,5	84,5	78,7	76,4	80,5
Videira	67,4	73,7	75,7	75,1	77,5	77,8	72,6	71,7	75,9	73,7	69,8	72,3	73,6
Xanxerê	80,9	81,8	81,4	82,0	82,5	82,6	80,5	78,3	78,4	78,4	80,2	75,5	80,2

FONTE: Epagri/Climerh.

TABELA 5/II - PRECIPITAÇÃO MÉDIA MENSAL, SEGUNDO AS ESTAÇÕES AGROMETEOROLÓGICAS - SANTA CATARINA - 2000

(mm)

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Blumenau	249,8	233,6	200,5	38,2	42,8	95,2	41,6	57,2	179,5	130,0	72,6	239,4	1.580,4
Caçador	199,6	285,5	140,9	109,7	91,5	122,3	137,9	95,8	257,1	247,2	107,7	337,6	2.132,8
Campos Novos	219,6	158,3	115,9	136,2	119,7	168,3	184,3	114,8	362,9	367,2	132,4	233,7	2.313,3
Chapecó	241,4	121,6	88,3	121,0	137,7	147,3	252,4	126,4	391,4	337,6	121,2	137,0	2.223,3
Curitibanos	184,3	188,4	141,9	120,1	90,7	110,9	133,0	107,6	305,6	272,7	104,6	222,8	1.982,6
Florianópolis	247,0	212,3	236,2	65,6	18,1	76,4	50,0	45,8	159,9	216,3	77,3	192,3	1.597,2
Indaial	229,5	206,9	100,1	70,6	33,0	86,6	48,8	64,7	193,3	175,8	120,5	278,6	1.608,4
Itá	178,0	114,4	129,9	130,2	121,6	161,6	197,2	164,2	400,0	198,2	149,1	245,0	2.189,4
Itajaí	312,9	292,9	138,6	34,9	30,9	102,8	38,2	52,7	135,4	129,9	88,4	152,5	1.510,1
Ituporanga	219,7	166,1	77,6	78,6	59,4	86,8	95,6	63,4	237,3	205,3	209,0	224,4	1.723,2
Lages	144,4	138,4	71,2	137,3	82,6	130,9	139,2	82,9	266,4	351,1	82,4	212,6	1.839,4
Major Vieira	167,1	127,2	94,2	37,4	20,4	86,2	113,4	80,2	268,4	182,5	87,6	238,2	1.502,8
Matos Costa	310,0	173,8	120,0	109,0	165,0	120,0	172,0	91,0	346,0	215,0	109,0	217,0	2.147,8
Ponte Serrada	201,6	143,1	159,6	182,5	171,9	169,9	189,8	166,8	350,0	385,2	115,5	173,3	2.409,2
Rio Negrinho	133,3	161,7	167,8	37,4	27,7	112,4	106,2	81,1	223,1	190,0	134,6	167,1	1.542,4
São Joaquim	230,4	159,2	169,8	135,5	119,9	115,0	221,6	84,8	232,2	282,0	112,7	150,2	2.013,3
São Miguel do Oeste	183,9	152,3	123,5	129,0	134,9	157,4	153,0	86,2	241,6	255,1	85,9	242,5	1.945,3
Urussanga	273,3	247,1	136,4	124,2	97,4	123,7	46,8	51,9	188,4	228,4	184,8	116,0	1.818,4
Videira	196,6	169,9	159,9	195,5	99,6	119,0	117,3	118,1	349,2	282,1	101,5	222,6	2.131,4
Xanxerê	313,7	200,9	75,9	90,8	77,7	144,2	117,4	117,5	233,4	263,6	182,8	145,3	1.963,2

FONTE: Epagri/Climerh.

2.2 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

TABELA 6/II - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - BRASIL E SANTA CATARINA - 1991/2010

(mil hab.)

DISCRIMINAÇÃO	1991	1996	2000	2010(1)
BRASIL	146.825	157.070	169.591	191.008
Rural	35.834	33.993	31.835	31.057
Urbana	110.991	123.077	137.756	151.268
SANTA CATARINA	4.542	4.875	5.350	6.001
Rural	1.333	1.310	1.138	1.107
Urbana	3.209	3.565	4.212	4.894

FONTE: IBGE (14).

(1) População rural e urbana: estimativa do Instituto Cepa/SC.

TABELA 7/III - POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E RURAL, POR FAIXA ETÁRIA - SANTA CATARINA - 1960/1996

(mil hab.)

FAIXA ETÁRIA (a.com.)	TOTAL					RURAL				
	1960(1)	1970	1980	1991	1996	1960(1)	1970	1980	1991	1996
0 -- 5	379,30	454,05	467,31	502,03	469,02	269,40	277,61	196,00	152,73	134,36
5 l-- 10	340,40	454,53	441,18	511,31	498,03	242,30	271,92	196,87	154,57	140,65
10 l-- 15	280,00	397,15	456,74	490,24	517,34	193,30	235,49	203,67	150,46	144,82
15 l-- 20	217,70	336,50	455,33	446,95	481,27	146,20	190,41	188,35	138,79	127,24
20 l-- 25	177,70	255,18	374,86	434,69	435,21	117,10	138,65	141,09	126,56	111,44
25 l-- 30	146,10	188,53	299,99	433,80	420,39	94,40	100,74	106,60	118,63	108,10
30 l-- 35	127,10	162,51	236,79	376,22	431,28	81,80	86,01	84,99	99,47	108,56
35 l-- 40	109,30	143,79	187,08	313,11	370,83	70,90	77,22	70,81	82,10	91,57
40 l-- 45	89,20	125,90	163,82	253,34	308,91	57,80	68,56	64,20	68,96	75,90
45 l-- 50	73,10	101,32	134,66	190,07	243,47	47,30	55,91	54,13	55,82	63,20
50 l-- 55	56,70	83,21	117,16	154,97	185,01	36,40	46,31	47,72	47,82	51,43
55 l-- 60	44,00	64,95	92,11	128,46	146,99	28,10	35,40	37,97	41,09	44,02
60 l-- 65	36,20	48,91	71,29	108,74	120,25	23,10	26,30	29,46	34,82	35,89
65 l-- 70	22,40	35,27	54,92	80,91	95,63	14,20	18,80	22,41	25,64	28,63
70 e +	28,90	47,08	71,07	117,15	144,03	17,90	24,89	28,13	36,02	42,02
Id. Ignor.	14,40	2,85	3,63	-	7,58	8,40	1,47	1,29	-	2,28
TOTAL	2.129,25	2.901,73	3.627,93	4.541,99	4.875,24	1.440,89	1.655,69	1.473,70	1.333,46	1.310,11

FONTE: IBGE (14).

(1) Em 1960, por inexistência da informação da população residente, foi considerada a população presente.

TABELA 8/II - POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL, RURAL E URBANA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - SANTA CATARINA - 2000

(hab.)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000		
	Total	Rural	Urbana
Abdon Batista	2.776	2.061	715
Abelardo Luz	16.389	9.162	7.227
Agrolândia	7.812	3.178	4.634
Agronômica	4.255	3.383	872
Água Doce	6.822	3.684	3.138
Águas de Chapecó	5.783	3.581	2.202
Águas Frias	2.475	1.960	515
Águas Mornas	5.387	3.673	1.714
Alfredo Wagner	8.824	6.353	2.471
Alto Bela Vista	2.095	1.575	520
Anchieta	7.134	4.691	2.443
Angelina	5.767	4.760	1.007
Anita Garibaldi	10.232	6.069	4.163
Anitápolis	3.228	2.113	1.115
Antônio Carlos	6.416	4.662	1.754
Apiúna	8.491	4.917	3.574
Arabutã	4.155	3.188	967
Araquari	23.547	1.650	21.897
Araranguá	54.647	9.652	44.995
Armazém	6.870	4.246	2.624
Arroio Trinta	3.488	1.393	2.095
Arvoredo	2.301	1.890	411
Ascurra	6.937	816	6.121
Atalanta	3.429	2.294	1.135
Aurora	5.470	3.991	1.479
Balneário Arroio do Silva	6.028	167	5.861
Balneário Barra do Sul	6.039	13	6.026
Balneário Camboriú	73.266	-	73.266
Balneário Gaivota	5.450	2.473	2.977
Bandeirante	3.177	2.436	741
Barra Bonita	2.117	1.861	256
Barra Velha	15.528	965	14.563
Bela Vista do Toldo	5.708	5.142	566
Belmonte	2.588	1.636	952
Benedito Novo	8.963	4.054	4.909
Biguaçu	47.776	5.154	42.622
Blumenau	261.868	19.881	241.987
Bocaina do Sul	2.974	2.561	413
Bom Jardim da Serra	4.055	1.950	2.105
Bom Jesus	2.048	1.058	990
Bom Jesus do Oeste	2.143	1.767	376
Bom Retiro	7.934	2.625	5.309
Bombinhas	8.698	-	8.698
Botuverá	3.757	2.954	803
Braço do Norte	24.740	6.883	17.857
Braço do Trombudo	3.186	1.564	1.622
Brunópolis	3.306	2.604	702
Brusque	75.798	2.795	73.003
Caçador	63.113	7.785	55.328

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(continuação)

(hab.)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000		
	Total	Rural	Urbana
Caibi	6.345	3.302	3.043
Calmon	3.459	2.072	1.387
Camboriú	41.351	1.995	39.356
Campo Alegre	11.623	4.764	6.859
Campo Belo do Sul	7.849	3.534	4.315
Campo Erê	10.347	4.597	5.750
Campos Novos	28.707	6.175	22.532
Canelinha	9.008	4.717	4.291
Canoinhas	51.616	13.717	37.899
Capão Alto	3.001	2.395	606
Capinzal	19.968	4.502	15.466
Capivari de Baixo	18.559	1.125	17.434
Catanduvas	8.311	2.988	5.323
Caxambu do Sul	5.260	3.208	2.052
Celso Ramos	2.843	2.206	637
Cerro Negro	4.101	3.396	705
Chapadão do Lageado	2.560	2.271	289
Chapecó	146.534	12.324	134.210
Cocal do Sul	13.708	2.312	11.396
Concórdia	62.961	17.792	45.169
Cordilheira Alta	3.092	2.790	302
Coronel Freitas	10.452	6.036	4.416
Coronel Martins	2.387	1.929	458
Correia Pinto	17.020	4.986	12.034
Corupá	11.835	3.121	8.714
Criciúma	170.274	17.371	152.903
Cunha Porã	10.210	4.932	5.278
Cunhataí	1.822	1.487	335
Curitibanos	35.657	3.567	32.090
Descanso	9.113	5.233	3.880
Dionísio Cerqueira	14.286	5.683	8.603
Dona Emma	3.307	1.939	1.368
Doutor Pedrinho	3.055	1.405	1.650
Entre Rios	2.865	2.114	751
Ermo	2.063	1.472	591
Erval Velho	4.267	2.112	2.155
Faxinal dos Guedes	10.770	3.721	7.049
Flor do Sertão	1.607	1.413	194
Florianópolis	331.784	10.006	321.778
Formosa do Sul	2.716	1.834	882
Forquilha	18.349	3.792	14.557
Fraiburgo	32.837	5.325	27.512
Frei Rogério	2.969	2.484	485
Galvão	3.726	1.554	2.172
Garopaba	13.133	2.438	10.695
Garuva	11.362	3.119	8.243
Gaspar	46.377	16.792	29.585
Governador Celso Ramos	11.533	751	10.782
Grão Pará	5.814	3.140	2.674
Gravatal	9.911	6.046	3.865

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(continuação)

(hab.)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000		
	Total	Rural	Urbana
Guabiruba	12.988	928	12.060
Guaraciaba	11.031	6.668	4.363
Guaramirim	23.787	4.782	19.005
Guarujá do Sul	4.695	2.424	2.271
Guatambú	4.707	3.725	982
Herval d'Oeste	20.022	2.899	17.123
Ibiam	1.954	1.453	501
Ibicaré	3.567	2.327	1.240
Ibirama	15.786	2.684	13.102
Içara	48.597	9.065	39.532
Ilhota	10.552	4.127	6.425
Imaruí	13.395	9.496	3.899
Imbituba	35.695	1.173	34.522
Imbuia	5.236	3.283	1.953
Indaial	40.100	1.814	38.286
Iomerê	2.553	1.871	682
Ipira	4.971	2.763	2.208
Iporã do Oeste	7.874	5.026	2.848
Ipuaçu	6.121	5.154	967
Ipumirim	6.902	4.420	2.482
Iraceminha	4.590	3.367	1.223
Irani	8.601	3.549	5.052
Irati	2.202	1.790	412
Irineópolis	9.733	6.768	2.965
Itá	6.755	3.337	3.418
Itaiópolis	19.078	10.326	8.752
Itajaí	147.463	5.531	141.932
Itapema	25.857	1.088	24.769
Itapiranga	13.980	8.600	5.380
Itapoá	8.830	648	8.182
Ituporanga	19.472	7.818	11.654
Jaborá	4.196	2.834	1.362
Jacinto Machado	10.920	6.384	4.536
Jaguaruna	14.596	4.367	10.229
Jaraguá do Sul	108.377	12.164	96.213
Jardinópolis	1.983	1.165	818
Joaçaba	24.030	2.380	21.650
Joinville	428.974	14.624	414.350
José Boiteux	4.589	3.126	1.463
Jupia	2.222	1.551	671
Lacerdópolis	2.170	1.188	982
Lages	156.406	4.086	152.320
Laguna	47.408	10.265	37.143
Lajeado Grande	1.571	1.096	475
Laurentino	5.062	1.824	3.238
Lauro Muller	13.567	3.656	9.911
Lebon Régis	11.694	4.714	6.980
Leoberto Leal	3.741	3.284	457
Lindóia do Sul	4.850	3.535	1.315
Lontras	8.372	3.063	5.309

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(continuação)

(hab.)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000		
	Total	Rural	Urbana
Luiz Alves	7.847	5.723	2.124
Luzerna	5.565	1.603	3.962
Macieira	1.902	1.597	305
Mafra	50.039	12.229	37.810
Major Gercino	3.143	2.166	977
Major Vieira	6.904	4.708	2.196
Maracajá	5.541	2.020	3.521
Maravilha	18.518	4.294	14.224
Marema	2.631	1.692	939
Massaranduba	12.545	7.914	4.631
Matos Costa	3.188	1.940	1.248
Meleiro	7.080	3.874	3.206
Mirim Doce	2.744	1.593	1.151
Modelo	3.948	1.728	2.220
Mondaí	8.714	4.678	4.036
Monte Carlo	8.564	1.272	7.292
Monte Castelo	8.349	3.777	4.572
Morro da Fumaça	14.550	3.398	11.152
Morro Grande	2.901	2.164	737
Navegantes	39.295	2.667	36.628
Nova Erechim	3.498	1.813	1.685
Nova Itaberaba	4.257	3.833	424
Nova Trento	9.853	3.179	6.674
Nova Veneza	11.510	4.312	7.198
Novo Horizonte	3.096	2.373	723
Orleans	20.021	7.219	12.802
Otacílio Costa	13.962	1.181	12.781
Ouro	7.411	3.254	4.157
Ouro Verde	2.350	1.725	625
Paial	2.055	1.796	259
Painel	2.377	1.554	823
Palhoça	102.286	4.828	97.458
Palma Sola	8.200	5.012	3.188
Palmeira	2.117	1.355	762
Palmitos	16.033	8.025	8.008
Papanduva	16.818	8.866	7.952
Paraíso	4.795	3.493	1.302
Passo de Torres	4.400	875	3.525
Passos Maia	4.765	4.016	749
Paulo Lopes	5.931	2.369	3.562
Pedras Grandes	4.921	4.056	865
Penha	17.669	1.685	15.984
Peritiba	3.233	1.915	1.318
Petrolândia	6.413	4.586	1.827
Piçarras	10.908	2.296	8.612
Pinhalzinho	12.320	3.028	9.292
Pinheiro Preto	2.709	1.571	1.138
Piratuba	5.802	3.096	2.706
Planalto Alegre	2.454	1.712	742
Pomerode	22.023	3.348	18.675

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(continuação)

(hab.)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000		
	Total	Rural	Urbana
Ponte Alta	5.121	1.367	3.754
Ponte Alta do Norte	3.213	881	2.332
Ponte Serrada	10.567	3.334	7.233
Porto Belo	10.682	731	9.951
Porto União	31.848	5.275	26.573
Pouso Redondo	12.130	5.829	6.301
Praia Grande	7.289	3.356	3.933
Presidente Castelo Branco	2.160	1.703	457
Presidente Getúlio	12.325	4.460	7.865
Presidente Nereu	2.303	1.527	776
Princesa	2.608	2.045	563
Quilombo	10.707	6.030	4.677
Rancho Queimado	2.634	1.538	1.096
Rio das Antas	6.112	3.893	2.219
Rio do Campo	6.516	4.228	2.288
Rio do Oeste	6.729	4.104	2.625
Rio do Sul	51.650	3.229	48.421
Rio dos Cedros	9.380	5.171	4.209
Rio Fortuna	4.316	3.103	1.213
Rio Negrinho	37.691	5.055	32.636
Rio Rufino	2.405	1.850	555
Riqueza	5.169	3.892	1.277
Rodeio	10.376	1.513	8.863
Romelândia	6.495	4.373	2.122
Salete	7.124	2.541	4.583
Saltinho	4.186	3.286	900
Salto Veloso	3.903	1.074	2.829
Sangão	8.126	4.504	3.622
Santa Cecília	14.801	3.180	11.621
Santa Helena	2.584	1.844	740
Santa Rosa de Lima	2.007	1.584	423
Santa Rosa do Sul	7.809	4.766	3.043
Santa Terezinha	8.829	7.687	1.142
Santa Terezinha do Progresso	3.407	2.981	426
Santiago do Sul	1.696	1.175	521
Santo Amaro da Imperatriz	15.682	3.159	12.523
São Bento do Sul	65.388	3.602	61.786
São Bernardino	3.138	2.609	529
São Bonifácio	3.218	2.536	682
São Carlos	9.364	4.017	5.347
São Cristovão do Sul	4.606	1.786	2.820
São Domingos	9.535	4.107	5.428
São Francisco do Sul	32.261	2.369	29.892
São João Batista	14.851	3.589	11.262
São João do Itaperiú	3.161	1.708	1.453
São João do Oeste	5.774	4.280	1.494
São João do Sul	6.784	5.641	1.143
São Joaquim	22.780	6.696	16.084
São José	169.252	1.984	167.268
São José do Cedro	13.677	7.020	6.657

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(conclusão)

(hab.)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000		
	Total	Rural	Urbana
São José do Cerrito	10.192	8.050	2.142
São Lourenço do Oeste	19.643	6.239	13.404
São Ludgero	8.582	2.593	5.989
São Martinho	3.274	2.386	888
São Miguel da Boa Vista	2.020	1.689	331
São Miguel do Oeste	32.309	4.931	27.378
São Pedro de Alcântara	3.580	1.487	2.093
Saudades	8.270	5.374	2.896
Schroeder	10.813	1.410	9.403
Seara	16.448	6.215	10.233
Serra Alta	3.336	2.135	1.201
Siderópolis	12.069	2.979	9.090
Sombrio	22.954	7.034	15.920
Sul Brasil	3.098	2.357	741
Taió	16.233	8.367	7.866
Tangará	8.749	4.519	4.230
Tigrinhos	1.876	1.664	212
Tijucas	23.441	4.785	18.656
Timbé do Sul	5.322	3.639	1.683
Timbó	29.295	2.589	26.706
Timbó Grande	6.492	3.720	2.772
Três Barras	17.120	2.894	14.226
Treviso	3.119	1.560	1.559
Treze de Maio	6.716	4.952	1.764
Treze Tilias	5.029	1.932	3.097
Trombudo Central	5.767	2.622	3.145
Tubarão	89.341	19.431	69.910
Tunápolis	4.776	3.559	1.217
Turvo	10.890	5.252	5.638
União do Oeste	3.373	2.376	997
Urubici	10.230	3.597	6.633
Urupema	2.527	1.342	1.185
Urussanga	18.723	8.074	10.649
Vargeão	3.522	2.142	1.380
Vargem	3.212	2.566	646
Vargem Bonita	5.143	2.946	2.197
Vidal Ramos	6.271	4.780	1.491
Videira	41.543	5.800	35.743
Vitor Meireles	5.518	4.420	1.098
Witmarsum	3.250	2.638	612
Xanxerê	37.322	5.037	32.285
Xavantina	4.391	3.458	933
Xaxim	22.832	6.794	16.038
Zortéa	2.633	579	2.054
Santa Catarina	5.333.284	1.135.997	4.197.287

FONTE: IBGE (14).

TABELA 9/II - PESSOAS OCUPADAS, POR SEXO, SEGUNDO O SETOR ECONÔMICO - SANTA CATARINA - 1998-1999

(nº)

SETOR ECONÔMICO	1998		1999	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Primário	400.387	299.581	412.375	324.553
Secundário	500.640	169.951	536.857	296.622
Terciário	558.240	576.121	594.992	443.201
TOTAL	1.459.267	1.045.653	1.544.229	1.064.376

FONTE: IBGE (14).

TABELA 10/II - PESSOAS OCUPADAS, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE - SANTA CATARINA - 1998-1999

(nº)

GRUPOS DE IDADE (anos)	TOTAL		RURAL		URBANA	
	1998	1999	1998	1999	1998	1999
10 l-- 14	101.396	84.915	72.013	61.646	29.383	23.269
15 l-- 24	552.487	592.103	161.309	171.005	391.178	421.098
25 l-- 39	999.548	1.012.614	251.179	269.309	748.369	743.305
40 l-- 49	487.390	500.202	145.758	143.661	341.632	356.541
50 l-- 59	222.951	264.053	77.773	96.553	145.178	167.500
60 e mais	141.148	154.713	70.859	68.050	70.289	86.663

FONTE: IBGE (14).

TABELA 11/II - DOMICÍLIOS PARTICULARES E INDICADORES DE BEM-ESTAR, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - SANTA CATARINA - 1998-1999

(nº)

DISCRIMINAÇÃO	RURAL		URBANA	
	1998	1999	1998	1999
Domicílio particular	344.504	347.255	1.036.986	1.077.170
Rede de água	61.644	68.058	939.627	981.790
Lixo coletado diretamente	78.349	88.415	964.400	1.007.386
Luz elétrica	323.764	333.295	1.032.954	1.074.263
Geladeira	290.356	297.814	1.006.454	1.042.853
Rádio	333.558	329.804	987.445	1.021.338
Televisão	278.259	285.602	986.292	1.027.143

FONTE: IBGE (14).

2.3 - ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

TABELA 12/II - CAPACIDADE ESTÁTICA DE ARMAZENAGEM(1) EM MEIO AMBIENTE NÃO CONTROLADO, POR TIPO, DOS ARMAZÉNS CADASTRADOS NA CONAB, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS - SANTA CATARINA - 2000

(t)

MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS	TIPO DE ARMAZÉM				
	Convencional	Depósito	Graneleiro	Silo	Total
Araranguá	104.229	7.322	1.253	142.082	254.886
Blumenau	26.326	-	3.400	34.990	64.716
Campos de Lages	16.406	-	-	17.570	33.976
Canoinhas	64.115	-	75.135	90.230	229.480
Chapecó	114.796	2.830	211.932	259.393	588.951
Concórdia	16.659	-	-	49.176	65.835
Criciúma	26.664	2.288	4.200	90.346	123.498
Curitibanos	71.660	3.200	45.500	91.110	211.470
Florianópolis	20.140	-	-	13.123	33.263
Itajaí	48.550	-	6.537	4.983	60.070
Ituporanga	10.020	7.150	-	1.300	18.470
Joaçaba	60.235	500	30.845	81.684	173.264
Joinville	27.950	270	257.844	70.570	356.634
Rio do Sul	49.265	1.900	2.300	45.220	98.685
Sao Bento do Sul	-	-	-	1.040	1.040
Sao Miguel do Oeste	19.551	180	27.092	41.776	88.599
Tabuleiro	400	-	-	-	400
Tijucas	32.500	-	-	8.600	41.100
Tubarão	70.270	8.310	7.142	93.110	178.832
Xanxerê	119.276	500	81.900	193.511	395.187
Santa Catarina	899.012	34.450	755.080	1.329.814	3.018.356

FONE: Conab (11).

(1) Situação em 2001.

TABELA 13/II - COOPERATIVAS, SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE - SANTA CATARINA - 1996-2000

(nº)

SEGMENTO	1996	1997	1998	1999	2000
Agropecuário	49	49	50	46	55
Consumo	15	18	20	20	18
Crédito	43	50	55	57	61
Educacional	18	16	16	15	16
Especial	-	-	1	2	2
Habitacional	3	5	6	3	3
Infra-estrutura	26	30	30	29	29
Mineral	2	1	2	2	2
Produção	1	1	2	4	16
Saúde	13	30	34	39	45
Trabalho	34	77	89	86	66
TOTAL	204	277	305	303	313

FONTE: Ocesc.

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

TABELA 14/II - COOPERADOS, SEGUNDO O TIPO DE COOPERATIVA - SANTA CATARINA - 1996-2000

SEGMENTO	1996	1997	1998	1999	2000
Agropecuário	56.557	53.155	48.387	47.194	46.706
Consumo	33.127	46.890	59.849	62.264	82.245
Crédito	58.174	62.171	66.465	76.117	88.486
Educacional	10.088	9.723	10.830	10.874	13.788
Especial	-	-	24	90	101
Habitacional	1.634	2.834	1.578	1.328	1.094
Infra-estrutura	137.567	131.591	136.447	142.257	146.575
Mineral	395	400	405	416	461
Produção	27	28	50	128	552
Saúde	4.985	5.662	6.090	6.735	7.724
Trabalho	4.250	15.097	20.645	25.228	28.961
TOTAL	306.804	327.551	350.770	372.631	416.693

FONTE: Ocesc.

TABELA 15/II - RECEBIMENTO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PELAS COOPERATIVAS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS - SANTA CATARINA - 1996-2000

PRODUTO	1996	1997	1998	1999	2000
Alho		460	420	420	50
Ameixa		168	130		167
Arroz em Casca	113.203	115.817	121.420	168.439	204.753
Aveia	5.621	2.014	781	3.045	3.140
Azevém	1.595	263	137	361	227
Batata-inglesa	381				
Cebola	4.500	1.400	301	301	1.665
Cevada	2.047	1.781	2.134		93
Erva-mate	1.423	1.659	1.009	1.759	976
Ervilhaca	2.376	280	60	86	289
Feijão	70.613	147.861	32.638	47.399	60.993
Laranja	35.127	54.628	88.864	28.583	54.446
Maçã	21.782	28.479	31.673	34.984	48.423
Mandioca	3				
Maracujá	1.694	3.350	2.982	4.620	4.200
Mexilhão Beneficiado					54
Milho	576.843	764.111	529.202	669.980	919.079
Nectarina			130		216
Ostras					800
Pepino					10
Pêssego	740	687	260	350	430
Soja	230.295	348.236	301.391	304.853	361.916
Trigo	73.162	49.986	35.753	65.754	66.299
Triticale	230	23	732	8.749	4.619
Uva	1.329	3.018	3.218	1.350	2.448
Aves (1.000 cab)	33.864	59.691	66.962	69.427	73.999
Bovinos (cab)	4.566	2.385	2.222	1.063	
Suínos (1.000 cab)	1.385	1.309	1.564	1.646	1.751
Leite (1.000 l.)	196.584	189.574	200.562	210.791	241.430

FONTE: Ocesc.

TABELA 16/II - MÁQUINAS AGRÍCOLAS VENDIDAS, SEGUNDO O TIPO - SANTA CATARINA - 1997-1999

DISCRIMINAÇÃO	1997	1998	1999
Cultivadores	160	95	95
Trator de rodas (em cv)	786	867	1.013
Tratores de esteiras	25	25	22
Colheitadeiras	50	85	131
Retroescavadeiras	126	169	62
TOTAL GERAL	1.147	1.241	1.323

FONTE: Anfavea (2).

TABELA 17/II - CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES, SEGUNDO O TIPO - SANTA CATARINA - 1996-2000

DISCRIMINAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000
Fertilizantes	333.311	353.351	383.414	349.552	435.680
Nutrientes					
- N	47.963	52.389	58.635	56.235	71.544
- P205	55.404	56.774	57.638	52.002	61.971
- K20	47.255	50.372	55.910	47.537	55.700

FONTE: Anda (5).

TABELA 18/II - PRODUÇÃO DE SEMENTES CERTIFICADAS (1), SEGUNDO OS PRODUTOS AGRÍCOLAS - SANTA CATARINA - 95/96-99/00

CULTURA	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00
Alho	47,00	-	88,60	96,00	-
Arroz-irrigado	1.349,85	4.020,92	6.580,39	5.898,49	10.058,99
Batata-semente	22.614,49	15.836,79	8.779,23	9.803,54	11.557,17
Feijão	82,25	71,25	5,00	-	120,00
Milho	-	-	-	-	5.354,43
Soja	-	-	193,35	1285,00	485,80
Trigo	-	-	23,46	368,00	158,10

FONTE: Cidasc.

(1) Produção aprovada.

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

TABELA 19/II - PRODUÇÃO DE SEMENTES FISCALIZADAS (!), SEGUNDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - SANTA CATARINA - 95/96-99/00

(t)

CULTURA	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00
Arroz-irrigado	1.134,55	2.510,60	979,02	-	-
Arroz-de-sequeiro	-	36,00	135,00	165,00	5,10
Aveia	1.312,15	656,16	550,05	19,20	2.795,55
Azevém	281,45	28,45	57,80	138,00	101,70
Cevada	48,00	108,00	288,00	169,50	292,61
Feijão	1.242,98	2.706,52	2.244,26	7.075,13	2.470,49
Milheto	148,55	240,00	125,00	60,00	190,00
Milho	2.886,72	3.120,06	3.361,88	7.767,00	-
Soja	71.015,21	76.363,23	77.247,47	67.684,85	65.112,04
Trigo	7.146,50	7.069,65	3.900,19	8.189,30	4.559,65
Triticale	560,12	136,00	146,30	656,90	656,90

FONTE: Cidasc.

(!) Produção aprovada.

TABELA 20/II - CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS, SEGUNDO A FINALIDADE - SANTA CATARINA 1997-2000

DISCRIMINAÇÃO	1997	1998	1999	2000
CUSTEIO				
Número de contratos	120.254	121.857	132.837	141.303
- Atividade agrícola	111.578	113.227	124.735	134.065
- Atividade pecuária	8.676	8.630	8.102	7.238
Valor dos contratos (R\$)	628.246.153	580.481.421	637.756.403	752.118.658
- Atividade agrícola	371.001.926	380.275.740	447.910.920	507.136.985
- Atividade pecuária	257.244.227	200.205.681	189.845.482	244.981.673
INVESTIMENTO				
Número de contratos	9.702	9.971	7.191	14.816
- Atividade agrícola	6.190	8.657	5.244	10.654
- Atividade pecuária	3.512	1.314	1.947	4.162
Valor dos contratos (R\$)	78.314.701	47.030.810	56.785.349	109.976.951
- Atividade agrícola	43.653.476	36.364.086	40.155.369	68.665.459
- Atividade pecuária	34.661.225	10.666.724	16.629.980	41.311.492
COMERCIALIZAÇÃO				
Número de contratos	356	614	1.395	1.886
- Atividade agrícola	356	248	558	1.025
- Atividade pecuária	-	366	837	861
Valor dos contratos (R\$)	66.878.585	99.089.944	172.341.053	276.256.235
- Atividade agrícola	66.878.585	94.981.175	153.186.410	244.516.883
- Atividade pecuária	-	4.108.769	19.154.643	31.739.352

FONTE: Bacen (4).

2.4 - INFORMAÇÕES ECONÔMICAS DA AGROPECUÁRIA

TABELA 21/II - ESTIMATIVA DO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS VEGETAIS - SANTA CATARINA - SAFRAS - 99/00-00/01

(mil t)

PRODUTO	OFERTA	SAFRA 99/00						SALDO
		Demanda						
		Consumo			Reservas para sementes	Perdas	Total	
		Animal in natura	Humano in natura	Industrial				
Alho	20,8	-	4,5	3,1	4,2	2,0	13,8	7,0
Arroz	799,0	-	375,9	-	25,1	2,5	402,7	396,3
Banana	541,0	-	114,0	75,0	-	162,3	351,3	189,7
Batata	119,2	-	140,0	-	17,0	2,2	159,2	-40,0
Cebola	456,0	-	30,0	-	-	136,0	166,0	290,0
Feijão	181,5	-	75,0	1,0	8,0	12,0	96,0	85,5
Maçã	500,2	-	25,0	100,0	-	20,2	145,2	355,0
Mandioca	720,0	377,2	43,2	290,2	-	9,4	720,0	0,0
Milho(1)	3.455,0	4.235,7	85,0	50,0	4,0	162,0	4.536,7	-1.081,7
Soja	524,7	5,0	3,0	1.200,0	20,0	15,8	1.243,8	-719,1
Trigo	45,4	-	-	320,0	5,2	0,9	326,1	-280,7

(continua)

(conclusão)

(mil t)

PRODUTO	OFERTA	SAFRA 00/01						SALDO
		Demanda						
		Consumo			Reservas para sementes	Perdas	Total	
		Animal in natura	Humano in natura	Industrial				
Alho	20,9	4,5	3,2	4,4	2,0	14,1	6,8	6,8
Arroz	885,7	437,0	-	26,0	2,5	465,5	420,2	420,2
Banana	542,2	114,0	75,0	-	162,6	351,6	190,6	190,6
Batata	125,7	140,0	-	17,5	2,2	159,70	-34,0	-34,0
Cebola	375,6	30,0	-	-	115,60	145,60	230,0	230,0
Feijão	165,6	75,0	1,0	4,0	14,0	94,0	71,6	71,6
Mandioca	697,7	47,0	419,0	-	8,7	697,7	0,0	0,0
Milho(1)	4.000,0	85,0	50,0	4,0	195,0	4.799,8	-799,8	-799,8
Soja	520,9	3,0	1.150,0	20,0	15,0	1.194,0	-673,1	-673,1
Trigo	54,3	-	330,0	5,0	1,1	336,1	-281,8	-281,8

FONTE: Instituto Cepa/SC.

(1) Milho, mais outros grãos alternativos.

Obs.: Estimado em 12/7/00.

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

TABELA 22/II - EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO CATARINENSE - 1999-2001

(mil US\$/FOB)

PRODUTOS EXPORTADOS	1999	2000	2001			
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS						
Carne suína e miudezas	66.890	92.843	10.184	10.233	18.949	19.756
Carnes de aves e miudezas	422.882	424.467	32.011	52.626	59.194	55.342
Outras carnes	29.962	30.797	3.003	2.380	4.056	2.744
Mel natural	0	262	139	93	115	23
Leite, creme de leite e concentrados	1	82	7	9	0	10
Pescado e crustáceos e preparações	8.827	20.699	1.585	1.606	1.864	2.412
Subtotal	528.561	569.151	46.928	66.949	84.178	80.287
PRODUÇÃO VEGETAL E DERIVADOS						
Milho de semeadura	349	613	0	0	0	0
Arroz semibranqueado	349	435	57	45	41	21
Outros cereais	160	167	5	21	9	1
Açúcar e produtos de confeitaria	24.690	7.790	282	349	489	511
Fumo	84.388	88.697	2.199	6.144	6.054	6.927
Banana	6.241	4.284	222	245	275	305
Maçã	17.024	18.865	43	3.491	5.696	668
Outras frutas frescas	885	657	54	64	89	44
Óleo de soja, em bruto, degomado	40.169	22.902	2.417	1.981	0	1.010
Soja para semeadura	470	538	21	171	0	0
Outros grãos de soja, mesmo triturados	4.515	14	0	0	897	0
Outros óleos de soja	1.218	104	146	51	25	93
Sucos de frutas	7.513	15.390	21	154	81	655
Goma e resina	716	682	99	124	24	132
Erva-mate e derivados	2.559	2.638	199	232	222	181
Outros produtos hortícolas (frescos ou refrig.)	981	455	14	70	119	50
Preparação de produtos hortícolas (conservas)	3.832	4.342	216	234	372	199
Outros frutos e sementes oliaginosas	210	226	0	0	0	3
Subtotal	196.269	168.798	5.996	13.376	14.394	10.798
OUTROS PROD. INDÚST. AGROALIMENTAR						
Indústria de moagem	591	572	64	93	167	180
Outros produtos da indústria alimentar	3.241	3.175	208	321	268	199
Óleos e gorduras	950	1.634	61	44	78	160
Subtotal	4.781	5.382	333	459	513	540
INDUST. DA MADEIRA PAPEL E PAPELÃO						
Madeira e obras de madeiras	293.333	298.908	20.994	25.218	28.646	26.324
Móveis de madeira	184.238	214.290	13.336	14.586	19.255	16.164
Papel e papelão	93.935	105.739	11.145	6.757	9.836	9.648
Subtotal	571.506	618.937	45.475	46.561	57.737	52.135
TOTAL GERAL	1.301.118	1.362.267	98.732	127.345	156.822	143.760
TOTAL EXPORTADO SANTA CATARINA	2.567.364	2.711.703	178.928	231.173	281.818	267.132
TOTAL EXPORTADO SANTA CATARINA (%)	50,70	50,20	55,20	55,10	55,60	53,80

FONTE: Secex/Decex (19).

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

TABELA 23/II - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO, CONSUMO INTERMEDIÁRIO E PRODUTO INTERNO BRUTO SEGUNDO A ATIVIDADE ECONÔMICA DO SETOR PRIMÁRIO - SANTA CATARINA - 1995-2000

(mil R\$)

GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000 (1)
Lavouras, horticultura, floricultura	1.300.335	1.350.486	1.511.624	1.558.439	1.918.776	2.037.923
Pecuária	1.657.961	1.710.862	1.948.316	1.996.624	2.304.693	2.763.596
Indústria Rural	186.218	180.106	204.699	232.965	260.660	335.357
Silvicultura	272.169	306.731	293.417	333.697	400.268	430.027
Extração Vegetal	133.231	66.907	56.615	52.036	50.841	57.176
Prod. particular do pessoal resid.	3.940	4.091	4.882	4.673	5.669	6.206
TOTAL	3.553.852	3.619.182	4.019.553	4.178.434	4.940.909	5.630.286
Consumo Intermediário	1.018.657	1.025.672	1.152.958	1.192.549	1.416.087	1.725.191
Produto Interno Bruto	2.535.195	2.593.509	2.866.595	2.985.885	3.524.821	3.905.095

FONTE: Instituto Cepa/SC.

(1) Estimativa Instituto Cepa/SC.

TABELA 24/II VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS CATARINENSES - 1994-2000

(R\$)

PRODUTOS	1994	1995	1996
Arroz	125.616.000	129.825.000	108.443.000
Alho	26.025.000	13.070.000	18.981.000
Batata-inglesa	49.798.000	46.058.000	24.439.000
Cana-de-açúcar	16.539.000	12.510.000	10.780.000
Cebola	61.609.000	71.265.000	40.206.000
Feijão	142.551.000	132.293.000	91.004.000
Fumo	182.865.000	200.416.000	308.717.000
Mandioca	34.735.000	42.625.000	34.033.000
Milho	297.538.000	365.907.000	275.624.000
Soja	57.762.000	66.654.000	79.065.000
Tomate	18.614.000	25.197.000	17.007.000
Trigo	8.351.000	8.333.000	11.821.215
Banana	92.022.000	69.782.000	37.395.000
Laranja	7.637.000	20.006.000	10.944.000
Maçã	44.923.000	66.620.000	129.995.000
Uva	15.223.000	14.887.000	6.970.000
Bovino(1)	192.395.652	268.383.916	251.251.221
Suíno(1)	368.813.681	623.657.489	620.175.207
Frango(1)	314.344.645	482.579.885	520.337.116
Leite(1)	106.077.095	168.262.150	182.897.712
Ovos de galinha	60.661.163	88.522.973	105.689.308
Mel	6.263.970	13.743.254	17.529.787
TOTAL	2.230.364.206	2.930.597.667	2.903.304.567

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(conclusão)

PRODUTOS	(R\$)			
	1997	1998	1999	2000
Arroz	124.081.000	190.864.000	234.804.994	195.412.328
Alho	27.468.000	28.997.000	61.857.711	67.013.697
Batata-inglesa	26.489.000	29.234.000	21.286.292	30.718.846
Cana-de-açúcar	16.898.000	20.589.000	34.187.466	34.147.810
Cebola	73.307.000	52.703.000	121.693.489	131.455.871
Feijão	118.110.000	110.902.000	83.393.354	76.179.417
Fumo	377.058.000	303.060.000	401.372.217	376.790.027
Mandioca	47.469.000	54.079.000	79.415.194	100.749.278
Milho	311.908.000	327.994.000	418.834.594	546.048.178
Soja	99.249.000	110.324.000	121.126.230	145.645.349
Tomate	40.459.000	39.053.000	40.883.822	37.154.145
Trigo	4.402.000	5.710.000	8.181.346	10.771.139
Banana	38.425.000	52.002.000	52.038.241	63.036.925
Laranja	16.543.000	24.343.000	26.856.245	29.771.654
Maçã	163.234.000	180.056.000	180.270.265	158.233.322
Uva	9.218.000	10.687.000	10.608.179	11.463.567
Bovino(1)	285.768.068	340.280.318	373.819.794	490.049.140
Suíno(1)	739.844.745	740.968.631	910.166.552	1.060.071.953
Frango(1)	572.304.206	554.816.544	637.789.614	738.762.574
Leite(1)	197.860.912	207.610.536	231.046.794	299.997.523
Ovos de galinha	123.600.499	121.856.963	117.232.294	134.761.106
Mel	14.211.190	15.975.192	17.014.692	18.822.899
TOTAL	3.427.907.620	3.522.105.184	4.183.879.382	4.757.056.748

FONTE: IBGE (14).

(1) Estimativa Instituto Cepa/SC (produção de leite e abates totais).

Obs: Para os dados de produção dos anos mais recentes obtidos no LSPA, o valor da produção foi estimado temporariamente pelos preços do Instituto Cepa/SC até que os documentos acima sejam disponibilizados.

TABELA 25/II ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DAS PRINCIPAIS CULTURAS - SANTA CATARINA - 1986-2000

(ano base 1985 = 100)

ANO	ALHO	ARROZ EM CASCA	BANANA (mil cachos)	BATATA-INGLESA	CEBOLA	FEIJÃO EM GRÃO
1986	102,63	98,20	100,97	99,58	92,13	52,62
1987	108,71	100,73	97,14	85,42	110,95	77,01
1988	80,98	113,02	97,45	95,29	108,48	89,76
1989	108,65	113,88	91,14	96,95	87,94	92,16
1990	94,95	120,43	98,15	96,55	111,47	86,65
1991	96,82	130,91	81,13	95,46	110,63	62,60
1992	112,64	147,89	96,61	89,22	107,38	126,43
1993	122,45	132,44	104,01	92,28	107,42	110,11
1994	101,47	143,89	105,77	90,35	114,32	127,54
1995	103,98	147,94	86,17	93,41	106,72	108,03
1996	88,47	150,56	71,41	174,27	96,43	112,09
1997	100,29	160,59	86,78	170,27	108,73	124,45
1998	127,54	173,59	87,62	166,20	114,68	87,15
1999	135,80	194,26	94,13	159,85	165,39	105,70
2000	147,04	191,28	78,32	122,77	194,62	141,2

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(conclusão)

(ano base 1985 = 100)

ANO	MAÇÃ	MILHO EM GRÃO	SOJA EM GRÃO	TOMATE	TRIGO EM GRÃO	UVA
1986	108,71	89,10	97,01	83,78	82,98	85,84
1987	97,28	104,88	93,77	112,96	96,26	78,73
1988	106,12	104,74	93,35	111,36	56,02	106,98
1989	114,33	116,54	112,26	127,02	100,13	106,38
1990	133,38	115,03	108,22	130,59	77,59	114,85
1991	108,17	63,02	69,38	128,31	98,93	78,47
1992	137,20	130,88	133,34	115,11	114,29	107,36
1993	178,47	136,95	147,25	153,12	98,49	112,82
1994	128,77	140,03	148,95	160,23	93,62	103,50
1995	135,87	150,09	161,82	152,42	113,37	98,61
1996	173,76	132,76	180,24	92,76	112,97	71,26
1997	189,66	156,79	179,03	147,69	72,40	92,42
1998	182,06	146,79	175,37	154,22	114,17	88,85
1999	186,87	150,23	159,31	149,78	142,42	83,04
2000	240,22	179,79	184,04	147,8	136,51	102,65

FONTE: Instituto Cepa/SC.

2.5 - PREÇOS AGRÍCOLAS

TABELA 26/II - PREÇOS MÍNIMOS VIGENTES, POR PRODUTO, NA REGIÃO CENTRO-SUL - 1997-2001

(R\$)

ANO	MÊS	ARROZ IRRIGADO (sc 50 kg)	ARROZ SEQUEIRO (sc 60 kg)	FEIJÃO (sc 60 kg)	SOJA (sc 60 kg)	MILHO (sc 60 kg)	TRIGO (t)	MANDIOCA (raiz) (t)	FARINHA DE MANDIOCA (50 kg)	FÉCULA DE MANDIOCA (kg)
1997	Jan	10,53	8,85	25,20	8,14	6,70	157,00	24,00	7,40	0,220
	Fev	10,53	9,30	25,20	8,88	6,70	157,00	24,00	7,40	0,220
	Mar	10,53	9,30	25,20	8,88	6,70	157,00	24,00	7,40	0,220
	Abr	10,53	9,30	25,20	8,88	6,70	157,00	24,00	7,40	0,220
	Mai	10,53	9,30	25,20	8,88	6,70	157,00	24,00	7,40	0,220
	Jun	10,53	9,30	25,20	8,88	6,70	157,00	24,00	7,40	0,220
	Jul	10,53	9,30	25,20	8,88	6,70	157,00	24,00	7,40	0,220
	Ago	10,53	9,30	25,20	8,88	6,70	157,00	24,00	7,40	0,220
	Set	10,53	9,30	25,20	8,88	6,70	157,00	24,00	7,40	0,220
	Out	10,53	9,30	25,20	8,88	6,70	157,00	24,00	7,40	0,220
	Nov	10,53	9,30	26,00	8,88	6,70	157,00	24,00	7,40	0,220
	Dez	10,53	9,30	26,00	8,88	6,70	157,00	24,00	7,40	0,220
1998	Jan	10,53	9,30	26,00	8,88	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Fev	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Mar	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Abr	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Mai	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Jun	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Jul	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Ago	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Set	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Out	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Nov	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Dez	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(conclusão)

(R\$)

ANO	MÊS	ARROZ IRRIGADO (sc 50 kg)	ARROZ SEQUEIRO (sc 60 kg)	FEIJÃO (sc 60 kg)	SOJA (sc 60 kg)	MILHO (sc 60 kg)	TRIGO (t)	MANDIOCA (raiz) (t)	FARINHA DE MANDIOCA (50 kg)	FÉCULA DE MANDIOCA (kg)
1999	Jan	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Fev	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Mar	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Abr	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Mai	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Jun	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Jul	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	157,00	25,00	7,70	0,229
	Ago	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	185,00	25,00	7,70	0,229
	Set	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	185,00	25,00	7,70	0,229
	Out	10,53	9,30	26,00	9,50	6,70	185,00	25,00	7,70	0,229
	Nov	10,53	9,30	28,00	9,50	6,70	185,00	25,00	7,70	0,229
	Dez	10,53	9,30	28,00	9,50	6,70	185,00	25,00	7,70	0,229
2000	Jan	10,53	9,30	28,00	9,50	6,70	185,00	28,50	8,50	0,253
	Fev	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	185,00	28,50	8,50	0,253
	Mar	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	185,00	28,50	8,50	0,253
	Abr	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	185,00	28,50	8,50	0,253
	Mai	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	185,00	28,50	8,50	0,253
	Jun	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	185,00	28,50	8,50	0,253
	Jul	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	185,00	28,50	8,50	0,253
	Ago	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	205,00	28,50	8,50	0,253
	Set	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	205,00	28,50	8,50	0,253
	Out	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	205,00	28,50	8,50	0,253
	Nov	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	205,00	28,50	8,50	0,253
	Dez	10,92	9,30	28,00	9,70	7,10	205,00	28,50	8,50	0,253
2001	Jan	10,92	9,30	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Fev	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Mar	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Abr	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Mai	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Jun	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Jul	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Ago	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	205,00	30,78	9,18	0,2732
	Set	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	...	30,78	9,18	0,2732
	Out	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	...	30,78	9,18	0,2732
	Nov	10,92	8,37	28,00	9,70	7,28	...	30,78	9,18	0,2732
	Dez	10,92	8,37	...	9,70	7,28	..	30,78	9,18	0,2732

FONTE: Conab.

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

TABELA 27/II - PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES PELOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - SANTA CATARINA - JAN/DEZ - 2000

PRODUTO	(R\$)											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Alho (kg)	1,80	2,16	1,97	1,94	2,37	2,60
Arroz-irrigado (50 kg)	14,04	13,13	11,51	11,05	10,65	10,72	11,55	11,50	11,50	11,29	11,17	11,49
Batata-inglesa (50 kg)	8,74	8,07	7,50	8,09	11,92	10,49	11,70	14,75	22,50	26,55	22,28	16,27
Cana-de-açúcar (t)	32,5	32,5	32,5	32,5	32,5	32,5	23,5	...	37,5	37,5	38,63	42,5
Cebola (20kg)	2,77	3,48	5,58	5,87	9,90	8,71	10,00	5,06	5,35
Feijão-preto (60 kg)	25,81	21,86	19,35	20,06	25,75	24,86	26,25	30,00	30,00	...	24,00	26,15
Feijão-carioca (60kg)	26,71	21,71	19,30	20,17	28,93	27,57	27,00	30,00	30,00	...	30,00	35,90
Fumo em folha (estufa)(kg)	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25	2,25
Mandioca (t)	100,0	100,0	72,10	60,00	60,00	66,95	62,5
Milho em grão (60 kg)	12,30	11,24	10,32	10,81	11,29	11,00	11,34	12,09	12,12	11,91	10,53	8,85
Soja em grão (60 kg)	18,76	18,24	17,68	17,73	18,21	17,49	16,61	16,52	17,47	17,92	18,08	19,75
Tomate Long Vid(22-25 kg)	3,64	4,67	10,70	7,11	2,55	1,67	4,22	4,31	8,26	10,05	15,33	5,60
Trigo intermediário (60 kg)	11,00	11,20	11,20	11,20	11,54	12,50	12,80	13,87	13,80	13,80	11,49	11,49
Trigo superior (60kg)	11,65	11,95	11,95	12,07	12,54	13,50	13,80	14,37	14,80	14,80	12,17	12,17
Banana-caturra (20 kg)	3,15	2,00	3,13	4,53	3,93	3,71	...	4,50	5,38	5,50	4,18	5,13
Banana-prata (kg)	6,00	6,25	7,00	6,61	5,41	5,33	5,73	6,00	6,00	6,14	6,00	3,72
Erva-mate(fol. verde)(15kg)	2,23	2,2	2,37	2,37	2,41	2,41	2,41	2,43	2,44	2,57	2,71	2,75
Laranja (indústria)(t)49	48,83	46,11	40,22	39
Pêssego (kg)	06	0,45	0,3	1,13	0,75	0,67
Uva vinífera(kg)	0,55	0,62
Bovinos (30kg)1	36,00	36,00	36,00	36,00	35,18	35,00	37,00	39,81	46,58	45,00	45,90	46,30
Frangos (kg)1	0,77	0,77	0,72	0,66	0,65	0,70	0,71	0,77	0,80	0,80	0,78	0,79
Suínos (kg)1	1,15	1,15	1,09	1,02	1,00	1,00	1,00	1,09	1,10	1,10	1,12	1,20
Lã (kg)	0,5	0,58	0,58	0,58	0,5	0,5	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	1,2
Leite plataforma (l)	0,26	0,27	0,27	0,27	0,29	0,30	0,32	0,35	0,34	0,31	0,27	0,25
Ovos de galinha col. (dz)	1,1	1,06	1,1	1,12	1,13	1,17	1,22	1,11	1,1	1,04	0,98	1,01
Mel (kg)	3,57	3,38	3,34	3,28	3,45	3,65	3,95	3,81	3,66	3,8	3,89	3,71

FONTE: Instituto Cepa/SC.

NOTA: As médias referem-se aos preços mais comuns registrados diariamente nas principais regiões produtoras.

(1) Refere-se ao preço pelo peso do animal vivo.

TABELA 28/II - PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES PELOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - SANTA CATARINA - JAN/JUN-2001

PRODUTO	(R\$)					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Alho (kg)	1,90	1,90	1,95	2,20	2,20	2,20
Arroz-irrigado (50 kg)	12,53	12,26	11,64	11,66	12,31	13,86
Batata-inglesa (50 kg)	14,02	18,47	20,61	25,22	28,31	25,91
Cana-de-açúcar (t)	45	45	43,75	45	58,75	60,00
Cebola (20kg)	7,07	8,00	5,22	10,47	7,01	5,72
Feijão-preto (60 kg)	28,68	34,28	34,25	39,56	47,09	59,47
Feijão-carioca (60kg)	42,32	37,56	52,62	50,61	42,68	42,95
Fumo em folha (estufa)(kg)	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36
Mandioca (t)	45,00	47,68	49,63
Milho em grão (60 kg)	7,85	7,70	8,00	7,78	8,00	8,39
Soja em grão (60 kg)	19,43	18,58	17,45	17,28	18,08	20,07
Tomate Long Vid (22-25 kg)	3,91	4,67	8,71	14,21	15,41	11,26
Trigo intermediário (60 kg)	11,43	11,60	11,79	13,61	14,81	15,96
Trigo superior (60kg)	12,37	12,40	12,56	14,32	15,52	16,39

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(conclusão)

PRODUTO	(R\$)					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Banana-caturra (20 kg)	7,97	4,23	5,21	6,26	3,66	2,00
Banana-prata (cx20kg)	6,80	8,91	9,00	8,42	7,07	6,13
Erva-mate (fol. verde)(15kg)	2,82	3,12	3,13	3,14	3,16	3,20
Laranja (indústria)(t)	42	57,11
Pêssego (kg)	0,65	0,52
Uva (kg)	0,62	0,63	0,75
Bovinos (30kg)1	47,11	44,11	45,00	45,00	45,18	46
Frangos (kg)1	0,79	0,80	0,76	0,75	0,74	0,77
Suínos (kg)1	1,16	1,07	1,10	1,25	1,23	1,21
Lã (kg)	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3	1,31
Leite plataforma (l)	0,25	0,25	0,26	0,28	0,30	0,32
Ovos de galinha (dz)	1,03	1,01	1,06	1,04	1,07	1,06
Mel (kg)	4,01	4,02	3,91	3,64	4,06	3,96

FONTE: Instituto Cepa/SC.

NOTA: As médias referem-se aos preços mais comuns registrados diariamente nas principais regiões produtoras.

(1) Refere-se ao preço pelo peso do animal vivo.

TABELA 29/II - ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES CATARINENSES - IPR - 2000-2001

(maio/00 a maio/01 - base: agosto/94=100)

ANO-MÊS/ PRODUTO	2000								2001				
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Alho	188,10	206,35	215,08	220,63	220,63	220,63	220,63	220,63	150,79	150,79	154,76	174,60	174,6
Arroz	111,64	112,37	121,07	120,55	120,55	118,34	117,09	120,44	131,34	128,51	122,01	122,22	129,04
Batata	90,65	79,77	88,97	112,17	171,10	201,90	169,43	123,73	106,62	140,46	156,73	191,79	215,29
Cebola	638,71	561,94	645,16	494,19	486,45	391,61	326,45	345,16	456,13	516,13	530,32	675,48	452,26
Feijão-carioca	137,76	131,29	128,57	142,86	142,86	130,24	142,86	170,95	201,52	178,86	250,57	241,00	203,24
Fumo	141,55	141,55	141,55	141,55	141,55	141,55	141,55	141,55	161,97	161,97	166,20	166,20	166,20
Mandioca	260,85	217,08	217,08	242,22	265,09	255,93	246,82	242,26	242,26	242,26	242,26	162,81	172,50
Milho em grão	188,17	183,33	189,00	201,50	202,00	198,50	175,50	147,50	130,83	128,33	133,33	129,67	133,33
Soja em grão	171,63	164,84	156,55	155,70	164,66	168,90	170,41	186,15	183,13	175,12	164,47	162,87	170,41
Tomate	26,13	17,11	43,24	44,16	84,63	102,97	157,07	57,38	40,06	47,85	89,24	145,59	157,89
Trigo	162,31	175,81	180,03	195,08	194,09	194,09	161,60	161,60	160,76	163,15	165,82	191,42	208,30
Banana-caturra	135,05	127,49	154,64	154,64	184,88	189,00	143,64	127,84	273,88	145,36	179,04	215,12	125,77
Maçã	90,00	78,00	93,00	66,00	66,00	72,00	72,00	72,00	72,00	72,00	99,00	114,00	147,00
Bovinos	161,83	161,83	170,12	183,96	214,38	207,47	211,62	207,47	217,15	203,32	207,47	207,47	208,85
Frangos	106,56	114,75	116,39	126,23	131,15	131,15	127,87	129,51	129,51	131,15	124,59	122,95	121,31
Suínos	149,25	149,25	149,25	162,69	164,18	164,18	167,16	179,10	173,13	159,70	164,18	186,57	183,58
Leite	145,00	150,00	160,00	175,00	170,00	155,00	135,00	125,00	125,00	125,00	130,00	140,00	150,00
GERAL	158,49	155,12	161,99	166,57	173,57	169,13	161,72	159,58	169,60	161,04	169,92	179,33	169,02

FONTE: Instituto Cepa/SC.

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

TABELA 30/II - PREÇOS MÉDIOS MENSAIS DOS PRODUTOS DE PESCA EM FRIGORÍFICOS ATACADISTAS - SANTA CATARINA - 2000-2001

(jun/00 a jun/01) (R\$/Kg pescado inteiro)

ANO/MÊS	2000							2001					
	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
ESPÉCIES													
Abrótea Grande	1,45	1,18	1,23	1,21	1,47	1,53	1,40	1,77	1,77	1,83	1,78	1,79	1,49
Abrótea Média	0,75	0,66	0,77	0,69	1,07	1,13	0,96	1,43	1,13	1,18	1,33	1,25	1,31
Abrótea Pequena	0,60	0,60	0,80	0,80	0,73	0,93	0,80	0,90	0,93	0,88	0,92
Anchova Grande	2,80	2,60	2,28	2,44	3,04	3,13	2,87	2,53	3,58	3,33	3,08	3,15	3,11
Anchova Média	...	1,50	1,33	1,38	1,83	2,42	1,88	1,93	2,70	2,50	2,88	2,38	2,37
Anchova Pequena	...	0,88	0,83	0,69	1,17	1,27	1,04	1,27	1,43	1,43	1,50	1,38	1,50
Atum Grande
Atum Médio
Atum Pequeno
Bagre	0,86	0,88	0,96	0,90	0,97	1,00	0,96	1,05	1,12	1,04	1,31	1,07	1,06
Betara	1,18	1,19	1,21	1,26	1,22	1,26	1,25	1,23	1,41	1,43	1,43	1,36	1,40
Cação-Anjo	2,10	1,98	1,49	1,62	1,92	2,08	1,87	2,53	2,37	2,4	2,14	2,43	2,24
Cação-Caçonete	2,00	1,50	1,43	1,48	1,47	1,68	1,54	1,93	1,72	1,75	1,83	1,80	1,57
Cação-Enguia	0,50	0,53	0,55	0,53	0,57	0,47	0,52	1,27	0,67	0,70	0,61	0,88	0,67
Cação-Machote	2,25	2,10	1,88	2,04	1,53	2,47	2,01	2,53	3,02	2,53	2,48	2,69	2,14
Cação-Raia	0,55	0,50	0,48	0,50	0,43	0,95	0,63	1,93	0,94	0,73	0,59	1,20	0,64
Cação-Viola	1,10	1,00	1,13	1,03	1,27	1,38	1,23	1,27	1,64	1,07	1,24	1,33	1,32
Camarão-Sete-Barbas	7,00	0,85	0,85	0,80	...	0,80	1,20	0,80	0,90	0,90	0,87
Camarão-Ferrinho	0,80	0,90	0,70	...	0,80	0,70	0,80	0,87	0,77	0,80
Camarão Médio Primeira	12,00	...	6,67	9,58	10,08	11,67	10,44	7,76	11,33	11,50	10,56	10,20	7,33
Camarão Médio Segunda	10,00	9,33	8,88	7,33	...	8,10	12,00
Camarão Médio Terceira	5,00	5,00	5,67	5,42	5,36	4,50	5,42	6,50	5,00	5,47	5,00
Camarão-Rosa	28,00	...	19,33	21,50	12,50	27,00	17,78	...
Congrio-Rosa	5,00	2,50	...	4,50	...	5,00	...	4,75	...
Corvina Grande	1,29	1,16	1,20	1,08	1,13	1,22	1,14	1,13	1,42	1,56	1,52	1,37	1,52
Corvina Média	0,70	0,75	0,80	0,69	0,83	0,83	0,78	0,80	1,22	1,15	1,09	1,06	1,11
Corvina Pequena	...	1,00	0,57	0,55	0,57	0,57	0,56	0,53	0,83	0,86	0,84	0,74	0,86
Espada Grande	0,60	0,48	0,51	0,51	0,54	0,65	0,56	0,97	0,68	0,71	0,64	0,79	0,91
Espada Média	0,40	0,40	0,43	0,39	0,41	0,63	0,50	0,58	0,50	0,57	0,55
Espada Pequena	0,30	0,30	0,33	0,33	0,42	0,33	0,33

(continua)

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

(conclusão)

(jun/00 a jun/01) (R\$/Kg pescado inteiro)

ANO/MÊS	2000							2001					
	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Gordinho	1,18	0,79	0,83	1,01	1,04	1,03	1,03	0,87	1,11	0,97	1,07	0,98	1,14
Guaivira	0,45	0,43	0,35	0,35	0,65	0,68	0,56	0,67	0,75	0,45	0,63	0,62	0,48
Linguado Grande	5,38	5,00	4,92	4,98	5,88	4,67	5,17	5,17	6,00	5,58	5,00	5,58	4,59
Linguado Médio	4,00	4,00	3,83	3,96	4,21	3,67	3,94	4,17	4,08	3,92	3,83	4,06	3,50
Linguado Pequeno	...	1,75	2,13	1,84	3,00	2,33	2,39	2,67	2,15	2,15	2,33	2,32	2,50
Lula Primeira	4,50	2,30	2,60	2,90	2,70	2,75	...
Lula Segunda	2,50	1,00	...	1,75	...
Lula Terceira
Manjuba	0,20	0,26	0,25	...	0,35
Mistura	1,00	0,40	0,57	0,58	0,61	0,54	0,58	0,68	0,93	0,92	0,74	0,84	1,08
Papa-Terra	1,27	1,27	1,21	1,27	1,25	1,23	1,33	1,33	1,33	1,30	1,30
Pescada-Goete Grande	3,05	1,15	1,03	1,17	1,45	1,43	1,35	1,47	1,70	1,49	1,47	1,55	1,54
Pescada-Goete Média	...	0,70	0,87	1,06	1,26	1,05	1,12	1,13	1,32	1,26	1,13	1,24	1,29
Pescada-Goete Pequena	0,60	0,55	0,72	0,77	0,68	...	1,13	0,76	0,73	0,95	0,92
Pescada-Maria-Mole Grande	1,10	1,25	1,12	1,19	1,33	1,38	1,30	1,63	1,68	1,49	1,46	1,60	1,53
Pescada-Maria-Mole Média	...	0,78	0,78	0,64	0,84	0,77	0,75	0,93	1,32	1,26	1,09	1,17	1,06
Pescada-Maria-Mole Peq.	0,73	0,57	0,52	0,53	0,54	0,63	0,93	0,73	0,77	0,76	0,72
Pescada Grande	3,00	4,38	2,96	2,63	1,28	2,97	2,29	1,93	3,03	2,77	3,51	2,58	3,36
Pescada Média	1,80	1,60	1,71	1,74	1,43	2,02	1,73	1,43	1,97	2,00	2,17	1,80	2,04
Pescada Pequena	1,20	1,00	1,08	1,02	1,00	1,03	1,02	0,93	1,37	1,18	1,19	1,16	1,16
Porco Grande	...	0,53	0,59	0,58	0,72	0,62	0,64	0,67	1,38	0,80	0,89	0,95	0,84
Porco Médio	...	0,30	0,37	0,32	0,60	0,47	0,46	0,43	0,57	0,69	0,83	0,56	0,77
Porco Pequeno	0,30	0,30	0,40	0,33	0,34	0,30	0,37	0,40	0,57	0,36	0,50
Sardinha Fresca Grande	1,43	0,90	1,05	1,09	1,18	1,27	1,18	1,17	4,00	0,00	1,31	1,72	1,21
Sardinha Fresca Média	0,90	0,90	0,90	0,87	0,89	1,40	0,98	1,40	0,80
Sardinha Fresca Pequena	0,65	0,50	0,60	...	0,60	...	1,10	0,63	0,85	0,63
Tainha Grande	1,58	1,90	1,85	1,96	1,97	1,93	1,95	2,10	2,25	2,53	2,25	2,29	2,58
Tainha Média	1,10	1,30	1,27	1,27	1,30	1,50	1,36	1,67	1,78	1,60	1,85	1,68	1,91
Tainha Pequena	1,10	...	0,93	0,93	1,00	1,07	1,00	1,07	1,23	1,20	1,10	1,17	1,20
Berbigão Limpo	3,15	3,50	4,00	3,80	3,20	3,90	3,80
Carne de Siri	5,33	5,33	6,17	6,50	6,00	6,17	6,83	5,33	4,67	6,11	5,67

FONTE: Instituto Cepa/SC.

TABELA 31/II - PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS AQUICULTORES EM SANTA CATARINA 2000-2001

(jun/00 a jun/01) (R\$/kg)

ANO	MÊS	BAGRE AFRICA NO (IND)	BAGRE AFRICA NO (VIVO)	BAGRE AMERICANO (IND)	BAGRE AMERICANO (VIVO)	CARPA CHINE-SA (IND)	CARPA CHINE-SA (VIVO)	CARPA COMUM (IND)	CARPA COMUM (VIVO)	TILÁPIA (IND)	TILÁPIA (VIVO)	TRUTA (IND)	TRUTA (VIVO)
2000	Jun	1,55	1,58	2,60	2,33	0,85	1,40	0,78	1,46	0,88	1,49	4,25	5,25
	Jul	1,55	1,35	2,60	2,50	0,85	1,21	0,78	1,36	0,88	1,47	4,25	5,19
	Ago	0,80	1,47	...	2,50	0,75	1,41	0,75	1,33	0,90	1,51	...	5,33
	Set	0,80	1,39	...	2,50	0,75	1,41	0,78	1,29	0,88	1,44	...	5,33
	Out	0,93	1,60	...	2,42	0,77	1,47	0,79	1,44	1,00	1,56	...	5,25
	Nov	1,00	1,68	...	2,48	0,77	1,61	0,81	1,49	0,94	1,63	...	5,25
	Dez	1,00	1,60	...	2,33	0,80	1,59	0,85	1,56	1,09	1,65	...	5,25
2001	Jan	1,00	1,66	...	2,38	0,80	1,63	0,85	1,55	0,92	1,52	...	5,25
	Fev	1,00	1,68	...	2,33	0,8	1,48	0,85	1,43	0,92	1,55	...	5,25
	Mar	1,00	1,68	...	2,25	0,80	1,52	0,85	1,52	0,95	1,55	...	5,25
	Abr	1,00	1,60	...	2,43	0,80	1,57	0,85	1,63	0,95	1,65	...	4,75
	Mai	0,80	1,54	...	2,09	0,92	1,58	0,9	1,55	0,99	1,62	...	5,13
	Jun	0,80	1,50	...	2,44	0,80	1,52	0,88	1,47	1,01	1,59	...	5,13

(continua)

(conclusão)

(jun/00 a ju/01) (R\$/kg)

ANO	MÊS	OSTRA MÉDIA (R\$/dz)		OSTRA GRANDE (R\$/dz)		MARISCO COM CASCA		MARISCO SEM CASCA	
		Sem Sif	Com Sif	Sem Sif	Com Sif	Sem Sif	Com Sif	Sem Sif	Com Sif
2000	Jun	2,80	3,50	3,68	4,00	0,71	2,35	3,90	...
	Jul	2,80	3,50	3,75	4,40	0,71	3,30	3,83	...
	Ago	2,80	3,50	3,75	4,40	0,67	3,30	3,83	...
	Set	3,00	3,50	3,75	4,40	0,67	3,30	3,83	...
	Out	3,00	3,80	3,83	4,53	0,77	3,23	3,83	4,40
	Nov	3,20	3,80	4,10	4,70	0,80	3,27	3,83	4,40
	Dez	3,20	4,00	4,17	5,33	0,80	3,33	4,17	4,80
2001	Jan	3,50	4,17	4,17	5,00	0,67	3,67	4,10	5,03
	Fev	3,50	4,17	4,33	5,00	0,73	3,67	4,1	5,03
	Mar	4,00	4,33	5,00	5,50	0,73	3,17	4,17	5,17
	Abr	4,00	4,33	4,66	5,33	0,73	2,50	4,17	4,57
	Mai	4,00	4,33	4,83	5,33	0,77	2,50	4,50	4,57
	Jun	4,00	4,33	4,83	5,33	0,70	2,33	4,33	4,57

FONTE: Instituto Cepa/SC.

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2000 - 2001

TABELA 32/II - EQUIVALÊNCIA ENTRE PREÇOS PAGOS E RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES CATARINENSES PARA PRODUTOS SELECIONADOS - 1998-2000

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	INSUMO/PRODUTO (1)			VARIÇÃO (%)		
		2000 A	1999 B	1998 C	A/B	A/C	B/C
ARROZ (sc 50 kg)							
. Sataniil E	20 l	22,04	16,74	11,38	31,67	93,71	47,11
. Microtrator (14 a 15 Cv)	Unid	803,86	595,82	576,97	34,92	39,32	3,27
. Uréia	sc 50 kg	1,73	1,10	0,89	57,73	94,18	23,11
FEIJÃO-PRETO (sc 60 kg)							
. Adubo 05-20-10	sc 50 kg	0,72	0,65	0,27	11,72	164,70	136,93
. Calcário ensacado	T	1,48	1,28	0,69	16,27	115,97	85,74
. Dithane PM	kg	0,46	0,39	0,16	16,46	178,58	139,21
MILHO (sc 60 kg)							
. Adubo 07-30-13	sc 50 kg	2,16	2,46	2,02	-12,33	6,64	21,64
. Calcário ensacado	t	3,60	3,78	4,34	-4,81	-17,04	-12,85
. Primestra	5 l	4,47	4,77	4,20	-6,22	6,47	13,54
. Trator (62 a 65 Cv)	unid	2.678,55	2.688,75	2.947,41	-0,38	-9,12	-8,78
SOJA (sc 60 kg)							
. Adubo 03-30-15	sc 50 kg	1,31	1,38	1,15	-4,94	14,23	20,16
. Calcário ensacado	t	2,25	2,26	2,56	-0,65	-12,27	-11,70
. Trifluralina 445	l	0,51	0,51	0,39	-0,31	29,33	29,73
. Trator (62 a 65 Cv)	unid	1.671,28	1.607,39	1.736,22	3,98	-3,74	-7,42
TRIGO (sc 60 kg)							
. Adubo 05-25-25	sc 50 kg	1,99	2,73	1,95	-27,27	1,77	39,93
. Uréia	sc 50 kg	1,65	1,89	1,57	-12,58	5,12	20,24
. Tilt 250 CE	l	5,83	8,25	5,80	-29,27	0,65	42,31
BATATA (sc 50 kg)							
. Adubo 05-20-10	sc 50 kg	1,39	1,80	1,00	-22,82	39,60	80,87
. Manzate BR	kg	0,90	1,10	0,60	-18,09	50,49	83,73
. Superfosfato triplo	sc 50 kg	1,85	2,41	1,33	-23,02	39,09	80,70
BANANA-CATURRA (cx 20 kg)							
. Adubo 00-20-20	sc 50 kg	5,16	7,33	6,65	-29,62	-22,35	10,33
. Óleo mineral	200 l	63,66	79,96	77,56	-20,38	-17,93	3,09
. Roundup 480	l	2,61	3,86	3,97	-32,32	-34,19	-2,77
CEBOLA (sc 20 kg)							
. Adubo 05-20-10	sc 50 kg	3,01	4,46	3,62	-32,44	-16,82	23,12
. Microtrator (14 a 15 Cv)	unid	1.444,05	2.058,03	2.043,67	-29,83	-29,34	0,70
FUMO (kg)							
. Diária trabalhador rural	unid	6,64	6,16	6,49	7,90	2,35	-5,15
. Lenha (eucalipto/bracatinga)	m st	4,67	4,35	4,52	7,31	3,34	-3,70
TOMATE (cx 22 a 25 kg)							
. Adubo 05-20-10	sc 50 kg	3,03	2,97	3,20	2,02	-5,29	-7,17
. Ridomil+Mancozeb	kg	6,91	7,30	7,04	-5,36	-1,84	3,73
. Decis	250 ml	1,98	2,03	1,98	-2,49	-0,02	2,53
. Diária trabalhador rural	unid	2,06	2,12	3,04	-2,47	-32,06	-30,33
BOI GORDO (arroba)							
. Arame farpado	500 m	1,46	1,46	1,41	0,57	3,76	3,17
. Bezerro desmamado	unid	6,16	5,96	5,10	3,35	20,76	16,84
LEITE (litro)							
. Arame farpado	500 m	200,01	193,58	181,60	3,32	10,14	6,60
. Ração p/ bovinos lactação	sc 40 kg	46,17	49,19	44,67	-6,15	3,36	10,14
. Vaca leit. s/ registro	unid	1.613,01	1.698,10	1.701,23	-5,01	-5,19	-0,18
SUÍNO (kg)							
. Concentrado p/ suínos	sc 40 kg	16,35	14,49	16,12	12,87	1,41	-10,15
. Milho (produtor)	sc 60 kg	10,36	9,87	9,55	5,02	8,49	3,31
. Ração p/ suínos inicial	sc 40 kg	16,27	14,45	15,46	12,62	5,28	-6,52

FONTE: Instituto Cepa/SC.

(1) índice anual, obtido pela média dos índices mensais, que expressa a quantidade de produto necessário para adquirir o insumo nas unidades de medida estabelecidas.

PARTE III

Verso Folha Parte III

ANEXO I

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM INDICAÇÃO DAS MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS - 1997	
MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE	
MRG SÃO MIGUEL DO OESTE	
Anchieta	Santiago do Sul
Bandeirante	São Bernardino
Barra Bonita	São Carlos
Belmonte	São Lourenço do Oeste
Descanso	São Miguel da Boa Vista
Dionísio Cerqueira	Saudades
Guaraciaba	Serra Alta
Guarujá do Sul	Sul Brasil
Iporã do Oeste	Tigrinhos
Itapiranga	União do Oeste
Mondai	MRG XANXERÊ
Palma Sola	Abelardo Luz
Paraíso	Bom Jesus
Princesa	Coronel Martins
Riqueza	Entre Rios
Romelândia	Faxinal dos Guedes
Santa Helena	Galvão
São João do Oeste	Ipuaçu
São José do Cedro	Jupia
São Miguel do Oeste	Lajeado Grande
Tunápolis	Marema
MRG CHAPECÓ	Ouro Verde
Águas de Chapecó	Passos Maia
Águas Frias	Ponte Serrada
Bom Jesus do Oeste	São Domingos
Caibi	Vargeão
Campo Erê	Xanxerê
Caxambú do Sul	Xaxim
Chapecó	MRG JOAÇABA
Cordilheira Alta	Água Doce
Coronel Freitas	Arroio Trinta
Cunha Porã	Caçador
Cunhataí	Calmon
Flor do Sertão	Capinzal
Formosa do Sul	Catanduvas
Guatambu	Erval Velho
Iraceminha	Fraiburgo
Iratí	Herval do Oeste
Jardinópolis	Ibiam
Maravilha	Ibicaré
Modelo	Iomerê
Nova Erechim	Jaborá
Nova Itaberaba	Joaçaba
Novo Horizonte	Lacerdópolis
Palmitos	Lebon Régis
Pinhalzinho	Luzerna
Planalto Alegre	Macieira
Quilombo	Matos Costa
Saltinho	Ouro
Santa Terezinha do Progresso	Pinheiro Preto
	Rio das Antas

(continua)

(continuação)

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM INDICAÇÃO DAS MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS - 1997	
Salto Veloso	Brunópolis
Tangará	Campos Novos
Treze Tílias	Curitibanos
Vargem Bonita	Frei Rogério
Videira	Monte Carlos
MRG CONCÓRDIA	Ponte Alta
Alto bela Vista	Ponte Alta do Norte
Arabutã	Santa Cecília
Arvoredo	São Cristovão do Sul
Concórdia	Vargem
Ipira	Zortéa
Ipumirim	MRG CAMPOS DE LAGES
Irani	Anita Garibaldi
Itá	Bocaina do Sul
Lindóia do Sul	Bom Jardim da Serra
Paial	Bom Retiro
Peritiba	Campo Belo do Sul
Piratuba	Capão Alto
Presidente Castelo Branco	Celso Ramos
Seara	Cerro Negro
Xavantina	Correia Pinto
MESORREGIÃO NORTE CATARINENSE	Lages
MRG CANOINHAS	Otacílio Costa
Bela Vista do Toldo	Painel
Canoinhas	Palmeira
Irineópolis	Rio Rufino
Itaiópolis	São Joaquim
Mafra	São José do Cerrito
Major Vieira	Urubici
Monte Castelo	Urupema
Papanduva	MESORREGIÃO VALE DO ITAJAÍ
Porto União	MRG RIO DO SUL
Santa Terezinha	Agronômica
Timbó Grande	Aurora
Três Barras	Braço do Trombudo
MRG SÃO BENTO DO SUL	Doma Emma
Campo Alegre	Ibirama
Rio Negrinho	José Boiteux
São Bento do Sul	Laurentino
MRG JOINVILLE	Lontras
Araquari	Mirim Doce
Balneário Barra do Sul	Pouso Redondo
Corupá	Presidente Getúlio
Garuva	Presidente Nereu
Guaramirim	Rio do Campo
Itapoá	Rio do Oeste
Jaraguá do Sul	Rio do Sul
Joinville	Salete
Massaranduba	Taió
São Francisco do Sul	Trombudo Central
Schroeder	Vitor Meirelles
MESORREGIÃO SERRANA	Witmarsun
MRG CURITIBANOS	MRG BLUMENAU
Abdon Batista	Apiuna

(continua)

(conclusão)

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM INDICAÇÃO DAS MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS - 1997	
<p>Acurrra Benedito Novo Blumenau Botuverá Brusque Doutor Pedrinho Gaspar Guabiruba Indaial Luiz Alves Pomerode Rio dos Cedros Rodeio Timbó</p> <p>MRG ITAJAÍ</p> <p>Balneário Camboriú Barra Velha Bombinhas Camboriú Ilhota Itajaí Itapema Navegantes Penha Piçarras Porto Belo São João do Itaperiú</p> <p>MRG ITUPORANGA</p> <p>Agrolândia Atalanta Chapadão do Lajeado Imbuia Ituporanga Petrolândia Vidal Ramos</p> <p>MESORREGIÃO GRANDE FLORIANÓPOLIS</p> <p>MRG TIJUCAS</p> <p>Angelina Canelinha Leoberto Leal Major Gercino Nova Trento São João Batista Tijucas</p> <p>MRG FLORIANÓPOLIS</p> <p>Antônio Carlos Biguaçu Florianópolis Governador Celso Ramos Palhoça Paulo Lopes Santo Amaro da Imperatriz São José São Pedro de Alcântara</p>	<p>MRG TABULEIRO</p> <p>Águas Mornas Alfredo Wagner Anitápolis Rancho Queimado São Bonifácio</p> <p>MESORREGIÃO SUL CATARINENSE</p> <p>MRG TUBARÃO</p> <p>Armazém Braço do Norte Capivari de Baixo Garopaba Grão-Pará Gravatal Imaruí Imbituba Jaguaruna Laguna Orleans Pedras Grandes Rio Fortuna Sangão Santa Rosa de Lima São Ludgero São Martinho Treze de Maio Tubarão</p> <p>MRG CRICIÚMA</p> <p>Cocal do Sul Criciúma Forquilha Içara Lauro Muller Morro da Fumaça Nova Veneza Siderópolis Treviso Urussanga</p> <p>MRG ARARANGUÁ</p> <p>Araranguá Balneário Arroio do Silva Balneário Gaivota Ermo Jacinto Machado Maracajá Meleiro Morro Grande Passo de Torres Praia Grande Santa Rosa do Sul São João do Sul Sombrio Timbé do Sul Turvo</p>

Verso anexo I

ANEXO II

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
<p>ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - GRANFPOLIS</p> <p>Águas Mornas Alfredo Wagner Angelina Anitápolis Antônio Carlos Biguaçu Canelinha Florianópolis Garopaba Governador Celso Ramos Leoberto Leal Major Gercino Nova Trento Palhoça Paulo Lopes Rancho Queimado Santo Amaro da Imperatriz São Bonifácio São João Batista São José São Pedro de Alcântara Tijucas</p> <p>ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI</p> <p>Balneário Camboriú Bombinhas Camboriú Ilhota Itajaí Itapema Luiz Alves Navegantes Penha Piçarras Porto Belo</p> <p>ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI</p> <p>Apiúna Ascurra Benedito Novo Blumenau Botuverá Brusque Doutor Pedrinho Gaspar Guabiruba Indaial Pomerode Rio dos Cedros Rodeio</p>	<p>Timbó</p> <p>ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - AMUNESC</p> <p>Araquari Balneário Barra do Sul Campo Alegre Garuva Itapoá Joinville Rio Negrinho São Bento do Sul São Francisco do Sul</p> <p>ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA - AMOSC</p> <p>Águas de Chapecó Águas Frias Caxambu do Sul Chapecó Cordilheira Alta Coronel Freitas Formosa do Sul Guatambu Irati Jardinópolis Nova Erechim Nova Itaberaba Pinhalzinho Planalto Alegre Quilombo Santiago do Sul Serra Alta São Carlos Sul Brasil União do Oeste</p> <p>ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE - AMPLA</p> <p>Itaiópolis Mafra Monte Castelo Papanduva</p> <p>ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA - AMREC</p> <p>Criciúma Forquilha Içara Lauro Müller Morro da Fumaça Nova Veneza Siderópolis Treviso Urussanga</p>

(continua)

(continuação)

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - AMAUC Alto Bela Vista Arabutã Arvoredo Concórdia Ipirá Ipumirim Irani Itá Jaborá Lindóia do Sul Paial Peritiba Piratuba Presidente Castelo Branco Seara Xavantina ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL Armazém Braço do Norte Capivari de Baixo Grão-Pará Gravatal Imaruí Imbituba Jaguaruna Laguna Orleans Pedras Grandes Rio Fortuna Sangão Santa Rosa de Lima São Ludgero São Martinho Treze de Maio Tubarão ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA - AMURES Anita Garibaldi Bocaina do Sul Bom Jardim da Serra Bom Retiro Campo Belo do Sul Capão Alto Cerro Negro Correia Pinto Lages Otacílio Costa Rio Rufino Painel Palmeira Ponte Alta São Joaquim São José do Cerrito Urubici Urupema	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - AMARP Arroio Trinta Curitibaanos Fraiburgo Frei Rogério Ibiam Iomerê Macieira Pinheiro Preto Ponte Alta do Norte Rio das Antas Salto Veloso São Cristóvão do Sul Timbó Grande Videira ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - AMAVI Agrolândia Agronômica Atalanta Aurora Braço do Trombudo Chapadão do Lajeado Dona Emma Ibirama Imbuia Ituporanga José Boiteux Laurentino Lontras Mirim Doce Petrolândia Pouso Redondo Presidente Getúlio Presidente Nereu Rio do Campo Rio do Oeste Rio do Sul Salete Santa Terezinha Taió Trombudo Central Vidal Ramos Vitor Meirelles Witmarsun ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MEIO OESTE CATARINENSE - AMMOC Água Doce Capinzal Catanduvas Erval Velho Herval do Oeste Ibicaré Joaçaba Lacerdópolis Luzerna Ouro

(continua)

(conclusão)

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Tangará	Morro Grande
Treze Tílias	Passo de Torres
Vargem Bonita	Praia Grande
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE CATARINENSE - AMEOSC	Santa Rosa do Sul
Bandeirante	São João do Sul
Barra Bonita	Sombrio
Belmonte	Timbé do Sul
Descanso	Turvo
Dionísio Cerqueira	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO - AMURC
Guaraciaba	Bela Vista do Toldo
Guarujá do Sul	Caçador
Iporã do Oeste	Canoinhas
Itapiranga	Calmon
Mondáí	Irineópolis
Palma Sola	Lebon Régis
Paraisópolis	Major Vieira
Princesa	Matos Costa
Santa Helena	Porto União
São João do Oeste	Santa Cecília
São José do Cedro	Três Barras
São Miguel do Oeste	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS - AMERIOS
Tunápolis	Anchieta
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI	Bom Jesus do Oeste
Abelardo Luz	Caibi
Bom Jesus	Campo Erê
Coronel Martins	Cunha Porã
Entre Rios	Cunhataí
Faxinal dos Guedes	Flor do Sertão
Galvão	Iraceminha
Ipuaçu	Maravilha
Lajeado Grande	Modelo
Marema	Palmitos
Ouro Verde	Riqueza
Passos Maia	Romelândia
Ponte Serrada	Saltinho
São Domingos	Santa Terezinha do Progresso
Vargeão	São Miguel da Boa Vista
Xanxerê	Saudades
Xaxim	Tigrinhos
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPOCU - AMVALI	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE CATARINENSE - AMNOROESTE
Barra Velha	Jupia
Corupá	Novo Horizonte
Guaramirim	São Bernardino
Jaraguá do Sul	São Lourenço do Oeste
Massaranduba	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO SUL CATARINENSE - AMPLASC
São João do Itaperiú	Abdon Batista
Schroeder	Brunópolis
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE - AMESC	Campos Novos
Araranguá	Celso Ramos
Balneário Arroio do Silva	Monte Carlo
Balneário Gaivota	Vargem
Ermo	Zortéa
Jacinto Machado	MUNICÍPIOS NÃO FILIADOS A NENHUMA ASSOCIAÇÃO
Maracajá	Cocal do Sul
Meleiro	

Verso anexo II

ANEXO III

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM INDICAÇÃO DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS E MUNICÍPIOS - 1997		
REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA/SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIOS
RH-1 EXTREMO OESTE	PEPERI-GUAÇU	Bandeirante Barra Bonita Belmonte Dionísio Cerqueira Guaraciaba Guarujá do Sul Itapiranga Paraíso Princesa Santa Helena São João do Oeste São José do Cedro São Miguel do Oeste Tunápolis
	RIO DAS ANTAS	Anchieta Caíbi Campo Erê Cunha Porã Descanso Flor do Sertão Iporã do Oeste Iraceminha Maravilha Mondaí Palma Sola Palmitos Riqueza Romelândia Santa Terezinha Progresso São Miguel da Boa Vista Tigrinhos
RH-2 MEIO OESTE	RIO CHAPECÓ	Abelardo Luz Águas de Chapecó Águas Frias Bom Jesus do Oeste Caxambu do Sul Cordilheira Alta Coronel Freitas Coronel Martins Cunhataí Entre Rios Formosa do Sul Galvão Guatambu Ipuaçu Irati Jardinópolis Jupia Lajeado Grande

(continua)

(continuação)

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM INDICAÇÃO DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS E MUNICÍPIOS - 1997		
REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA/SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIOS
RH-2 MEIO OESTE	RIO CHAPECÓ	Marema Modelo Nova Erechim Nova Itaberaba Novo Horizonte Ouro Verde Pinhalzinho Planalto Alegre Quilombo Saltinho Santiago do Sul São Bernadino São Carlos São Domingos São Lourenço do Oeste Saudades Serra Alta Sul Brasil União do Oeste
	RIO IRANI	Arvoredo Bom Jesus Chapecó Faxinal dos Guedes Passos Maia Ponte Serrada Vargeão Xanxerê Xavantina Xaxim
RH-3 VALE DO RIO DO PEIXE	RIO DO PEIXE	Arroio Trinta Caçador Calmon Capinzal Erval Velho Fraiburgo Herval do Oeste Ibiam Ibicaré Iomerê Ipira Joaçaba Lacerdópolis Luzerna Macieira Ouro Peritiba Pinheiro Preto Piratuba Rio das Antas

(continua)

(continuação)

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM INDICAÇÃO DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS E MUNICÍPIOS - 1997		
REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA/SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIOS
RH-3 VALE DO RIO DO PEIXE	RIO DO PEIXE	Salto Veloso Tangará Treze Tílias Videira
RH-3 VALE DO RIO DO PEIXE	RIO JACUTINGA	Água Doce Alto Bela Vista Arabutã Catanduvas Concórdia Ipumirim Irani Itá Jaborá Lindóia do Sul Paial Presidente Castelo Branco Seara Vargem Bonita Abdon Batista Anita Garibaldi Bocaina do Sul Bom Retiro Brunópolis Capão Alto Campo Belo do Sul Campos Novos Celso Ramos Cerro Negro Correa Pinto Curitibanos Frei Rogério Lages Lebon Regis Monte Carlo Otacílio Costa Painel Palmeira Ponte Alta Ponte Alta do Norte Rio Rufino Santa Cecília São Cristóvão do Sul São José do Cerrito Urubici Vargem Zortéa
RH-4 PLANALTO DE LAGES	RIO CANOAS	Bom Jardim da Serra São Joaquim Urupema
	RIO PELOTAS	

(continua)

(continuação)

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM INDICAÇÃO DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS E MUNICÍPIOS - 1997		
REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA/SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIOS
RH-5 PLANALTO DE CANOINHAS	RIO NEGRO	Campo Alegre Mafra Rio Negrinho São Bento do Sul Três Barras
	RIO CANOINHAS	Bela Vista do Toldo Canoinhas Itaiópolis Major Vieira Monte Castelo Papanduva
	RIO IGUAÇU	Irineópolis Matos Costa Porto União Timbó Grande
	RIO CUBATÃO	Garuva Itapoá Joinville São Francisco do Sul
RH-6 BAIXADA NORTE	RIO ITAPOCU	Araquari Balneário Barra do Sul Barra Velha Corupá Guaramirim Jaraguá do Sul Massaranduba São João do Itaperiú Schroeder
RH-7 VALE DO ITAJAÍ	RIO ITAJAÍ	Agrolândia Agronômica Alfredo Wagner Atalanta Aurora Apiuna Ascurra Balneário Camboriú Benedito Novo Blumenau Botuverá Braço do Trombudo Brusque Camboriú Chapadão do Lajeado Dona Emma Doutor Pedrinho Gaspar Guabiruba Ibirama Ilhota

(continua)

(continuação)

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM INDICAÇÃO DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS E MUNICÍPIOS - 1997

REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA/SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIOS
RH-7 VALE DO ITAJAÍ	RIO ITAJAÍ	Imbuia Indaial Itajaí Ituporanga José Boiteux Laurentino Lontras Luiz Alves Mirim Doce Navegantes Penha Petrolândia Piçarras Pomerode Pouso Redondo Presidente Getúlio Presidente Nereu Rio do Campo Rio do Oeste Rio dos Cedros Rio do Sul Rodeio Salette Santa Terezinha Taió Timbó Trombudo Central Vidal Ramos Vitor Meirelles Witmarsum
	RIO TIJUCAS	Angelina Bombinhas Canelinha Governador Celso Ramos Itapema Leoberto Leal Major Gercino Nova Trento Porto Belo São João Batista Tijucas
RH-8 LITORAL CENTRO	RIO BIGUAÇU	Antonio Carlos Biguaçu Florianópolis
	RIO CUBATÃO DO SUL	Águas Mornas Palhoça Rancho Queimado Santo Amaro da Imperatriz São José São Pedro de Alcântara

(continua)

(conclusão)

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM INDICAÇÃO DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS E MUNICÍPIOS - 1997

REGIÃO HIDROGRÁFICA	BACIA/SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	MUNICÍPIOS		
RH-8 LITORAL CENTRO	RIO DA MADRE	Garopaba Paulo Lopes		
RH-9 SUL CATARINENSE	RIO D'UNA	Imarui Imbituba		
	RIO TUBARÃO	Anitápolis Armazém Braço do Norte Capivari de Baixo Grão Pará Gravatal Jaguaruna Laguna Lauro Muller Orleans Pedras Grandes Rio Fortuna Sangão Santa Rosa de Lima São Bonifácio São Ludgero São Martinho Treze de Maio Tubarão		
		RH-10 EXTREMO SUL CATARINENSE	RIO URUSSANGA	Cocal do Sul Içara Morro da Fumaça Urussanga
		RIO ARARANGUÁ	Araranguá Balneário Arroio do Silva Balneário Gaivota Criciúma Ermo Forquilha Jacinto Machado Maracajá Meleiro Morro Grande Nova Veneza Siderópolis Sombrio Timbé do Sul Treviso Turvo	
			RIO MAMPITUBA	Passo de Torres Praia Grande Santa Rosa do Sul São João do Sul

ANEXO IV

CONCEITOS

Consumo aparente de fertilizantes - Quantidade de fertilizantes fornecida pela indústria, ainda que não tenha sido totalmente aplicada na lavoura, uma vez que parte deste volume pode encontrar-se estocada e desperdiçada.

Cooperativa - Sociedade ou empresa constituída por membros de determinado grupo econômico ou social, que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade econômica.

Erva-mate cancheada - É a erva-mate que já passou pelo processo de sapeco e secagem e já foi triturada na cancha ou malhada; representa de 40% a 50% do peso da erva-mate em folha verde.

Microrregião geográfica (MRG) - Regionalização criada mediante a resolução PR nº 51, de 31/7/89, que aprova a divisão do Brasil em meso e microrregiões geográficas. Constituem áreas individualizadas, em cada estado, que apresentam formas de organização do espaço com identidade regional, definidas pelas seguintes dimensões: processo social como determinante, quadro natural como condicionante e rede de comunicação e de lugares como elementos de articulação espacial. O estado de Santa Catarina divide-se em 20 microrregiões e seis mesorregiões.

Pessoal ocupado - Pessoas que, em caráter permanente ou eventual, exercem ocupação remunerada ou não, diretamente ligadas a atividades desenvolvidas no estabelecimento.

População residente - Constituída pelas pessoas moradoras no domicílio.

População rural - População recenseada fora dos limites da área urbana, inclusive nos aglomerados rurais (povoados, arraiais, etc).

População urbana - Pessoas recenseadas nas cidades, vilas e áreas urbanas isoladas, conforme delimitação das respectivas prefeituras municipais.

Precipitação pluviométrica - Processo pelo qual a água condensada na atmosfera atinge gravitacionalmente a superfície terrestre.

Preços médios ponderados - Média dos preços mensais recebidos pelo produtor, ponderados pelas quantidades mensais comercializadas ao longo do ano.

Produção - Resultado da atividade econômica desenvolvida pelo estabelecimento em dado período, medida em termos de quantidade.

Produção extrativa vegetal - Produção de produtos vegetais obtida de espécies florestais nativas.

Produto - Resultado de qualquer atividade específica.

Produto Interno Bruto (PIB) - Medida, em unidade monetária, do fluxo total de bens e serviços finais produzidos pelo sistema econômico, em determinado período. Corresponde, portanto, ao Valor Bruto da Produção menos o consumo intermediário.

Semente fiscalizada - Resultante da multiplicação da semente básica, produzida em campos específicos, de acordo com as normas estabelecidas pela entidade fiscalizadora e responsável pela qualificação do produto.

Setor terciário - Campo de ação que compreende basicamente o comércio de mercadorias, transporte, comunicações, prestação de serviços, atividades sociais e administração pública.

Situação de domicílio - Classificação da população segundo a localização do domicílio nas áreas urbanas ou rurais, definidas por lei municipal.

Temperatura - Aquecimento ou resfriamento do ar, governado pelo balanço da radiação solar na superfície terrestre.

Temperatura máxima - Valor máximo da temperatura que ocorre no período de um dia (24 horas).

Temperatura mínima - Valor mínimo da temperatura que ocorre no período de um dia (24 horas).

Umidade relativa do ar - Água na fase de vapor que existe na atmosfera.

Valor Bruto da Produção (VBP) - Produto resultante da multiplicação da quantidade produzida pelo preço médio ao produtor, independente de terem ou não as mercadorias chegado ao mercado formal.

•

LITERATURA CONSULTADA

- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Metodologia do censo agropecuário de 1980. Rio de Janeiro, 1985. 247 p. (IBGE. Relatórios Metodológicos, 5).
 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Metodologia das pesquisas agropecuárias anuais - 1981. Rio de Janeiro, 1983. 230 p. (IBGE. Relatórios Metodológicos, 3).
 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas e Inquéritos. Pesquisas agropecuárias contínuas. Rio de Janeiro, 1988. v. 1, n. 2, 360 p.
-

LISTA DE FONTES

- 01 - AGROANALYSIS. Rio de Janeiro: FGV, v.20, n.12, p. 35, dez. 2000.
- 02 - ANFAVEA (www.anfavea.com.br)
- 03 - AFUBRA (www.afubra.com.br)
- 04 - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL . Brasília: Bacen, 1997-2000. (www.bcb.gov.br)
- 05 - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO SETOR DE FERTILIZANTES - 1996 - 2000. São Paulo: Anda, 1997-2001.
- 06 - CEAGESP (www.ceagesp.com.br)
- 07 - CENSO AGROPECUÁRIO - SANTA CATARINA 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- 08 - CENSO AGROPECUÁRIO - SANTA CATARINA 1995 - 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- 09 - CENSO DEMOGRÁFICO - BRASIL - 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- 10 - CENSO DEMOGRÁFICO - SANTA CATARINA - 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- 11 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Relatório das unidades por UF e município – 06/03/01. Brasília, 2001.
- 12 - FAO (www.fao.org)
- 13 - FAO Estadísticas de Pesca – capturas – 1998. Roma, v. 86/1, 2000.
- 14 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (www.ibge.org.br)
- 15 - INDICADORES DA AGROPECUÁRIA. Brasília: Conab, abr. e maio 2001.
- 16 - LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE/Deagro, maio 2001.
- 17 - LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE/Dipec/SC/Cepag, 2000 e 2001.
- 18 - PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL E DA SILVICULTURA – SANTA CATARINA – 1996-2000.
<http://www.ibge.gov.br>
- 19 - SECEX/DECEX (Sistema Alice).
- 20 - SILVICULTURA. São Paulo: SBS, n.83, p. 19, ago./out. 2000
- 21 - SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA (www.sbs.org.br)
- 22- UNASYLVA. Roma: FAO, v. 52, n. 204, 2001.
- 23 - USDA. (www.faz.usda.gov)

VERSO FONTES

LISTA DE GRÁFICOS

PARTE I

1.2. DESEMPENHO DA PRODUÇÃO VEGETAL

ALHO

1. Evolução da área - Brasil - 1994-2000	22
2. Evolução da produção - Brasil - 1994-2000	23
3. Preços recebidos pelos produtores - Santa Catarina - Safras 97/98-99/00	24

BANANA

1. Participação da área plantada nos principais países produtores - 2000	33
2. Participação da produção nos principais países produtores - 2000	34
3. Produtividade média nos principais estados - 2000	36
4. Banana-prata - Evolução dos preços na região Sul Catarinense - 1998-2000	36
5. Banana-caturra - Evolução dos preços na região Litoral Norte Catarinense - 1998-2000	36

BATATA

1. Comportamento da produção catarinense - Safras - 95/96-99/00	38
2. Comportamento da produção brasileira - Safras - 93/94-99/00	39
3. Preços médios recebidos pelos produtores catarinenses - 1999-2000	39

CEBOLA

1. Comportamento da produção catarinense - Safras - 93/94-99/00	41
2. Evolução da produtividade catarinense - Safras - 93/94-99/00	41
3. Preços médios recebidos pelos produtores - Santa Catarina - Safras - 98/99-99/00	41

FEIJÃO

1. O feijão no mundo - 1985-2000	44
2. Brasil - Evolução da produção de feijão - 96/97-00/01	48
3. Brasil - Área colhida - 96/97-00/01	48
4. Brasil - Rendimento médio - 96/97-00/01	48

FUMO

1. Participação dos principais produtores na produção mundial - 2001	57
2. Participação dos principais países nas exportações mundiais - 2001	57
3. Participação dos principais estados na produção nacional - 2000	57
4. Preços médio recebido pelos produtores do sul do Brasil - Safras 96/97-00/01	59

MAÇÃ

1. Evolução da produção nacional - Safras 95/96-99/00	65
2. Exportações brasileiras - 1996-2000	66

3. Importações brasileiras - 1996-2000.....	66
---	----

MANDIOCA

1. Raiz - Preços mensais recebidos - Litoral Sul Catarinense - 1995-2001 - Médias mensais corrigidas para maio/01	73
2. Raiz - Preços mensais recebidos - Alto Vale - 1995-2001 - Médias mensais corrigidas para maio/01	73
3. Farinha grossa - Preços mensais recebidos - Litoral Sul - 1995-2001 - Médias mensais corrigidas para maio/01	73
4. Farinha fina - Preços mensais recebidos - Litoral Sul - 1995-2001 - Médias mensais corrigidas para maio/01	73
5. Fécula indústria - Preços mensais recebidos - Alto Vale - 1995-2001 - Médias mensais corrigidas para maio/01	73

MILHO

1. Principais produtores mundiais - Safra 99/00	74
2. Evolução das cotações internacionais - 1998-2000	75
3. Produção do Mercosul - Safra 99/00	75
4. Brasil - Principais estados produtores - Safra 99/00.....	76
5. Evolução dos preços ao produtor de Chapecó - 1998-2000	77
6. Santa Catarina - Área, produção e déficit - 1999-2001	78

SOJA

1. Principais produtores mundiais - Safra 99/00	83
2. Evolução do mercado internacional - 1998-2000.....	84
3. Distribuição da produção no Mercosul - Safra 99/00.....	84
4. Principais estados produtores - Brasil - Safra - 99/00	85
5. Preços ao produtor de Chapecó - 1999-2000	85

TOMATE

1. Preços médios recebidos pelos produtores - Santa Catarina - Safras 98/99-99/00	91
---	----

TRIGO

1. Evolução da produção brasileira - 1991-2000.....	93
2. Evolução da produção catarinense - 1991-2001	93
3. Oferta e demanda mundiais - 99/00 - 01/02	94

1.3. DESEMPENHO DA PRODUÇÃO ANIMAL

AVES

1. Produção, consumo e exportação de frangos - Brasil - 1999-2001	113
2. Produção, venda interna e exportação - Santa Catarina - 1999-2001	114

BOVINOS

1. Produção, consumo e exportação de carne bovina - Brasil - 1999-2000	116
2. Produção, consumo e importação - Santa Catarina - 1999-2001	117
3. Índices de preços pagos pelos boi gordo - Santa Catarina - 2000-2001	117

LEITE

1. Evolução da produção total dos principais produtores mundiais - 1996-2001	118
2. Evolução da produção brasileira - 1985/2001	120
3. Preços médios recebidos pelos produtores - Santa Catarina - 1996-2001	121

MEL

1. Preços mensais recebidos - 1995-2001 - Médias mensais ponderadas	134
---	-----

SUÍNOS

1. Oferta e demanda - Brasil - 1999-2001	136
2. Produção, venda interna e exportação - Santa Catarina - 1999-2001	137
3. Abate de suínos - Santa Catarina - 2000-2001	137
4. Índice de preços recebidos pelos suinocultores - Santa Catarina - 2000-2001	138
5. Margem de comercialização do sistema de produção eficiente de suínos - Março a Dezembro - 2000-2001	138

1.4. DESEMPENHO DA PESCA E AQUICULTURA

PESCA

1. Importação e exportação brasileiras - 1995-2000	142
2. Volume total das capturas - Santa Catarina - 1990-1999	142
3. Exportação e importação catarinenses - 1992-2000	143

AQUICULTURA

PEIXES DE ÁGUA DOCE

1. Produção da piscicultura (água doce) - Santa Catarina - 1990-2000	146
--	-----

CAMARÃO MARINHO

1. Camarão Cultivado - Produção brasileira - 1997-2001	151
2. Camarão cultivado - Produção catarinense - 1998-2001	151
3. Carcinicultura - Produtividade catarinense - 1998-2001	151

MOLUSCOS BIVALVES (Mexilhão, Ostra e Vieira)

1. Produção de ostra cultivadas em Santa Catarina - 1991-2000	155
2. Produção de mexilhões cultivados em Santa Catarina - 1991-2000	156

1.5. DESEMPENHO DA PRODUÇÃO FLORESTAL

1. Participação dos estados brasileiros na produção de carvão-vegetal de mata nativa - 1999.....	160
2. Participação dos estados brasileiros na produção de carvão-vegetal de madeira cultivada - 1999.....	160
3. Participação dos estados brasileiros na produção de madeira nativa - 1999.....	161
4. Participação dos estados brasileiros na produção de madeira cultivada para processamento mecânico - 1999.....	161
5. Participação dos estados brasileiros na produção de madeira cultivada para papel e celulose - 1999.....	162
6. Madeira Industrial - Preços médios recebidos pelos produtores - Santa Catarina - Fev/99-Maio/01.....	168
7. Participação das exportações de produtos florestais no total das exportações catarinenses - 1993-2001.....	170
8. Evolução da participação de Santa Catarina nas exportações de produtos florestais do Brasil e da Região Sul - 1993-2000.....	170

LISTA DE MAPAS

PARTE I

1. Distribuição percentual do valor da produção da agropecuária por produto, segundo as mesorregiões geográficas - Santa Catarina - 1999.....	17
---	----

PARTE II

1. Divisão municipal do estado de Santa Catarina - 1997.....	187
--	-----

LISTA DE QUADROS

PARTE I

PRODUÇÃO VEGETAL

FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS

1. Principais produtos produzidos nos 11 principais países produtores.....	105
2. Materiais básicos exportados e respectivos países de destino - Brasil - 1999.....	109
3. Calendário Agrícola - Plantio, colheita e comercialização dos os principais produtos agrícolas - Santa Catarina - 1999.....	111

PRODUÇÃO ANIMAL

MEL

1. Mel de abelha - Calendário de colheita, por região produtora - Santa Catarina - 2001.....	133
2. Estrutura de comercialização - Santa Catarina - 2001.....	134

LISTA DE TABELAS

PARTE I

1.1- A AGRICULTURA BRASILEIRA E A CONJUNTURA EM 2000

1. Área plantada, produção e posição do estado no Brasil, segundo os principais produtos agrícolas - Santa Catarina - Safra 99/00 14
2. Valor bruto da produção (VBP) e variação da produção e dos preços dos principais produtos da agropecuária catarinense entre as safras 98/99 e 99/00 15
3. Estimativa da evolução da produção e dos preços ao produtor dos principais produtos da agropecuária catarinense - Safras 99/00-00/01 16

O PLANO SAFRA 2001/2002

1. Programas para a safra 01/02 21

1.2. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL

ALHO

1. Produção nos principais países - 2000 22
2. Importações brasileiras de alho - 1998-2000 23
3. Importações brasileiras de alho - Preço médio - 1998-2000 23
4. Área, produção e rendimento médio nos estados - 1998-2000 24
5. Área, produção e rendimento médio nas microrregiões geográficas - Santa Catarina - 1998-2000 25

ARROZ

1. Oferta e demanda mundiais - Safras - 96/97-01/02 26
2. Arroz em casca - Área colhida, quantidade produzida e rendimento no mundo e nos principais países produtores - 1999-2000 27
3. Importações brasileiras por país de origem - 1997-2001 29
4. Área colhida, quantidade produzida e rendimento do mercosul - 1999-2000 29
5. Área colhida, quantidade produzida e rendimento - 2000-2001 31
6. Área colhida, produção e rendimento por microrregião geográfica - Santa Catarina - 2000-2001 32

BANANA

1. Área plantada, produção e rendimento por estado - Safras 98/99-00/01 35
 2. Área plantada e produção nas microrregiões geográficas de Santa Catarina - 1998-2000 35
 3. Exportação brasileira e participação de Santa Catarina - 1994-2000 36
-

BATATA

1. Área plantada, produção e rendimento - Brasil - Safra 99-00 38
2. Área plantada, produção e rendimento por estado - Safras 97/98-99/00 40

CEBOLA

1. Classes ou calibres conforme o maior diâmetro transversal do bulbo 43
2. Limites máximos de defeitos por tipo 43
3. Área plantada, produção e rendimento por estado - Safras 97/98-99/00 44

FEIJÃO

1. Área colhida, produção e rendimento nos principais países - 1985-2000 45
2. Mercosul - Variação quinquenal - Área colhida, produção e rendimento - 1990-2000 46
3. Área colhida rendimento nos principais estados brasileiros - 1997-2001 47
4. Área colhida, quantidade produzida e rendimento nas principais microrregiões geográficas - Santa Catarina - 1997-2001 50
5. Feijão primeira safra - Área colhida, quantidade produzida e rendimento nas principais microrregiões geográficas - Santa Catarina - 2000-2001 54
6. Feijão segunda safra - Área colhida, quantidade produzida e rendimento nas principais microrregiões geográficas - Santa Catarina - 2000-2001 55

FUMO

1. Produção, exportação, importação, consumo e estoque final, mundiais e dos principais países - 1997-2001 60
2. Área plantada, produção e rendimento médio - Brasil - 1990-2000 61
3. Área plantada, produção e rendimento médio, segundo os estados e regiões - Brasil - 1998-2000 61
4. Quantidade produzida e exportada - Brasil 1992-2000 62
5. Exportações brasileiras - 1992-2000 62
6. Exportações brasileiras - 1995-2000 62
7. Exportações catarinense - 1992-2000 63
8. Comparativo das safras do Sul do País - Safras - 98/99-00/01 63
9. Preço médio recebido pelos produtores do sul do país, segundo os estados - Safras - 96/97-00/01 63
10. Preço médio recebido pelos produtores do sul do país, segundo os tipos - Safras - 96/97-00/01 63
11. Área plantada, produção e rendimento médio - Santa Catarina - 1990-2001 64
12. Área plantada, produção e rendimento médio, segundo as mesorregiões - Santa Catarina - 1998-2000 64

MAÇÃ

1. Desempenho da produção brasileira - Safra - 99/00 65
2. Área plantada, produção e rendimento por estado - Safras 97/98 -99/00 67

MANDIOCA

1. Área colhida e nos principais países - 1995-2000 68
 2. Quantidade produzida e nos principais países - 1995-2000 68
-

3. Área colhida nos principais estados - Brasil - 1996-2001	70
4. Produção obtida nos principais estados - Brasil - 1996-2001	70
5. Área colhida nas microrregiões geográficas - Santa Catarina - 1995-2000	71
6. Produção nas microrregiões geográficas - Santa Catarina - 1995-2000	71
7. Raiz - Preços mensais recebidos - Litoral Sul Catarinense - 1995-2001	72
8. Raiz - Preços mensais recebidos - Alto Vale - 1995-2001	72
9. Farinha grossa - Preços mensais recebidos pelo produtor - Litoral Sul Catarinense - 1995-2001	72

MILHO

1. Oferta e demanda mundial e americana - Safras 98/99-00/01	74
2. - Argentina - Oferta/demanda - Safras 98/99-00/01	76
3. Oferta e demanda - Brasil - Safras 97/98-00/01	76
4. Estimativa do balanço de oferta e demanda - Santa Catarina - 1998-2000	77
5. Área colhida, produção e rendimento mundiais e do Mercosul - Safras 97/98-99/00	79
6. Área plantada, produção e rendimento por estado - Safras 97/98-99/00	79
7. Área plantada, produção e rendimento por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safras 99/00-00/01	80

PÊSSEGO

1. Área colhida, produção e rendimento por estado - Safras 97/98-99/00	82
2. Área colhida, produção e rendimento por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safras 97/98-99/00	82

SOJA

1. Soja-grão - Balanço de oferta e demanda mundial e norte-americano - Safras 98/99-00/01	83
2. Complexo soja - Oferta/demanda - Brasil - Safras - 98/99-00/01	85
3. Área, produção e rendimento mundial e do Mercosul - Safras 98/99-00/01	87
4. Área plantada, produção e rendimento por estado - Safras 98/99-00/01	87
5. Área colhida, produção e rendimento por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safras - 98/99-00/01	87

TOMATE

1. Área e produção nos principais países produtores - Safras 98/99-99/00	88
2. Área e produção nos países da América do Sul - Safras 98/99-99/00	89
3. Área, produção e rendimento por estado - Brasil - 1998-2000	89
4. Área, produção e rendimento médio nas microrregiões geográfica - Santa Catarina - 1998-2000	91

TRIGO

1. Balanço de oferta e demanda mundiais - Safras 99/00-01/02	95
2. Produção mundial e dos principais países - Safras 99/00-01/02	95
3. Estimativa de exportação, segundo os principais países e mundial - Safras 98/99-01/02	96
4. Estimativa de importação, segundo os principais países e mundial - Safras 98/99-01/02	96
5. Área plantada, produção e rendimento - Brasil - 1991-2000	96
6. Área plantada, produção e rendimento por estado - 1998-2000	97
7. Oferta e demanda brasileiras - Safras 97/98-01/02	97
8. Importações brasileiras de trigo em grão - 1997-2000	97
9. Importações brasileiras de farinha - 1997-2000	97
10. Preços mínimos - Safras 1999-2001	98
11. Área plantada, produção e rendimento - Santa Catarina - 1991-2000	98
12. Área, produção e rendimento - Santa Catarina - 1998-2000	98

UVA

1. Área destinada a colheita, produção e rendimento por estado - Safras 97/98-99/00	99
2. Produção de vinhos e mostos por estado - Safra 95/96	99
3. Área destinada a colheita, produção e rendimento por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safras - 98/99-00/01	100
4. Produção de vinhos em Santa Catarina - Safra 00/01	100

FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS

1. Países exportadores de flores e plantas ornamentais, por produto - 1985	104
2. Flores - Consumo per capita/ano, por país - 1999	105
3. Distribuição da produção de flores no Brasil, por estado/região - 1998	107
4. Flores - Percentual comercializado na Ceagesp, conforme datas festivas - 1998	108
5. Brasil - Exportações e importações de flores e plantas ornamentais - 1999-2000	109

1.3 DESEMPENHO DA PRODUÇÃO ANIMAL

AVES

1. Oferta e demanda mundiais - 2000-2001	112
2. Oferta e demanda - Brasil e Santa Catarina - 2000-2001	114

BOVINOS

1. Carne bovina - Oferta e demanda mundiais - 2000-2001	115
2. Carne bovina - Oferta e demanda - Brasil e Santa Catarina - 2000-2001	118

LEITE

1. Produção de leite de vaca de alguns países selecionados - 1996-2001	122
2. Vacas ordenhadas em países selecionados -1996-2001	123

3. Produtividade das vacas ordenhadas em países selecionados - 1996-2001	123
4. Produção brasileira, segundo os estados e as regiões - 1985 e 1995-1996	124
5. Produção brasileira, segundo os estados e as regiões - 1996 -2001	125
6. Leite e derivados - Importações brasileiras - 1992-2000	125
7. Leite e derivados - Quantidade das importações brasileiras por bloco - 1992-2000	126
8. Comparativo entre os totais das produções brasileira e catarinense - 1985/2001	126
9. Comparativo entre a produção de leite recebida pela indústria - Brasil e Santa Catarina - 1990-2000	126
10. Produção e venda, segundo as micro e mesorregiões geográficas - Santa Catarina - 1995-1996	127
11. Leite cru ou resfriado recebido pelas indústrias inspecionadas - Santa Catarina - 1991-2000	127
12. Importações catarinenses - 1992-2000	128
13. Preços médios recebidos pelos produtores - Santa Catarina - 1996-2001	128

MEL

1. Produção total e nos principais países - 1995-1999	129
2. Quantidade exportada, total e nos principais países - 1995-1999	130
3. Quantidade importada, total e nos principais países - 1995-1999	130
4. Valor das exportações, total e nos principais países - 1995-1999	131
5. Valor das importações, total e nos principais países - 1995-1999	131
6. Produção brasileira e nos principais estados - 1995-1999	132
7. Valor, quantidade e preço médio das importações brasileiras - 1992-2000	132
8. Produção por microrregião geográfica - Santa Catarina - 1995-1998	133
9. Preços mensais recebidos e corrigidos para maio/01 - Santa Catarina - 1995-2001	134

SUÍNOS

1. Carne suína - Oferta e demanda mundiais - 2000-2001	135
2. Carne suína - Oferta e demanda brasileiras e catarinenses -2000-2001	139

1.4. DESEMPENHO DA PESCA E AQÜICULTURA

PESCA

1. Capturas nominais de peixes, crustáceos e moluscos, por país ou área - 1994-1998	141
2. Importações brasileiras de pescado - 1995-2000	140
3. Exportações brasileiras de pescado - 1995-2000	140
4. Exportações por grupo de peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos - 1999-2000	143

AQÜICULTURA

PEIXES DE ÁGUA DOCE

1. Produção da piscicultura (água doce) por espécie cultivada - Santa Catarina - 1996-2000	146
2. Preço de peixes destinados à indústria e ao pesque-pague - Média do estado - Santa Catarina - 2000-2001	148

3. Preço da ração utilizada na piscicultura média do estado - Santa Catarina - 2000-2001 149
4. Preço de alevinos utilizados na piscicultura média em 12 regiões - Santa Catarina - 2000-2001 149

CAMARÃO MARINHO

1. Carcinicultura catarinense, produção, área e número de estabelecimentos - 1998-2001 152
2. Camarões congelados - Exportações catarinenses - 1997-2000 153

MOLUSCOS BIVALVES (Mexilhão, Ostra e Vieira)

1. Produção de mexilhões e ostras cultivados em Santa Catarina - 1991-2000 155
2. Preço das ostras cultivadas em Santa Catarina - Média de janeiro a junho - 2000-2001 156
3. Preços dos mexilhões cultivados em Santa Catarina - Média de janeiro a junho - 2000-2001 156

1.5. DESEMPENHO DA PRODUÇÃO FLORESTAL

1. Produção mundial de madeira em toros, segundo os continentes e principais países - 1996-1999 157
 2. Produção mundial de madeira em toros para celulose e papel, segundo os continentes e principais países - 1992-1997 158
 3. Produção mundial de madeira em toros para processamento mecânico, segundo os continentes e principais países - 1996-1999 159
 4. Produção dos principais produtos florestais - Brasil - 1996-1998 159
 5. Área plantada com pinus e eucaliptos - Brasil e principais estados produtores - 1999 160
 6. Consumo de carvão vegetal, segundo a origem - Brasil - 1994-1999 161
 7. Consumo de madeira pela indústria de base florestal, por segmento e produto - Brasil - 1999 162
 8. Produção e destino da madeira serrada - Brasil - 1994-2000 162
 9. Produção e destino de laminados e compensados - Brasil - 1994-2000 163
 10. Produção e destino de produtos de maior valor agregado (PMVA) - Brasil - 1995-2000 164
 11. Produção e destino dos painéis reconstituídos - Brasil - 1994-1999 165
 12. Produção e destino de pastas de celulose - Brasil - 1999 165
 13. Produção e destino do papel - Brasil - 1999 166
 14. Produção dos principais produtos florestais - Santa Catarina - 1996-2000 167
 15. Preço médio dos principais produtos florestais - Santa Catarina - 1997-2001 168
 16. Exportação de produtos florestais - Santa Catarina - 1994-2000 169
 17. Exportação de produtos florestais no primeiro quadrimestre do ano - Santa Catarina - 1999-2001 169
 18. Realizações do programa florestal catarinense - 1999-2001 177
 19. Previsão de produção futura de madeira processada por tipo de produto - Brasil - 2000-2004 179
 20. Previsão de necessidade de reflorestamento anual por segmento para atender à demanda futura - Brasil - 1997-2006 180
-

PARTE II

2.1- DIVISÃO POLÍTICA DO TERRITÓRIO E INFORMAÇÕES CLIMÁTICAS

1. Área territorial, segundo os municípios - Santa Catarina - 2000	185
2. Média das temperaturas mínimas mensais, segundo as estações agrometeorológicas - Santa Catarina 2000.....	189
3. Média das temperaturas máximas mensais, segundo as estações agrometeorológicas - Santa Catarina - 2000	189
4. Umidade relativa média mensal, segundo as estações agrometeorológicas - Santa Catarina - 2000	190
5. Precipitação média mensal, segundo as estações agrometeorológicas - Santa Catarina - 2000	190

2.2 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

6. População residente, segundo a situação de domicílio - Brasil e Santa Catarina - 1991/2010	191
7. População residente total e rural por faixa etária - Santa Catarina - 1960-1996	191
8. População residente total, rural e urbana, segundo os municípios - Santa Catarina - 2000.....	192
9. Pessoas ocupadas, por sexo, segundo o setor econômico - Santa Catarina - 1998-1999	198
10. Pessoas ocupadas, por situação de domicílio, segundo os grupos de idade - Santa Catarina - 1998-1999	198
11. Domicílios particulares e indicadores de bem-estar, segundo a situação de domicílio - Santa Catarina - 1998-1999	198

2.3. ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

12. Capacidade estática de armazenagem em meio ambiente não controlado, por tipo, dos armazéns cadastrados na Conab, segundo as microrregiões geográficas - Santa Catarina - 2000	199
13. Cooperativas, segundo o tipo de atividade - Santa Catarina - 1996-2000	199
14. Cooperados, segundo o tipo de cooperativa - Santa Catarina - 1996-2000.....	200
15. Recebimento de produtos agropecuários pelas cooperativas, segundo os principais produtos - Santa Catarina - 1996-2000	200
16. Máquinas agrícolas vendidas, segundo o tipo - Santa Catarina - 1997-1999	201
17. Consumo aparente de fertilizantes, segundo o tipo - Santa Catarina - 1996-2000.....	201
18. Produção de sementes certificadas (¹), segundo os produtos agrícolas - Santa Catarina - 95/96-99/00.....	201
19. Produção de sementes fiscalizadas (¹), segundo os principais produtos agrícolas - Santa Catarina - 95/96 - 99/00.....	202
20. Crédito rural concedido a produtores e cooperativas, segundo a finalidade - Santa Catarina - 1997-2000	202

2.4. INFORMAÇÕES ECONÔMICAS DA AGROPECUÁRIA

21. Estimativa do balanço de oferta e demanda dos principais produtos vegetais - Santa Catarina - Safras - 99/00 - 00/01	203
22. Exportações do agronegócio catarinense - 1999-2001	204
23. Valor bruto da produção, consumo intermediário e produto interno bruto segundo a atividade econômica do setor primário - Santa Catarina - 1995-2000	205
24. Valor bruto da produção, dos principais produtos agrícolas catarinenses - 1994-2000	205
25. Índice de produtividade das principais culturas - Santa Catarina - 1986-2000	206

2.5. PREÇOS AGRÍCOLAS

26. Preços mínimos vigentes, por produto, na Região Centro-Sul - 1997-2000.....	207
27. Preços médios mensais recebidos pelos produtores pelos principais produtos agropecuários - Santa Catarina - Jan/Dez - 2000	209
28. Preços médios mensais recebidos pelos produtores pelos principais produtos agropecuários - Santa Catarina - Jan/Jun - 2001	209
29. Índice de preços recebidos pelos agricultores catarinenses - IPR - 2000-2001	210
30. Preços médio mensais dos produtos de pesca em frigoríficos atacadistas - Santa Catarina - 2000-2001	211
31. Preços médios mensais recebidos pelos aqüicultores em Santa Catarina - 2000-2001	213
32. Equivalência entre preços pagos e recebidos pelos agricultores catarinenses para produtos selecionados - 1998-2000	214

PARTE III

ANEXOS

I. Divisão territorial do estado de Santa Catarina, com indicação das mesorregiões, microrregiões geográficas e municípios – 1997	217
II. Associações de municípios do estado de Santa Catarina	221
III. Divisão territorial do estado de Santa Catarina, com indicação das regiões hidrográficas e municípios - 1997	225
IV. Conceitos	231

ÍNDICE REMISSIVO

Agricultura catarinense, 13-16
Alho, 22-25
Aqüicultura, 144-145
Área territorial, 185-187
Armazenagem, 199
Arroz, 25-33
Associação de municípios, 221-223
Aves, 112-114
Bacias hidrográficas, 225-230
Balanço de oferta e demanda, 203
Banana, 33-37
Batata, 37-40
Bovinos, 115-118
Calendário agrícola, 111
Camarão marinho, 150-153
Capacidade estática, 199
Carne bovina, 115-118
Carne de frango, 112-114
Carne suína, 135-139
Cebola, 40-44
Cooperativas, 199-200
Crédito rural, 202
Desempenho agropecuário, 13-16
Divisão territorial, 217-219
Equivalência de preços, 214
Exportação, 204
Feijão, 44-56
Fertilizantes, 201
Flores e plantas ornamentais, 103-110
Fumo, 57-64
Leite, 118-128
Maçã, 65-67
Mandioca, 68-73
Máquinas agrícolas, 201
Mel de abelha, 129-134
Mexilhão, 154-156
Microrregiões geográficas, 217-219
Milho, 74-80
Moluscos bivalves, 154-156
Ostra, 154-156
Peixes de água doce, 145-150
Pesca, 140-143
Pêssego, 81-82

Pessoal ocupado, 198
PIB, 205
Plano safra, 18-21
População residente, 191-197
População rural, 191-197
População urbana, 191-197
Precipitação pluviométrica, 190
Preços agrícolas, 207
Preços produtos da pesca, 211-212
Preços mínimos, 207-208
Preços recebidos pelos agricultores, 209-210
Preços recebidos pelos aqüicultores, 213
Produção agrícola, 14
Produção florestal, 157-181
Produtividade agrícola, 206-207
Produto interno bruto, 205
Sementes certificadas, 201
Sementes fiscalizadas, 202
Situação de domicílio, 198
Soja, 83-87
Suínos, 135-139
Temperatura máxima, 189
Temperatura mínima, 189
Tomate, 88-91
Trigo, 92-98
Umidade relativa, 190
Uva, 99-103
Vacas leiteiras, 122-123
Valor bruto da produção, 15, 205

•